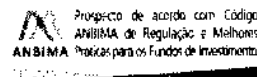


Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 2ª Série de Cotas Seniores do



BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO

CNPJ/MF nº 11.377.129/0001-30

Classificação Preliminar de Risco das Cotas Seniores da 2ª Série: "brAAA (sf)"

BONSUCESSO

DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES DO BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO (A "OFERTA"), TOTALIZANDO:

R\$ 200.000.000,00

O BONSUCESSO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Consignado (o "Fundo") é regido pelas disposições de seu regulamento (o "Regulamento"), pela Instrução CVM 356 e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração, e tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos concedidos pelo Banco Bonsucesso a servidores públicos com consignação em folha de pagamento (os "Servidores Públicos") e a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS com consignação em folha de benefícios (os "Aposentados e Pensionistas"), de acordo com as disposições do Regulamento, em especial em seus Capítulos XI e XII (os "Direitos Creditórios").

O Fundo foi constituído em 04 de dezembro de 2009, seu Regulamento foi registrado sob o nº 801487, na mesma data, tendo sido alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta, Sétima e Oitava alteração no Regulamento, os quais foram registrados em 16 de março de 2010, 07 de abril de 2010, 14 de abril de 2010, 03 de maio de 2010, 06 de maio de 2010, 23 de agosto de 2010, 21 de outubro de 2010, 18 de maio de 2011, respectivamente, sob os números, 811813, 814332, 815146, 816996, 817603, 829714, 836260 e 838875, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro.

O registro da Distribuição Pública da 1ª Série de Cotas Seniores de Emissão do Fundo (a "1ª Distribuição") foi concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM"), em 01 de maio de 2010, sob o nº CVM/SRE/RFD/2010/013.

O registro da presente Oferta foi concedido pela CVM em 1º de junho de 2011, sob o nº CVM/SRE/RFD/2011/017.

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (a "Administradora").

O Fundo ofereceu na 1ª Distribuição 8.000 (oito mil) Cotas Seniores da 1ª Série, tendo sido totalmente subscritas e integralizadas no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões) de reais. O encerramento da 1ª Distribuição ocorreu em 01 de junho de 2010.

Serão objeto desta distribuição pública pelo Distribuidor Líder e pela Distribuidora Contratada 8.000 (oito mil) Cotas Seniores da 2ª Série, no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP, com Valor Unitário de Emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na Data da 1ª Substituição de Cotas, perfazendo o valor total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) (a "Oferta").

A quantidade de Cotas Seniores inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 1.200 Cotas Seniores, equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Cotas Seniores inicialmente ofertadas (as "Cotas do Lote Suplementar"), com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, conforme opção de distribuição de Cotas do Lote Suplementar outorgada pelo Fundo ao Distribuidor Líder, nos termos do artigo 24, *caput*, da Instrução CVM 406, que poderá ser exercida pelo Distribuidor Líder, a seu exclusivo critério.

As Cotas do Lote Suplementar serão destinadas exclusivamente a atender a eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta.

A opção do lote suplementar acima referida poderá ser exercida, total ou parcialmente, durante o período de distribuição, nas mesmas condições e preço de emissão das Cotas Seniores de 2ª Série inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta.

O investimento no Fundo sujeita o investidor a riscos, que deverá ler na seção "Fatores de Risco", conforme descrita nas páginas 45 a 53 deste Prospecto. Ainda que a Administradora mantenha um sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo (a "Carteira"), há risco de perdas no Fundo ou para o investidor. O Fundo não conta com garantia da sua Administradora, do Custodiante, do Banco Bonsucesso, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

Todo investidor, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão assinado, que recebeu exemplar do Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida à Administradora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

Somente Investidores Qualificados, conforme definidos na seção "Definições" deste Prospecto, podem adquirir Cotas do Fundo.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. Antes de decidir aplicar recursos no Fundo, recomendamos ao investidor, a leitura cuidadosa deste Prospecto e do Regulamento, com especial atenção às informações que tratam do objetivo e da política de investimento do Fundo, da composição da Carteira do Fundo, e das disposições deste Prospecto e do Regulamento que tratam dos Fatores de Risco.

"O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor."

"A concessão de registro para a venda de Cotas deste Fundo não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou de adequação do Regulamento do Fundo ou do seu Prospecto à legislação vigente ou julgamento sobre a qualidade do Fundo ou de sua Administradora e demais prestadores de serviços."

DISTRIBUIDOR LÍDER

DISTRIBUIDOR CONTRATADO

ADMINISTRADORA



CUSTODIANTE E ESCRITURADOR

ESTRUTURADOR E CEDENTE

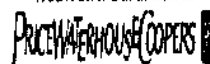
ASSESSORES LEGAIS

AUDITOR INDEPENDENTE



BONSUCESSO

SOUZA, CESCON, BARBRI & FLESCH
ADVOCADOS



A data deste Prospecto é 03 de junho de 2011.

Avisos – ANBIMA

“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.

“Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código Anbima de Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas pela CVM e pela ANBIMA. A autorização para funcionamento do Fundo e/ou venda de Cotas deste Fundo não implica, por parte da CVM ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Administradora ou das demais instituições prestadoras de serviços”.

“O investimento do Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Administradora da Carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor”.

“O Fundo de investimento de que trata este Prospecto não conta com garantia da Administradora do Fundo, do Custodiante, do Banco Bonsucesso ou de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC”.

“As informações contidas nesse Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à Política de Investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.”

“Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da Cota se comparada à fundos similares com prazo inferior”

“Não há garantia de que este Fundo terá tratamento tributário para Fundos de longo prazo”

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	8
IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO DISTRIBUIDOR LÍDER, DA DISTRIBUIDORA CONTRATADA, DO ESTRUTURADOR DA OFERTA, DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO, DOS CONSULTORES E AUDITORES	18
DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.....	20
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	21
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	26
FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO	26
PANORAMA GERAL	27
O FUNDO.....	27
TIPO DE FUNDO.....	27
BASE LEGAL.....	27
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA CLASSE DE COTAS SENIORES DO FUNDO	27
CLASSIFICAÇÃO PERANTE A ANBIMA E A CVM.....	28
AUTORIZAÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO DA 2ª SÉRIE DE COTAS DE EMISSÃO DO FUNDO.....	28
PÚBLICO ALVO.....	28
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	28
OBJETIVO DE INVESTIMENTO	28
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	31
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	33
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS	34
CARACTERÍSTICAS DAS COTAS DO FUNDO.....	36
FORMA E ESPÉCIE	36
EMISSÃO DE COTAS SENIORES.....	37
EMISSÃO DE COTAS SUBORDINADAS.....	37
CARACTERÍSTICAS DAS COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE	37
CARACTERÍSTICAS DAS COTAS SENIORES DA 2ª SÉRIE	39
PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO.....	41
EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS COTAS	41
AMORTIZAÇÃO E RESGATE ANTECIPADOS.....	42
PAGAMENTO AOS COTISTAS	44
MECANISMOS DE REFORÇO DE CRÉDITO.....	44
NEGOCIAÇÃO DAS COTAS	44
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO.....	44
ENQUADRAMENTO À RELAÇÃO MÍNIMA.....	45
ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	45
POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	46
ATENDIMENTO AOS COTISTAS	47
FATORES DE RISCO.....	48
GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	56
SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E COMPLIANCE	56
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO.....	56
EVENTOS DE AVALIAÇÃO	57
EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA	58

<i>ÍNDICES DE PERFORMANCE E REENQUADRAMENTO DA RELAÇÃO MÍNIMA, ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTO MÍNIMA E</i>	
<i>ÍNDICE DE LIQUIDEZ</i>	59
<i>AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA PARA FINS DE REENQUADRAMENTO DE ÍNDICES</i>	63
ASSEMBLEIA GERAL	65
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO	67
TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO	68
<i>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO</i>	68
<i>ENCARGOS DO FUNDO</i>	68
<i>DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS SENIORES DA 2ª SÉRIE DE EMISSÃO DO FUNDO</i>	69
<i>REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO</i>	69
PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO	73
<i>ADMINISTRADORA</i>	73
<i>CUSTÓDIA E CONTROLADORIA</i>	74
<i>ESCRITURAÇÃO</i>	75
<i>AGENTE COBRADOR E FIEL DEPOSITÁRIO</i>	75
<i>DISTRIBUIDORES DA OFERTA</i>	75
<i>CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA</i>	76
<i>AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO</i>	77
<i>AUDITORIA</i>	78
<i>RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES</i>	79
DIREITOS CREDITÓRIOS	81
<i>ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS</i>	81
<i>CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS</i>	81
<i>PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS</i>	82
<i>LIMITES DE CONCENTRAÇÃO</i>	82
<i>CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO</i>	83
<i>CONVÊNIOS FIRMADOS ENTRE O BANCO BONSUCESSO E AS ENTIDADES</i>	85
<i>TITULARIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS</i>	85
<i>FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS</i>	85
<i>PREÇO E PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS</i>	86
<i>POLÍTICA DE COBRANÇA</i>	86
<i>RESOLUÇÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO</i>	86
<i>ASPECTOS LEGAIS E REGULAMENTARES DO DESCONTO DE FOLHA DE BENEFÍCIOS</i>	86
<i>POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO</i>	87
<i>COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS</i>	89
<i>INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE CRÉDITO E AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONSIGNADO</i>	89
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E HISTÓRICO	90
<i>HISTÓRICO</i>	90
<i>PERFORMANCE GRÁFICA</i>	90
<i>EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO MÍNIMA</i>	90
<i>DESEMPENHO DA CARTEIRA DO FUNDO</i>	91
INFORMAÇÕES DO CEDENTE	95
<i>BREVE HISTÓRICO DO BANCO BONSUCESSO S.A.</i>	95
<i>EXPERIÊNCIA PRÉVIA EM OUTRAS OPERAÇÕES DE SECURITIZAÇÃO</i>	102
<i>GRUPO BONSUCESSO</i>	103
<i>OPERAÇÕES DO BANCO BONSUCESSO COM SUAS PARTES RELACIONADAS</i>	104
INFORMAÇÕES SOBRE OS DEVEDORES E A SOBRE A CARTEIRA DO FUNDO	107
<i>INFORMAÇÕES SOBRE PAGAMENTO ANTECIPADO E INADIMPLÊNCIA</i>	107
<i>CARACTERÍSTICAS DOS EMPRÉSTIMOS</i>	107
NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	108

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE PAGAMENTOS EM DIA, INADIMPLENTOS, PERDAS OU PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	110
SITUAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL.....	112

ANEXOS

Anexo	Documento	Página
Anexo I	Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta, Sétima e Oitava alteração ao Regulamento	115
Anexo II	Regulamento do Fundo Consolidado	116
Anexo III	Suplemento da 2ª Série de Cotas Seniores de Emissão do Fundo	117
Anexo IV	Relatório Preliminar de Classificação de Risco das Cotas Seniores	118
Anexo V	Relatório do Auditor Independente	119
Anexo VI	Demonstrações Financeiras do Banco Bonsucesso com data-base de 31/12/2008 e 31/12/2009.	120
Anexo VII	Demonstrações Financeiras do Banco Bonsucesso com data-base de 31/12/2009 e 31/12/2010	121
Anexo VIII	Demonstrações Financeiras do Fundo com data-base de 31/09/2010	122

DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto (estejam no singular ou no plural), têm o significado a eles atribuídos nesta seção.

Administradora:	é a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91;
Agência Classificadora de Risco:	é a Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1.253, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.295.585/0002-20, ou sua sucessora, contratada nos termos do Regulamento;
Agente Cobrador:	é o Banco Bonsucesso S.A., instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Alvarenga Peixoto, nº 974, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.027.866/0001-34, ou seu sucessor a qualquer título;
Alocação de Investimento Mínima:	é fração cujo numerador é equivalente ao somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo (VADC), e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido (PLFUNDO), apurada diariamente pelo Custodiante;
Amortização Integral:	tem o significado que lhe é atribuído no artigo 111 do Regulamento;
Amortização Não Programada:	tem o significado que lhe é atribuído no artigo 160 do Regulamento;
Amortização Programada:	é a amortização parcial ou total das Cotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento de cada série;
Anúncio de Início:	é o Anúncio de Início de Distribuição Pública da 2ª Série de Cotas Seniores do Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado, a ser publicado pelo jornal Valor Econômico, nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400.
Aposentados e Pensionistas:	são os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão da Previdência Social do INSS e os aposentados e pensionistas Cíveis e Militares dos Institutos de Previdências Estaduais e Municipais;
Assembleia Geral:	é a Assembleia Geral, ordinária e/ou extraordinária, de Cotistas do Fundo, realizada nos termos do Capítulo XXI do Regulamento;
Aviso de Desenquadramento:	é o documento preparado pela Administradora, na forma do Anexo VI do Regulamento, e por esta enviado ao Banco Bonsucesso, por meio do qual o Fundo solicita que o Banco Bonsucesso informe como pretende, se for o caso, proceder ao

	reenquadramento da Relação Mínima, da Alocação de Investimento Mínima e/ou do Índice de Liquidez, conforme o caso;
BACEN:	é o Banco Central do Brasil;
Banco Bonsucesso:	é o Banco Bonsucesso S.A., instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Alvarenga Peixoto, nº 974, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.027.866/0001-34, o qual, de tempos em tempos, cede os Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
BM&FBOVESPA:	é a BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
Bookbuilding:	é o procedimento de coleta de intenções realizado pelos Distribuidores da Oferta, junto a possíveis investidores, com vistas à fixação do <i>Spread</i> aplicado na 2ª Série de Cotas Seniores, o qual foi fixado em 2,50% (dois e meio por cento) ao ano;
Capítulo:	é cada um dos capítulos do Regulamento citados em referência;
Carteira:	é a carteira de investimentos do Fundo, composta por Direitos Creditórios e os Outros Ativos;
Carteira de Crédito Cedida:	é o saldo de operações de cessão de crédito do Banco Bonsucesso com instituições financeiras, sem e com co-obrigação, sendo estas últimas registradas em contas de compensação;
Carteira de Crédito Registrada no Balanço:	é a somatória dos saldos relativos a operações ativas do Banco Bonsucesso que estejam registrados sob a rubrica contábil de "operações de crédito";
Carteira de Crédito Total:	é a somatória da Carteira de Crédito Registrada no Balanço mais a Carteira de Crédito Cedida do Banco Bonsucesso;
CBLC:	é a Central Depositária de Compensação e Liquidação;
Cedente:	é o Banco Bonsucesso;
CETIP:	é a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
CMN:	é o Conselho Monetário Nacional;
CNPJ/MF:	é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
Condições de Cessão:	são as condições constantes do artigo 13 do Contrato de Cessão;
Condições Resolutivas da Cessão:	tem o significado que lhe é atribuído na seção " <i>Resolução e Restituição do Preço de Aquisição</i> " deste Prospecto;
Código de Defesa do Consumidor:	é a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, conforme alterada;
Conta do Banco Bonsucesso:	é a conta corrente nº 44-2 em nome do Banco Bonsucesso, mantida na agência 001 do Banco Bonsucesso (Banco 218);

Conta Corrente do Fundo:	é a conta corrente aberta em nome do Fundo no Custodiante;
Contrato de Cessão:	é o "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Banco Bonsucesso, com interveniência do Custodiante;
Contrato de Cobrança:	é o "Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança e Outras Avenças", celebrado entre o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, e o Banco Bonsucesso;
Contrato de Custódia:	é o "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios", firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo, com a interveniência do Banco Bonsucesso;
Contrato de Custódia Física:	é o "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Física de Documentos", celebrado entre o Custodiante e o Banco Bonsucesso;
Contrato de Distribuição:	é o Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Cotas Seniores de 2ª Série de Emissão do Fundo, celebrado entre o Fundo e o Distribuidor Líder, com a interveniência do Banco Bonsucesso;
Contrato de Escrituração:	é o "Contrato de Escrituração de Cotas de Fundos de Investimentos", firmado entre o Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
Contrato de Mútuo:	é qualquer Contrato de Mútuo Consignado ou Contrato de Mútuo INSS;
Contrato de Mútuo Consignado:	é qualquer das modalidades de cédula de crédito bancário, de contrato padrão e/ou de termo de adesão constantes do Regulamento, firmados entre o Banco Bonsucesso e os Mutuários Consignados;
Contrato de Mútuo INSS:	é qualquer das modalidades de cédula de crédito bancário, de contrato padrão e/ou de termo de adesão constantes do Regulamento, firmados entre o Banco Bonsucesso e os Mutuários INSS;
Contrato de Serviços de Auditoria Independente:	é o "Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria", firmado entre o Auditor Independente e a Administradora;
Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco:	é o "Contrato para Elaboração de <i>Rating</i> de FIDC", firmado entre a Agência Classificadora de Risco e a Administradora;
Convênios:	são quaisquer dos convênios estabelecidos entre o Banco Bonsucesso e qualquer das Entidades, devidamente identificados no Anexo IX do Regulamento ou, ainda, conforme o caso, qualquer ato autorizativo permitindo a contratação de operações de financiamento pelo Banco Bonsucesso com os Mutuários vinculados à respectiva Entidade;
COSIF:	é o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo BACEN;

Cotas:	são, em conjunto ou isoladamente, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas emitidas em qualquer distribuição;
Cotas Seniores:	são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da Carteira do Fundo;
Cotas Subordinadas:	são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da Carteira do Fundo;
Cotista:	é o titular de Cotas do Fundo;
CPF/MF:	é o Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;
Crítérios de Elegibilidade:	são os critérios definidos no Artigo 62 do Regulamento;
Custodiante:	é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo E. de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, ou seu sucessor a qualquer título, no exercício de suas funções nos termos do Regulamento e do Contrato de Custódia;
CVM:	é a Comissão de Valores Mobiliários;
Data de Amortização:	é a data em que o Fundo efetua a Amortização Integral e/ou a Amortização Programada de Cotas Seniores, observado o disposto no respectivo Suplemento;
Data de Aquisição:	é a data em que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta corrente do Banco Bonsucesso, de Cotas Subordinadas, em razão de sua integralização em contrapartida à cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, conforme o caso, nos termos do Contrato de Cessão;
Data de Emissão:	é a data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas, em moeda corrente nacional, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, ou, observados os termos da legislação aplicável por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
Data de Oferta:	é a data em que o Banco Bonsucesso enviar o <i>layout</i> para o Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão;
Data da 1ª Subscrição de Cotas:	é a data da 1ª subscrição de Cotas Seniores de cada Série, ou das Cotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
Data de Resgate:	é a data em que se dará o resgate integral de cada Série de Cotas Seniores, conforme indicada no Suplemento da respectiva Série;
Data de Verificação:	é o 15º (décimo quinto) Dia Útil de cada mês calendário;

DATAPREV:	é a Empresa de Tecnologia da Informação da Previdência Social, com sede na cidade de Brasília, DF, Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco E/F, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.422.253/0001-01;
Dia Útil:	é qualquer dia exceto sábados, domingos e feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário;
Direito Creditório:	é qualquer Direito Creditório Consignado ou Direito Creditório INSS;
Direito Creditório Consignado:	é cada parcela ou prestação devida pelo Mutuário Consignado ao Banco Bonsucesso ou a seu cessionário, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração/serviço, decorrente de contratação de operação de empréstimo entre o Banco Bonsucesso e o Mutuário Consignado, nos termos de qualquer Contrato de Mútuo Consignado, cujo pagamento será realizado, no curso ordinário do Programa de Securitização, por meio de desconto (consignação) dos valores devidos, pela respectiva Entidade, a qual o respectivo Mutuário Consignado encontra-se vinculado, observados os procedimentos estabelecidos no respectivo Convênio, quando do pagamento da remuneração devida ao respectivo Mutuário Consignado;
Direito Creditório INSS:	é cada parcela ou prestação devida pelo Mutuário INSS ao Banco Bonsucesso ou a seu cessionário, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração/serviço ou tributos, decorrente de contratação de operação de empréstimo entre o Banco Bonsucesso e o Mutuário INSS, nos termos do Contrato de Mútuo INSS, cujo pagamento será realizado, no curso ordinário do Programa de Securitização, por meio de desconto (consignação) dos valores devidos, observados os procedimentos estabelecidos no Convênio INSS, quando do pagamento, pelo INSS, dos benefícios devidos ao respectivo Mutuário INSS;
Direitos Creditórios Elegíveis:	são os Direitos Creditórios cujas informações sejam transmitidas ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia, e que atenda, cumulativamente, na Data de Oferta, assim verificados pelo Custodiante, aos Critérios de Elegibilidade;
Diretor Designado:	é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas;
Distribuidora Contratada:	é a Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Alvarenga Peixoto, nº. 974, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.371.686/0001-75;
Distribuidores da Oferta:	são o Distribuidor Líder e a Distribuidora Contratada, quando referidos em conjunto;
Distribuidor Líder:	é o Banco BTG Pactual S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501,

	5º e 6º andares, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45;
Documentos Comprobatórios:	são os seguintes documentos referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo: (i) original do respectivo Contrato de Mútuo; (ii) cópia reprográfica da Cédula de Identidade e CPF/MF do Mutuário; e (iii) no caso dos Direitos Creditórios Consignados, comprovante de residência;
Documentos do Fundo:	são em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Prospecto, o(s) Suplemento(s), o Contrato de Cessão, o Contrato de Cobrança, o Contrato de Custódia, o Contrato de Escrituração e o Contrato de Custódia Física;
Empresa de Auditoria:	é a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20, ou sua sucessora no exercício de suas funções;
Encargos do Fundo:	são os encargos listados na seção “ <i>Encargos do Fundo</i> ”;
Entidade:	é qualquer pessoa de direito público federal, estadual ou municipal, entidade aberta de previdência complementar e/ou sociedade seguradora que tenha celebrado Convênio com o Banco Bonsucesso ou, conforme o caso, cuja contratação de operações de financiamento com os Mutuários Consignados vinculados e/ou associados à respectiva entidade tenha sido expressamente aprovada na forma da legislação aplicável, devidamente perfilada nos Convênios listados no Regulamento;
Escriturador:	é a Itaú Corretora de Valores S.A. (“ ITAUCOR ”), instituição financeira regularmente credenciada perante a CVM para prestação de serviços de escrituração de cotas de fundos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº. 3.400, 10º andar, CEP 04310-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, ou seu sucessor a qualquer título;
Eventos de Amortização Antecipada:	são os eventos listados na seção “ <i>Eventos de Amortização Antecipada</i> ” deste Prospecto;
Eventos de Avaliação:	são os eventos listados na seção “ <i>Eventos de Avaliação</i> ” deste Prospecto;
Eventos de Revisão:	são os eventos perfilados no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de reavaliação sobre a continuidade do Programa de Securitização;
Fundo:	é o Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado;
IGP-M:	é o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
Índice de Atraso:	é o índice calculado de acordo com a fórmula do artigo 154, do Capítulo XXIII do Regulamento;
Índice de Excesso de Spread:	é o índice calculado de acordo com a fórmula do artigo 158, do Capítulo XXIII do Regulamento;

Índice de Liquidez:	é o índice calculado de acordo com a fórmula do artigo 149, do Capítulo XXIII do Regulamento;
Índice de Perda Acumulada:	é o índice calculado de acordo com a fórmula do artigo 155, do Capítulo XXIII do Regulamento;
Índice de Pré-pagamento:	é o índice calculado de acordo com a fórmula do artigo 156, do Capítulo XXIII do Regulamento;
Índice de Recompra:	é o índice calculado de acordo com a fórmula do artigo 157, do Capítulo XXIII do Regulamento;
INPC:	é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;
INSS:	é o Instituto Nacional do Seguro Social, autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social – MPS, criado na forma da autorização legislativa contida no artigo 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, renumerada pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto 99.350, de 27 de junho de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 18, de 1º de fevereiro de 1991, e reestruturado conforme determinação contida no artigo 11, parágrafo único, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992, pelo Decreto nº 4.688, de 7 de maio de 2003, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco “O”, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 29.979.036/0001-40;
Instituições Autorizadas:	são as seguintes: (i) Banco Bradesco S.A.; (ii) Banco Itaú – Unibanco S.A.; (iii) Banco Santander S.A.; (iv) Banco Citibank S.A.; (v) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; (vi) Banco do Brasil S.A.; (vii) Caixa Econômica Federal; (viii) outras instituições financeiras ou equiparadas controladas por qualquer dos bancos referidos nos itens “i” a “vii” acima; (ix) outras instituições de 1ª linha que sejam assim classificadas pela Agência Classificadora de Risco; ou (x) outras instituições de 1ª linha que sejam aprovadas pelos titulares da maioria das Cotas Sênior e das Cotas Subordinadas, em separado, reunidos em Assembléia Geral;
Instrução CVM nº 356:	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;
Instrução CVM nº 400:	é a Instrução nº 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores;
Investidores Qualificados:	são (i) investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada; ou (ii) fundos de investimentos habilitados nos termos da regulamentação vigente a adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios;
IPCA:	é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE;
Layout:	é o arquivo remessa enviado eletronicamente pelo Banco Bonsucesso, ou seus agentes, ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, o qual contém os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo;

Lista de Convênios:	é a Lista de Convênios Federais, a lista de convênios estaduais e a lista de convênios municipais, contidas no Anexo IX do Regulamento, quando consideradas em conjunto;
Lista de Novos Convênios:	é a relação de novas Entidades contida no Anexo X do Regulamento;
Limites de Concentração:	tem o sentido que lhe é atribuído na seção " <i>Limites de Concentração</i> " deste Prospecto;
Mutuário:	é qualquer Mutuário Consignado ou Mutuário INSS;
Mutuário Consignado:	é o Servidor Público, pessoa natural, residente no Brasil, contratante de mútuo com o Banco Bonsucesso, nos termos de qualquer Contrato de Mútuo Consignado, devidamente identificado por seu CPF/MF;
Mutuário INSS:	é o aposentado ou pensionista da Previdência Social, pessoa natural, residente no Brasil, titular de benefícios de aposentadoria e pensão do regime geral de previdência social, devidos pelo INSS, contratante de mútuo com o Banco Bonsucesso, nos termos de qualquer Contrato de Mútuo INSS, devidamente identificado por seu CPF/MF;
Obrigações do Fundo:	são todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos do Fundo, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Cotas;
Oferta:	é a presente distribuição pública da 2ª Série de Cotas Seniores do Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado, a ser realizada no Brasil;
Outros Ativos:	são: a) títulos de emissão do Tesouro Nacional; b) títulos de emissão do BACEN; c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e d) cotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente nos títulos referidos nas alíneas (a) a (c) <i>supra</i> ;
Patrimônio Líquido:	é o somatório dos valores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no Capítulo XXVII do Regulamento;
Periódico:	é o periódico Valor Econômico, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do Regulamento;
Pessoas Vinculadas:	é qualquer pessoa que seja administrador ou controlador da Administradora, ou de outras pessoas de qualquer forma vinculadas à emissão e distribuição de Cotas Seniores do Fundo, bem como seus cônjuges, companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau.
PIB:	é o Produto Interno Bruto;
Política de Cobrança:	é a política de cobrança adotada pelo Banco Bonsucesso, definida no Anexo V do Regulamento, aplicável aos Direitos Creditórios Consignados e aos Direitos Creditórios INSS;

Preço de Aquisição:	é o preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis pago pelo Custodiante, por conta e ordem do Fundo, ao Banco Bonsucesso, em moeda corrente nacional, conforme definido no Contrato de Cessão, ou o valor presente dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo pelo Banco Bonsucesso, em contrapartida à integralização de Cotas Subordinadas, conforme definido no Contrato de Cessão;
Programa de Securitização:	são os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos do Fundo, por meio dos quais o Banco Bonsucesso cede Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, captando recursos para suas atividades;
Prospecto ou Prospecto Definitivo:	é o presente Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 2ª Série de Cotas Seniores do Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado;
Relação Mínima:	é a relação mínima entre (i) o Patrimônio Líquido do Fundo deduzido do valor do somatório dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cujo prazo de vencimento seja posterior ao prazo de vencimento da última Série em circulação; e (ii) o valor das Cotas Seniores em circulação, que, durante a vigência do Fundo, será equivalente a, no mínimo, 1,2821, ou 128,21%;
Regulamento:	é o regulamento do Fundo;
Reserva de Amortização:	é uma reserva pagamento, onde deverão ser segregados Outros Ativos, destinada exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações e ao resgate de cada Série de Cotas Seniores;
Reserva de Caixa:	é parcela do Patrimônio Líquido correspondente ao montante equivalente a, no mínimo: (a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do somatório dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, apurado na última Data de Verificação; ou (b) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), o que for maior; e que no curso ordinário do Programa de Securitização, e observada a ordem de aplicação de recursos e a política de investimento do Fundo, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos.
Resolução CMN 2.907:	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
SELIC:	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
Serasa:	é a Centralização dos Serviços Bancários S.A.;
Série:	é qualquer série de Cotas Seniores emitida em qualquer distribuição nos termos do Regulamento;
Servidores Públicos:	são os servidores públicos federais, estaduais, distritais e municipais de entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
SPC:	é o Serviço de Proteção ao Consumidor;
Suplemento:	é o documento preparado na forma do Anexo XI ao Regulamento;

Taxa de Administração:	é a remuneração devida à Administradora;
Taxa DI:	é a Taxa DI- <i>over</i> , média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (<i>overnight</i>), expressa na forma percentual, em base anual (252 Dias Úteis);
Termo de Adesão:	é o documento preparado sob a forma do Anexo XII do Regulamento, firmado pelos Cotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento;
Valor Unitário de Emissão:	é o valor unitário de emissão das Cotas Seniores de cada série, ou das Cotas Subordinadas, na Data da 1ª Subscrição de Cotas da respectiva série.

**IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO DISTRIBUIDOR LÍDER, DA
DISTRIBUIDORA CONTRATADA, DO ESTRUTURADOR DA OFERTA, DA AGÊNCIA
CLASSIFICADORA DE RISCO, DOS CONSULTORES E AUDITORES**

Administradora

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown
22640-100 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 3514-0000
Fax : (21) 3514-0099
www.oliveiratrust.com.br

Distribuidor Líder

Banco BTG Pactual S.A.
Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares
22.250-040 - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (11) 3383-2014
Fax: (11) 3383-2001
www.btgpactual.com.br

Distribuidora Contratada

Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Rua Alvarenga Peixoto, nº. 974, 8º andar
30180-120 - Belo Horizonte - MG
Telefone: (31) 2103-7900
Fax: (31) 2103-7905
www.bancobonsucesso.com.br

Estruturador da Oferta

Banco Bonsucesso S.A.
Rua Alvarenga Peixoto, nº 974, 7º andar
30180-120 - Belo Horizonte – MG
Telefone: (31) 2103-7921
Fax : (31) 2103-7905
www.bancobonsucesso.com.br

Agência Classificadora de Risco

Standard & Poor's
Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1.253, 10º andar
04571-000 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3039-9704
Fax: (11) 3039-9705
www.standardandpoors.com.br

Empresa de Auditoria

Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes
Avenida Francisco Matarazzo, 1400
05001-903 - São Paulo – SP
Telefone: (11) 3674-2000
Fax: (11) 3674-2055
www.pwc.com.br

Consultores Legais

Souza, Cescon, Barrieu & Flesch Advogados
Rua Rio de Janeiro, 2702, Pilotis
30160-142 - Belo Horizonte - MG
Telefone: (31) 2519-2200
Fax: (31) 2519-2231
www.scbf.com.br

DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

O Distribuidor Líder, por meio de seu diretor responsável, Sr. Bruno Licarião, nos termos do art. 56, §§ 1º e 5º, da Instrução CVM nº. 400, de 29 de dezembro de 2003, declara que: (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e aquelas referentes ao registro do Fundo perante a CVM, que integram o Prospecto da Oferta, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Cotas ofertadas, do Fundo e sua situação econômico-financeira, da Administradora e de suas atividades, bem como dos riscos inerentes às suas atividades e ao investimento no Fundo, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

A Administradora, por meio do seu diretor responsável, Sr. José Alexandre Costa de Freitas, nos termos do art. 56 da Instrução CVM nº. 400, considerando que determinados documentos e informações foram disponibilizados à Administradora pelo Custodiante do Fundo e/ou pelo Cedente, declara que: (a) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta; (b) o Prospecto de Distribuição Pública de Cotas Seniores da Segunda Série de Emissão do Fundo (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (ii) contém as informações relevantes sobre a Oferta, do Fundo e de suas atividades e situação econômico-financeira, bem como sobre os riscos inerentes ao investimento nas Cotas, necessárias ao conhecimento pelos investidores; e (c) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Cotas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “FATORES DE RISCO”, bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo II a este Prospecto.

Emissor:	Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Consignado, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Resolução CMN 2.907, da Instrução CVM 356, conforme alterada, das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e do seu Regulamento.
Direitos Creditórios:	Qualquer Direito Creditório Consignado ou Direito Creditório INSS.
Administradora:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91.
Distribuidor Líder:	Banco BTG Pactual S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45.
Distribuidores da Oferta:	Distribuidor Líder e a Distribuidora Contratado, quando referidos em conjunto.
Distribuidora Contratada:	Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Alvarenga Peixoto, nº. 974, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.371.686/0001-75.
Custodiante:	Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo E. de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04.
Empresa de Auditoria:	Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20.
Agência Classificadora de Risco:	Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1.253, 10º andar, inscrita no CNPJ sob nº 02.295.585/0002-20.
Escriturador:	Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira regularmente credenciada perante a CVM para prestação de serviços de escrituração de cotas de fundos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº. 3.400, 10º andar, CEP 04310-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64.
Quantidade de Cotas Seniores da 2ª Série inicialmente ofertadas:	8.000 (oito mil) Cotas Seniores.

Quantidade Mínima de Cotas Seniores da 2ª Série a serem colocadas:	Não haverá.
Montante da Oferta:	R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).
Valor Unitário de Emissão das Cotas Seniores da 2ª Série:	R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Valor Mínimo de Investimento:	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Cotas do Lote Suplementar:	A quantidade de Cotas Seniores inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 1.200 (mil e duzentas) Cotas Seniores, equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Cotas Seniores inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, conforme opção de distribuição de Cotas do Lote Suplementar outorgada pelo Fundo ao Distribuidor Líder, nos termos do artigo 24, caput, da Instrução CVM 400, que poderá ser exercida pelo Distribuidor Líder, a seu exclusivo critério.
Data de Emissão da 2ª Série ou Data de Subscrição Inicial da 2ª Série:	Data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Cotas Seniores da 2ª Série, em moeda corrente nacional, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento do Fundo, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.
Datas de Amortização das Cotas Seniores da 2ª Série:	Data em que o Fundo efetua a Amortização Integral e/ou a Amortização Programada de Cotas Seniores, observado o disposto no respectivo Suplemento da 2ª Série.
Período de Carência da 2ª Série:	Período compreendido entre a Data da 1ª Subscrição de Cotas Seniores da 2ª Série e a 1ª Data de Amortização de Cotas Seniores da 2ª Série, prevista para 5 de janeiro de 2012.
Data de Resgate das Cotas Seniores da 2ª Série:	5 de outubro de 2016.
Classificação de Risco das Cotas Seniores da 2ª Série:	brAAA (sf).
Prazo de Distribuição das Cotas Seniores:	180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do Anúncio de Início, podendo ocorrer prorrogação nos termos da Instrução CVM nº 400, a critério da CVM.
Registro da Oferta:	A Oferta foi registrada na CVM em 1º de junho de 2011, sob o nº CVM/SRE/RFD/2011/007, nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400.
Procedimento de Distribuição das Cotas Seniores da 2ª Série:	Os Distribuidores da Oferta realizarão, em regime de melhores esforços, a distribuição pública das Cotas Seniores no ambiente de negociação da CETIP, através do MDA (Módulo de Distribuição de Ativos). Será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, não havendo lotes máximos ou mínimos. Os pedidos serão atendidos na ordem cronológica de confirmação, de acordo com a disponibilidade de Cotas Seniores para subscrição. O Distribuidor Líder contratou a Distribuidora Contratada para participar da distribuição das Cotas Seniores objeto da Oferta, exclusivamente junto a

Investidores Qualificados.

Bookbuilding:	Com vistas à fixação do <i>Spread</i> a ser aplicado na 2ª Série de Cotas Seniores, o qual não poderá ultrapassar o limite de 2,50% (dois e meio por cento) ao ano, foi realizado pelos Distribuidores da Oferta um procedimento de coleta de intenções, junto a possíveis investidores;
Negociação:	As Cotas Seniores deverão ser registradas para distribuição MDA - Módulo de Distribuição de Ativos operacionalizado pela CETIP e, para negociação no mercado secundário, no SF - Módulo de Fundos, também operacionalizado pela CETIP.
Forma de Subscrição e Integralização:	No ato de subscrição das Cotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, cuja cópia deverá ser encaminhada imediatamente à Administradora; e (ii) se comprometerá a integralizar as Cotas subscritas conforme o previsto no respectivo boletim de subscrição, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.
Aplicação dos Recursos pelo Fundo:	Os recursos provenientes da emissão das Cotas serão utilizados, pelo Fundo, na aquisição dos Direitos Creditórios e Outros Ativos, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.
Público Alvo:	Investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada; ou fundos de investimentos habilitados nos termos da regulamentação vigente a adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.
Publicações:	As publicações a cargo do Fundo, inclusive o anúncio das datas de início e término da Oferta, bem como qualquer outro anúncio relacionado a ela, serão realizadas no jornal Valor Econômico.
Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta:	<p>Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta.</p> <p>Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.</p> <p>A modificação será divulgada imediatamente através de meios mais ou menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta, e o investidor deverá ser cientificado de que a Oferta original foi alterada, com indicação das novas condições.</p> <p>Na hipótese de modificação ou revogação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio.</p>
Prospecto:	<p>O presente prospecto foi elaborado de acordo com a Instrução CVM nº 400.</p> <p>Alguns percentuais e valores incluídos neste Prospecto foram arredondados para facilitar a sua apresentação. Assim, alguns dos totais constantes das tabelas apresentadas neste Prospecto podem não representar a soma exata dos valores que os precedem.</p>
Maiores Informações:	Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP, à sede da Administradora, do

Distribuidor Líder, da Distribuidora Contratada, ou a seus respectivos sites na Internet, nos endereços indicados abaixo:

Administradora:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205
Condomínio Downtown, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro, RJ
Internet: www.oliveiratrust.com.br (neste site acessar "Fundos", e, em seguida, clicar no nome do fundo desejado).

Distribuidor Líder

Banco BTG Pactual S.A.
Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares
Rio de Janeiro, RJ
Internet:
https://www.btgpactual.com/home/AreasDeNegocios.aspx/BancoDeInvestimento/Mercado_de_Capitais

Contatos:

Securitização

Marcos Wanderley / +55 11 3383-2732
Rodrigo Mattos / +55 11 3383-2207

Distribuição de Crédito

Axel Blikstad / +55 11 3383-2695
Cristiano Cury / +55 11 3383-2659
Rogério Barreto / +55 11 3383-2063

Research – Crédito

Alexandre Muller / +55 11 3383-2165

Distribuidora Contratada

Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Rua Alvarenga Peixoto, nº. 974, 8º andar
Belo Horizonte, MG
Internet: www.bancobonsucesso.com.br (neste site acessar "Produtos e Serviços", clicar em "Investidores", em seguida, clicar em "Fundos de Investimento" e clicar em "Bonsucesso FIDC – Crédito Consignado - 2ª Série").

Contatos:

Mesa de Negócios

Jorge Luiz Valente Lipiani / +55 31 2103-7921
Juliana Pentagna Guimarães / +55 31 2103-7907
Alex Giovani de Assis / +55 11 2103-7903

CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos:

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar
Rio de Janeiro, RJ
ou
Rua Libero Badaró, nº 425, 24º andar
São Paulo, SP
Internet: www.cetip.com.br (neste site acessar "Informações Técnicas", clicar "Prospectos", acessar "Prospectos de Fundos de Investimento - Cotas de Fundos Fechados", em seguida, clicar em "Bonsucesso Fundo de

Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado”).

Comissão de Valores Mobiliários – CVM:

Rua Sete de Setembro, nº 111

Rio de Janeiro, RJ

ou

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares

São Paulo, SP

Internet: www.cvm.gov.br (neste site acessar “Acesso Rápido – Ofertas Registradas”, clicar “2011 - Entrar”, acessar “Quotas de FIDC”, clicar em “Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado”, acessar “Prospecto”).

Exemplares impressos do Prospecto estão disponíveis para retirada, pelos interessados, no endereço da Administradora acima indicado.

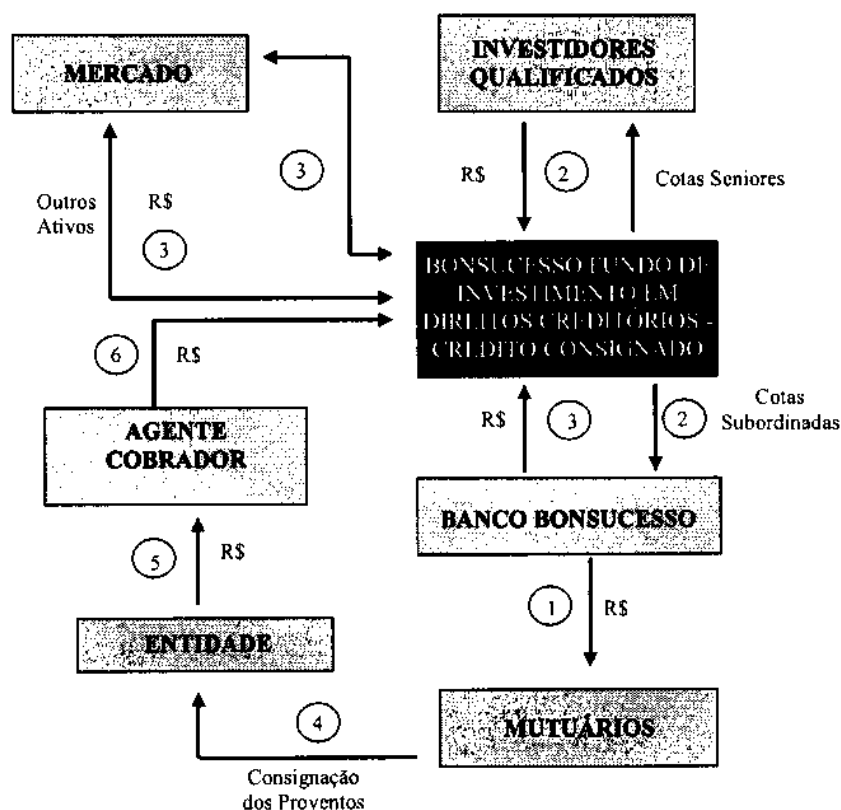
O Prospecto está disponível para consulta e reprodução, nas páginas da rede mundial de computadores da Administradora, do Distribuidor Lider, da Distribuidora Contratada e da CVM e da CETIP.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

As informações contidas nesta seção foram retiradas do Regulamento, constante do Anexo II ao presente Prospecto. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação da Carteira estabelecidos no Regulamento.

FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO



1. O Banco Bonsucesso concede empréstimos aos Mutuários, constituindo Direitos Creditórios.
2. O Fundo capta recursos por meio de emissão e subsequente integralização pelos investidores de suas Cotas. As Cotas Seniores são destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, sendo colocadas pelos Distribuidores da Oferta. As Cotas Subordinadas são destinadas exclusivamente ao Banco Bonsucesso.
3. O Fundo adquire Direitos Creditórios e Outros Ativos utilizando-se dos recursos recebidos conforme o item 2 acima.
4. A Entidade desconta dos proventos dos Mutuários, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período.
5. Após 1 (um) mês e 1 (um) dia, os valores descontados são repassados ao Agente Cobrador.
6. O Agente Cobrador repassa ao Fundo os valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo em até 2 (dois) dias.

PANORAMA GERAL

A tabela abaixo demonstra as informações gerais do Fundo:

Tipo	Fundo Fechado
Séries	Indeterminado
Subordinação	22% do valor total do PL do Fundo.
Taxa de Administração	0,15% a.a., sobre o PL até o montante de R\$ 200.000.000,00, acrescido do valor correspondente a 0,10% a.a. sobre o valor do PL que exceder o montante de R\$ 200.000.000,00, considerando um Valor mínimo de R\$ 12 mil mensais. E a parcela equivalente a R\$ 2.000,00 ou o valor resultante da aplicação do percentual de 0,03% a.a. sobre o Patrimônio Líquido, dos dois o maior.
Aplicação mínima	R\$ 25.000,00.
Cálculo de Quotas	Diário
Negociação	CETIP
Público Alvo	Investidores Qualificados (conforme disposto na Instrução da CVM 409 e demais investidores admitidos pela regulamentação)

Fonte: Banco Bonsucesso

O FUNDO

O Fundo foi constituído com prazo determinado de duração e sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Cotas Seniores somente poderão ser resgatadas na Data de Resgate de cada Série de Cotas Seniores, por deliberação especial da Assembleia Geral de Cotistas, ou em virtude de sua liquidação antecipada. O prazo de duração do Fundo será de 15 (quinze) anos contados a partir da primeira Data de Emissão. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por deliberação da Assembleia Geral, observado o previsto nas seções “*Liquidação do Fundo*” e “*Assembleia Geral*” deste Prospecto.

O Fundo foi constituído em 04 de dezembro de 2009, seu Regulamento foi registrado sob o nº 801487, na mesma data, tendo sido alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta, Sétima e Oitava alteração ao Regulamento, os quais foram registrados em 16 de março de 2010, 07 de abril de 2010, 14 de abril de 2010, 03 de maio de 2010, 06 de maio de 2010, 23 de agosto de 2010, 21 de outubro de 2010, e 18 de maio de 2011, respectivamente sob os números, 811813, 814332, 815146, 816996, 817603, 829714, 836260 e 858875, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Posteriores alterações ao Regulamento, quando efetuadas em razão de deliberações da Assembleia Geral, bem como independentemente destas, para fins exclusivos de adequação à legislação em vigor e/ou cumprimento de determinações da CVM, serão registradas em competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, devendo, nestes dois últimos casos, providenciar a divulgação das alterações aos Cotistas na forma estabelecida no Prospecto, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de sua ocorrência.

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos concedidos pelo Banco Bonsucesso a Servidores Públicos e a Aposentados e Pensionistas, de acordo com as disposições do Regulamento. Os Direitos Creditórios somente são comprados pelo Fundo após verificação pelo Custodiante do atendimento aos Critérios de Elegibilidade, conforme previsto no Regulamento.

Os recebíveis adquiridos pelo Fundo não contam com nenhuma forma de coobrigação do Banco Bonsucesso.

TIPO DE FUNDO

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado.

BASE LEGAL

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN nº 2.907 e a Instrução CVM nº 356, conforme alteradas.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA CLASSE DE COTAS SENIORES DO FUNDO

“brAAA (sf)”, pela Standard&Poor’s.

CLASSIFICAÇÃO PERANTE A ANBIMA E A CVM

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

AUTORIZAÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO DA 2ª SÉRIE DE COTAS DE EMISSÃO DO FUNDO

Foi autorizada a Distribuição da 2ª Série de Cotas de Emissão do Fundo em Assembleia Geral de Cotistas titulares de Cotas Subordinadas, realizada em 21 de março de 2011.

PÚBLICO ALVO

Podem participar do Fundo, na qualidade de Cotistas, pessoas que sejam: (i) investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada; ou (ii) fundos de investimentos habilitados nos termos da regulamentação vigente a adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

No ato de subscrição das Cotas Seniores, a aplicação inicial de cada investidor no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

No caso de distribuição com excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Cotas Seniores inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação de Cotas Seniores a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

A Tese de Investimento do Fundo pode resumir-se a:

- Reservas de Liquidez e amortização
- Gatilhos de liquidação antecipada
- Overcollateral
- Excesso de spread
- Capacidade técnica do custodiante
- Capacidade e independência do administrador
- Taxa de rendimento atrativa
- Rating brAAAF (sf) conferido pela S&P

Fonte: Banco Bonsucesso

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Cotas serão utilizados, pelo Fundo, prioritariamente, para a aquisição dos Direitos Creditórios e Outros Ativos, sempre observada a política de investimentos, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

A integralização das Cotas Seniores da 2ª Série deverá ser gradativa, na medida em que os Direitos Creditórios sejam ofertados pelo Banco Bonsucesso e seja verificada a sua observância aos Critérios de Elegibilidade, além dos Direitos Creditórios estarem comercialmente qualificados para aquisição pelo Fundo.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de sua Carteira, a valorização de suas Cotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios; e (ii) de Outros Ativos.

A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão da respectiva Série "n", a cota terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado na abertura de todo Dia Útil pelo Custodiante, sendo este equivalente, conforme o caso, a um dos seguintes valores:

- (i) na hipótese do Fundo ter Cotas Subordinadas em Circulação, ao valor apurado de acordo com a opção de remuneração da Série "n" definida no item "2" do respectivo Suplemento da Série "n", observado o disposto no parágrafo único do artigo 106 do Regulamento; ou

- (ii) exclusivamente na hipótese do valor das Cotas Subordinadas em Circulação ser igual a 0 (zero), com referência a todas as Séries de Cotas Seniores em Circulação, ao valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSnT = \frac{(NCSnT \times SVCSnT) - VAlnT + PLT \times RatnT}{NCSnT}$$

VCSnT	valor de cada Cota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.
SVCSnT	Saldo não amortizado da Cota Sênior da Série “n”, calculado para a data “T”, sendo o valor de emissão das Cotas Seniores da série “n” diminuído dos valores amortizados da série “n”.
PLT	$PLT = \text{Patrimônio LíquidoT} - (SSVCSnT, \times NCSnT),$ seu valor, se PLT menor que zero, então PLT igual a zero (0), onde: SSVCSnT = somatório do saldo não amortizado das Cotas Seniores
NCSnT	número de Cotas Seniores da Série “n” em circulação na data “T”. Sendo NCSaT o número de Cotas Seniores da 2ª Série ou Série “a” em circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pelo Custodiante na data de apuração do VCSnT.
VAlnT	valor apurado para a Série “n” de Cotas Seniores, calculado para a data “T”, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAlnT = \frac{((SSVCSnT, \times NCSnT) - \text{Patrimônio LíquidoT}) \times NCSnT}{(NCSaT + NCSbT + + NCSzT)},$$

sendo que se VAlnT é menor ou igual a 0 (zero), então VAlnT = 0 (zero).

RatnT	significa o percentual de rateio apurado para a data “T”, de acordo com a seguinte expressão:
-------	---

$$Ratn_T = \frac{VREn_T \times NCSn_T}{(VREa_T \times NCSa_T) + (VREb_T \times NCSb_T) + + (VREz_T \times NCSz_T)},$$

onde

VREnT valor que excede ao valor nominal de cada Cota Sênior da Série “n”, na data “T”, apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$VREnT = VCSDInT - SVCSnT$, sendo que:

VCSDInT é o valor de cada Cota Sênior da Série “n”, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas no Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma das alíneas “a”, “b” ou “c” do parágrafo único do Artigo 106 do Regulamento, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”.

Observado o disposto no item (i) acima, cada Série de Cotas Seniores terá características específicas, inclusive com relação à meta de remuneração, que poderá ser determinada por 1 (uma) das 3 (três) opções de remuneração previstas nas alíneas “a”, “b” ou “c” abaixo, conforme o caso. Neste sentido, constará no item “2” do Suplemento da Série “n” o critério de remuneração aplicável a cada Série de Cotas Seniores. As opções de remuneração das Cotas Seniores, no curso do Programa de Securitização, são as seguintes:

$$a) \quad VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{\text{Sobretaxa } n}{100} \right) + 1 \right\},$$

$$b) \quad VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{\text{Spread } n}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}, \text{ ou}$$

$$c) \quad VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left(\frac{\text{Taxa Pr é}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}}, \text{ onde:}$$

$VCSn_T$ valor de cada Cota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.

$VCSn_{T-1}$	valor de cada Cota Sênior da Série "n" para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T" de acordo com a respectiva opção prevista no parágrafo único do artigo 106 do Regulamento. No caso de o cálculo ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª (primeira) Data de Emissão, $VCSn_{T-1}$ é igual a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
DI_{T-1}	Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (<i>overnight</i>), expressa na forma percentual, em base anual (252 Dias Úteis) (" <u>Taxa DI</u> "), referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se Taxa DI over do Dia Útil anterior for 16,50%, então $DI_{T-1} = 16,50$.
$Sobretaxa_n$	percentual aplicado sobre a Taxa DI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Seniores da Série "n" ser apurado na forma da alínea "a" acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "n". Exemplo: se a Sobretaxa definida no Suplemento for 110%, então $Sobretaxa_n = 110$.
$Spread_n$	<i>spread</i> , na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Seniores da Série "n" ser apurado na forma da alínea "b" acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "n". Exemplo: Se <i>spread</i> 3,50% ao ano, então $Spread_n = 3,5$.
$Taxa Pré_n$	percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Seniores da Série "n" ser apurado na forma da alínea "c" acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "n". Exemplo: Se a Taxa Pré definida no Suplemento for 20% ao ano, então $Taxa Pré_n = 20$.

A partir da 1ª Data de Emissão de Cotas Subordinadas, o valor unitário de cada Cota Subordinada, apurado todo Dia Útil pela Administradora, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado de todas Cotas Seniores em circulação, apurado na forma acima demonstrada, dividido pelo número de Cotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação da Carteira do Fundo estabelecidos no Regulamento, sempre observado o disposto no Capítulo X do Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis (em especial o previsto no Artigo 40-A, da Instrução CVM 356).

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios oriundos de empréstimos a Mutuários Consignados e a Mutuários INSS, que atendam aos Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento.

Os Direitos Creditórios que comporão a Carteira do Fundo são originados exclusivamente dos empréstimos concedidos pelo Banco Bonsucesso a Mutuários Consignados e a Mutuários INSS, a taxas pré-fixadas e com pagamento realizado por meio de desconto em folha de pagamento ou com consignação em folha de benefícios.

Sem prejuízo das outras modalidades de investimentos para aplicação do remanescente de seu Patrimônio Líquido, conforme descritas na seção "*Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo*" deste Prospecto, o Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias contados a partir da data da 1ª (primeira) Data de Emissão de Cotas, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis.

O Fundo poderá manter em moeda corrente nacional ou aplicar, isolada ou cumulativamente, a totalidade (100%) do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido, não investido em Direitos Creditórios em: (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN, (ii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e (iii) cotas de fundo de

investimento que apliquem seus recursos exclusivamente nos títulos referidos no item (i) e (ii) acima. É expressamente vedada a aquisição, pelo Fundo, de ativos de renda variável.

É considerado Direito Creditório Elegível o Direito Creditório cujas informações sejam transmitidas ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia, e que atenda, cumulativamente, na Data de Oferta, assim verificados pelo Custodiante, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

a) Os Direitos Creditórios Consignados e os Direitos Creditórios INSS não poderão ter prazo de vencimento superior a 60 (sessenta) meses contados da Data de Oferta.

b) Os Direitos Creditórios adquiridos deverão observar os limites de concentração descritos no Anexo II do Regulamento.

c) Caso o Direito Creditório seja um Direito Creditório INSS, o valor nominal de cada Direito Creditório INSS não deve ser superior a R\$1.000,00 (um mil reais).

d) Caso o Direito Creditório seja um Direito Creditório Consignado o valor nominal de cada Direito Creditório Consignado não deve ser superior a R\$5.000,00 (cinco mil reais).

Todos os recursos do Fundo que não estiverem alocados em Direitos Creditórios serão investidos na aquisição em Outros Ativos, desde que os referidos recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e/ou outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.

Os títulos referidos nas alíneas (a) a (d) acima somente poderão ser adquiridos pelo Fundo caso possuam, na data da aplicação, liquidez no mercado de balcão.

É vedado ao Fundo (i) realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; (ii) adquirir ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; e (iii) realizar operações em mercados de derivativos.

O Fundo não poderá realizar qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer Outro Ativo ou aquelas compromissadas, em que o Banco Bonsucesso ou quaisquer pessoas controladoras, controladas, direta ou indiretamente, coligadas ou sob controle comum da referida sociedade figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes. Observado o disposto nos artigos 35 e 36 da Instrução CVM nº 356, o Fundo pode realizar operações nas quais a Administradora atue na condição de contraparte do Fundo.

O Fundo, a Administradora, o Custodiante, bem como seus controladores, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, e/ou subsidiárias, não são responsáveis pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, tampouco pela solvência dos Mutuários.

A Carteira do Fundo deverá observar os seguintes limites:

Percentual em Relação ao PL	Mínimo %	Máximo %
Direitos Creditórios	50*	95*
Títulos de Emissão do Tesouro Nacional	-	45
Títulos de Emissão do Banco Central	-	45
Operações Compromissadas tendo como lastro os ativos acima	-	45
Operações Vedadas		
Aquisição/aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável, ou atreladas à variação cambial		
Operações de "Day-trade"		
Adquirir direitos creditórios vencidos e não pagos		
Operações em mercados de derivativos		
Operações em que atuem como contraparte o Banco Bonsucesso e suas afiliadas, a Administradora e suas afiliadas		

Mínimo de 50% e máximo de 95% do PL alocados em direitos creditórios deverão ser alcançados em até 90 dias da data de início das atividades do Fundo.

Fonte: Banco Bonsucesso

Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo

No curso ordinário do Programa de Securitização, e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXX do Regulamento e a política de investimento constante do Capítulo X do Regulamento, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos parcela de seu Patrimônio Líquido, em montante equivalente a, no mínimo: (i) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do somatório dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, apurado na última Data de Verificação; ou (ii) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), o que for maior.

Demais Informações sobre a Política de Investimento

Os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de registro e liquidação financeira de ativos administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A Carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados na seção "Fatores de Risco" deste Prospecto. Antes de adquirir Cotas do Fundo, o investidor deve ler cuidadosamente tal seção, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia do Bonsucesso, da Administradora, do Custodiante, do INSS, das Entidades e de suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Política de Exercício de Direito de Voto

Em decorrência de sua política de investimento, conforme descrito acima, o Fundo não adota política de exercício de voto.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponderá à soma algébrica do disponível com o valor dos ativos integrantes da Carteira mais os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas e encargos do Fundo e provisões.

Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo do Banco Bonsucesso, dos Mutuários e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias, serão incorporados ao Patrimônio Líquido, observado o disposto no Regulamento.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

Contrato de Cessão

Por meio do Contrato de Cessão, o Banco Bonsucesso prometeu ceder ao Fundo Direitos Creditórios Elegíveis, incluindo todos e quaisquer direitos, prerrogativas e garantias assegurados ao Banco Bonsucesso em razão de sua titularidade, de acordo com os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento.

Para fins da cessão, além dos Critérios de Elegibilidade, deverão ser atendidos, cumulativamente, na Data de Oferta, as Condições de Cessão, a serem verificadas pelo Banco Bonsucesso.

O Banco Bonsucesso, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência dos Mutuários. O Banco Bonsucesso é somente responsável pela existência, autenticidade e liquidez dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, deste Regulamento e das demais disposições aplicáveis.

Pela aquisição de cada Direito Creditório Elegível, será pago pelo Fundo ao Banco Bonsucesso, em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à integralização de Cotas Subordinadas, conforme indicado em cada Termo de Cessão, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$PADC = \frac{VDC}{\left[(1 + TD)^{\frac{N}{252}} \right]},$$

onde:

PADC	=	Preço de Aquisição de cada Direito Creditório.
VDC	=	valor nominal de cada Direito Creditório.
TD	=	Taxa de Desconto, expressa na forma decimal ao ano. (Exemplo: para uma taxa de 20% ao ano, TD = 0,20).
N	=	número de Dias Úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança e Outras Avenças

Por meio do Contrato de Cobrança, o Banco Bonsucesso obrigou-se a prestar serviços bancários de recebimento, conciliação e transferência de valores referentes aos Direitos Creditórios que compõem a Carteira do Fundo e que foram cedidos pelo Banco Bonsucesso ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão.

No prazo de até 3 (três) Dias Úteis, contados do recebimento pelo Banco Bonsucesso das respectivas verbas, o Banco Bonsucesso deverá transferir os valores de titularidade do Fundo para a Conta Corrente do Fundo, não podendo as mesmas ser depositadas em qualquer outra conta corrente.

O Banco Bonsucesso se responsabiliza, ainda, pelo confronto, com sua respectiva base de dados, das informações retornadas ou transmitidas pelas respectivas Entidades relativas aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que estejam em cobrança no Banco Bonsucesso, incluindo a verificação de eventuais registros não encontrados, rejeitados ou inconsistentes, devendo os referidos eventos ser imediatamente informados, por meio eletrônico, à Administradora e ao Custodiante. Caberá ao Banco Bonsucesso diligenciar e prestar todas as informações solicitadas pela Administradora e pelo Custodiante necessárias à solução ou esclarecimento das causas do respectivo evento.

O Banco Bonsucesso, por meio do Contrato de Cobrança, deverá permitir à Administradora, ou a quem for por essa indicada, por escrito, em Dias Úteis e no horário normal de trabalho, sem qualquer custo adicional para o Fundo, no

prazo improrrogável de até 5 (cinco) Dias Úteis, contado da data da solicitação, acesso a todos os dados, às informações e aos documentos relativos aos serviços que sejam necessários à verificação, pela Administradora, do cumprimento, pelo Banco Bonsucesso, de seus deveres e obrigações definidos no Contrato de Cobrança.

Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios

Por meio do contrato em questão, o Itaú Unibanco S.A. prestará ao Fundo os serviços de custódia e controladoria, relativos aos direitos creditórios, títulos, valores mobiliários e recursos financeiros, pertencentes à Carteira do Fundo. Os serviços encontram-se especificado no anexo 1 do referido contrato. O Itaú Unibanco S.A., dentre outras obrigações, deverá (i) verificar e validar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Banco Bonsucesso ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade; (ii) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos do Fundo que sejam de sua exclusiva responsabilidade; (iii) receber e analisar por amostragem, observado o artigo 38 do Regulamento, a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, sendo que a metodologia e os resultados obtidos deverão ser colocados à disposição da Administradora e dos órgãos reguladores; (iv) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observados os termos e condições do Regulamento e as instruções passadas pela Administradora; (v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e dos Outros Ativos, com metodologia preestabelecida e de livre acesso pela Empresa de Auditoria, Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores; (vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos de valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, transferidos, a qualquer título, pelo Banco Bonsucesso para a Conta Corrente do Fundo, nos termos dos respectivos Documentos do Fundo.

Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Cotas

Por meio do referido contrato, o ITAUCOR, instituição financeira regularmente credenciada perante a CVM para prestação de serviços de escrituração de cotas de fundos, que prestará para o Fundo os serviços especificados no mencionado contrato e em seu Anexo I, relativos à escrituração de suas Cotas, que contemplam, entre outras, as atividades de (i) registro das Cotas em nome de seus respectivos titulares; e (ii) liquidação de direitos dos titulares das Cotas, nos termos daquele contrato e do Regulamento.

Contrato de Distribuição de Cotas Seniores da 2ª Série

Por meio do referido contrato, o Fundo, através de sua Administradora, formalizou a contratação do Banco BTG Pactual S.A. como Distribuidor Líder de Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo, da presente Oferta, em regime de melhores esforços de distribuição.

O Distribuidor Líder prestará serviços de distribuição das Cotas do Fundo, em regime de melhores esforços de colocação, consistindo no agenciamento de investidores domiciliados no país, inclusive outros fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo próprio Distribuidor Líder e/ou pela Administradora, para aplicação de recursos no Fundo.

CARACTERÍSTICAS DAS COTAS DO FUNDO

FORMA E ESPÉCIE

As Cotas serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos no Regulamento.

As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio, observadas as peculiaridades das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas, descritas nos artigos 80 e 81 do Regulamento, não serão resgatáveis, exceto na data prevista no respectivo Suplemento, ou por ocasião da liquidação ou término do prazo de duração do Fundo, sendo também admitida a amortização das Cotas do Fundo nos termos do Regulamento e do respectivo Suplemento de Cotas Seniores.

As Cotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) têm prioridade em relação às Cotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto no Regulamento;
- b) têm o preço unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª Data de Emissão da respectiva Série;
- c) têm seu valor apurado na forma do artigo 106 do Capítulo XVI do Regulamento;
- d) nos termos do Capítulo XXXII do Regulamento, os titulares das Cotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão de série de Cotas Seniores específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
- e) podem ser objeto de amortização antecipada, na hipótese de reenquadramento da Relação Mínima, da Alocação de Investimento Mínima e/ou de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, sendo que, neste caso, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Cotas Seniores em circulação;
- f) os créditos dos titulares das Cotas Seniores contra o Patrimônio Líquido, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Cotas Seniores, nos termos do Regulamento, são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Cotas Seniores em circulação; e
- g) à exceção da deliberação concernente à emissão de nova Série de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas, as quais poderão ser emitidas por decisão da Administradora, observado o disposto no artigo 91 do Regulamento, a qual poderá ser realizada independentemente de aprovação dos titulares de Cotas Seniores, tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que cada Cota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.

As Cotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordinam-se às Cotas Seniores para efeito de amortização ou resgate, observados os termos do Regulamento;
- b) têm o preço unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão de Cotas Subordinadas;
- c) têm seu valor apurado na forma do artigo 107 do Capítulo XVI do Regulamento;
- d) podem ser objeto de amortização antecipada, na hipótese de reenquadramento da Relação Mínima, da Alocação de Investimento Mínima e/ou de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, desde que, *pro-forma* a amortização pretendida o Fundo atenda, cumulativamente, aos limites de concentração definidos no Anexo II ao Regulamento e ao disposto no artigo 83 do Capítulo XIV, bem como aos índices previstos nos Artigos 154, 157 e 158 do Regulamento e à Reserva da Caixa;

e) enquanto existirem Cotas Seniores em circulação, terá o direito de aprovar, por meio de voto afirmativo tomado em separado dos demais Cotistas, no curso de Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, as matérias tratadas no artigo 109 do Capítulo XVI e nos artigos 82 e 91 do Capítulo XIV e XV do Regulamento; e

f) enquanto existirem Cotas Seniores em circulação, terá o direito de aprovar, em Assembleia Geral dos titulares de Cotas Subordinadas, convocada especialmente para este fim, a emissão de nova Série de Cotas Seniores, nos termos do artigo 91 do Capítulo XV do Regulamento.

EMIÇÃO DE COTAS SENIORES

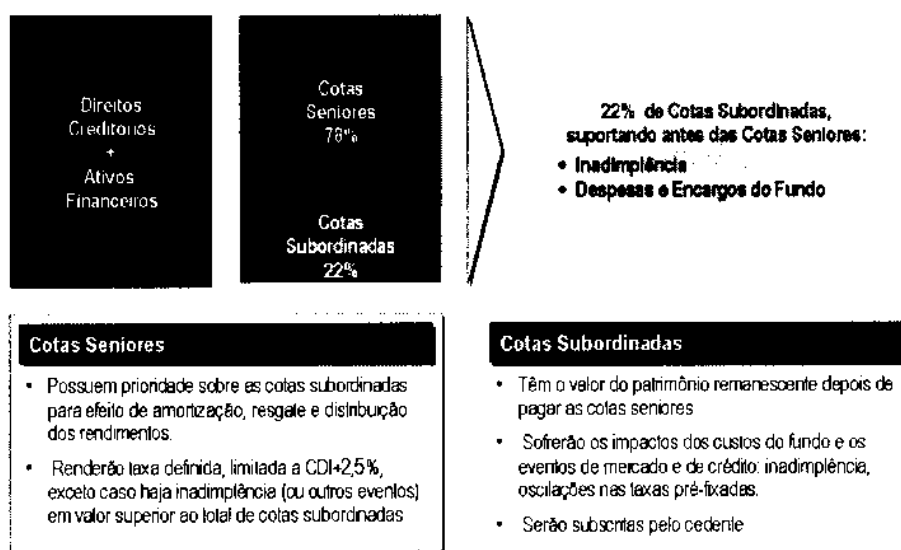
O Fundo poderá emitir uma classe de Cotas Seniores, em número indeterminado, as quais poderão ser divididas em Séries, a serem distribuídas em uma ou mais distribuições, mantidas concomitantemente em Circulação, até R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) em Cotas Seniores.

Desde que previamente aprovada, única e exclusivamente, pela maioria dos titulares de Cotas Subordinadas, em votação em separado proferida em Assembleia Geral convocada exclusivamente para este fim, fica a exclusivo critério da Administradora, a emissão, em qualquer distribuição, de qualquer Série de Cotas Seniores, desde que, (i) computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, da respectiva Série e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o Fundo atenda, concomitantemente, ao disposto no artigo 83 do Regulamento, referente tanto à Série de Cotas Seniores em processo de subscrição e integralização quanto a todas as demais Séries em circulação e (ii) o Suplemento referente à nova Série “n” tenha sido registrado nos termos do Regulamento.

EMIÇÃO DE COTAS SUBORDINADAS

O Fundo poderá emitir 01 (uma) classe de Cotas Subordinadas, em número indeterminado, em série única, a serem distribuídas em uma ou mais distribuições, sem a necessidade de aprovação dos Cotistas titulares das Cotas Seniores em Circulação, devendo, para tanto, serem observados os termos e as condições do Regulamento.

O reforço de crédito das Cotas Subordinadas é demonstrado a seguir:



Fonte: Banco Bonsucesso

CARACTERÍSTICAS DAS COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE

No curso da 1ª distribuição, o Fundo ofertou 8.000 (oito mil) Cotas Seniores da 1ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), tendo sido subscritas e integralizadas a totalidade das Cotas ofertadas, tendo em vista o encerramento do prazo para distribuição das mesmas.

O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, o resgate de cada Cota Sênior da 1ª Série, é calculado de acordo com o critério de atualização definido no artigo 106 do Regulamento, observado o disposto na seguinte tabela:

$SPREAD_n$	2% AO ANO
NÚMERO DE COTAS SENIORES EMITIDAS	ATÉ 8.000
DATA DA ÚLTIMA AMORTIZAÇÃO (RESGATE INTEGRAL)	5 DE SETEMBRO DE 2015
VALOR DE CADA COTA SÊNIOR NA DATA DA 1ª SUBSCRIÇÃO DE COTAS	R\$ 25.000,00

Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, foi e será promovida, a partir do dia 5 de dezembro de 2010, inclusive, em cada dia 5 de março, 5 de junho, 5 de setembro e 5 de dezembro de cada exercício social, a amortização de parcela do valor de cada Cota Sênior da 1ª Série, a qual foi e será equivalente ao valor apurado de acordo com a fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 5 de setembro de 2015, quando o Fundo deverá promover a Amortização Integral da respectiva Série:

$$VAP_n = VQSn_T - VAEn + (PA \times VQSA_n), \text{ onde:}$$

VAP _n	valor da Amortização Programada referente a cada Cota Sênior da 1ª Série na Data de Amortização “n”.
VQSn _T	valor unitário de cada Cota Sênior da 1ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Cota Sênior da 1ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “b” do artigo 106 do Capítulo XVI do Regulamento, na data de apuração de VAP _n .
VQSA _n	valor unitário de cada Cota Sênior da 1ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Cota Sênior da 1ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido no artigo 106 do Capítulo XVI do Regulamento, em 05 de novembro de 2010.
VAEn	somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização de cada Cota Sênior da 1ª Série, anteriormente à Data de Amortização “n” apurado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VAE = VQSA_n \times (1 - SPA),$$

Sendo que:

SPA é o somatório dos percentuais de amortização (PA) das Cotas Seniores da 1ª Série efetivamente ocorridas até o Dia Útil anterior à data de apuração de VAP_n.

PA	percentual de amortização do valor nominal de cada Cota Sênior da 1ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização, conforme a tabela abaixo.
----	--

Observadas as disposições acima e o Suplemento da 1ª Série, segue abaixo o cronograma de amortizações das Cotas Seniores do Fundo da 1ª série:

Cronograma de Amortização das Cotas Seniores da 1ª série	
Datas de Amortização	PA
5-dez-2010	5%
5-março-2011	5%
5-junho-2011	5%
5-setembro-2011	5%
5-dez-2011	5%
5-março-2012	5%
5-junho-2012	5%
5-setembro-2012	5%

5-dez-2012	5%
5-março-2013	5%
5-junho-2013	5%
5-setembro-2013	5%
5-dez-2013	5%
5-março-2014	5%
5-junho-2014	5%
5-setembro-2014	5%
5-dez-2014	5%
5-março-2015	5%
5-junho-2015	5%
5-setembro-2015	5%

Todas as amortizações das Cotas Sênior da 1ª Série previstas até 5 de março de 2011 foram integralmente pagas nas datas previstas, de forma que nesta data o Fundo contava com 8.000 (oito mil) Cotas Sênior da 1ª Série em circulação, no valor unitário de R\$ 25.843,75 (vinte e cinco mil, oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), perfazendo o montante total de R\$ 206.749.961,70 (duzentos e seis milhões, setecentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta e um reais e setenta centavos). Esse saldo remanescente será amortizado em 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas, de modo que a última amortização deverá ocorrer em 05 de setembro, na forma do Suplemento da 1ª Série de Cotas Sênior.

CARACTERÍSTICAS DAS COTAS SENIORES DA 2ª SÉRIE

Sem prejuízo da possibilidade de emissão de Cotas do Lote Suplementar, que pode importar em uma emissão de mais 2.800 (duas mil e oitocentas) Cotas Seniores da 2ª Série, na forma prevista neste Prospecto, serão distribuídas, inicialmente, até 8.000 (oito mil) Cotas Seniores, com valor unitário de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). O valor mínimo de subscrição, por cada Cotista, é R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Eventual saldo não colocado de Cotas Seniores da 2ª Série poderá ser cancelado antes do respectivo prazo de colocação, 180 (cento e oitenta) dias ou a Administradora solicitará prorrogação do referido prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

As Cotas Seniores da 2ª Série deverão ser subscritas dentro do prazo estabelecido no Anúncio de Início da Oferta, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de Publicação do Anúncio de Início da Distribuição, podendo ser prorrogado por igual período, à critério da CVM.

O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Prospecto, resgate de cada Cota Sênior da 2ª Série, será calculado de acordo com o critério de atualização definido no item (i) do artigo 106 do Capítulo XVI do Regulamento, bem como a expressão prevista na alínea "b" do parágrafo único do mesmo artigo, observado o disposto na seguinte tabela:

SPREADN	2,50% AO ANO
NÚMERO DE COTAS SENIORES EMITIDAS	ATÉ 8.000
DATA DA ÚLTIMA AMORTIZAÇÃO (RESGATE INTEGRAL)	5 DE OUTUBRO DE 2016
VALOR DE CADA COTA SÊNIOR NA DATA 1ª SUBSCRIÇÃO DE COTAS	R\$ 25.000,00

Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida, a partir do dia 5 de janeiro de 2012, inclusive, em cada dia 5 de janeiro, 5 de abril, 5 de julho e 5 de outubro de cada exercício social, a amortização de parcela do valor de cada Cota Sênior da 2ª Série (a "Amortização Programada"), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com a fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 5 de outubro de 2016, quando o Fundo deverá promover a Amortização Integral da respectiva Cota:

$$VAPn = VQSnT - VAEn + (PA \times VQSA_n), \text{ onde:}$$

VAPn valor da Amortização Programada referente a cada Cota Sênior da 2ª Série na Data de Amortização “n”.

VQSnT valor unitário de cada Cota Sênior da 2ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Cota Sênior da 2ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “b” do artigo 106 do Capítulo XVI do Regulamento, na data de apuração de VAPn.

VQSA n valor unitário de cada Cota Sênior da 2ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Cota Sênior da 2ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido no artigo 106 do Capítulo XVI do Regulamento, em 05 de dezembro de 2011.

VAEn somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização de cada Cota Sênior da 2ª Série, anteriormente à Data de Amortização “n” apurado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VAE = VQSA n \times (1 - SPA),$$

Sendo que:

SPA é o somatório dos percentuais de amortização (PA) das Cotas Seniores da 2ª Série efetivamente ocorridas até o Dia Útil anterior à data de apuração de VAPn.

PA percentual de amortização do valor nominal de cada Cota Sênior da 2ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização, conforme a tabela abaixo.

Observadas as disposições acima e o Suplemento da 2ª Série, segue abaixo o cronograma de amortizações das Cotas do Fundo:

Cronograma de Amortização das Cotas Seniores da 2ª Série	
Datas de Amortização	PA
5-janeiro-2012	5%
5-abril-2012	5%
5-julho-2012	5%
5-outubro-2012	5%
5-janeiro-2013	5%
5-abril-2013	5%
5-julho-2013	5%
5-outubro-2013	5%
5-janeiro-2014	5%
5-abril-2014	5%
5-julho-2014	5%
5-outubro-2014	5%
5-janeiro-2015	5%
5-abril-2015	5%
5-julho-2015	5%
5-outubro-2015	5%

5-janeiro-2016	5%
5-abril-2016	5%
5-julho-2016	5%
5-outubro-2016	5%

PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO

As Cotas Seniores serão publicamente distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do Anúncio de Início. O prazo de distribuição poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da CVM, sem que isso importe alteração dos termos da Oferta.

EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS COTAS

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma definida no Regulamento e neste Prospecto, na data em que as respectivas contrapartidas (moeda corrente nacional c/ou Direitos Creditórios Elegíveis) sejam colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos da legislação aplicável e do Contrato de Cessão. O valor de integralização, amortização e resgate das Cotas do Fundo, encontram-se descritos na seção “*Objetivo de Investimento*” deste Prospecto.

Desde que previamente aprovada, única e exclusivamente, pela maioria dos titulares de Cotas Subordinadas, em votação em separado proferida em Assembleia Geral convocada exclusivamente para este fim, fica a exclusivo critério da Administradora, a emissão, em qualquer distribuição, de qualquer Série de Cotas Seniores, desde que, (i) computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, da respectiva Série e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o Fundo atenda, concomitantemente, ao disposto acima, referente tanto à Série de Cotas Seniores em processo de subscrição e integralização quanto a todas as demais Séries em circulação e (ii) o Suplemento referente à nova Série “n” tenha sido registrado nos termos do Capítulo IV do Regulamento.

Será admitida, a critério da Administradora, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Cotas.

As Cotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Banco Bonsucesso. Observados os termos do Contrato de Cessão, a integralização das Cotas Subordinadas poderá ser efetuada pelo Banco Bonsucesso, em moeda corrente nacional c/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, observados, conforme o caso, os dispositivos legais e regulamentares referentes a aplicações de Cotas em Direitos Creditórios.

A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome.

Não haverá quantidade mínima de Cotas a serem emitidas, observado o disposto na regulamentação em vigor.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Cotista deverá assinar o Termo de Adesão e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (e-mail). Caberá a cada Cotista informar à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.

Para cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora, quaisquer taxas ou despesas.

Somente Investidores Qualificados, conforme definido no artigo 4º do Regulamento, poderão adquirir Cotas do Fundo.

A subscrição de Cotas do Fundo será feita mediante a assinatura de boletim de subscrição, o qual deverá conter, obrigatoriamente, no mínimo: (i) previsão para identificação de sua numeração; (ii) espaço para a assinatura do subscritor ou adquirente; (iii) condições de integralização, subscrição ou aquisição de sobras, se for o caso; e (iv) declaração do subscritor ou adquirente de haver obtido exemplar deste Prospecto.

A integralização, a amortização e o resgate de Cotas Seniores do Fundo devem ser efetuados em moeda corrente nacional, por meio de depósito na Conta Corrente do Fundo, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou através do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP, observado que a amortização e o resgate das Cotas Seniores poderão ser efetuados, ainda, por meio de dação em pagamento de Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo.

O extrato da conta de depósito emitido será o documento hábil para comprovar:

- a) a obrigação de a Administradora cumprir as disposições constantes do Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e
- b) a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista.

Os titulares das Cotas poderão oferecer suas Cotas em garantia de qualquer negócio jurídico e sobre elas instituir usufruto, devendo a Administradora ou o terceiro contratado para a prestação de serviço de escrituração de Cotas, em qualquer desses casos, mediante prévia comunicação escrita do respectivo Cotista, proceder ao registro do respectivo gravame, informando tal procedimento à Administradora.

As Cotas deverão ter seu valor calculado pelo Custodiante, todo Dia Útil, observados os termos e as condições do Regulamento.

A Administradora não cobrará taxa de ingresso ou saída, podendo, todavia, recusar, a seu exclusivo critério, o ingresso de Cotistas ao Fundo.

Quando da definição do valor das Cotas Seniores, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista no Regulamento, será aplicada a última Taxa DI que estiver disponível naquela data. Nesse caso, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover os competentes ajustes no valor das Cotas na data de divulgação da Taxa DI que seria aplicável.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Na hipótese de inexistência do parâmetro acima referido, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que seja deliberado, pelos titulares das Cotas Seniores, o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das Cotas Seniores. Nos termos da alínea "e" do artigo 81 do Capítulo XIV do Regulamento, a maioria dos titulares de Cotas Subordinadas terá o direito de votar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembleia Geral, por meio de deliberação alcançada em votação em separado, podendo, nesta ocasião, apresentar um índice ou critério alternativo de precificação.

Os critérios de determinação do valor das Cotas Seniores, definidos acima, têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Banco Bonsucesso, do Custodiante, de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Cotas, atualizado de acordo com o parâmetro acima referido, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para a respectiva Série.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE ANTECIPADOS

Cada Cota Sênior poderá ser objeto de 01 (uma) ou mais Amortizações Programadas, parciais ou totais, nas Datas de Amortização definidas no Suplemento da Série "n". Caso não seja prevista no Suplemento da Série "n" a existência de Amortizações Programadas, as Cotas Seniores da Série "n" deverão ser integralmente amortizadas na Data de Amortização definida no Suplemento da Série "n". O Fundo não poderá emitir Cotas Seniores com Data de Amortização posterior ao prazo de vigência do Fundo.

A Administradora deverá manter Reserva de Amortização, por conta e ordem do Fundo, desde a 1ª Data de Emissão até a última Data de Amortização, onde deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo, Outros Ativos que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional. A Reserva de Amortização destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações e de resgate de cada Série de Cotas Seniores.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Outros Ativos na Reserva de Amortização, observando que:

- a) até o 80º (octogésimo) dia anterior a cada Data de Amortização de cada Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do somatório do valor total da parcela das Cotas Seniores a serem amortizadas na respectiva Data de Amortização;
- b) até o 60º (sexagésimo) dia anterior a cada Data de Amortização de cada Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 60% (sessenta por cento) do somatório do valor total da parcela das Cotas Seniores a serem amortizadas na respectiva Data de Amortização; e
- c) até o 20º (vigésimo) dia anterior a cada Data de Amortização de cada Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do somatório do valor total da parcela das Cotas Seniores a serem amortizadas na respectiva Data de Amortização.

Na hipótese de a Reserva de Amortização deixar de atender ao limite de enquadramento, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Amortização. A Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao somatório do valor total da parcela das Cotas Seniores a serem amortizadas na respectiva Data de Amortização.

Sem prejuízo do disposto acima, a partir do 20º (vigésimo) Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização, a Administradora, deverá dar início aos seguintes procedimentos:

- a) interromper a aquisição de Direitos Creditórios do Banco Bonsucesso e de Outros Ativos e resgatar e/ou alienar os Outros Ativos, inclusive aqueles utilizados na formação da Reserva de Caixa, adotando as medidas prudenciais necessárias de forma que o resgate ou alienação destes ativos não afete sua rentabilidade, até que o somatório dos recursos arrecadados seja suficiente para o pagamento da próxima Amortização Programada; e
- b) caso o somatório dos valores arrecadados nos termos da alínea “a” acima não seja suficiente para o pagamento integral da próxima Amortização Programada e desde que os valores arrecadados sejam equivalentes a, no mínimo, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (o “Montante Mínimo”), a Administradora deverá destinar os recursos disponíveis para o pagamento parcial da respectiva Amortização Programada, em sua Data de Amortização, efetuando, nos dias subsequentes e sem solução de continuidade, novos pagamentos a título de complemento da amortização parcial efetuada, até que o somatório dos valores pagos seja equivalente ao valor integral da respectiva Amortização Programada, devidamente atualizada.

Caso não haja recursos suficientes para pagamento integral aos Cotistas da respectiva Amortização Programada, os valores disponíveis deverão ser rateados entre os Cotistas na proporção dos valores a estes devidos.

A partir do 5º (quinto) Dia Útil seguinte a cada Data de Amortização das Cotas Seniores, o Fundo deverá promover a amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Cota Subordinada em circulação, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos acima, desde que considerada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, cumulativamente, aos limites de concentração definidos no Anexo II ao Regulamento, ao disposto no artigo 83 do Capítulo XIV do Regulamento, bem como aos índices previstos nos Artigos 154, 157 e 158 do Regulamento e à Reserva de Caixa. A primeira Data de Amortização de Cotas Subordinadas deverá coincidir com a 3ª (terceira) Data de Verificação.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer pessoa, interromper imediatamente os procedimentos referidos nesse parágrafo, caso entenda que os mesmos possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares das Cotas Seniores.

Os titulares de Cotas Subordinadas em circulação poderão outrossim solicitar à Administradora, por escrito, até o 2º (segundo) Dia Útil imediatamente anterior à cada Data de Amortização de Cotas Subordinadas, que o Fundo não realize a referida amortização. Neste caso, cada Cotista, quando do envio da comunicação acima referida, deverá indicar à Administradora o valor da Amortização Programada de Cotas Subordinadas que ele deseja receber.

Na hipótese acima, o Fundo somente poderá promover nova Amortização Programada de Cotas Subordinadas na próxima Data de Amortização de Cotas Subordinadas.

Os titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização antecipada ou do resgate de suas respectivas Cotas, em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

O Fundo poderá reiniciar os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis do Banco Bonsucesso quando este contar com a totalidade dos recursos, em moeda corrente nacional, necessários à efetivação da amortização de Cotas Seniores na respectiva Data de Amortização e quando, após o pagamento da respectiva amortização, o Fundo atender, cumulativamente, aos índices definidos no artigo 83 do Capítulo XIV do Regulamento e à Reserva de Caixa.

PAGAMENTO AOS COTISTAS

O Fundo efetuará o pagamento da amortização de Cotas por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizados pelo BACEN ou, conforme o caso, por meio dos procedimentos de dação referidos no Capítulo XXV do Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento dos valores devidos aos Cotistas, observados os registros de titularidade de Cotas mantidos pela Administradora no Dia Útil imediatamente anterior à data da realização da amortização ou do resgate de Cotas.

No curso ordinário do Programa de Securitização, as verbas pagas aos titulares das Cotas Seniores, a título de amortização ou resgate de suas Cotas, deverão ser imputadas, sem solução de continuidade, no pagamento dos rendimentos auferidos e/ou na amortização ou resgate de seu valor unitário na forma que for estipulada no Suplemento da respectiva Série.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, as verbas pagas aos titulares das Cotas Seniores, a título de amortização ou resgate de suas Cotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, na amortização ou resgate de seu valor unitário definido para a 1ª Data de Emissão da respectiva Série e, posteriormente, no pagamento dos rendimentos auferidos por cada Série. Os procedimentos aqui referidos somente serão descontinuados após o pagamento integral dos respectivos valores de amortização ou resgate das Cotas Seniores e, conforme o caso, das Cotas Subordinadas ou quando da exaustão do Patrimônio Líquido do Fundo.

MECANISMOS DE REFORÇO DE CRÉDITO

A Administradora deverá manter Reserva de Amortização, por conta e ordem do Fundo, desde a 1ª Data de Emissão até a última Data de Amortização, onde deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo, Outros Ativos que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional. A Reserva de Amortização destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações e de resgate de cada Série de Cotas Seniores.

NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

As Cotas Seniores deverão ser registradas para distribuição no mercado primário no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP, e para negociação no mercado secundário, no SF - Módulo de Fundos, também operacionalizado pela CETIP. Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Cotas.

Caberá aos Distribuidores da Oferta, no caso de negociação primária, e aos eventuais intermediários, no caso de negociação das Cotas no mercado secundário, assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas, observado que os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas.

As Cotas Subordinadas, que serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Banco Bonsucesso, não serão objeto de negociação, transferência ou qualquer forma de oneração em benefício de terceiros.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os ativos integrantes da Carteira do Fundo deverão ser registrados contabilmente e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, quando houver, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo BACEN e pela CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

O Custodiante constituirá, a partir da data de aquisição dos Direitos de Crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme posteriormente alterada. Consiste o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa na reserva mensal de valores correspondentes a um percentual do Direito de Crédito conforme o nível de risco adotado, observado que referido nível de risco variará de acordo com critérios previstos na referida regulamentação.

É obrigatória ao Custodiante a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da Carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

ENQUADRAMENTO À RELAÇÃO MÍNIMA

Desde a Data da 1ª Subscrição de Cotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, todo Dia Útil, se a Relação Mínima é igual ou superior a 128,21% (cento e vinte e oito inteiros e vinte e um centésimos por cento).

A Administradora deverá enviar ao Banco Bonsucesso, por meio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Relação Mínima, Aviso de Desenquadramento, o qual deverá ser respondido pelo Banco Bonsucesso à Administradora impreterivelmente até o 2º (segundo) Dia Útil subsequente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, o Banco Bonsucesso deverá, a seu exclusivo critério, informar à Administradora:

- (a) se a competente integralização de Cotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis, observado o disposto no Contrato de Cessão, devendo, conforme o caso, enviar, concomitantemente, novo *Layout* ao Custodiante;
- (b) sua intenção em reenquadrar o Fundo aos parâmetros definidos no Regulamento para a Relação Mínima Quando do envio de sua resposta ao Aviso de Desenquadramento, o Banco Bonsucesso deverá indicar o valor da Amortização Não Programada, a ser implementada pela Administradora no curso dos procedimentos definidos no Capítulo XXIV do Regulamento, e o novo valor do Patrimônio Líquido em que o Banco Bonsucesso reenquadrará o Fundo aos parâmetros definidos no artigo 83 do Regulamento; ou
- (c) sua intenção em interromper definitivamente os procedimentos de cessão previstos no Contrato de Cessão.

Na hipótese da alínea “a” acima, a integralização das Cotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, de forma que, considerada, pro forma, a integralização pretendida, o Fundo atenda, cumulativamente, aos limites de concentração definidos no Anexo II ao Regulamento. ao disposto no artigo 83 do Capítulo XIV, bem como aos índices previstos nos Artigos 154, 157 e 158.

Na hipótese da alínea “b” acima, a Administradora dará início aos procedimentos estabelecidos no Capítulo XXIV do Regulamento, com vista à Amortização Não Programada.

Caso o Banco Bonsucesso deixe de responder o Aviso de Desenquadramento, não envie o *Layout* ao Custodiante nos termos da alínea “a” *supra*, o/ou, na hipótese da alínea “c” acima, serão iniciados os procedimentos definidos nos artigos 146 e seguintes do Capítulo XXII do Regulamento.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A partir da 1ª (primeira) data de integralização de Cotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;

- b) na constituição das reservas monetárias previstas no Regulamento, observada a política de investimento descrita no Capítulo X do Regulamento;
- c) no provisionamento e na criação de reserva monetária no montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no mês calendário subsequente ao da realização do respectivo provisionamento, bem como na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa;
- d) na amortização das Cotas Seniores, emitidas ao amparo do artigo 188 do Capítulo XXXII do Regulamento, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Cotas Seniores com maior remuneração;
- e) na amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- f) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o potencial de cessão;
- g) na constituição de reserva de pagamento relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- h) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação e/ou de um Evento de Amortização Antecipada, o pagamento da remuneração da Agência Classificadora de Risco somente ocorrerá após a amortização ou resgate integral das Cotas Seniores.

No curso ordinário do Programa de Securitização, e observada a ordem de aplicação de recursos definida acima e a política de investimento constante do Capítulo X do Regulamento, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos parcela de seu Patrimônio Líquido para a constituição da Reserva de Caixa, em montante equivalente a, no mínimo:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do somatório dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, apurado na última Data de Verificação; ou
- b) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), o que for maior.

Os valores segregados na Reserva de Caixa deverão ser mantidos em: a) títulos de emissão do Tesouro Nacional; b) títulos de emissão do BACEN; c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e d) cotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente nos títulos referidos nas alíneas (a) a (c) e poderão ser utilizados pelo Fundo na amortização de Cotas Seniores nas condições previstas no Regulamento.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Salvo quando outro meio de comunicação com os Cotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Cotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal "Valor Econômico" cientificado aos Cotistas nos termos da Instrução CVM nº 356 ou (b) de correspondência enviada ao representante do Cotista indicado na forma do artigo 96 do Capítulo XV do Regulamento. As publicações referidas deverão ser mantidas à disposição dos Cotistas na sede da Administradora.

A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada, nos termos do Regulamento, de modo a garantir a todos os Cotistas, acesso a tais informações.

A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em seu *website*, sua sede e dependências, informações sobre:

- a) o número de Cotas de propriedade de cada um dos Cotistas e o seu respectivo valor;
- b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e

- c) o comportamento da Carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado, com base nos dados relativos ao último Dia Útil do mês imediatamente anterior, incluindo os Índices de Atraso, de Perda Acumulada e de Pré-pagamento.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer Cotista que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Ainda, a Administradora disponibilizará diariamente em sua página na rede mundial de computadores, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo, as seguintes informações:

- a) o valor do Patrimônio Líquido;
- b) o valor das Cotas de cada classe do Fundo;
- c) a Relação Mínima;
- d) as rentabilidades acumuladas no respectivo mês e ano civil a que se referirem; e
- e) os relatórios da Agência Classificadora de Risco, se houver.

A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do Diretor Designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 356, pela regularidade na prestação dessas informações.

A modificação da Oferta deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta e as entidades integrantes do consórcio de distribuição deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

ATENDIMENTO AOS COTISTAS

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Cotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio dos telefones e e-mail de atendimento ao Cotista abaixo indicados:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro - RJ
Fone: (21) 3514-0000
Fax : (21) 3514-0099
Email: fundos@oliveiratrust.com.br

FATORES DE RISCO

Antes de decidir investir nas Cotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta seção.

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes, que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Cotistas, hipóteses em que a Administradora e o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Outros Ativos; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas, quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos Cotistas não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, do Banco Bonsucesso ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito e/ou operacionais das contrapartes, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos do Regulamento.

Liquidez das Cotas

Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Cotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, sem admitir a possibilidade de resgate das Cotas a qualquer tempo, a critério dos Cotistas, estes podem ter dificuldade em realizar seu investimento mediante alienação de suas Cotas no mercado secundário.

Amortização Condicionada

As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas Cotas decorrem da liquidação (i) dos Direitos Creditórios, ou (ii) dos Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo. Assim, tendo em vista a inexistência de co-obrigação ou direito de regresso contra o Banco Bonsucesso, qualquer de suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, com relação aos Direitos Creditórios e Outros Ativos, após o recebimento destes recursos e, se for o caso, em ocorrendo inadimplemento, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e/ou o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Cotas.

Amortização de Cotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo e da Inexistência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios

O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes de sua Carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Cotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo sejam devidamente pagos, e que as verbas recebidas sejam depositadas na Conta Corrente do Fundo, a Administradora encontra-se impossibilitada de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização ou o resgate integral das Cotas. O valor de amortização das Cotas Seniores continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer pessoa, inclusive o Banco Bonsucesso, a Administradora e o Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado.

Ademais, o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos no Capítulo XXV do Regulamento. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Mutuários.

Amortização Não Programada de Cotas Seniores

Observados os procedimentos definidos no Capítulo XXIV do Regulamento, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas antecipadamente pelo Fundo. Nesta hipótese, os titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas poderão vir a sofrer perdas caso, por exemplo, não consigam reinvestir os recursos pagos pelo Fundo, decorrentes da amortização antecipada de suas Cotas, nos mesmos termos e condições das respectivas Cotas. Ademais, a ocorrência do evento acima identificado, poderá afetar a programação de fluxo de caixa dos titulares de Cotas do Fundo.

Repasse do Banco Bonsucesso

A cessão dos Direitos Creditórios do Banco Bonsucesso ao Fundo, formalizada na forma do Contrato de Cessão, implica na cessão automática pelo Banco Bonsucesso de todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas de sua titularidade. A liberação e/ou recuperação de recursos de titularidade do Fundo (i) que se encontrem na posse do Banco Bonsucesso ou que sejam a este transferidos quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária e/ou (ii) que venham, a qualquer título, ser bloqueados ou retidos pelo Banco Bonsucesso, poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos. Qualquer falha operacional e/ou descumprimento pelo Banco Bonsucesso de suas respectivas obrigações definidas no Contrato de Cessão ou a retenção indevida pelo Banco Bonsucesso de recursos de titularidade do Fundo poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e/ou prejudicar os procedimentos de amortização das Cotas.

Processamento da Folha de Benefícios

O desconto em benefício das parcelas dos empréstimos (incluindo sua respectiva averbação), para posterior transferência ao Fundo, são processados pelo INSS por meio de sistema da DATAPREV, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Mutuários INSS. Portanto, nem o Banco Bonsucesso, nem o Custodiante ou a Administradora têm controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema da DATAPREV, bem como eventual corrupção da integridade de seu banco de dados poderia atrasar, suspender ou reduzir o desconto dos benefícios dos Mutuários INSS, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorrer, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo seriam afetados negativamente enquanto persistisse o problema no sistema, ou até que todos os valores fossem devidamente repassados. Ademais, poderia até, eventualmente, ser necessária adoção de medida judicial para fazer com que a DATAPREV corrigisse os procedimentos e/ou seu sistema, e enquanto não adotadas as correções e ressarcido o Fundo, seu patrimônio poderia ser prejudicado.

Impossibilidade da prestação de serviços de cobrança

Caso ocorra a rescisão unilateral do Contrato de Cobrança e/ou do Contrato de Cessão, nas hipóteses previstas em tais contratos, os procedimentos relativos ao recebimento, à conciliação e ao repasse de valores para o Fundo poderão ser negativamente afetados até que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, promova (i) a nomeação de instituições substitutas capazes de executar os procedimentos que porventura tenham sido descontinuados e/ou (ii) a instauração de procedimentos alternativos de recebimento, conciliação e transferência de valores. A Administradora encontra-se impossibilitada de determinar o intervalo de tempo necessário para a escolha e contratação destes novos agentes e/ou a implementação dos referidos procedimentos.

Riscos Operacionais referentes aos Direitos Creditórios INSS

Observados os termos e condições do Convênio INSS, cabe à DATAPREV, entre outras atribuições, processar as consignações de descontos e as exclusões referentes aos Direitos Creditórios INSS de acordo com o arquivo magnético enviado pelo Banco Bonsucesso, conforme previsto na alínea "b" do item III da cláusula terceira do Convênio INSS, não tendo o Banco Bonsucesso, após o envio do arquivo magnético supra referido, a Administradora ou o Custodiante controle sobre tal procedimento. Qualquer falha operacional e/ou descumprimento pela DATAPREV e/ou pelo Banco Bonsucesso de suas respectivas obrigações definidas no Convênio INSS poderá inviabilizar e/ou atrasar o repasse pelo INSS ao Banco Bonsucesso dos valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários INSS, relativos aos Direitos Creditórios INSS de titularidade do Fundo,

poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo ou prejudicar os procedimentos de amortização das Cotas.

Riscos Operacionais referentes aos Direitos Creditórios Consignados

O desconto em folha de pagamento das prestações devidas pelos Mutuários Consignados, em razão da celebração de Contratos de Mútuo Consignado e o repasse dos valores ao Banco Bonsucesso são processados por sistema interno de controle da Entidade ao qual o respectivo Mutuário Consignado encontra-se vinculado, não tendo o Banco Bonsucesso, a Administradora ou o Custodiante controle sobre tal procedimento. Qualquer falha ou alteração nas rotinas e nos sistemas internos de controle das pessoas responsáveis pela consignação (desconto em folha de pagamento) poderá causar atraso (i) no desconto dos valores devidos pelos Mutuários Consignados, nos termos dos respectivos Contratos de Mútuo Consignados, e/ou (ii) no repasse das verbas de titularidade do Fundo. A ocorrência de tais hipóteses poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

Risco de Liquidação Antecipada pelos Mutuários dos Contratos de Mútuo

Os Mutuários podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas no Contrato de Mútuo, inclusive por meio de portabilidade do crédito. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos definidos no Regulamento e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.

Da Ausência de Notificação aos Mutuários

A cessão de crédito objeto do Contrato de Cessão não foi objeto de notificação prévia aos Mutuários contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Na hipótese de extinção ou rescisão do Convênio INSS e/ou de qualquer dos Convênios, conforme o caso, e/ou descumprimento pelo INSS e/ou pelas Entidades de suas obrigações relativas ao repasse dos valores consignados, os Mutuários não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Nos termos do Contrato de Cessão, o Banco Bonsucesso encontra-se obrigado a notificar o Mutuário da cessão dos respectivos Direitos Creditórios ao Fundo, antes de o Fundo promover a cobrança judicial dos Direitos Creditórios (i) por solicitação da Administradora, e/ou (ii) na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada. O descumprimento, pelo Banco Bonsucesso, das obrigações acima referidas poderá implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

Fatores Macroeconômicos Relevantes

Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro da União Federal e, conseqüentemente, do INSS, dos Estados e Municípios, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, poderão resultar em perda, por parte dos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações.

Inexistência de Rendimento Predeterminado

O preço de integralização das Cotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no artigo 106 do Capítulo XVI do Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Banco Bonsucesso, da Administradora ou do Custodiante de suas respectivas pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Cotas, devidamente atualizadas nos termos do artigo 106 do Capítulo XVI do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Cotas.

Descasamentos de Taxas

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras em (i) Direitos Creditórios remunerados a uma taxa pré-fixada; e (ii) Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será definido na forma estabelecida no artigo

106 do Capítulo XVI do Regulamento, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Cotas Seniores.

A Administradora, o Custodiante, o Banco Bonsucesso e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado.

A Administradora não se encontra obrigada a manter a Carteira do Fundo protegida, total ou parcialmente, contra o risco de descasamento entre o valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo e o valor das Cotas Seniores.

Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo

Os ativos integrantes da Carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer Série de Cotas Seniores específica. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, amortização e/ou de resgate de Cotas Seniores não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores.

Riscos Associados aos Outros Ativos

O Fundo poderá, observada a política de investimento prevista no Regulamento, alocar parcela de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a riscos que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Cotistas. Dentre tais riscos destacam-se: (i) os Outros Ativos sujeitam-se à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal; (ii) na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos (ou das contrapartes nas operações realizadas para composição da Carteira do Fundo) o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos; (iii) alterações nas condições financeiras dos emissores dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições podem acarretar impactos significativos de seus preços e liquidez no mercado secundário; e (iv) os preços e a liquidez dos Outros Ativos no mercado secundário também podem ser impactados por alterações do padrão de comportamento dos participantes do mercado, independentemente de alterações significativas das condições financeiras de seus emissores, em decorrência de mudanças, ou da expectativa de mudanças, do contexto econômico e/ou político nacional e/ou internacional. O Fundo, a Administradora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsabilizados por qualquer depreciação do valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Cotas.

Emissão de Novas Cotas

O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Capítulo XV do Regulamento, emitir novas Cotas, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Cotas em circulação. Na hipótese de emissão de novas Cotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Cotistas do Fundo, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas da mesma classe que já estejam em circulação na ocasião.

Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo

O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto no Regulamento. Ocorrendo a liquidação, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento das parcelas dos Direitos Creditórios do Fundo ainda não ser exigível dos Mutuários. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelos Mutuários das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (iii) ao resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios, exclusivamente nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo. Nas três situações, os Cotistas poderiam sofrer prejuízos patrimoniais.

Risco de Liquidação Antecipada do Fundo

Na hipótese de rescisão do Contrato de Cessão e demais hipóteses previstas no Regulamento, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo. Nesse caso, os recursos do Fundo podem ser insuficientes no momento da liquidação do Fundo e os Cotistas poderão estar sujeitos aos riscos descritos acima.

Risco de Questionamento Judicial

Os Direitos Creditórios podem ser questionados judicialmente quanto (i) à formalização dos documentos representativos do crédito; e (ii) à forma de cobrança dos empréstimos concedidos, inclusive em função de disposições do Código de Defesa do Consumidor. Nessas hipóteses, os Direitos Creditórios poderão ser modificados ou cancelados em virtude de decisão judicial, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e, consequentemente, afetar negativamente a rentabilidade de seu Patrimônio Líquido.

Intervenção ou Liquidação do Banco Bonsucesso

O Custodiante contratou a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo com o Banco Bonsucesso, sendo que tal contrato prevê que os recursos serão depositados no Banco Bonsucesso e transferidos para o Fundo até 3 (três) Dias Úteis após o recebimento. Na hipótese de intervenção do Banco Bonsucesso, o repasse dos recursos provenientes dos créditos ao Fundo poderia ser interrompido e permaneceria inexigível enquanto perdurasse a intervenção. Em caso de liquidação extrajudicial do Banco Bonsucesso, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição, ou por via judicial. Em ambos os casos, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser afetados.

Intervenção ou Liquidação do Custodiante

O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

Guarda da Documentação

O Banco Bonsucesso é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda da documentação física representativa dos créditos cedidos ao Fundo. Embora o Banco Bonsucesso tenha a obrigação de permitir ao Custodiante e à Administradora, livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos pelo Banco Bonsucesso poderá representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Possibilidade de Recompra dos Direitos Creditórios

O Banco Bonsucesso poderá adquirir, do Fundo, Direitos Creditórios relativos a Contratos de Mútuo inadimplentes, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, desde que, considerada *pro forma* a cessão pretendida, o Fundo atenda à Relação Mínima, ao Índice de Liquidez, à Alocação de Investimento Mínima e à Reserva de Caixa, e não estejam sendo implementados os procedimentos resultantes da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento. Deste modo, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido, bem como poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo.

Ademais, se a recompra dos Direitos Creditórios inadimplentes por um lado, pode manter a qualidade da Carteira do Fundo e a taxa de inadimplência inalterada ou mitigada, também pode criar uma falsa sensação de estabilidade para os Cotistas, visto que, se o procedimento de recompra for interrompido, haverá uma súbita degradação da qualidade da Carteira.

O Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios inadimplentes, para efeito do exercício da opção de compra acima referida, será equivalente ao valor de mercado, se houver ou ao valor contábil dos respectivos Direitos Creditórios, sendo que, em nenhuma hipótese este poderá ser inferior a 0 (zero).

O Banco Bonsucesso terá o direito de prioridade, caso a Administradora deseje alienar quaisquer dos Direitos Creditórios relativos a Contratos de Mútuo inadimplentes de titularidade do Fundo para qualquer terceiro. Neste caso, o preço de aquisição dos respectivos ativos pelo Banco Bonsucesso deverá ser igual ou superior ao preço de compra oferecido à Administradora, o qual, em nenhuma hipótese, poderá ser vil.

O Banco Bonsucesso, ainda, foi contratado, por meio do Contrato de Cobrança, para realizar a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos. Não há como garantir, assim, que o Banco Bonsucesso agirá de forma imparcial e eficiente, quando do exercício de suas funções como Agente Cobrador, haja vista a possibilidade de recompra dos Direitos

Creditórios inadimplidos. Este fato amplia a exposição de risco dos Cotistas a situações que configurem potencial conflito de interesses.

Redução das Cotas Subordinadas

O Fundo terá Relação Mínima admitida entre o seu (i) Patrimônio Líquido deduzido do valor do somatório dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cujo prazo de vencimento seja posterior ao prazo de vencimento da última Série em circulação; e (ii) o valor das Cotas Seniores em circulação de, no mínimo, 128,21% (cento e vinte e oito inteiros e vinte e um centésimos por cento).

A diferença do patrimônio do Fundo é representada por Cotas Subordinadas que arcarão com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores. Por diversos motivos, tais como inadimplência dos Mutuários e problemas de repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas poderão ter seu patrimônio reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores.

Risco de Concentração

O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da Carteira do Fundo, sendo que, quanto maior for a concentração da Carteira do Fundo, maior será a chance do Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

Alteração do Regulamento

O Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral, conforme dispõe seu artigo 129. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis suficientes para a adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas Seniores, reunidos em Assembleia Geral, poderão aprovar aporte de recursos ao Fundo para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Nesses casos, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral de tal adiantamento e da assunção pelos titulares das Cotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Na hipótese da maioria dos Cotistas Seniores não aprovarem referido aporte de recursos, consignado que a Administradora, o Custodiante, o Banco Bonsucesso, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo, nos termos do Capítulo XXXII do Regulamento, o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

Riscos de Créditos Associados aos Direitos Creditórios INSS

O desconto, mediante consignação na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários INSS em favor do Banco Bonsucesso, é realizado pelo INSS, nos termos do Convênio INSS. O Fundo poderá sofrer perdas, caso o INSS, por qualquer motivo, atrase ou não efetue o pagamento dos benefícios previdenciários devidos aos Mutuários INSS, em razão, por exemplo, de eventuais desequilíbrios em seu fluxo de caixa. O INSS e/ou a DATAPREV não se responsabilizam solidária e/ou subsidiariamente pelas operações contratadas com os Mutuários INSS ou sobre descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS e/ou da consignação, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas no Convênio INSS.

Riscos de Créditos Associados aos Direitos Creditórios Consignados

O desconto em folha de pagamento das prestações devidas pelos Mutuários Consignados em razão da celebração de Contratos de Mútuo Consignados é realizado, conforme o caso, pelas Entidades quando do pagamento dos vencimentos dos respectivos Mutuários Consignados. As verbas de titularidade do Fundo serão transferidas para a Conta Corrente do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança.

A consignação em folha de pagamento poderá ser interrompida, entre outros eventos, caso o Mutuário Consignado se desligue do cargo ou função, seja exonerado ou venha a falecer ou, ainda, caso o Convênio venha a ser rescindido. Igualmente, a capacidade de pagamento do Mutuário Consignado poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação ao Contrato de Mútuo Consignado, para fins de desconto em folha de pagamento.

Nessas hipóteses, a capacidade de re-pagamento do financiamento contratado dependerá exclusivamente da solvência do Mutuário Consignado ou de seu espólio, conforme o caso.

O Fundo poderá sofrer perdas caso a Entidade responsável pela consignação (desconto em folha de pagamento) (i) atrase ou não pague os vencimentos dos respectivos Servidores Públicos, Mutuários dos Contratos de Mútuo Consignados, em razão, por exemplo, de eventuais desequilíbrios em seu fluxo de caixa, ou (ii) desconte da folha de pagamento dos respectivos Servidores os valores devidos e, por qualquer motivo, não repasse ou atrase a transferência das respectivas verbas, nos termos dos Convênios e da legislação aplicável.

Enquanto as pessoas integrantes da respectiva Entidade não voltarem a pagar adequadamente os vencimentos dos Servidores Públicos a esta vinculada, sua capacidade de saldar suas obrigações assumidas nos Contratos de Mútuo Consignados estará comprometida, o que poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

Ausência de Garantia de Pagamento ou de Co-obrigação dos Direitos Creditórios Consignados e dos Direitos Creditórios INSS

O Banco Bonsucesso somente se responsabiliza pela existência e liquidez dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Mutuários, do INSS e das Entidades. A Administradora e o Custodiante, quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não se responsabilizam, conforme o caso, subsidiária ou solidariamente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios e pela solvência dos Mutuários, do INSS e das Entidades.

A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento, pelos Mutuários, dos financiamentos contratados (i) por meio dos procedimentos definidos no Convênio INSS e nos Convênios, ou, conforme o caso, (ii) diretamente pelos Mutuários, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados.

A responsabilidade do INSS em relação às operações referidas ao amparo do Convênio INSS restringe-se à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e licenciamentos autorizados pelos titulares de benefícios e repasse, nos prazos definidos no Convênio INSS, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e/ou subsidiária sobre as operações contratadas ou sobre descontos indevidos.

Aquisição Constante de Direitos Creditórios

O Banco Bonsucesso não se encontra obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Banco Bonsucesso.

Cobrança Judicial dos Direitos Creditórios

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite de suas disponibilidades, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Cotistas reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXXII do Regulamento.

Verificação Posterior pelo Custodiante dos Documentos Comprobatórios que Evidenciam o Lastro dos Direitos Creditórios

O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Considerando-se que essa auditoria será realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá prejudicar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por ele adquiridos.

Desligamento do Mutuário

Parcelas dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão descontadas pela Entidade, dos vencimentos dos Mutuários. O desconto não será possível caso o Mutuário se desligue de seu cargo ou função. Nessa hipótese, para a liquidação das obrigações decorrentes do empréstimo, o Banco Bonsucesso deverá incorrer em procedimentos de cobrança extrajudicial, que são mais onerosos e demorados se comparados aos da consignação em folha de pagamento. Referida dificuldade de cobrança dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, poderá afetar negativamente o patrimônio do Fundo.

Morte do Mutuário

A morte do Mutuário interrompe a consignação em folha de pagamento automática das parcelas devidas do empréstimo respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo, apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Nesse caso, pode haver inadimplência das obrigações decorrentes do empréstimo contraído, o que ocasionaria redução da rentabilidade do Fundo ou até perda patrimonial. O Banco Bonsucesso não contrata seguro para cobrir o risco de morte dos Mutuários.

Condenação Judicial do Mutuário

A capacidade de pagamento do Mutuário poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia ou qualquer outro encargo que tenha preferência em relação ao empréstimo para fins de consignação em folha de pagamento. Caso não haja margem para o re-parcelamento, é possível que o Fundo não consiga receber o montante devido, ou receba somente com atraso. Esse fato também pode afetar negativamente o patrimônio do Fundo.

Restrições à Consignação de Benefícios

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo contra os Mutuários INSS serão descontados pelo INSS da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou pensão de titularidade do respectivo Mutuário INSS. Assim, tal desconto não será possível caso o Mutuário INSS tenha seus benefícios cassados em razão de, por exemplo, (i) irregularidades constatadas pelo INSS, inclusive nos casos de irregularidades relativas à inscrição do beneficiário, às contribuições por ele prestadas ou ao cumprimento do prazo de carência; (ii) perda da condição de segurado; e (iii) perda da condição de dependente em razão de divórcio ou dissolução de união estável.

Igualmente, os pagamentos dos direitos creditórios poderão ser afetados se (i) o Mutuário for obrigado a restituir ao INSS, valores pagos indevidamente pela Previdência Social; e (ii) por força de decisão judicial, o Mutuário for obrigado a pagar pensão alimentícia, uma vez que essas hipóteses têm preferência em relação ao empréstimo para fins de desconto em benefício. Também se interrompe o pagamento de benefícios, por exemplo, no caso do Mutuário titular de pensão por invalidez deixar de realizar o exame médico obrigatório. Na hipótese de impossibilidade de consignação dos benefícios dos Mutuários INSS, o Fundo poderá ter seus resultados afetados negativamente, incluindo a rentabilidade das Cotas.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia do Banco Bonsucesso, da Administradora, do Custodiante, do INSS, das Entidades e de suas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E COMPLIANCE

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente. A política de investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, são determinados em comitês dos quais participam os principais executivos da diretoria de administração de recursos de terceiros da Administradora.

Os riscos a que está exposto o Fundo (dentre os quais, exemplificativamente, os descritos no capítulo "*Fatores de Risco*" do presente Prospecto) e o cumprimento de sua política de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco completamente separada da área de gestão, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a acompanhar o nível de exposição a risco.

A utilização desses mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelo Cotista.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo terá prazo determinado, mas poderá ser liquidado, conforme descrito abaixo.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos:

- a) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das Amortizações Integrais e/ou Amortizações Programadas relativas a qualquer Série, nas respectivas Datas de Amortização;
- b) inobservância pelo Custodiante e/ou pelo Banco Bonsucesso, conforme o caso, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão, ou em qualquer Convênio, do qual façam parte, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que, notificado pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis, contado do recebimento da referida notificação;
- c) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série em 2 (dois) ou mais subníveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência Classificadora de Risco;
- d) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos no Regulamento, que possa causar o desenquadramento do Fundo ao disposto no artigo 83 do Regulamento;
- e) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- f) caso o valor dos recursos segregados na Reserva de Caixa não atenda ao disposto no artigo 184 do Regulamento em cada Data de Verificação e o Fundo não se encontre no curso dos procedimentos definidos no artigo 112 do Regulamento, sendo que o Evento de Avaliação poderá ser declarado pela Administradora caso a Reserva de Caixa não esteja reenquadrada aos parâmetros definidos no Regulamento até o 10º (décimo) Dia Útil imediatamente posterior à próxima Data de Verificação;
- g) desenquadramento do Índice de Liquidez, do Índice de Atraso, do Índice de Perda Acumulada, do Índice de Pré-Pagamento, do Índice de Recompra ou do Índice de Excesso de *Spread*;
- h) caso qualquer Convênio seja, por qualquer motivo, modificado, rescindido, não renovado ou suspenso e tal fato possa, a critério dos titulares da maioria das Cotas Seniores em circulação, comprometer negativamente a boa ordem financeira, legal, administrativa e operacional do Fundo, e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- i) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão;
- j) caso o Fundo deixe de atender à Reserva de Amortização e tal evento não seja sanado em até 05 (cinco) Dias Úteis; ou
- k) caso o Fundo deixe de manter, no mínimo, 70% (setenta por cento) de sua Carteira de Direitos Creditórios alocada em Direitos Creditórios INSS e/ou Direitos Creditórios Consignados referentes a Entidades perfiladas na Lista de Convênios federais, por duas Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas dentro de um período de 6 (seis) meses.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento pela amortização de Cotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. No Dia Útil subsequente, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral, a se realizar no prazo de até 20 (vinte) dias de sua convocação, para que seja avaliado o grau de comprometimento do Programa de Securitização.

Caso os titulares da maioria das Cotas Seniores em circulação, observado o disposto no artigo 136 do Regulamento, decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 146 do Regulamento, excluindo a convocação de nova Assembleia Geral. Os titulares das Cotas Seniores, reunidos na Assembleia Geral, convocada para avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, deverão deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando

preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate integral das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Na hipótese de os Cotistas reunidos em Assembleia Geral, deliberarem e aprovarem a liquidação do Fundo, observado o *quorum* de deliberação definido no artigo 135 do Regulamento, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover a amortização antecipada das Cotas Seniores, proporcional, inteiro ou fracionado, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do artigo 106 do Regulamento, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.

Caso o Evento de Avaliação não dê causa à declaração de um Evento de Amortização Antecipada, após a conclusão de eventuais ajustes aos Documentos do Fundo, aprovados nos termos da alínea "h" do artigo 128 do Regulamento, o Fundo deverá dar prosseguimento às rotinas ordinárias do Programa de Securitização, definidas nos Documentos do Fundo, incluindo a amortização de Cotas.

EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA

São considerados Eventos de Amortização Antecipada de Cotas, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) resilição do Contrato de Cobrança por qualquer das partes, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição;
- b) renúncia do Custodiante com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento;
- c) renúncia da Administradora com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento;
- d) caso os Cotistas não consigam, por 2 (duas) Assembleias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de precificação para as Cotas Seniores, nos termos do artigo 109 do Capítulo XVI do Regulamento;
- e) caso o Fundo deixe de atender à Relação Mínima e/ou à Alocação de Investimento Mínima e (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenham sido iniciados e concluídos os procedimentos de reenquadramento definidos no Capítulo XXIII do Regulamento, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da data de envio pela Administradora ao Banco Bonsucesso do Aviso de Desenquadramento;
- f) caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez com referência a qualquer Série em circulação em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data de apuração do Índice de Liquidez;
- g) caso o Fundo não conclua a Amortização Antecipada no prazo definido no artigo 160 do Capítulo XXIV do Regulamento;
- h) caso o Banco Bonsucesso deixe de comunicar à Administradora e/ou ao Custodiante a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação que tenha tomado conhecimento e que se origine de fato decorrente de responsabilidade do Banco Bonsucesso;
- i) caso o Banco Bonsucesso deixe de responder o Aviso de Desenquadramento e/ou de enviar o *Layout* ao Custodiante, nos termos do artigo 150 do Capítulo XXIII do Regulamento;
- j) caso o Banco Bonsucesso decida interromper definitivamente os procedimentos de cessão de Direitos Creditórios, conforme previsto na alínea "c" do artigo 150 do Capítulo XXIII do Regulamento;
- k) caso seja efetuado pagamento aos titulares de Cotas Subordinadas em desacordo com as regras e com os limites definidos no Regulamento;
- l) caso os recursos necessários à realização dos procedimentos definidos no Capítulo XXXII do Regulamento não sejam tempestivamente colocados à disposição do Fundo, nos termos ali previstos;
- m) caso, no curso dos procedimentos previstos no Capítulo VII do Regulamento, não tenha sido escolhida pelos Cotistas uma nova instituição administradora para o Fundo;

- n) caso, no curso dos procedimentos previstos no artigo 42 do Capítulo IX do Regulamento, não tenha sido escolhido pelos Cotistas um novo custodiante para o Fundo;
- o) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada; ou
- p) a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento Contratual, conforme definidos no Contrato de Cessão.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) comunicar os Cotistas, (ii) suspender imediatamente o pagamento pela amortização de Cotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios, e (iii) dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Cotas Seniores do Fundo. A Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que os titulares das Cotas Seniores deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a Amortização Integral das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora, a seu exclusivo critério, de forma a preservar os direitos, garantias e interesses dos titulares das Cotas Seniores, poderá, antes da realização da Assembleia Geral referida acima, dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Cotas Seniores. No curso dos procedimentos de amortização antecipada aqui previstos, as Cotas Seniores deverão ser compulsoriamente amortizadas, total ou parcialmente, concomitantemente e em igualdade de condições, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no artigo 146 do Regulamento e a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXX do Regulamento.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá aplicar e manter as disponibilidades do Fundo em Outros Ativos.

ÍNDICES DE PERFORMANCE E REENQUADRAMENTO DA RELAÇÃO MÍNIMA, ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTO MÍNIMA E ÍNDICE DE LIQUIDEZ

O Índice de Liquidez dos Direitos Creditórios da Carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Liquidez} = \frac{\text{Outros Ativos} + \left(\frac{DC}{1,282} \right)}{VA}$$

DC	Corresponde ao valor atribuído ao somatório dos Direitos Creditórios referentes a Contratos de Mútuos Adimplentes integrantes da Carteira do Fundo, devidamente atualizados, que tenham vencimento até o 2º (segundo) Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização de Cotas Seniores a que se refere o cálculo do Índice de Liquidez.
VA	Corresponde ao somatório do valor de amortização de todas as Séries de Cotas Seniores em circulação, nas respectivas Datas de Amortização, cujas datas de vencimento ocorram, inclusive, até a Data de Amortização de Cotas Seniores a que se refere o cálculo do Índice de Liquidez.

Será sempre calculado o Índice de Liquidez para cada uma das Datas de Amortização Programadas.

A Administradora deverá enviar ao Banco Bonsucesso, por meio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Alocação de Investimento Mínima, à Relação Mínima e/ou se o número apurado do Índice de Liquidez for menor que 1 (um), observado o disposto no artigo 83 do Regulamento, Aviso de Desenquadramento, o qual deverá ser respondido pelo Banco Bonsucesso à Administradora impreterivelmente até o 2º (segundo) Dia Útil subsequente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, o Banco Bonsucesso deverá, a seu exclusivo critério, informar à Administradora:

- a) se a competente integralização de Cotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis, observado o disposto no Contrato de Cessão, devendo, conforme o caso, enviar, concomitantemente, novo *Layout* ao Custodiante;
- b) sua intenção em reenquadrar o Fundo aos parâmetros definidos no Regulamento para a Relação Mínima e/ou a Alocação de Investimento Mínima, por meio da Amortização Não Programada de Cotas Seniores em Circulação, observados os procedimentos e limites definidos no Capítulo XXIV do Regulamento. Quando do envio de sua resposta ao Aviso de Desenquadramento, o Banco Bonsucesso deverá indicar o valor da Amortização Não Programada, a ser implementada pela Administradora no curso dos procedimentos definidos no Capítulo XXIV do Regulamento, e o novo valor do Patrimônio Líquido em que o Banco Bonsucesso reenquadrará o Fundo aos parâmetros definidos no artigo 83 do Regulamento; ou
- c) sua intenção em interromper definitivamente os procedimentos de cessão previstos no Contrato de Cessão.

Na hipótese do item “a” acima, a integralização das Cotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, de forma que, considerada, *pro forma*, a integralização pretendida, o Fundo atenda, cumulativamente, aos limites de concentração definidos no Anexo II ao Regulamento, ao disposto no artigo 83, 154, 157 e 158 do Regulamento.

Na hipótese do item “b” acima, a Administradora dará início aos procedimentos com vista à Amortização Não Programada.

Caso o Banco Bonsucesso deixe de responder o Aviso de Desenquadramento, não envie o *Layout* ao Custodiante nos termos do item “a” *supra*, e/ou, na hipótese do item “c” acima, serão iniciados os procedimentos definidos no Capítulo XXII do Regulamento, referentes à ocorrência de Eventos de Amortização Antecipada.

O Índice de Atraso utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios da Carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Atraso}_{F,D} = \frac{PNP_{F,D}}{PT_D}$$

PT_D: Somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes do Fundo na data referencial de cálculo, sendo Direitos Creditórios a vencer e vencidos e não pagos por até 180 (cento e oitenta) dias, exclui-se o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos aos Contratos de Mútuo, integralmente provisionados, nos termos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, integrantes da Carteira do Fundo.

PNP_{F,D}: Somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo, que contenham, na respectiva data referencial de cálculo, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior a D, vencido e não pago conforme a respectiva faixa de atraso F.

D: Data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro Dia Útil de cada mês.

F: Faixa de dias de atraso. As faixas de atraso F variam no seguinte conjunto:

F30: Faixa de atraso acima de 30 dias (Segundo a Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, somatório dos Contratos de Mútuo provisionados nas faixas de atraso C, D, E, F e G);

F60: Faixa de atraso acima de 60 dias (Segundo a Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, somatório dos Contratos de Mútuo provisionados nas faixas de atraso D, E, F e G);

F90: Faixa de atraso acima de 90 dias (Segundo a Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, somatório dos Contratos de Mútuo provisionados nas

faixas de atraso E, F e G);

F120: Faixa de atraso acima de 120 dias (Segundo a Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, somatório dos Contratos de Mútuo provisionados nas faixas de atraso F e G);

Atraso_{F,D}: Índice de Atraso calculado para a faixa de atraso *F* na data *D*.

Haverá desenquadramento do Índice de Atraso nos seguintes casos:

- a) caso a Administradora verifique que o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30 representa percentual superior a 20% (vinte por cento);
- b) caso a Administradora verifique que o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60 representa percentual superior a 15% (quinze por cento);
- c) caso a Administradora verifique que o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90 representa percentual superior a 10% (dez por cento); e
- d) caso a Administradora verifique que o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F120 representa percentual superior a 7,5% (sete vírgula cinquenta centésimos por cento).

O Índice de Perda Acumulada utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios da Carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Perda_D = \frac{PA_D}{P_D}$$

P_D: Somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo.

PA_D: Somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo que contenham, na respectiva data referencial de cálculo, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior a *D*, vencido e não pago por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, incluindo aqueles Direitos Creditórios passíveis de baixa e os Contratos de Mútuo cedidos pelo Fundo a um 3º (terceiro), que possuíam um Direito Creditório em atraso acima de 180 (cento e oitenta) dias.

D: Data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro Dia Útil de cada mês.

Perda_D: Índice de Perda Acumulada calculado na data *D*.

P_D: Somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo.

PA_D: Somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo que contenham, na respectiva data referencial de cálculo, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior a *D*, vencido e não pago por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, incluindo aqueles Direitos Creditórios passíveis de baixa e os Contratos de Mútuo cedidos pelo Fundo a um 3º (terceiro), que possuíam um Direito Creditório em atraso acima de 180 (cento e oitenta) dias.

D: Data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro Dia Útil de cada mês.

Perda_D: Índice de Perda Acumulada calculado na data *D*.

Haverá desenquadramento caso a Administradora verifique que o Índice de Perda Acumulada representa percentual superior a 4% (quatro por cento).

O Índice de Pré-pagamento utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios da Carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PPMT_D = \frac{PP_D}{P_D}$$

P_D: Somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo.

PP_D: Somatório do valor de recursos pagos pelos tomadores sobre os Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo a título de liquidação antecipada da totalidade do respectivo Contrato de Mútuo, desde a primeira cessão realizada pelo Fundo e até a data referencial de cálculo.

D: Data referencial de cálculo, correspondente a cinco Dias Úteis antes da Data de Verificação.

PPMT_D: Índice de Pré-pagamento acumulado calculado na data *D*.

Haverá desenquadramento caso a Administradora verifique que o Índice de Pré-pagamento representa percentual superior a 40% (quarenta por cento).

O Índice de Recompra, a ser utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios da Carteira do Fundo, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$REcompra_D = \frac{CM_D}{P_D}$$

P_D: Somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo.

CM_D: Somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo cedidos a um terceiro, desde o início do Fundo, que continham, no momento da recompra, qualquer Direito Creditório vencido e não pago na faixa de atraso de 1 (um) a 180 (cento e oitenta) dias.

D: Data referencial de cálculo, correspondente a cinco Dias Úteis antes da Data de Verificação.

Recompra_D: Índice de Recompra acumulada calculada na data *D*.

Haverá desenquadramento caso a Administradora verifique que o Índice de Recompra representa percentual superior a 5% (cinco por cento).

O Índice de Excesso de *Spread* utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios da Carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Es_D = \left\{ \left[1 + \frac{RDC_D + ROA_D - RQS_D - D_D}{DC_D + OA_D} \right]^{12} - 1 \right\} \times 100$$

- RDC_D:** Somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Direitos Creditórios adimplentes pertencentes ao Fundo apropriados no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo.
- ROA_D:** Somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Outros Ativos pertencentes ao Fundo, apropriados no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo.
- RQS_D:** Somatório do valor contábil da remuneração das Cotas Seniores em circulação apropriada no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo.
- D_D:** Somatório do valor contábil das despesas incorridas pelo Fundo no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo, excluindo-se a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD).
- DC_D:** Somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios adimplentes pertencentes ao Fundo na data referencial de cálculo.
- OA_D:** Somatório do valor contábil dos Outros Ativos pertencentes ao Fundo na data referencial de cálculo.
- D:** Data referencial de cálculo, correspondente ao último dia útil de cada mês.

Haverá desenquadramento caso a Administradora verifique que o Índice de Excesso de *Spread* representa percentual inferior a 3% a.a. (três por cento ao ano).

O Índice de Liquidez, o Índice de Atraso, o Índice de Perda Acumulada, o Índice de Pré-pagamento, o Índice de Recompra, e o Índice de Excesso de *Spread* deverão ser calculados pela Instituição Administradora no mesmo dia da Data de Verificação, com base nos parâmetros tempestivamente disponibilizados pelo Custodiante.

AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA PARA FINS DE REENQUADRAMENTO DE ÍNDICES

Para o reenquadramento da Relação Mínima e/ou da Alocação de Investimento Mínima, a Administradora procederá, a seu exclusivo critério, independentemente de realização de Assembleia Geral, à amortização antecipada, total ou parcial, de todas as Séries de Cotas Seniores em circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições, por seu valor atualizado nos termos do artigo 106 do Regulamento, de forma que, computada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, no prazo de 10 (dez) dias contado do recebimento, pelo Banco Bonsucesso, da Administradora, do Aviso de Desenquadramento, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no artigo 83 do Regulamento.

O Banco Bonsucesso poderá notificar a Administradora acerca de sua pretensão, temporária, de não mais ceder Direitos Creditórios ao Fundo até que esse reduza seu Patrimônio Líquido ao patamar indicado na respectiva notificação, hipótese em que deverão ser observados os procedimentos definidos acima.

Quando da realização da amortização compulsória acima referida, deverão ser prioritariamente amortizadas Cotas Subordinadas e, caso a referida amortização não seja suficiente para reenquadrar o Fundo à Alocação de Investimento Mínima, a Administradora promoverá a Amortização Não Programada de todas as Séries de Cotas Seniores em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições, sempre observados os limites definidos abaixo.

Quando da realização de Amortização Não Programada e amortizações de Cotas Subordinadas, deverão ser observados pela Administradora, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no artigo 146 do Regulamento. Neste caso, os titulares das Cotas Seniores farão jus ao pagamento de um prêmio incidente linearmente sobre o valor da respectiva amortização antecipada. O valor do prêmio será decrescente de 0,5% (cinco décimos por cento) a 0% (zero por cento), sendo calculado pela Administradora observado o critério *pro rata temporis*, tendo como termo inicial a primeira Data de Emissão e como termo final a última Data de Amortização da respectiva Série.

A Administradora deverá informar imediatamente aos representantes de cada um dos titulares das Cotas, indicados nos termos do artigo 96 do Regulamento, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ocorrência e a natureza do evento, o valor total da amortização e do prêmio a serem pagos a cada Cotista.

ASSEMBLEIA GERAL

Observados os respectivos quoruns de instalação e de deliberação definidos no Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar qualquer dispositivo do Regulamento;
- c) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo;
- d) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, em razão da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou qualquer Evento de Amortização Antecipada, incluindo a eventual liquidação antecipada do Fundo;
- e) deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições do Regulamento;
- f) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco e/ou da Empresa de Auditoria;
- g) deliberar sobre a nomeação de representante dos Cotistas, se houver; e
- h) deliberar sobre a alteração dos Documentos do Fundo.

O Regulamento e os Documentos do Fundo poderão ser alterados, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer, exclusivamente, da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares. Tal fato deverá ser divulgado aos Cotistas e ao Custodiante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da data de realização da alteração, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.

A primeira e a segunda convocação da Assembleia Geral far-se-á, concomitantemente, por meio de anúncio publicado no Periódico ou por meio de e-mail enviado ao Cotista ou seu representante, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar a disponibilidade das informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Cotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou por Cotistas titulares de Cotas que representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de Cotas em circulação. A Administradora ou Cotistas que representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas em circulação de qualquer classe de Cotas poderão convocar, para participar de Assembleia Geral, representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.

Salvo se outro prazo não for estabelecido no Regulamento, a Assembleia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias e máximo de 12 (doze) dias, contado de sua convocação, e, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias e máximo de 8 (oito) dias contado da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação.

A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Cotistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Cotas em circulação, e, em segunda convocação, com a presença de pelo menos 1 (um) Cotista.

Independentemente das formalidades previstas, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

A Assembleia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede, salvo motivo de força maior. Quando houver de ser realizada em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar do conclave, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.

Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Cotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Cotas presentes à Assembleia Geral que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação, salvo se outro quorum de deliberação for exigido pelo Regulamento.

Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Cotas Seniores de titularidade, direta ou indireta, do Banco Bonsucesso, assim como por seus funcionários e administradores.

Os titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas, independentemente de possuírem direito de voto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das instituições responsáveis pela distribuição das Cotas, poderão comparecer a todas as Assembleias Gerais.

Poderão comparecer à Assembleia Geral, além dos Cotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos a menos de um ano.

As deliberações tomadas pelos Cotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos no Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembleia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido, devendo ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da realização da Assembleia Geral em que tenha sido deliberada a matéria.

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

O valor mínimo de aplicação para subscrição das Cotas do Fundo é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Além disso, somente Investidores Qualificados poderão adquirir as Cotas do Fundo.

O prazo para a distribuição das Cotas Seniores é de 180 (cento e oitenta) dias.

As Cotas Seniores serão registradas para negociação na CETIP (para distribuição primária, as Cotas serão registradas para negociação na CETIP no Módulo de Distribuição de Ativos e, para negociação no mercado secundário, no Módulo de Fundos), de acordo com a legislação vigente e com o Regulamento, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas. As Cotas Subordinadas não poderão ser negociadas.

A integralização, a amortização e o resgate de Cotas Seniores do Fundo devem ser efetuados em moeda corrente nacional, por meio de depósito na Conta Corrente do Fundo, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou através do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP, observado que a amortização e o resgate das Cotas Seniores poderão ser efetuados, ainda, por meio de dação em pagamento de Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, nos termos do Capítulo XXV do Regulamento.

Admite-se o resgate de Cotas do Fundo em Direitos Creditórios, na hipótese de Amortização Antecipada do Fundo, conforme especificado no Regulamento.

O prazo para efetivação de resgate e Amortização Programada das Cotas do Fundo será aquele definido no Suplemento de cada Série de Cotas Seniores. Se o resgate ou a Amortização Programada recair em feriado nacional, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Cotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Cotista(s), a qualquer acréscimo.

TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. As despesas não previstas no Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Será devida à Administradora, a título de honorários pelas atividades de administração, uma Taxa de Administração equivalente a 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido até o montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), acrescido do valor correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder o montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), calculada na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, e provisionada todo Dia Útil com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior e paga mensalmente, à razão de 1/12 (um doze avos), devida a primeira no 2º (segundo) Dia Útil do mês subsequente da data da primeira integralização de Cotas e as demais no 2º (segundo) Dia Útil dos meses subsequentes.

A remuneração de que trata esta seção será paga pelo Fundo mensalmente até o 2º (segundo) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Cotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

A Taxa de Administração prevista acima terá o valor mínimo mensal de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

O valor expresso em reais disposto acima será atualizado a cada período de 12 (doze) meses contados a partir de setembro de 2009 ou, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M. Serão acrescidos mensalmente à Taxa de Administração: (i) os tributos incidentes sobre as remunerações descritas acima (ISS, PIS, COFINS, CSLL e IRRF e outros que porventura venham a incidir) nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento; e (ii) parcela equivalente ao maior dos seguintes valores: (a) R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e; (b) o valor equivalente a aplicação do percentual de 0,03% (três centésimos por cento) ao ano, à razão de 1/12 (um doze avos), sobre o valor do Patrimônio Líquido.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Não serão cobradas taxas de ingresso, performance ou de saída pela Administradora.

ENCARGOS DO FUNDO

Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- d) honorários e despesas do Auditor Independente encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;

- h) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos;
- i) contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação;
- j) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma do artigo 140 do Regulamento.

As despesas não previstas neste Prospecto e no Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

Sem prejuízo da responsabilidade da Administradora e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Cotistas ou da própria Administradora, ressaltando-se que tais órgãos serão remunerados pelas pessoas que vierem a constituirlos.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS SENIORES DA 2ª SÉRIE DE EMISSÃO DO FUNDO

Custo	% em relação ao valor da Distribuição (R\$200.000.000,00)	Montante (R\$)
Taxa de Registro na ANBIMA	0,0015%	R\$ 3.000,00
Comissão de Distribuição	0,8% ¹	R\$ 1.600.000,00
Taxa de Registro na CVM	0,0414%	R\$ 82.870,00
Assessoria Legal	0,0175%	R\$ 35.000,00
Agência Classificadora de Risco	0,0120%	R\$ 24.145,50 ²
Custos com Cartório	0,0010%	R\$ 2.000,00
Total	0,8734%	R\$ 1.747.015,50
Custo Unitário de Distribuição	0,8734%	R\$ 218,38

¹ A comissão de distribuição poderá ser menor, variando, na forma prevista no Contrato de Distribuição, de acordo com a remuneração fixada no procedimento de Bookbuilding para as Cotas Seniores da 2ª Série.

² O Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco dispõe que a remuneração da Agência Classificadora de Risco será feita em dólares (US\$ 15.000,00). Para obtenção do valor em reais, foi utilizada a taxa de câmbio divulgada pelo BACEN, por meio do SISBACEN, usando o PTAX, opção 5, em 06 de abril de 2011, no valor de 1,6089.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira, em vigor na data deste Prospecto, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo.

Objetivo de Tratamento Tributário

O Fundo tem como objetivo proporcionar aos seus Cotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto, o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como fundo de investimento de longo prazo.

As Amortizações Programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Cotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica um tratamento tributário menos favorecido ao Cotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Cotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Cotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Cotas Seniores de cada Série.

Tributação Aplicável aos Cotistas

IOF/Títulos

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários ("IOF/Títulos"). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Cotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007. Segundo esse decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 (vinte e nove) dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF").

IOF/Câmbio

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Cotas do Fundo, estão sujeitas ao Imposto sobre Operações de Câmbio ("IOF/Câmbio"). Atualmente, como regra geral, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento).

Todavia, as liquidações das operações de câmbio para ingresso de recursos no país, para aplicação no mercado financeiro e de capitais ficam sujeitas ao IOF/Câmbio à alíquota de 6% (seis por cento). Vale ressaltar que o IOF/Câmbio incide à alíquota zero nas operações de câmbio para fins de retorno de recursos aplicados pelos Cotistas residentes ou domiciliados no exterior.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras, de acordo com a qualificação do Cotista:

(i) Para o Cotista pessoa física residente no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Cotas do Fundo devem ser tributados na fonte, pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Cotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para fundos com carteira de longo prazo¹:

- 22,5% (vinte e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;
- 20% (vinte por cento) em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) até 360 (trezentos e sessenta) dias;
- 17,5% (dezessete inteiros e cinquenta centésimos por cento) em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) até 720 (setecentos e vinte) dias;
- 15% (quinze por cento) para aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.

A Administradora buscará manter a Carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Cotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas, até a alíquota mínima de 15% (quinze por cento). Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

¹ Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos Creditórios) tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Para fundos com carteira de curto prazo²:

- 22,5% (vinte e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;
- 20% (vinte por cento) em aplicações com prazo acima de 180 (cento e oitenta) dias;

Os ganhos auferidos na alienação das Cotas fora de bolsa devem ser tributados à alíquota de 15% (quinze por cento), devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

(ii) Para Cotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Cotas do Fundo devem ser tributados na fonte, pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Cotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas *supra*;
- os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Cotas do Fundo ficam sujeitos ao imposto de renda, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Cotas à alíquota de 15% (quinze por cento);

Como regra, o IRRF será tratado como: (i) definitivo, no caso de Cotistas pessoas físicas, e (ii) antecipação do imposto devido, uma vez que os rendimentos e ganhos integram a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL. Nessa hipótese, o imposto de renda retido na fonte é tratado como antecipação, podendo ser compensado com o IRPJ devido.

Adicionalmente, para as operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, há a incidência do IRRF, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento), neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Cotista. Essa retenção ocorrerá sobre o valor de alienação e o valor do imposto retido poderá ser utilizado para compensação com valores devidos a título de imposto de renda de fonte.

(iii) Para os Cotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Cotista pessoa física residente no Brasil.

Todavia, aos Cotistas residentes ou domiciliados no exterior cujos recursos adentrarem o país de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional (Resolução do CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 200), poderá ser aplicado um tratamento tributário específico, determinado em função de residirem ou não em país ou Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação:

- (iv) Cotistas residentes ou domiciliados no exterior não-residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação e registrados de acordo com a Resolução nº 2.689: para os quais as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores;
- Cotistas residentes ou domiciliados no exterior residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação: os ganhos e rendimentos auferidos ficam sujeitos ao imposto de renda de acordo com as mesmas regras estabelecidas para os residentes ou domiciliados no país.

Considera-se Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação para fins da legislação brasileira aplicável a investimentos estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais brasileiros, os países e jurisdições que não tributem a renda ou capital, ou que o fazem à alíquota máxima inferior a 20%. A Receita Federal do Brasil divulga lista exhaustiva dos referidos países e jurisdições, atualmente constantes da Instrução Normativa nº. 1.037/10.

Todavia, vale ressaltar que a Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, adicionou o parágrafo 4º ao artigo 24 da Lei nº 9.430/96, passando a considerar “país ou dependência com tributação favorecida” aqueles países cujas legislações não

² Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos Creditórios) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

permitam o acesso a informações relativas à composição societária de pessoas jurídicas, à sua titularidade ou à identificação do beneficiário efetivo de rendimentos atribuídos a não residentes.

Além disso, a Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008 ainda acrescentou o conceito de “regime fiscal privilegiado” para fins de aplicação das regras de preços de transferência e das regras de subcapitalização, assim entendido o regime legal de um país que (i) não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento); (ii) conceda vantagem de natureza fiscal a pessoa física ou jurídica não residente sem exigência de realização de atividade econômica substantiva no país ou dependência ou condicionada ao não exercício de atividade econômica substantiva no país ou dependência; (iii) não tribute, ou o faça em alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) os rendimentos auferidos fora de seu território; e (iv) não permita o acesso a informações relativas à composição societária, titularidade de bens ou direitos ou às operações econômicas realizadas.

A despeito de o conceito de “regime fiscal privilegiado” ter sido editado para fins de aplicação das regras de preços de transferência e subcapitalização, é possível que as autoridades fiscais tentem estender a aplicação do conceito para outras questões. Recomenda-se, portanto, que os investidores consultem seus próprios assessores legais acerca dos impactos fiscais relativos à Lei nº 11.727/08.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Cotista estiver sujeito.

Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

Imposto de Renda/CSL/PIS/COFINS

Os rendimentos e ganhos líquidos auferidos na alienação, liquidação, resgate, cessão ou repactuação dos títulos, aplicações financeiras e valores mobiliários integrantes das Carteiras do Fundo estão isentos do imposto de renda, de acordo com o artigo 28, §10º da Lei nº. 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Além disso, os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo também não estarão sujeitos à incidência da CSL, PIS e COFINS, pois o Fundo não possui personalidade jurídica.

PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

ADMINISTRADORA

O Fundo será administrado e gerido pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001 - 91, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários.

A Administradora deverá administrar o Fundo, cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Cotistas.

Em contraprestação aos seus serviços, a Administradora receberá a Taxa de Administração conforme estabelecido neste Prospecto e no Regulamento do Fundo.

Substituição da Administradora

Os Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão deliberar a substituição da Administradora.

A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no Periódico e/ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou, a critério dos Cotistas, sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 356 e dos Capítulos XXI e XXVII do Regulamento. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação ou de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, até a conclusão dos procedimentos referidos no Capítulo XXII do Regulamento.

A Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data em que for deliberada sua substituição pela Assembleia Geral, ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pela Assembleia Geral que decidir por sua substituição.

Caso a Assembleia Geral, convocada nos termos acima, não promova a eleição da instituição administradora substituta ou, caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo de 90 (noventa) dias estabelecido acima, tal hipótese também será considerada um Evento de Amortização Antecipada.

A contratação de nova instituição administradora sujeitar-se-á à afirmação da classificação de risco das Cotas Seniores, pela Agência Classificadora de Risco.

Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

Breve Histórico

Em maio de 1991, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 (vinte e dois) anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à prestação de outros serviços ligados a esta atividade, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, administrador de fundos de investimento e consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures.

Estrutura e Administração

A empresa é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto e José Alexandre Costa de Freitas, os quais fazem parte da equipe permanente de mais de 80 (oitenta) profissionais, dedicados às atividades de agente fiduciário, *trustee* em operações de securitização de recebíveis e administrador de fundos de investimento em condomínio aberto ou fechado, notadamente fundos imobiliários e fundos de investimento em direitos creditórios.

Há 12 (doze) anos a Administradora submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela SR Rating, tendo sido mantida em 2009 a nota de longo prazo AAbr.

Administração de Fundos de Investimento

A Administradora tem experiência de mais de 12 (doze) anos na administração de fundos de investimento.

A atuação da Administradora, na qualidade de administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora disponibiliza aos cedentes de direitos creditórios e aos cotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos creditórios e aos respectivos cotistas que participam diretamente do fundo senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente, a Administradora administra fundos de investimento de patrimônio superior a R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), encontrando-se entre as 20 (vinte) maiores administradoras de recursos em fundos de investimento do país.

No segmento de fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora administra fundos em montante de aproximadamente a R\$ 3.000.000,00 (três bilhões de reais) (data de referência: janeiro/2011).

A Administradora possui capacidade técnica e independência no exercício de suas funções, conforme demonstrado abaixo.

CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

Para a prestação dos serviços de custódia e controle dos Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com os artigos 38 e 39 da Instrução CVM nº 356, o Fundo contratou o Itaú Unibanco S.A.

Os serviços de custódia qualificada e controladoria serão prestados pelo Custodiante, que possui capacidade técnica para a prestação de seus serviços, nos termos do Contrato de Custódia, firmado entre a Administradora e o Custodiante. Em face da significativa quantidade de Direitos Creditórios e da expressiva diversificação de devedores dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, o Custodiante fica autorizado a receber e analisar por amostragem, observado o artigo 38 do Regulamento, a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, sendo que a metodologia e os resultados obtidos deverão ser colocados à disposição da Administradora e dos órgãos reguladores.

O Fundo não contratou outros prestadores de serviços, além do Custodiante, para realizar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios.

Pelos serviços prestados ao Fundo, o Custodiante receberá as remunerações especificadas na tabela abaixo:

Patrimônio Líquido do Fundo (R\$ MM)	"Servicer" (debitado do Fundo)'	Custódia (debitado do Fundo)'	Controladoria "Administrador"
De 0 de 200	0,09	0,03	0,03
Acima de 200	0,06	0,03	0,03

Mínimo Mensal	R\$ 9.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
---------------	--------------	--------------	--------------

¹ Percentagem Anual sobre o Patrimônio do Fundo

² Percentagem Anual sobre o Patrimônio do Fundo

Tais remunerações incidirão sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que a cobrança terá início a partir da primeira integralização das Cotas Seniores e será provisionada diariamente e paga mensalmente ao Custodiante.

Substituição

Na hipótese de substituição do Custodiante, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos referentes à substituição e renúncia da Administradora.

ESCRITURAÇÃO

Para a prestação dos serviços de escrituração dos Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com os artigos 38 e 39 da Instrução CVM nº 356, o Fundo contratou a Itaú Corretora de Valores S.A.

Os serviços de escrituração serão prestados pelo Escriturador nos termos do Contrato de Escrituração, firmado entre a Administradora e o Escriturador.

Substituição

O Escriturador pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços atribuídos ao Escriturador, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo, e desde que aprovada pela Assembleia Geral.

AGENTE COBRADOR E FIEL DEPOSITÁRIO

O Banco Bonsucesso S.A. foi contratado pelo Custodiante para atuar como (i) fiel depositário da documentação relativa aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) agente cobrador de tais Direitos Creditórios, conforme descrito no artigo 39 do Regulamento.

O Banco Bonsucesso S.A. não fará jus a qualquer remuneração pelo serviços prestados acima.

Breve Histórico

O histórico do Banco Bonsucesso S.A. encontra-se na seção “*Informações do Cedente*” na página 84 deste Prospecto.

Substituição

O Custodiante pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços atribuídos ao Agente de Cobrança, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo, e desde que aprovada pela Assembleia Geral.

DISTRIBUIDORES DA OFERTA

A Distribuição das Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo será feita pelos Distribuidores da Oferta., em regime de melhores esforços.

Pela distribuição das Cotas Seniores da 2ª Série o Distribuidor Líder receberá a quantia correspondente a até 0,8% (oitenta centésimos por cento) do volume de Cotas Seniores distribuído, sendo que esse valor poderá ser menor, variando, na forma prevista no Contrato de Distribuição, de acordo com a remuneração fixada para as Cotas Seniores da 2ª Série.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

Evento	Data Estimada*
Protocolo dos Documentos na CVM	12 de abril de 2011
Publicação do Aviso ao Mercado	13 de abril de 2011
Disponibilização do Prospecto Preliminar	13 de abril de 2011
Início das Apresentações sobre a Oferta (<i>roadshow</i>)	04 de maio de 2011
Recebimento de Ofício contendo Exigências da CVM	12 de maio de 2011
Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	13 de maio de 2011
Resposta ao Ofício de Exigências da CVM e Protocolo dos Documentos da Oferta em Versões Definitivas	18 de maio de 2011
Disponibilização do Prospecto Definitivo	18 de maio de 2011
Obtenção do registro da Oferta	01 de junho de 2011
Publicação do Anúncio de Início	02 de maio de 2011
Liquidação Financeira	03 de junho de 2011
Publicação do Anúncio de Encerramento	04 de junho de 2011

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

Breve Histórico

O Banco BTG Pactual S.A. foi criado em 1983, no Rio de Janeiro, como uma corretora de valores mobiliários. 6 (seis) anos mais tarde, transformou-se em banco múltiplo, abriu o segundo escritório em São Paulo e deu início às atividades internacionais. Em 1998, a instituição consolidou seu negócio como um banco de investimento completo e conquistou a liderança deste segmento 2 (dois) anos depois.

Em 2008, a BTG nasceu como uma empresa de investimento global, com mais de 100 (cem) profissionais e escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Londres, Nova York e Hong Kong. A instituição foi fundada por André Esteves (ex-diretor de Renda Fixa, Câmbio e *Commodities* do UBS AG, ex-presidente e CEO do UBS na América Latina e ex-CEO do Banco BTG Pactual S.A.), Persio Arida (ex-presidente do BACEN), um grupo de antigos sócios do Banco BTG Pactual S.A. e executivos do UBS.

Em abril, a BTG administrava cerca de R\$3 bilhões de ativos próprios e de clientes, quando anunciou a aquisição do UBS Pactual. Em setembro, o BACEN aprovou a transação e a empresa passou a ser denominada Banco BTG Pactual S.A., um banco consolidado como instituição financeira multinacional, com sede no Brasil.

O Banco BTG Pactual S.A. é o maior banco de investimentos independente baseado em mercados emergentes, com mais de 25 (vinte e cinco) anos de experiência em mercados emergentes e globais e com escritórios em 4 (quatro) continentes, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Londres, Nova York e Hong Kong.

Os principais negócios do Banco BTG Pactual S.A. são nas áreas de *investment banking*, *asset management* e *wealth management*.

A área de *investment banking* oferece um leque completo de produtos e serviços diferenciados em várias regiões. Entre os pontos fortes que diferencia o Banco BTG Pactual S.A. no mercado estão sua experiente área de consultoria, sua execução especializada, seu profundo conhecimento local, seu histórico em inovação de produtos e o amplo acesso que tem aos mercados de capitais globais.

A excelência dos serviços que prestam é reconhecida por diversos prêmios. Nos últimos anos, foram uma das instituições mais atuantes em fusões e aquisições no Brasil e se posicionaram como um subscritor inigualável de emissões de ações e dívida na América Latina. Além disso, desde 2003 são reconhecidos como a melhor equipe de análise de empresas e uma das maiores corretoras do Brasil.

Na área de *asset management*, o Banco BTG Pactual S.A. oferece fundos de investimento brasileiros, de mercados emergentes e globais para investidores locais e internacionais.

A combinação entre o profundo conhecimento local e a presença internacional em Londres, Hong Kong e Nova York permite oferecer uma ampla gama de produtos tradicionais e alternativos na área de *asset management*, tanto para investidores institucionais, como para pessoas físicas.

Os fundos do Banco BTG Pactual S.A. oferecem ganhos diferenciados seguindo rígidos controles de risco e preservação de capital.

O Distribuidor Líder é um dos maiores gestores de recursos do Brasil, com R\$61,1 bilhões de ativos sob gestão. Foi eleito o melhor gestor de fundos de renda variável e renda fixa em 2007 e 2008 pelo Jornal Valor Econômico³. Também foi reconhecido em 2009 como o melhor gestor de fundos de ações e fundos multimercados pelo Jornal Valor Econômico⁴. Atualmente, os fundos internacionais do Banco BTG Pactual S.A. têm mais de US\$ 3 bilhões de ativos sob gestão.

Em *wealth management*, o Banco BTG Pactual S.A. é uma das principais instituições de gestão patrimonial do Brasil, com R\$24 bilhões sob gestão em maio de 2010.

Com escritórios em 5 (cinco) importantes cidades do Brasil, oferecem aos clientes um conjunto abrangente de serviços personalizados, que inclui desde gestão de recursos até planejamento financeiro e finanças corporativas.

Em janeiro de 2008, graças à sua expertise, foram eleitos “*Best Private Bank*” no Brasil e na América Latina pela revista Euromoney.

Substituição

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de distribuição de Cotas do Fundo, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo, e desde que aprovada pela Assembleia Geral.

AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

Como Agência Classificadora de Risco do Fundo e das Séries emitidas pelo Fundo, foi contratada Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco.

Qualquer alteração da classificação de risco das Cotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Cotistas.

Pela prestação de seus serviços, a Agência Classificadora de Risco receberá a quantia correspondente à US\$15.000.000 (quinze mil dólares), conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco. O valor da remuneração da Agência Classificadora em reais, calculado utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo BACEN em 06 de abril de 2011 (1,6089), é de R\$ 24.145,50 (vinte e quatro mil, cento e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Breve Histórico

A Standard & Poor's atribuiu seu primeiro *rating* para instituições brasileiras em 1992. Nessa época, as empresas avaliadas eram subsidiárias de empresas multinacionais atuantes no mercado global de títulos de securitização de exportação. Como essas emissões eram privadas, os *ratings* atribuídos às empresas ou às emissões não foram divulgados.

³ Fonte: A metodologia e a importância desses prêmios são explicadas em www.standardandpoors.com.

⁴ Fonte: A metodologia e a importância desses prêmios são explicadas em www.standardandpoors.com.

Em novembro de 1994, após a implementação do Plano Real, a Standard & Poor's atribuiu seu primeiro *rating* à República Federativa do Brasil.

A demanda por *ratings* de entidades brasileiras começou a crescer em 1996. A emissão de um eurobônus pela Multicanal Participações marca o início de um período de grande aceitação dos títulos brasileiros e também a primeira atribuição de *rating* corporativo público da Standard & Poor's no Brasil. Essa emissão abriu caminho para novos *ratings* de diversos títulos emitidos por empresas de mídia e também de outros setores entre 1996 e 1997.

Em 1998, a Standard & Poor's inaugurou seu escritório no Brasil, localizado em São Paulo. O ano de 1999 representou outro marco na história da Standard & Poor's no Brasil. Como resultado da necessidade de informação e de transparência, e da crescente sofisticação do mercado brasileiro, a Lineinvest contratou a Standard & Poor's para analisar a indústria de fundos brasileira, utilizando o processo "*Select Fund*" da Standard & Poor's, desenvolvido para atender não apenas o investidor institucional ou sofisticado, mas também o pequeno investidor.

Em 2001, a Standard & Poor's lançou sua classificação das práticas de empresas brasileiras administradoras de recursos de terceiros (AMP - Asset Management Practices).

Área de Atuação

A Standard & Poor's possui escritórios em 23 (vinte e três) países e uma história de quase 150 (cento e cinquenta) anos.

Atualmente, a Standard & Poor's dedica seus esforços para fornecer informações que facilitem a tomada de decisões de investimento baseadas em inteligência de mercado, na forma de *ratings* de crédito, índices, pesquisas de investimento e avaliações e soluções de riscos.

De maneira mais notável, é conhecida como fornecedor independente de *ratings* de crédito. A Standard & Poor's também é conhecida por manter um dos índices de ações *large-cap* (ações de empresas de grande valor de mercado) mais acompanhados.

Adicionalmente, o S&P Global cobre cerca de 30 (trinta) mercados que constituem aproximadamente 70% (setenta por cento) da capitalização de mercado global. Atualmente, há mais de US\$ 1,5 trilhão em ativos de investimento diretamente atrelados aos índices da Standard & Poor's.

Além disso, a divisão de avaliação de ações da Standard & Poor's é uma das maiores provedoras independentes de informação de investimentos do mundo, oferecendo análises fundamentalistas que cobrem mais de 2.000 (duas mil) empresas.

Substituição

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de auditoria, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo, e desde que aprovada pela Assembleia Geral.

AUDITORIA

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo, foi contratada a empresa PricewaterhouseCoopers Auditores.

Pela prestação de seus serviços, a Empresa de Auditoria receberá remuneração anual no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Breve Histórico

PricewaterhouseCoopers é um conjunto de firmas separadas e independentes que trabalham de forma integrada na prestação de serviços de assessoria tributária e empresarial e de auditoria. As firmas que compõem o grupo econômico estão presentes em 153 (cento e cinquenta e três) países e congregam mais de 154.000 (cento e cinquenta e quatro mil) colaboradores e sócios em todo o mundo.

A Empresa de Auditoria está presente no Brasil desde 1915, quando inaugurou seu primeiro escritório no Rio de Janeiro, possuindo cerca de 4.000 (quatro mil) profissionais distribuídos em 16 (dezesesseis) escritórios em todas as regiões brasileiras.

A PricewaterhouseCoopers presta serviços de auditoria, consultoria tributária e societária, consultoria de negócios, com foco em segmentos econômicos específicos, em quatro áreas:

- Sustentabilidade empresarial
- Gestão de riscos corporativos
- Reestruturações organizacionais, fusões, aquisições e recuperação de empresas
- Melhoria de processos e de desempenho, incluindo terceirização de funções contábeis e fiscais, entre outras.

Substituição

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de auditoria, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo, e desde que aprovada pela Assembleia Geral.

RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES

(i) Relacionamento entre o Custodiante e o Banco Bonsucesso

O Custodiante contratou o Banco Bonsucesso, com a interveniência do Fundo, representado por sua Administradora, para atuar como agente de depósito, guarda, conservação e manutenção das vias originais dos documentos que comprovam a origem dos Direitos Creditórios referentes a empréstimos consignados e que sejam cedidos ao Fundo.

Os contratos acima citados vigorarão pelo prazo de duração dos respectivos fundos de investimento ou de suas distribuição de Cotas, conforme o caso.

(ii) Relacionamento entre a Administradora e o Custodiante

Na data deste Prospecto, a Administradora encontra-se responsável pela administração de mais de 15 (quinze) fundos de investimentos que são custodiados pelo Itaú Unibanco S.A., sendo que a contratação e remuneração paga ao Itaú Unibanco S.A. é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo.

(iii) Relacionamento entre a Administradora e a Empresa de Auditoria

Na data deste Prospecto, a Administradora encontra-se responsável pela administração de mais de 5 (cinco) fundos de investimentos que são auditados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Para cada fundo de investimento é feita uma proposta individualizada, de modo a formalizar a contratação pelo fundo. A contratação do Auditor tem seu prazo limitado pelas regras de rodízio de auditores independentes, pelo que em nenhuma hipótese se dá por prazo contínuo superior a 5 (cinco) anos.

(iv) Relacionamento entre a Administradora e o Banco Bonsucesso

A Administradora presta neste Fundo, pela primeira vez, serviços de administração de fundo de investimentos cujo Cedente será o Banco Bonsucesso.

(v) Relacionamento entre o Distribuidor Líder e a Administradora

Na data deste Prospecto, o Distribuidor e a Administradora não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto.

(vi) Relacionamento entre o Distribuidor Líder e o Banco Bonsucesso

Na data deste Prospecto, o Distribuidor e a Administradora não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto.

(vii) *Relacionamento entre o Distribuidor Líder e o Custodiante*

Na data deste Prospecto, o Distribuidor Líder é responsável pela gestão de 9 (nove) fundos de investimento, pela administração e gestão de 20 (vinte) fundos de investimento, pela administração e distribuição de cotas de 16 (dezesesseis) fundos de investimento, pela administração, gestão e distribuição de cotas de 1 fundo de investimento, todos custodiados ou cuja controladoria é feita pelo Itaú Unibanco S.A.

(viii) *Relacionamento entre o Distribuidor Líder e a Empresa de Auditoria*

Na data deste Prospecto, o Distribuidor e a Administradora não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto.

(ix) *Relacionamento entre os Devedores dos Direitos Creditórios e os prestadores de serviços do Fundo*

Na data deste Prospecto inexistia qualquer Direito Creditório ou Outros Ativos na Carteira, tendo em vista que o Fundo não tinha iniciado suas operações. Dessa forma, não é possível identificar eventual relacionamento relevante entre os devedores expressivos dos Direitos Creditórios e a Administradora e/ou Custodiante.

Não há nenhuma outra relação comercial relevante entre os participantes do Fundo ou que poderia de alguma forma resultar em um conflito de interesses entre os participantes. As partes possuem completa independência na realização de suas respectivas atividades no âmbito do Fundo.

DIREITOS CREDITÓRIOS

O Fundo tem como objeto, preponderantemente, adquirir Direitos Creditórios, originários de empréstimos concedidos a Servidores Públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias da administração direta e fundações públicas, bem como a Aposentados e Pensionistas, com pagamento mediante desconto em folha de pagamento.

Os Direitos Creditórios devem representar créditos existentes na data da cessão, que independam de qualquer evento futuro para sua liquidação e cobrança, ou seja, deverão ser Direitos Creditórios performados.

ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

O Banco Bonsucesso não se responsabiliza pela solvência ou solvabilidade dos Mutuários, responsabilizando-se civil e criminalmente pela existência, certeza, liquidez e exigibilidade dos Direitos Creditórios, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo.

Os Direitos Creditórios são originados, preponderantemente, por operações de empréstimos consignados em folha de pagamento, celebrados entre o Banco Bonsucesso e os Mutuários, não sendo possível, em hipótese nenhuma, sua celebração por meio de contato telefônico.

CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

A cessão dos Direitos Creditórios se opera com relação a todos os direitos, garantias e prerrogativas e relacionadas aos Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão.

O Contrato de Cessão e cada respectivo Termo de Cessão são celebrados de forma irrevogável e irrevogável. O Banco Bonsucesso poderá, a qualquer tempo, recomprar Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme o Inciso II, do art. 2º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001.

O Banco Bonsucesso poderá adquirir, do Fundo, Direitos Creditórios relativos a Contratos de Mútuo inadimplentes, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, desde que, considerada *pro forma* a cessão pretendida, o Fundo atenda à Relação Mínima, ao Índice de Liquidez, à Alocação de Investimento Mínima e à Reserva de Caixa, e não estejam sendo implementados os procedimentos resultantes da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada.

Dessa forma, existe risco de conflito de interesses tendo em vista que, conforme previsto no Regulamento, o Banco Bonsucesso atuará como Agente Cobrador dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Desde a constituição do Fundo até a data deste Prospecto, o Banco Bonsucesso não recomprou quaisquer Direitos Creditórios relativos a Contrato de Mútuo inadimplentes.

Haverá desenquadramento do Fundo caso a Administradora verifique que o Índice de Recompra representa percentual superior a 5% (cinco por cento).

Conforme previsto no Regulamento do Fundo, as perdas e provisões com os Direitos Creditórios serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Não existe mercado secundário organizado de securitização de dívidas vencidas, portanto, não há uma precificação de mercado que possa atender às disposições do inciso II, do § 3º do art. 8º da Instrução CVM nº 356; contudo, a prática do preço de R\$ 1,00 (um real) não representa prejuízo para o Fundo, considerando que os Direitos Creditórios, vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias, estarão totalmente provisionados no Patrimônio do Fundo e, em situação de normalidade, absorvidos pelas Cotas Subordinadas.

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo podem vir a ser alcançados por obrigações do Banco Bonsucesso ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

O Preço de Aquisição de cada Direito de Crédito Elegível a ser pago pelo Fundo ao Banco Bonsucesso na respectiva Data de Aquisição será calculado de acordo com a fórmula abaixo, especificada nos respectivos Termos de Cessão:

$$PADC = \frac{VDC}{\left[(1 + TD)^{\frac{N}{252}} \right]}$$

onde:

PADC	=	Preço de Aquisição de cada Direito Creditório.
VDC	=	valor nominal de cada Direito Creditório.
TD	=	Taxa de Desconto, expressa na forma decimal ao ano. (Exemplo: para uma taxa de 20% ao ano, TD = 0,20).
N	=	número de Dias Úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

Após o recebimento do Termo de Cessão, o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, na Data de Aquisição, efetuará o pagamento do Preço de Aquisição, em moeda corrente nacional, exclusivamente por meio de crédito das verbas devidas na Conta Corrente do Banco Bonsucesso, e/ou lançará o respectivo número de Cotas Subordinadas na conta de depósito de titularidade do Banco Bonsucesso.

Taxa de Desconto

A Taxa de Desconto é expressa na forma percentual ao ano, utilizada na determinação do Preço de Aquisição, nos termos do Contrato de Cessão, e nunca será inferior a um dos seguintes parâmetros: (a) a taxa prefixada de 16% (dezesesseis por cento) ao ano; ou (b) taxa de juros futura (considerada para o vértice de 1.008 dias, ou de menor prazo, no caso de sua inexistência) expressa na forma percentual ao ano ("ETTJ PRE") divulgada pela ANBIMA em seu *website*, acrescida do percentual fixo de 2,8% (dois inteiros e oitenta centésimos por cento).

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO

Considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, quando da aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios Elegíveis, o Fundo deverá observar, cumulativamente, os seguintes limites de concentração, a serem verificados nas respectivas datas de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo:

- no mínimo 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido deverá ser alocado em Direitos Creditórios INSS e/ou Lista de Convênios Federais;
- no máximo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser alocado, em valor total agregado, em Direitos Creditórios Consignados vinculados a Entidades perfiladas na Lista de Convênios Estaduais do Regulamento;
- no máximo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser alocado, em valor total agregado, em Direitos Creditórios Consignados vinculados a Entidades perfiladas na Lista de Convênios Municipais do Regulamento;
- no máximo 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser alocado em Direitos Creditórios Consignados vinculados a uma mesma Entidade perfilada na Lista de Convênios Federais do Regulamento. Sem prejuízo da regra instituída, poderá ser alocado um montante equivalente a até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Consignados vinculados a uma única e mesma Entidade perfilada na Lista de Convênios Federais, devendo esta Entidade ser identificada previamente pela Administradora ao Custodiante;

- e) no máximo 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser alocado em Direitos Creditórios Consignados vinculados a uma mesma Entidade perfilada na Lista de Convênios Estaduais do Regulamento. Sem prejuízo da regra instituída, poderá ser alocado um montante equivalente a até 11% (onze por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Consignados vinculados a uma única e mesma Entidade perfilada na Lista de Convênios Estaduais, devendo esta Entidade ser identificada previamente pela Administradora ao Custodiante;
- f) no máximo 4% (quatro por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser alocado em Direitos Creditórios Consignados vinculados a uma mesma Entidade perfilada na Lista de Convênios Municipais do Regulamento. Sem prejuízo da regra instituída, poderá ser alocado um montante equivalente a até 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Consignados vinculados a uma única e mesma Entidade perfilada na Lista de Convênios Municipais do Regulamento, devendo esta Entidade ser identificada previamente pela Administradora ao Custodiante;
- g) no máximo 4% (quatro por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser alocado em Direitos Creditórios Consignados vinculados a Entidades perfiladas na Lista de Novos Convênios do Regulamento;

A partir do 90º (nonagésimo) dia do início das atividades do Fundo, enquanto existirem Cotas Seniores em circulação, e sem prejuízo do atendimento aos percentuais e limites previstos acima, o Fundo deverá manter, no mínimo, 70% (setenta por cento) de sua Carteira de Direitos Creditórios alocado em Direitos Creditórios INSS e/ou Direitos Creditórios Consignados referentes a Entidades perfiladas na Lista de Convênios Federais. A inobservância de tal limite mínimo pode acarretar, nos termos da alínea “k” do artigo 141 do Capítulo XXII do Regulamento, a configuração de um Evento de Avaliação.

A Administradora e o Banco Bonsucesso poderão deliberar, em conjunto e a seu exclusivo critério, a inclusão no Programa de Securitização de novos Convênios celebrados pelo Banco Bonsucesso (“Novo Convênio”), desde que sejam observados os seguintes procedimentos:

- a) o Banco Bonsucesso já esteja operando com tal Entidade por período no mínimo igual a 6 (seis) meses;
- b) tenha sido emitido parecer pela Agência Classificadora de Risco afirmando que a aquisição de Direitos Creditórios de tal Entidade não afetaria negativamente a classificação de risco das Cotas Seniores em circulação;
- c) o nome da respectiva Entidade seja incorporado, sem a necessidade de realização de Assembleia Geral de Cotistas, na Lista de Novos Convênios, e tal alteração ao Regulamento seja registrada nos termos do artigo 7º do Capítulo IV.

O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios vinculados ao Novo Convênio depois de transcorrido o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da realização do registro referido na alínea “c” acima, da comunicação do fato ao Custodiante e da entrega, pela Administradora ao Custodiante, mediante protocolo, de cópia autenticada do respectivo aditamento ao Regulamento, devidamente registrado na forma do Capítulo IV do Regulamento.

Caso seja admitida a aquisição de Direitos Creditórios de Novo Convênio após a constituição do Fundo, o Fundo deverá observar o limite de 4% (quatro por cento) de concentração em tais Direitos Creditórios em relação ao Patrimônio Líquido. Essa limitação deverá ser observada exclusivamente nos 6 (seis) primeiros meses contados da primeira cessão ao Fundo de Direitos Creditórios relacionados a tal Entidade, sem prejuízo do atendimento aos limites de concentração definidos no Regulamento.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO

Na aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, caberá ao Custodiante a verificação do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos respectivos Critérios de Elegibilidade. Quando da aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo, a Administradora e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos no Regulamento e nos demais Documentos do Fundo, cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.

É considerado Direito Creditório Elegível o Direito Creditório cujas informações sejam transmitidas ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia, e que atenda, cumulativamente, na Data de Oferta, aos Critérios de Elegibilidade previstos abaixo:

- a) os Direitos Creditórios Consignados e os Direitos Creditórios INSS não poderão ter prazo de vencimento superior a 60 (sessenta) meses contados da Data de Oferta;

- b) os Direitos Creditórios adquiridos deverão observar os limites de concentração descritos no Anexo II do Regulamento;
- c) caso o Direito Creditório seja um Direito Creditório INSS, o valor nominal de cada Direito Creditório INSS não deve ser superior a R\$ 1.000,00 (um mil reais); e
- d) caso o Direito Creditório seja um Direito Creditório Consignado o valor nominal de cada Direito Creditório Consignado não deve ser superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Além dos Critérios de Elegibilidade descritos acima, deverão ser atendidas, cumulativamente, na Data de Oferta, as seguintes Condições de Cessão, a serem verificadas, previamente à cada cessão ao Fundo, pelo Banco Bonsucesso:

- a) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de Contratos de Mútuo celebrados entre o Banco Bonsucesso e os Mutuários, cujas Entidades estejam listadas nos Convênios previstos no Anexo IX do Regulamento;
- b) os Direitos Creditórios devem ser decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco Bonsucesso, formalizados através de Contratos de Mútuo concedidos pelo Banco Bonsucesso, com amortizações mensais, consecutivas e taxas de juros prefixadas;
- c) o pagamento dos Direitos Creditórios Consignados e INSS, por parte dos Mutuários, deve ser efetuado por meio de consignação em folha de pagamento do Servidor Público ou através de folha de benefícios dos aposentados ou pensionistas do INSS, devidamente autorizada pelo respectivo Mutuário;
- d) os Direitos Creditórios Consignados e os Direitos Creditórios INSS deverão ser originários de Contratos de Mútuo que não possuam, na respectiva Data de Oferta, qualquer parcela ou pagamento em atraso;
- e) com base na respectiva legislação aplicável, inclusive na esfera de competência da Entidade, somente poderão ser adquiridos Direitos Creditórios Consignados e os Direitos Creditórios INSS cuja autorização para consignação em folha de pagamento somente possa ser cancelada pelo respectivo Mutuário com a aquiescência do signatário;
- f) somente poderão ser adquiridos Direitos Creditórios referentes a Contratos de Mútuo cuja primeira parcela já tenha sido descontada da folha do respectivo Mutuário, e repassada ao Banco Bonsucesso, quando a averbação de tais Contratos de Mútuo na respectiva margem consignável do Mutuário não ocorrer por meio eletrônico ou de forma automática;
- g) a idade do Mutuário INSS ou do Mutuário Consignado, à época da celebração do Contrato de Mútuo, não deve ser superior a 75 (setenta e cinco) anos, inclusive;
- h) somente poderão ser adquiridos pelo Fundo, Direitos Creditórios cujos respectivos Mutuários não estejam em atraso ou inadimplentes com relação a Direitos Creditórios cedidos ao Fundo previamente à respectiva Data de Oferta; e
- i) somente poderão ser adquiridos pelo Fundo todos os Direitos Creditórios a vencer de um mesmo Contrato de Mútuo, sendo assim vedada a cessão de frações de Direitos Creditórios e de parte dos Direitos Creditórios oriundos de um mesmo Contrato de Mútuo.

Observados os termos e condições do Regulamento e do Contrato de Cessão, a cessão de Direitos Creditórios realizada após a verificação, pelo Custodiante, do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade previstos acima, será considerada como definitiva, perfeita e acabada.

Não poderão ser realizadas cessões de crédito em relação aos Convênios previstos no Anexo IX ao Regulamento, bem como aos Novos Convênios, que estejam vencidos ou em processo de renovação.

A tabela a seguir demonstra as margens consignáveis a serem comprometidas com o desconto em folha, permitidas para cada Convênio:

CONVÊNIOS	CÓDIGO	PERCENTUAL CONSIGNÁVEL
INSS	11398	20%
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	10235	40%
ESTADO DO TOCANTINS	11754	30%

ESTADO DE GOIÁS	7005	30%
ESTADO DA BAHIA	10618	30%
ESTADO DA BAHIA - GAP	12327	100%
ESTADO DO PARANÁ	11096	40%
ESTADO DE RONDÔNIA	12467	30%
ESTADO DO MARANHÃO	10944	30%
PREFEITURA CAMPINA GRANDE	11568	30%
CAMPREV-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS	12106	30%
PREFEITURA DE BELO HORIZONTE	11789	40%
PREFEITURA DE GOIÂNIA	10111	30%
PREFEITURA DA CIDADE OCIDENTAL	39735	30%
PREFEITURA DE VALINHOS	12785	40%
PREFEITURA DE TERESÓPOLIS	10677	30%
PREFEITURA DE SAO LUIS	11703	20%
PREFEITURA DE VALPARAÍSO DE GOIÁS	12661	30%
PREFEITURA DE ITAGUAÍ	12271	30%
PREFEITURA DE MONTES CLAROS	13412	30%
PREFEITURA DE GUARUJÁ	11711	40%
PREFEITURA DE SALVADOR	10502	30%

Fonte: Banco Bonsucesso

A aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, nos termos do Regulamento e da Instrução CVM nº 356, será irrevogável e irretroatável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo de todos os direitos, principais e acessórios, a estes inerentes, inclusive seguros, garantias reais e fidejussórias, se houver.

A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao Fundo qualquer recurso ou direito de regresso contra o Banco Bonsucesso, suas pessoas controladoras, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

CONVÊNIOS FIRMADOS ENTRE O BANCO BONSUCESSO E AS ENTIDADES

As Entidades, de um lado, e o Banco Bonsucesso, de outro, celebraram Convênios, cujo objeto é permitir a celebração de Contratos de Mútuos entre o Banco Bonsucesso e titulares de benefícios, proventos e vencimentos concedidos por tais Entidades, com a consignação dos valores devidos, a ser realizada pelas Entidades, nas respectivas folhas de pagamento dos Mutuários para quitação da dívida contraída.

As principais obrigações das Entidades, conforme estabelecido nos respectivos Convênios são: (i) descontar dos vencimentos dos Mutuários, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período e (ii) repassar a totalidade dos valores consignados dos Mutuários, cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, do Banco Bonsucesso e de outros cessionários, por meio de depósito único na conta de recebimento.

TITULARIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Todas as cessões de Direitos Creditórios são celebradas, nos termos do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretroatável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos Creditórios cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias e prerrogativas e relacionadas aos Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão.

FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

O recebimento e a análise dos arquivos físicos e eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo serão de responsabilidade do Custodiante.

PREÇO E PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Para cada uma das cessões realizadas será celebrado um Termo de Cessão, que estabelecerá, dentre outras condições de pagamento não previstas no Contrato de Cessão, o respectivo Preço de Aquisição a ser pago pelo Fundo ao Banco Bonsucesso, em razão da respectiva cessão de Direitos Creditórios.

POLÍTICA DE COBRANÇA

O Banco Bonsucesso, na qualidade de Agente Cobrador, é responsável pela realização de todos os procedimentos de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplentes de titularidade do Fundo, inclusive por meio da contratação de serviços terceirizados de cobrança.

Os mecanismos e procedimentos adotados pelo Banco Bonsucesso encontram-se descritos no Anexo V ao Regulamento.

RESOLUÇÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

Considerar-se-á resolvida a cessão de todos os Direitos Creditórios referentes a cada Contrato de Mútuo, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de Cotas Subordinadas, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Banco Bonsucesso e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses ("Condições Resolutivas da Cessão"):

- a) caso o pagamento de qualquer Direito Creditório seja recusado, conforme o caso, pelo respectivo Mutuário, Entidade e/ou pessoa responsável pela consignação por alegação de vícios, defeitos ou inexistência de lastro;
- b) caso qualquer Direito Creditório seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do Direito Creditório pelo Fundo;
- c) caso seja verificado, a qualquer tempo, pelo Banco Bonsucesso, pela Administradora c/ou pelo Custodiante a existência de vícios, defeitos ou inexistência de lastro em Direitos Creditórios, originados em data anterior à respectiva Data de Aquisição.

Sem prejuízo da resolução da cessão, o Banco Bonsucesso deverá notificar o Custodiante, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que este tomar conhecimento do evento.

O Banco Bonsucesso estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no 3º (terceiro) Dia Útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos deste Contrato de Cessão, apurado na forma do artigo 40 do Contrato de Cessão, atualizado *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a taxa de desconto utilizada na determinação do Preço de Aquisição. Neste caso, os valores pagos ao Fundo em razão da resolução da cessão não poderão ser superiores ao valor nominal de todos os Direitos Creditórios referentes ao Contrato de Mútuo correspondente, vencidos e não pagos ou vincendos.

Os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, que tenham sua cessão resolvida nos termos do Capítulo IX do Contrato de Cessão, permanecerão sob a guarda e custódia do Custodiante ou de seu Agente, devendo ser devolvidos ao Banco Bonsucesso ou a quem este vier a indicar no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contado da efetivação do pagamento das verbas devidas ao Fundo e do envio de comunicação solicitando a entrega dos mesmos.

ASPECTOS LEGAIS E REGULAMENTARES DO DESCONTO DE FOLHA DE BENEFÍCIOS

Com o advento da Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003 (convertida na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003), Aposentados e Pensionistas podem autorizar o INSS a consignar e descontar da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou de pensão de que forem titulares os recursos necessários ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil contratadas com instituições financeiras, pagadoras ou não dos benefícios.

O desconto em folha de benefícios para Aposentados e Pensionistas, previsto no art. 6º da Lei 10.820/03, foi regulamentado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, conforme alterado, e pela Instrução Normativa INSS/DC nº 121, de 10 de julho de 2005, com alterações posteriores.

O empréstimo com desconto em folha de benefícios para Aposentados e Pensionistas é de consignação facultativa. Consignação facultativa é aquela incidente sobre a remuneração do devedor, mediante sua autorização prévia e formal, e desde que haja previsão legal para tanto. Há, também, consignações compulsórias, que, em sua maioria, não dependem de autorização prévia dos Aposentados e Pensionistas, pois sua exigibilidade decorre de lei ou de decisão judicial. Dentre as consignações compulsórias cita-se (i) a contribuição para previdência social; (ii) a pensão alimentícia judicial; (iii) o pagamento de benefícios além do devido; (iv) o imposto de renda na fonte; e (v) as mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas.

A soma mensal dos descontos consignados para pagamento de empréstimos, financiamentos ou operações de arrendamento mercantil não poderá exceder, no momento da efetiva contratação, a 30% (trinta por cento) do valor do benefício, deduzidas as consignações obrigatórias e observados os demais limites máximos de consignação estabelecidos nos Convênios, nas leis e regulamentos aplicáveis.

As consignações obrigatórias têm prioridade sobre as facultativas. Assim, após retenção das consignações obrigatórias, o saldo do valor do benefício poderá não ser suficiente para pagamento das consignações facultativas.

A imposição de limites para o desconto em folha de benefícios pelo INSS tem por finalidade impedir o comprometimento da verba alimentar de Aposentados e Pensionistas. Já a prioridade concedida às consignações compulsórias garante que parcela dos recursos oriundos dos benefícios de aposentadoria e pensão seja destinada a contribuições de primeira importância e para o devido cumprimento de decisões judiciais.

Além disso, os descontos consignados para pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis deverão ser expressamente autorizados, de forma irrevogável e irretratável, pelo próprio titular do benefício.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Natureza dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Bonsucesso são oriundos de Contratos de Mútuo firmados entre o Banco Bonsucesso e (i) Servidores Públicos da União, Estados e Municípios, e (ii) Aposentados e Pensionistas do INSS, que sejam vinculados à Entidades que tenham firmado Convênios com o Banco Bonsucesso, com taxas de juros prefixadas e pagamentos mensais.

Os Contratos de Mútuo são formalizados por meio de contratos de adesão ou de cédulas de crédito bancário, acompanhados de autorização para desconto em folha de pagamento do Servidor Público ou através de folha de benefícios do aposentados ou pensionistas do INSS, devidamente autorizada pelo respectivo Mutuário.

Critérios para Análise de Crédito das Entidades

Antes da celebração de convênio com a Entidade, o Banco Bonsucesso procede à sua análise de crédito, para verificar a respectiva saúde financeira e evitar problemas com o pagamento dos Mutuários e o repasse dos recursos ao Banco Bonsucesso. Para tanto, o Banco Bonsucesso prepara questionários para a formalização dos convênios, de forma a abordar diversos tópicos como a metodologia de cálculo de margem consignada, limitações impostas para a concessão de crédito, datas de pagamento e entrega de arquivos, dentre outros.

Os seguintes critérios são observados para análise de crédito das Entidades:

- a) são avaliados os fundamentos econômicos e financeiros da Entidade, observando especialmente o cumprimento das dotações orçamentárias e da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- b) são avaliados os aspectos legais e operacionais do Convênio, analisando os diplomas legais que amparam a consignação facultativa;
- c) somente é utilizado código próprio para desconto em folha;
- d) é observada a escala mínima do convênio com mais de 1.000 (um mil) servidores estáveis;
- e) as Entidades são preferencialmente entes públicos (federal, estadual e municipal); e

- f) os Mutuários Consignado são preferencialmente servidores com estabilidade funcional;

Após formalizado o convênio, a ficha com os parâmetros definidos e aprovados pelo Banco Bonsucesso é cadastrada no Sistema SCCD (Sistema Informatizado de Controle de Operações de Crédito). Essa parametrização servirá de base para o controle automático pelo sistema, impedindo que contratos com informações fora dos limites estabelecidos sejam aceitos. Uma vez parametrizado o Novo Convênio, as suas operações de crédito ficam pré aprovadas junto ao Banco Bonsucesso, não havendo necessidade de análise individualizada.

Processo de Originação e Política de Concessão de Crédito

A originação das operações de mútuo junto aos Mutuários se dá por meio da atuação de correspondentes bancários contratados pelo Banco Bonsucesso como prestadores de serviço, bem como pela divulgação dos produtos oferecidos pelo Banco Bonsucesso nos meios de comunicação dos Estados em que atua.

A negociação conduzida pelos correspondentes bancários com os Mutuários deve observar as condições estabelecidas nos Convênios celebrados entre o Banco Bonsucesso e as Entidades, tais como:

- a) percentual máximo de comprometimento de renda do Mutuário;
- b) prazo máximo da operação;
- c) valor das prestações;
- d) taxa máxima de financiamento (nos casos do INSS);
- e) idade máxima e mínima dos Mutuários;
- f) limite disponibilizado ao Mutuário, nos casos de operações de mútuo via emissão de cartão de crédito, calculado em função de sua margem consignada, da taxa praticada no cartão e do prazo máximo para pagamento das prestações; e
- g) pagamento mínimo mensal a ser pago pelo Mutuário, nos casos de mútuo via emissão de cartão de crédito.

Os correspondentes bancários dispõem de fichas cadastrais padronizadas para preenchimento com informações e referências pessoais, profissionais e comerciais relativas às pessoas físicas interessadas em contratar empréstimos consignados.

Previamente à contratação do empréstimo, o correspondente analisa a ficha cadastral do Mutuário aplicando os procedimentos internos de análise de crédito do Banco Bonsucesso que consistem em:

- a) verificação da existência de margem consignável disponível para pagamento das prestações do empréstimo;
- b) confirmação do vínculo do Mutuário junto à Entidade; e
- c) verificação da regularidade da autorização para desconto em folha de pagamento/benefício.

Sendo aprovada a ficha cadastral do Mutuário, de acordo com os procedimentos internos de análise de crédito do Banco Bonsucesso acima descritos, o correspondente bancário responsável pela operação recolhe a assinatura do Mutuário no Contrato de Mútuo ou na cédula de crédito bancário e na autorização de desconto em folha de pagamento/benefício que, juntamente com a ficha cadastral e os documentos pessoais do Mutuário, são enviados para o Banco Bonsucesso.

Após a conclusão dos procedimentos descritos acima, o Banco Bonsucesso autoriza (i) a liberação do pagamento do financiamento ao Mutuário, via crédito em sua conta corrente ou ordem bancária de pagamento, ou (ii) a emissão de cartão de crédito.

Mensalmente, para cada convênio ativo, o Banco Bonsucesso envia arquivo magnético (ou outra forma de mídia, conforme exigência de cada convênio) com as informações dos contratos com vencimento no mês. Com base nessas informações, as Entidades procederão a retenção em folha de pagamento dos funcionários, devolvendo, ao final do mês, a relação analítica dos pagamentos a serem efetuados. O repasse da quantia descontada dos funcionários poderá ocorrer via DOC, TED, cheque ou débito em conta.

COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

O procedimento adotado pelo Banco Bonsucesso para cobrança dos Mutuários inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas igualmente por todas as Cotas do Fundo, independentemente da respectiva classe:

- a) caso o Mutuário tomador do empréstimo tenha se desligado da respectiva Entidade, o Banco Bonsucesso busca obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas, notificações e emissão de boleto bancário de cobrança;
- b) se a cobrança amigável é frustrada, o Banco Bonsucesso informará o fato aos serviços de proteção ao crédito, para inscrição do inadimplente. Eventualmente, procede-se à cobrança judicial da quantia devida, considerando-se, em cada caso, os valores devidos e os valores que serão despendidos com a cobrança judicial;
- c) se a causa da inadimplência é a morte do Mutuário, busca-se cobrar o valor correspondente ao seguro, caso exista, ou ainda, o espólio; e
- d) se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto de proventos devidos pela Entidade ao Mutuário, que pode ocorrer nas hipóteses de ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia, ou na superveniência de outros descontos privilegiados, busca-se renegociar o empréstimo, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do Mutuário, mediante aprovação prévia das condições de renegociação pela Administradora, ou adotando-se o procedimento descrito no item (a) acima.

INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE CRÉDITO E AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONSIGNADO

A partir de 1994, com a introdução do Plano Real, o setor bancário brasileiro passou por uma importante consolidação estrutural, superando o ambiente altamente inflacionário dos anos 80 e início dos anos 90, em direção a um contexto de maior estabilidade monetária e macroeconômica. Antes desta estabilização, notava-se o benefício, auferido pelos bancos, de altos ganhos inflacionários (que, segundo estimativas do Banco Central, atingiram o ápice de 35% do total das receitas do setor) e a forte presença dos bancos estatais, aliada às limitações regulatórias à participação de instituições financeiras estrangeiras, resultando em baixa competitividade no setor e estruturas de custo ineficientes.

A demanda por crédito no Brasil aumentou drasticamente desde a estabilidade monetária alcançada em 1994. Tal aumento, juntamente com a perda dos ganhos inflacionários, levou à melhoria da eficiência operacional do setor bancário, que passou por um período de racionalização e consolidação. O Governo Federal monitorou ativamente esse processo, concentrando sua ação em programas destinados a proteger a economia popular, incluindo medidas para assegurar a solvência do sistema, reduzir a participação das instituições estatais e, por conseguinte, aumentar a concorrência entre os bancos privados. O Governo Federal reduziu, também, as restrições à entrada de bancos estrangeiros no mercado brasileiro e, por conta dessa medida, verificou-se um significativo aumento da participação desses bancos no mercado.

O acesso a serviços bancários facilita a inserção econômica, fomenta a formalidade, disponibiliza o crédito de consumo e de investimento, serviços de pagamento, cobrança e seguros, além de reduzir a agiotagem. De forma a promover o acesso da população a serviços bancários, o governo brasileiro vem adotando medidas, visando promover um maior acesso ao mercado financeiro, impulsionar o crédito e possibilitar uma redução do *spread* bancário. Por exemplo, vale citar o estabelecimento de regras mais claras quanto ao crédito pessoal com consignação, a criação de novos instrumentos de crédito como as cédulas de crédito bancário, o fomento a operações de crédito a pequenas empresas, microcrédito, dentre outras.

O crédito pessoal, entendido como empréstimos sem destinação específica, caracteriza-se por taxas de juros relativamente altas, como resultado de taxas de inadimplência igualmente elevadas. Essa modalidade de crédito é frequentemente utilizada por consumidores que dispõem de crédito limitado, não havendo garantias complementares, ou sequer vinculação dos recursos a um fim especificado. Os grandes bancos de varejo oferecem esse produto à sua base de clientes através de sua rede de agências, enquanto os bancos de pequeno e médio porte atuam focados em um determinado nicho, por intermédio de pequenas unidades nas principais cidades do Brasil.

A esse respeito, menciona-se que nos últimos anos, o setor de bancos de porte médio tem demonstrado constante evolução. Operações financeiras praticadas por bancos desse porte demonstram elevados índices de rentabilidade e resistência diante de situações adversas de mercado, tanto em face de choques sistêmicos de origem internacional, quanto diante de movimentos de origem doméstica. Tal nuance explica-se pela relativa e pouca profundidade do

mercado financeiro, que permite uma atuação expansiva e bem-sucedida no segmento de bancos de porte médio. Tais instituições exploram, com êxito crescente, esses nichos, e demonstram uma visível capacidade de inovação e notável agilidade e produtividade na abordagem de novos mercados, como no caso do crédito pessoal com consignação.

O cheque especial é um produto geralmente oferecido por instituições que aceitam depósitos à vista, em geral grandes bancos de varejo, incluindo os conglomerados estrangeiros. Para a obtenção desse crédito, cobra-se taxas relativamente altas e, por esta razão, recomenda-se que os consumidores façam uso dessa linha de crédito como último recurso.

O mercado de financiamento de veículos é basicamente dominado por grandes bancos de varejo, que gradativamente substituem instituições vinculadas às próprias montadoras. As taxas de juros nesse mercado são extremamente competitivas e o acesso a um financiamento atraente representa uma importante vantagem na aquisição de um veículo. O segmento de "semi-novos" tem uma atuação mais marcante em relação às instituições de menor porte. As taxas de inadimplência são relativamente baixas e os empréstimos atrelados a um determinado fim, qual seja, aquisição do bem financiado.

Outra popular modalidade de concessão de crédito é o financiamento por cartão de crédito, dominado por grandes bancos de varejo que operam bandeiras próprias, comumente em associação com bandeiras internacionais como *MasterCard* e *VISA*. Diante dos significativos índices de inadimplência apresentados neste setor, as taxas de juros cobradas dos consumidores são bastante elevadas.

Finalmente, o crediário oferecido pelas redes varejistas envolve o financiamento de bens de consumo, incluindo bens duráveis (materiais de construção, eletrodomésticos, etc.) e bens não duráveis (vestuário, alimentos, etc.). Este mercado é o mais fragmentado entre todos os segmentos de crédito ao consumidor no Brasil. Tradicionalmente, são as próprias grandes redes varejistas que financiam as compras de seus clientes, mas, recentemente, notou-se a celebração de alguns acordos entre tais redes e bancos interessados em assumir essa parcela de operações de financiamento.

No que tange à expansão do Crédito Consignado, historicamente, verifica-se que o custo de acesso a linhas de crédito mais tradicionais tem sido mais elevado, por diferentes motivos, incluindo concorrência no setor bancário, a estrutura legal e institucional e a natureza dos riscos de crédito.

Atualmente o empréstimo consignado se firmou como um dos créditos mais baratos do mercado financeiro, por tratar-se de uma forma de financiamento com baixos níveis de risco, em virtude de menores índices de inadimplemento na composição da taxa de juros desta modalidade.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E HISTÓRICO DO FUNDO

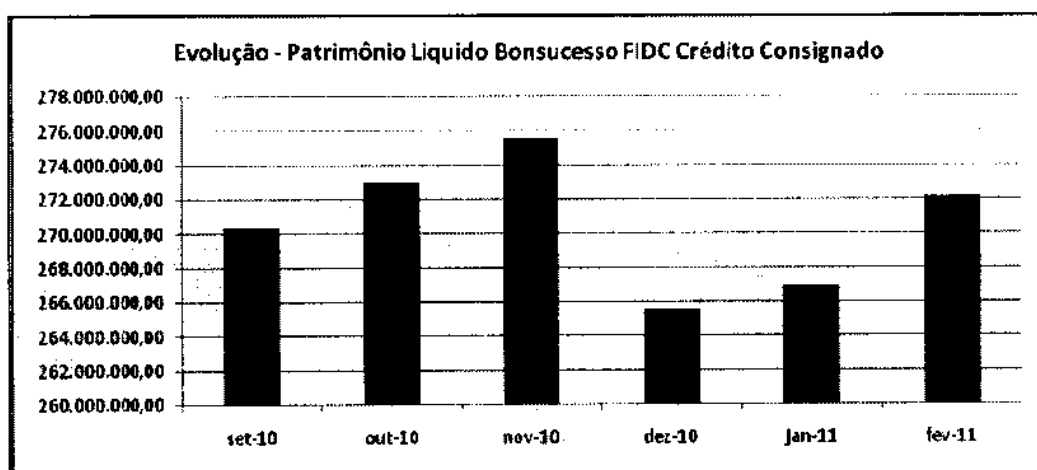
HISTÓRICO

Desde o início de suas operações, no dia 26 de maio de 2010 até o dia 28 de fevereiro de 2011, o Fundo vem atingindo as metas de rendimento prioritário e apresentando substancial crescimento do seu patrimônio líquido. Dentro os indicadores que atestam este desempenho, destacam-se:

- Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido do Fundo alcançou R\$ 272.135.299,47 em 28 de fevereiro de 2011.
- Relação Mínima: A relação mínima manteve-se em patamares bastante satisfatórios, ficando em 131,51% em 28 de fevereiro de 2011.

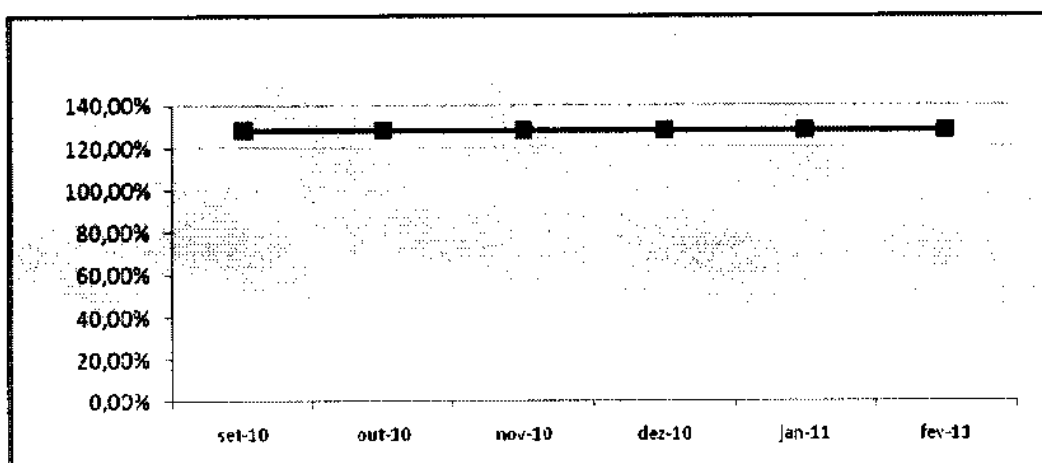
PERFORMANCE GRÁFICA

O gráfico abaixo apresenta a evolução do Patrimônio Líquido do Fundo nos últimos 6 meses:



EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO MÍNIMA

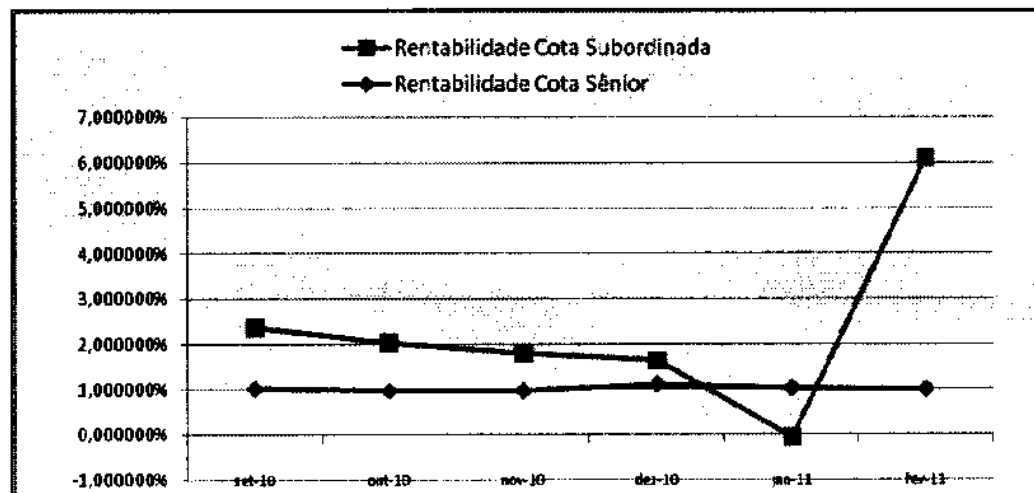
O gráfico abaixo apresenta a evolução da Relação Mínima (limite mínimo: 128,21%) do Fundo nos últimos 6 meses:



DESEMPENHO DA CARTEIRA DO FUNDO

A tabela abaixo apresenta a evolução da rentabilidade da Carteira do Fundo, nos períodos indicados:

Data	Rentabilidade Cota Sênior	Rentabilidade Cota Subordinada
set-10	1,011190%	1,346622%
out-10	0,964111%	1,058236%
nov-10	0,964184%	0,821493%
dez-10	1,109730%	0,518049%
jan-11	1,025365%	-1,092855%
fev-11	1,001006%	5,108607%



Embora a rentabilidade da Carteira não seja integralmente transferida à rentabilidade prioritária atribuída às Cotas Seniores, esta rentabilidade demonstra a capacidade do Fundo em arcar com a rentabilidade prioritária, especialmente pelo aumento do fator de garantia representado pelo crescimento da participação das Cotas Subordinadas no Patrimônio Líquido do Fundo.

RELATÓRIO DEMONSTRATIVO DE TÍTULOS VENCIDOS

A tabela abaixo apresenta um demonstrativo dos títulos vencidos da Carteira do Fundo, separados por períodos, valor bruto e quantidade de títulos existentes nos períodos indicados:

RELATORIO DEMONSTRATIVO DE TITULOS VENCIDOS		
PERIODO	VALOR BRUTO	QTDE TIT.
DE 1 ATE 30	561.033,92	5.691
DE 31 ATE 60	82.483,83	886
DE 61 ATE 90	60.258,23	643
DE 91 ATE 120	46.918,38	486
DE 121 ATE 150	45.977,88	452
DE 151 ATE 180	30.630,35	285
DE 181 ATE 210	20.243,32	174

DE 211 ATE 240	12.880,03	108
DE 241 ATE 270	8.397,48	69
DE 271 ATE 300	7.927,43	70
TOTAL	876.750,85	8.864

*Este relatório foi preparado com base em dados extraídos da carteira do Fundo em 01/04/2011, e contém informações desde o início das operações do Fundo.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DEMONSTRATIVO DE TÍTULOS A VENCER

A tabela abaixo apresenta um demonstrativo dos títulos a vencer da Carteira do Fundo, separados por períodos, valor bruto e quantidade de títulos existentes nos períodos indicados:

RELATORIO CONSOLIDADO DEMONSTRATIVO DE TITULOS A VENCER - POSICAO EM 01/04/11		
PERIODO	VALOR BRUTO	QTDE TIT.
DE 0 ATE 30	6.732.358,44	75.414
DE 31 ATE 60	6.576.767,70	73.980
DE 61 ATE 90	6.564.552,16	73.896
DE 91 ATE 120	6.562.340,80	73.881
DE 121 ATE 150	6.116.293,21	69.380
DE 151 ATE 180	6.563.973,19	73.892
DE 181 ATE 210	6.563.615,69	73.891
DE 211 ATE 240	6.562.710,06	73.890
DE 241 ATE 270	6.562.830,06	73.891
DE 271 ATE 300	6.496.450,30	73.435
DE 301 ATE 330	6.562.482,53	73.889
DE 331 ATE 360	6.562.476,88	73.888
DE 361 ATE 390	6.562.476,88	73.888
DE 391 ATE 420	6.562.476,88	73.888
DE 421 ATE 450	6.531.323,73	73.727

DE 451 ATE 480	6.562.488,08	73.889
DE 481 ATE 510	6.562.488,08	73.889
DE 511 ATE 540	6.561.185,08	73.873
DE 541 ATE 570	6.562.488,08	73.889
DE 571 ATE 600	6.562.488,08	73.889
DE 601 ATE 630	6.562.488,08	73.889
DE 631 ATE 660	6.511.220,37	73.433
DE 661 ATE 690	6.497.637,57	73.403
DE 691 ATE 720	6.678.606,30	74.831
DE 721 ATE 750	6.511.220,37	73.433
ACIMA 750	160.995.400,34	795.676
TOTAL	324.650.838,94	3.638.924

*Este relatório foi preparado com base em dados extraídos da carteira do Fundo em 01/04/2011, e contém informações desde o início das operações do Fundo.

DADOS SOBRE CONCENTRAÇÃO

A tabela abaixo apresenta dados a respeito da concentração dos direitos creditórios cedidos ao Fundo por ente, com base nas informações extraídas no dia 01/04/2011:

ENTE	CONCENT. S/ VAL.PAT.LIQ.	VALOR DE FACE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS POR ENTE (R\$)
1	61,45%	184.064.489,43
12	14,76%	44.194.538,25
2	5,32%	15.939.450,11
27	4,52%	13.530.555,12
11	2,88%	8.640.399,01
9	2,60%	7.788.758,81
18	0,78%	2.348.631,35
3	0,69%	2.072.946,39
17	0,66%	1.991.392,10
10	0,65%	1.960.770,06
19	0,64%	1.922.885,87
6	0,64%	1.909.051,92
4	0,61%	1.816.722,32

26	0,56%	1.681.405,25
8	0,56%	1.665.899,23
5	0,52%	1.557.076,47
16	0,43%	1.276.722,14
22	0,34%	1.013.700,12
15	0,28%	847.174,03
7	0,28%	843.463,93
23	0,25%	743.283,46
24	0,16%	464.638,94
14	0,14%	410.383,38
21	0,13%	378.364,97
25	0,08%	232.911,33
20	0,05%	142.930,07
13	0,03%	76.132,11
TOTAL	100,00%	299.514.676,17

*Este relatório foi preparado com base em dados extraídos da carteira do Fundo em 01/04/2011.

Para maiores informações financeiras do Fundo, o investidor pode acessar o site da CVM (www.cvm.gov.br), o qual disponibiliza os relatórios mensais e trimestrais do Fundo, bem como todos os documentos do Fundo, inclusive os documentos relativos à Oferta.

O presente item não constitui promessa de rendimentos. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

INFORMAÇÕES DO CEDENTE

BREVE HISTÓRICO DO BANCO BONSUCESSO S.A.

O Banco Bonsucesso teve origem em uma sociedade de crédito, financiamento e investimento, constituída em 23 de novembro de 1992, com prazo indeterminado de duração, no Estado de Minas Gerais, sob a denominação de Bonsucesso Financeira, para atuar junto ao braço comercial do Grupo Bonsucesso.

Suas operações iniciaram-se em meados de 1993, antevedendo a perspectiva da estabilização econômica da moeda e o consequente crescimento do consumo de bens duráveis. Com a implantação do Plano Real, em 1994, a Bonsucesso Financeira consolidou sua atuação no segmento de financiamento para a aquisição de veículos, passando a ser uma das sociedades pioneiras nessa área.

Em 1998, a Bonsucesso Financeira foi autorizada pelo BACEN a atuar como banco múltiplo e, em 1999, o Banco Bonsucesso passou a atuar com foco e especialização no financiamento ao consumo por meio de operações de crédito pessoal consignado para funcionários públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como a Aposentados e Pensionistas do INSS.

Em outubro de 2004, o Banco Bonsucesso firmou o primeiro convênio com o INSS, para a concessão de crédito consignado aos aposentados e pensionistas do INSS. Ainda, nesse mesmo ano, o Banco Bonsucesso estruturou um primeiro FIDC, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Bonsucesso, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) meses contados a partir da data de encerramento da primeira distribuição de cotas do fundo, ocorrida em 21 de outubro de 2004.

No exercício social de 2007, o capital social do Banco Bonsucesso foi aumentado em cerca de R\$ 133.000.000,00 (cento e trinta e três milhões), mediante a emissão de 60.000 (sessenta mil) ações. Nesse mesmo ano, o Banco Bonsucesso apresentou o seu maior lucro histórico até então, cerca de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais).

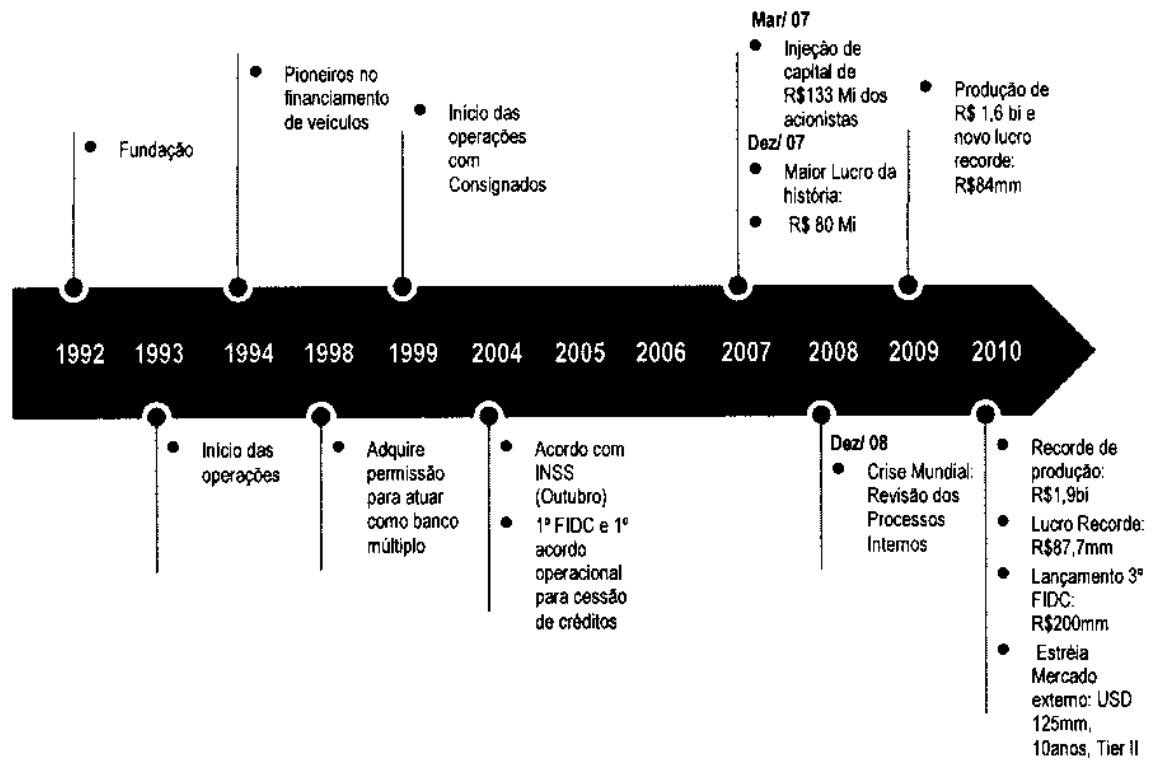
No ano de 2008, o Banco Bonsucesso implantou o cartão de crédito da bandeira Visa, passando a atuar, nessa área, com apenas 2 (dois) concorrentes no mercado. Acreditamos que o cartão de crédito consignado proporcionou alto nível de satisfação dos clientes do Banco Bonsucesso, haja vista que apresenta vantagens tais como: (i) juros mais baixos que o cartão de crédito convencional; (ii) custo zero de anuidade; (iii) central de relacionamento 24 horas, nos 7 dias da semana; (iv) até 45 (quarenta e cinco) dias de prazo para pagamento; e (v) dispensa de consulta no SPC e Serasa. O Banco Bonsucesso acredita que tais vantagens permitem ao seu cliente obter maior praticidade em compras ou saques, bem como maior facilidade no controle das suas despesas. Além disso, a implantação do cartão de crédito consignado proporcionou ao Banco Bonsucesso um *spread* muito superior ao consignado tradicional, uma linha de crédito contínua e uma forte barreira de entrada. Ademais, o acesso à base dos clientes foi ampliado.

Em 2009, o Banco Bonsucesso produziu uma média de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), apresentando, ainda, um lucro recorde de aproximadamente R\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de reais).

No ano de 2010, o Fundo foi constituído e ofertou, na 1ª Distribuição, 8.000 (oito mil) Cotas Seniores da 1ª Série, tendo sido totalmente subscritas e integralizadas no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões) de reais. O encerramento da 1ª Distribuição ocorreu em 01 de junho de 2010.

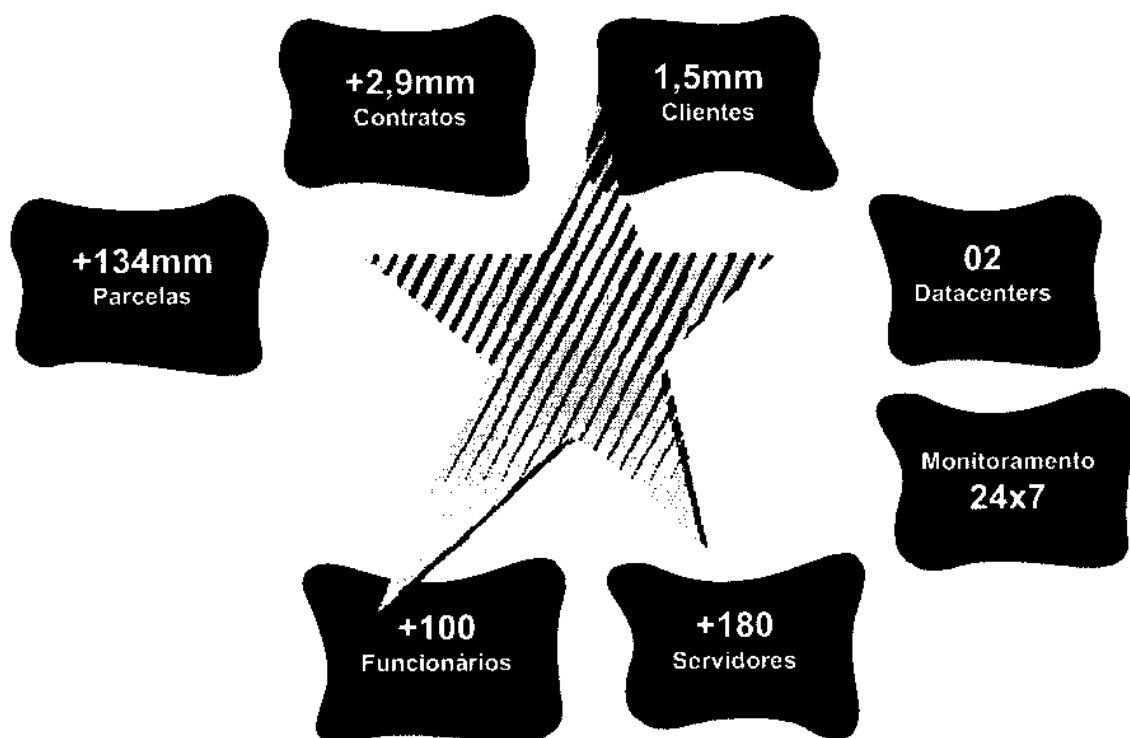
Ainda, no ano de 2010, o Banco Bonsucesso teve acesso, pela primeira vez, o mercado externo, concluindo, no dia 27 de outubro de 2010, a captação de US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares) com emissão de dívida subordinada ("Tier II"), com prazo de vencimento de 10 (dez) anos. Nesse mesmo ano, o Banco Bonsucesso apresentou, ainda, produção recorde de R\$ 1.900.000.000,00 (um bilhão e novecentos mil reais), bem como lucro recorde de R\$ 87.700.000,00 (oitenta e sete milhões e setecentos mil reais).

Nosso histórico sucedeu-se da seguinte maneira:



Fonte: Banco Bonsucesso

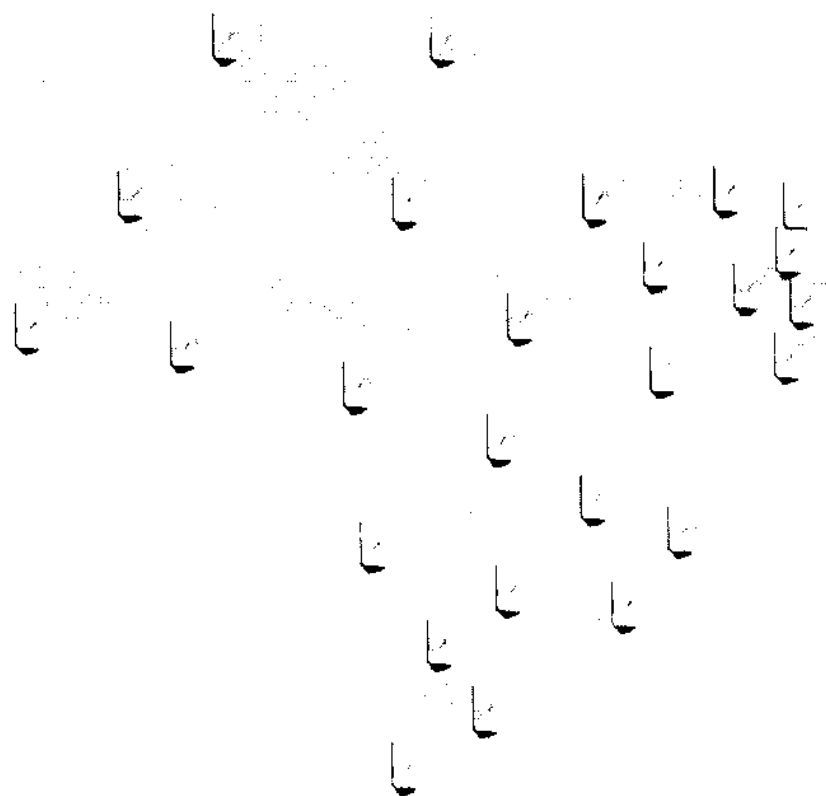
Os principais números de TI do Banco Bonsucesso dispõem-se da seguinte maneira:



Fonte: Banco Bonsucesso

Abaixo, segue a descrição das principais áreas de atuação do Banco Bonsucesso:

Crédito Consignado: O Banco Bonsucesso foi um dos pioneiros nesta modalidade de crédito, atuando desde 1999 através de convênios com estados e municípios, possuindo atuação em todos os estados. O forte crescimento deste mercado, devido às leis de regulamentação do produto e à abertura de novos convênios nos âmbitos federal (INSS, marinha, exército e aeronáutica), estadual e municipal, propiciou ao Banco Bonsucesso ampliar sua atuação em outras regiões, através de uma estruturada rede de correspondentes presentes em todo o território nacional. Esse é, hoje, o principal negócio do banco e responde por cerca de 75% (setenta e cinco por cento) de suas operações. Ademais, o Banco Bonsucesso é considerado o 4º (quarto) banco privado em volume de operações com o INSS. As operações de crédito consignado do Banco Bonsucesso são distribuídas nos seguintes estados do Brasil:



INSS

Convênios Estaduais

(Fonte: Banco Bonsucesso)

Dados de Março/11:

- 200 convênios
- 714 correspondentes e subcontratados
- 41 BPV's (lojas próprias Bonsucesso)
- Mais de 1.000 pontos de venda em todo o país

Middle Market: Segmento de importante atuação em Minas Gerais e em São Paulo, onde o Bonsucesso tem como foco operações estruturadas com lastro em recebíveis de primeira linha, para empresas de médio porte, com faturamento anual entre R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). É também agente credenciado junto ao BNDES para repasse de suas linhas de crédito. O segmento de Middle Market funciona como um *expertise* adicional em um nicho complementar, de modo que os principais produtos são operações estruturadas com lastro em recebíveis de 1ª linha, tais como conta garantida, cartas de fiança e empréstimos para o agronegócio. O Banco Bonsucesso tem 12 (doze) anos de *expertise* nesse segmento e adota um perfil de crédito conservador que proporciona segurança e qualidade nas operações de Middle Market, o que lhe garantiu uma estrutura enxuta e agilidade na aprovação de crédito. Cerca de 80% (oitenta por cento) da carteira do Banco Bonsucesso é lastreada em recebíveis.

Assessoria em Investimentos: Cientes da importância da captação de recursos para o seu negócio, o Banco Bonsucesso investiu esforços na estruturação de uma área voltada para investidores. Possui uma equipe, que oferece aos seus clientes uma assessoria financeira personalizada, através de produtos e serviços diferenciados.

As operações do Banco Bonsucesso apresentaram crescimento consistente desde sua fundação, o que, combinado com baixos índices históricos de inadimplência, possibilitou-lhe obter forte crescimento, com elevada lucratividade e alta geração de caixa, rendendo, em 2007, os títulos de conglomerado financeiro com a “Maior Rentabilidade Média nos Últimos Três Anos” e com o “Maior Crescimento em Receitas nos Últimos Três Anos” em seu segmento de mercado, atribuídos pela Fundação Getúlio Vargas.

Em 2008, devido a crise mundial, os negócios do Banco Bonsucesso foram impactados pela crise de liquidez que se abateu sobre o mercado, o que implicou em uma pausa no ritmo de crescimento verificado até então e revisão dos procedimentos internos.

Entretanto, já em 2009, o Banco Bonsucesso voltou a apresentar forte crescimento, obtendo o maior lucro líquido e o maior volume de originação de operações de crédito consignado de sua história, representando um aumento de 250% (duzentos e cinquenta por cento) e 67,8% (sessenta e sete inteiros e oitenta centésimos por cento), respectivamente, em relação a 2008.

Conforme se depreende da tabela abaixo, o Bonsucesso originou empréstimos consignados no valor de R\$1.042.300.000,00 (um bilhão, quarenta e dois milhões e trezentos mil reais), R\$923.700.000.000,00 (novecentos e vinte e três bilhões e setecentos milhões de reais), R\$1.550.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e cinquenta milhões de reais) e R\$ 1.900.000.000,00 (um bilhão e novecentos milhões de reais) em 2007, 2008, 2009 e 2010, respectivamente. Seu lucro líquido foi de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) em 2007, R\$23.900.000,00 (vinte e três milhões e novecentos mil reais) em 2008, R\$84.100.000,00 (oitenta e quatro milhões e cem mil reais) em 2009 e R\$ 87.700.000,00 (oitenta e sete milhões e setecentos mil reais) em 2010.

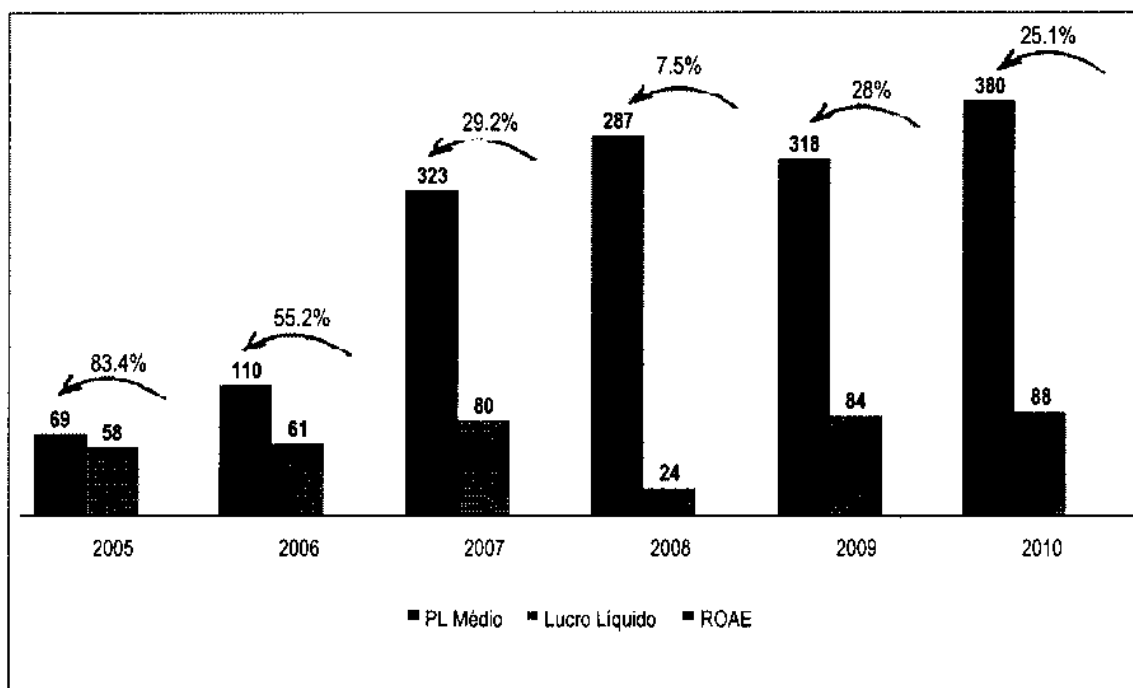
Em milhões de reais			2007	2008	2009	2010
Originação	de	Empréstimos	1.042,3	923,7	1.550,0	1.900,00
Consignados						
Lucro Líquido			80,0	23,9	84,1	87,70

Em 31 de dezembro de 2007, 2008, 2009 e 2010, conforme se depreende da tabela abaixo, o patrimônio líquido do Banco Bonsucesso era de R\$323.500.000,00 (trezentos e vinte três milhões e quinhentos mil reais), R\$287.600.000,00 (duzentos e oitenta e sete milhões e seiscentos mil reais), R\$318.400.000,00 (trezentos e dezoito milhões e quatrocentos mil reais) e R\$ 380.160.000,00 (trezentos oitenta milhões e cento e sessenta mil reais), respectivamente. O saldo de sua Carteira de Crédito Total em 31 de dezembro de 2007, 2008, 2009 e 2010, era de R\$1.305.500,00 (um milhão, trezentos e cinco mil e quinhentos reais), R\$1.438.800,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e oito mil e oitocentos reais), R\$2.326.800,00 (dois milhões, trezentos e vinte e seis mil e oitocentos reais) e R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), respectivamente.

Em milhões de reais	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	21/12/2010
Patrimônio Líquido	323,5	287,6	318,4	380,16
Saldo da Carteira de Crédito Total ^(*)	1.305,5	1.438,8	2.326,8	3.300,00

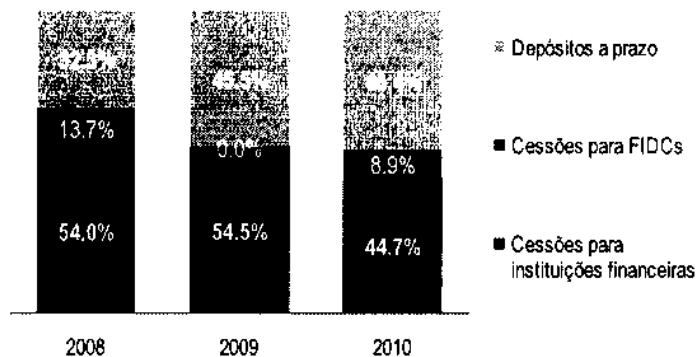
^(*) Carteira on balance acrescida do saldo de cessão com coobrigação

Segue, abaixo, o histórico de rentabilidade do Banco Bonsucesso, entre os anos de 2005 e 2010:



Fonte: Banco Bonsucesso

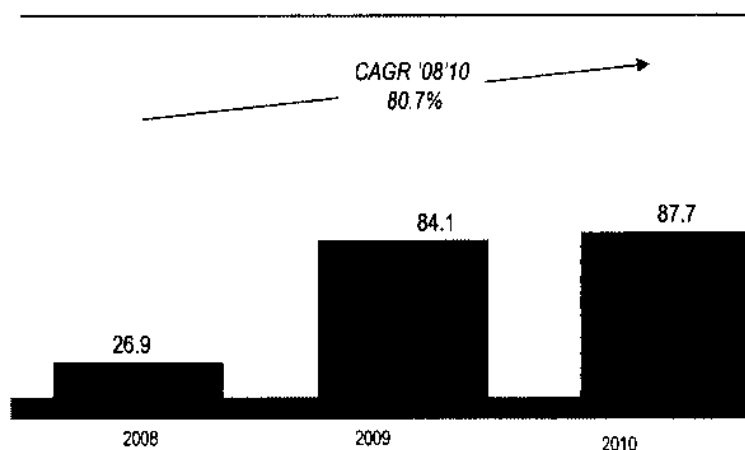
A tabela abaixo demonstra a evolução da captação do Banco Bonsucesso entre os anos de 2008 e 2010:



Fonte: Banco Bonsucesso

A evolução do lucro líquido do Banco Bonsucesso, entre os anos de 2008 e 2010, é demonstrado no gráfico abaixo:

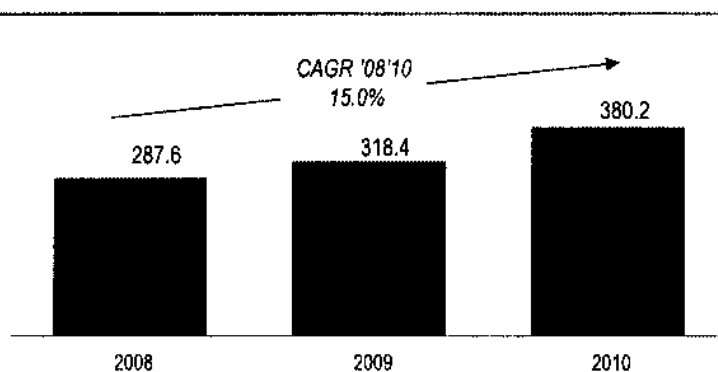
Evolução do Lucro Líquido (R\$ Milhões)



Fonte: Banco Bonsucesso

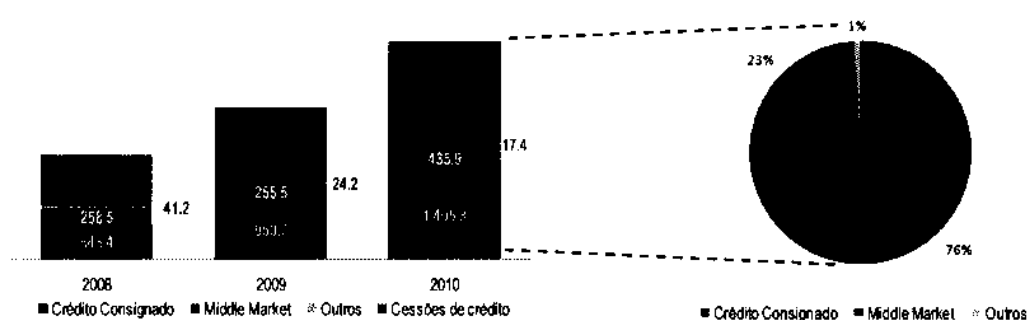
A evolução do patrimônio líquido do Banco Bonsucesso, entre os anos de 2008 e 2010, é demonstrado no gráfico abaixo:

Evolução do PL (R\$ Milhões)

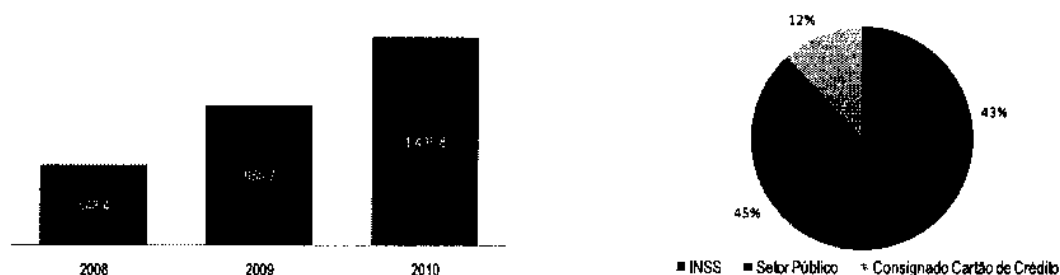


Fonte: Banco Bonsucesso

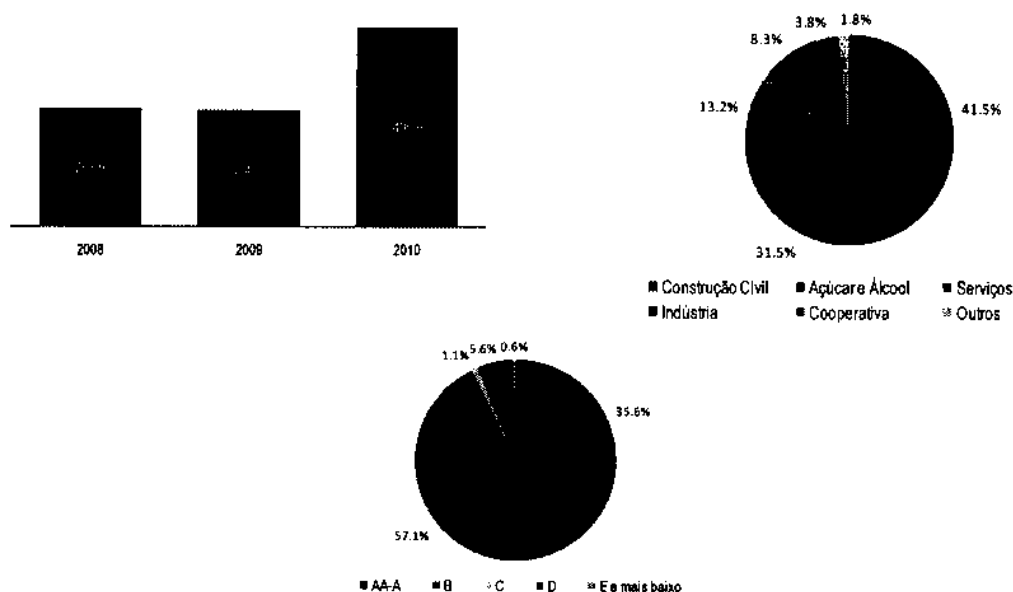
A evolução da carteira de crédito total do Banco Bonsucesso, entre os anos de 2008 e 2010, é demonstrado no gráfico abaixo:



A evolução da carteira de crédito consignado do Banco Bonsucesso, entre os anos de 2008 e 2010, é demonstrado no gráfico abaixo:



A evolução da carteira de middle market⁽¹⁾ do Banco Bonsucesso, entre os anos de 2008 e 2010, é demonstrado no gráfico abaixo:



(1) Considera a carteira on-balance sheet em Dez/2010

EXPERIÊNCIA PRÉVIA EM OUTRAS OPERAÇÕES DE SECURITIZAÇÃO

O Banco Bonsucesso possui experiência em outras operações de securitização de recebíveis, tendo atuado como cedente em outros fundos de investimento em direitos creditórios, quais sejam: (i) o Fundo Bonsucesso Investimentos em Direitos Creditórios, que teve suas atividades encerradas em 25 de agosto de 2009; (ii) o *Pension Trust* Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, que teve suas atividades encerradas em 29 de maio de 2007; e (iii) os fundos FIDC FD – FGC e FIDC FD – FGC, que se encontram encerrados para novas aquisições. Referidas cessões não impedem a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nem tampouco prejudicam a validade do Contrato de Cessão ou a regularidade de seu cumprimento pelo Cedente.

A tabela abaixo demonstra as cessões de direitos creditórios realizadas pelo Banco Bonsucesso:

QUADRO RESUMO DAS OPERAÇÕES CEDIDAS A FIDCs			
FUNDO	Data da Cessão	Valor dos Créditos Cedidos	Situação do Fundo
FIDC F D - FGC	2008	63.261.943,60	Fechado para novas aquisições
FIDC F D Total		63.261.943,60	
FIDC F H - FGC	2008	94.229.850,56	Fechado para novas aquisições
FIDC F H Total		94.229.850,56	
Fundo Bonsucesso Investimento em Direitos Creditórios	2004	52.879.455,10	Encerrado
	2005	111.567.076,84	
	2006	101.432.424,50	
	2007	116.479.740,06	
	2008	93.664.190,80	
Fundo Bonsucesso Investimento em Direitos Creditórios Total		556.022.867,30	
Pension Trust Fundo de Investimento em Direitos Credit.	2004	31.236.863,54	Encerrado
	2006	11.286.228,34	
Pension Trust Fundo de Investimento em Direitos Credit. Total		42.523.111,88	
Total geral cedido aos fundos		756.037.793,34	

Obs.: Os Fundos FIDC F D e FIDC F H foram constituídos junto ao FGC e estão fechados para novas aquisições de direitos creditórios. Abaixo, o saldo destes fundos, em dez/09.

FUNDO	Subsidiária	R\$
FIDC F D	13.742.451,88	36.868.000,00
FIDC F H	14.392.003,86	67.149.000,00
Total	28.134.455,74	104.017.000,00

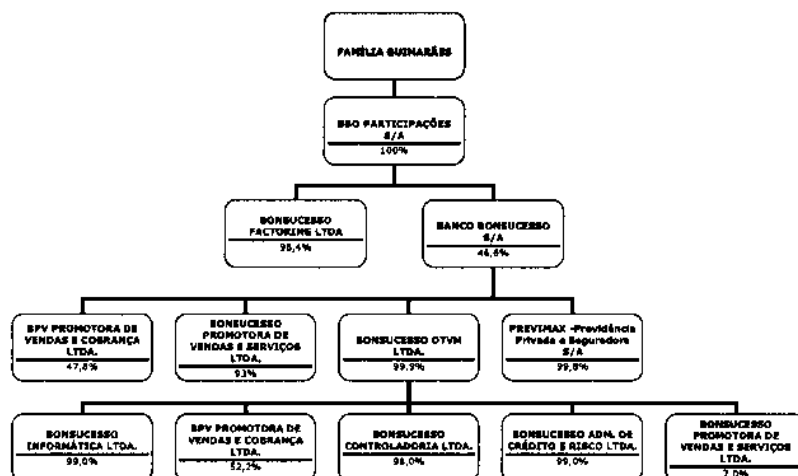
Exceto quanto ao Contrato de Cessão celebrado com o Fundo, o Bonsucesso não realizou qualquer outra cessão de recebíveis a fundos de investimento em direitos creditórios, até a data deste Prospecto, que não as acima assinaladas.

GRUPO BONSUCESSO

O Grupo Bonsucesso, conglomerado empresarial do qual o Banco Bonsucesso faz parte, é composto pelas *holdings* BPE Participações, que controla empresas que atuam na comercialização de automóveis e caminhões, e BBO Participações, que controla o Banco Bonsucesso e demais empresas atuantes no setor financeiro. Ambas as *holdings* são controladas pela tradicional família mineira Pentagna Guimarães.

Dentre os empreendimentos do Grupo Bonsucesso, destacam-se (i) no setor financeiro, além do Banco Bonsucesso, a Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e a Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.; e (ii) no setor não financeiro, a Carbel S.A., Audi-Carbel, Garra Veículos, Consórcio União e Strada Veículos, empresas atuantes na comercialização de veículos.

O organograma a seguir apresenta a estrutura societária do Banco Bonsucesso e de suas subsidiárias na data deste Prospecto:



A tabela a seguir contém a composição acionária da BBO Participações S.A. na data deste Prospecto:

ACIONISTAS BBO PARTICIPAÇÕES S/A	Qtde Ações	% TOTAL
Humberto José Pentagna Guimarães	12.329.692	10,27%
Heloísa Maria P. Guimarães Henriques	12.329.692	10,27%
Paulo Henrique Pentagna Guimarães	12.329.692	10,27%
Regina Maria P. Guimarães Salazar	12.329.692	10,27%
João Cláudio Pentagna Guimarães	12.329.692	10,27%
Luiz Flávio Pentagna Guimarães	12.329.692	10,27%
Maria Beatriz Pentagna Guimarães	12.329.692	10,27%
Gabriel Pentagna Guimarães	12.329.692	10,27%
Ricardo Pentagna Guimarães	12.329.692	10,27%
Flávio Ladeira Guimarães	9.032.772	7,57%
Total	120.000.000	100,00%

O Banco Bonsucesso exerce o controle direto da Bonsucesso DTVM Ltda., da Previmax – Previdência Privada e Seguradora S.A., da Bonsucesso Promotora de Vendas e Serviços Ltda. e da BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.

Bonsucesso DTVM Ltda.

A Bonsucesso DTVM Ltda. é uma sociedade limitada, com sede e foro em Belo Horizonte, MG, que tem por objeto a prestação de serviços de distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de carteiras. A Bonsucesso DTVM Ltda. realiza operações com pequena alavancagem e baixo risco, tais como operações (i) compromissadas; (ii) envolvendo títulos públicos federais; e (iii) envolvendo certificados de depósito bancário de emissão de instituições financeiras de primeira linha.

Por intermédio da Bonsucesso DTVM Ltda., o Banco Bonsucesso tem controle indireto da Bonsucesso Controladoria Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de contabilidade; da Bonsucesso Informática Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços na área de informática; e da Bonsucesso Administração, Crédito e Risco Ltda., cujo principal objeto é a prestação de serviços de consultoria administrativa e financeira.

Previmax Previdência Privada e Seguradora S/A.

A Previmax Previdência Privada e Seguradora S/A é uma companhia fechada, com sede e foro em Belo Horizonte, MG, autorizada pela SUSEP a operar com planos de previdência complementar aberta, na modalidade plano individual de pecúlio por morte.

BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.

A BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda. é uma sociedade limitada, com sede e foro em Belo Horizonte, MG, que tem por objeto a prestação de serviços de cobrança extrajudicial, agenciamento, corretagem, intermediação comercial e verificação de dados cadastrais.

Bonsucesso Promotora de Vendas e Serviços Ltda.

A Bonsucesso Promotora de Vendas e Serviços Ltda. é uma sociedade limitada, com sede e foro em Belo Horizonte, MG, que tem por objeto a prestação de serviços de agenciamento, corretagem, intermediação comercial, cobrança de títulos e verificação de dados cadastrais.

OPERAÇÕES DO BANCO BONSUCESSO COM SUAS PARTES RELACIONADAS

Nos termos da legislação brasileira, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos ou garantir operações de seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Nesse sentido, o Banco Bonsucesso não concede empréstimos ou adiantamentos, nem garante qualquer operação de seus controladores e de quaisquer de suas subsidiárias, coligadas, administradores ou familiares.

No curso normal dos negócios do Banco Bonsucesso, são realizadas operações comerciais com suas partes relacionadas, em condições usualmente praticadas no mercado. As operações relevantes com partes relacionadas encontram-se descritas conforme os contratos indicados abaixo:

- a) Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Contábil, celebrado em 10 de maio de 2002, e Termo de Aditamento Contratual, datado de 1º de outubro de 2009, com o Banco Bonsucesso Controladoria Ltda., para a prestação de serviços de processamento contábil, tributários e afins, pelo valor mensal de R\$475.836,00 (quatrocentos mil e oitocentos e trinta e seis reais), por prazo indeterminado;
- b) Contrato de Prestação de Serviços, celebrado em 1º de novembro de 2003, com o Banco Bonsucesso Administração, Crédito e Risco Ltda. e Termo de Aditamento Contratual, datado de 1º de outubro de 2009, para a prestação de serviços ao Bonsucesso de consultoria em análise de crédito e risco, pelo valor mensal mínimo de R\$ 281.000,00 (duzentos e oitenta e um mil reais), por prazo indeterminado;
- c) Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente, celebrado em 3 de novembro de 2003, com a BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda., para a prestação de serviços ao Banco Bonsucesso de recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos, propostas de abertura de contas e de recebimentos e pagamentos relativos a contas, pelo valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor dos pedidos de empréstimos encaminhados ao Bonsucesso, por prazo indeterminado;
- d) Contrato de Prestação de Serviços de Administração e Liquidez, celebrado em 1º de março de 2005, e Termo de Aditamento Contratual, datado de 1º de novembro de 2009 com a Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., para a prestação de serviços ao Banco Bonsucesso de administração de tesouraria, administração de operações de cessão de créditos, prospecção e abertura de limites de créditos, pelo valor mensal de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais);
- e) Contrato de Prestação de Serviços de Informática, celebrado em 1º de março de 2005, com o Banco Bonsucesso Informática Ltda. e Termo de Aditamento Contratual, datado de 1º de outubro de 2009, para a prestação de serviços ao Banco, de processamento de dados, desenvolvimento de sistemas e programas, pelo valor mensal mínimo de R\$505.922,00 (quinhentos e cinco mil, novecentos e vinte e dois reais);
- f) Contrato de Locação de Software e Equipamentos de Informática, firmado em 21 de setembro de 2001, com o Banco Bonsucesso Informática Ltda. e 8º Termo de Aditamento, datado de 1º de outubro de 2010, no valor mensal de R\$ 571.140,00 (quinhentos e setenta e mil e cento e quarenta reais), por prazo indeterminado; e
- g) Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente, celebrado em 25 de março de 2008, com a Bonsucesso Promotora de Vendas Ltda., para a prestação de serviços ao Bonsucesso de recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos, especialmente empréstimos pessoais de crédito consignado a pensionistas e aposentados do INSS, e outros serviços de controle, inclusive processamento de dados das operações pactuadas, pelo valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor dos pedidos de empréstimos e de financiamentos encaminhados ao Bonsucesso, por prazo indeterminado.
- h) Cessão de Crédito, celebrada em 29 de dezembro de 2010, com a BPV, no qual o Banco Bonsucesso cede créditos no valor total de R\$ 6.997.506,36 (seis milhões, novecentos e noventa e sete mil, quinhentos e seis reais e trinta e seis centavos) oriundos de negócios celebrados com seus clientes pelo quantia, a ser paga pela BPV, de R\$ 349.876,00 (trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e seis reais).

Os principais saldos e operações mantidos com partes relacionadas do Banco Bonsucesso, no exercício de 2010, encontram-se demonstrados na tabela abaixo:

ANO 2010								
	Locação Software	DTVM	BPV	INFORMATICA	CONTROLADORIA	CRÉDITO E RISCO	BONSUCESSO PROMOTORA	SOMA
JANEIRO	843.147,00	81.000,00	2.706.046,00	505.922,00	820.000,00	281.000,00	1.504.894,00	6.742.009,00
FEVEREIRO	843.147,00	81.000,00	3.689.153,00	505.922,00	820.000,00	281.000,00	2.415.183,00	8.635.405,00
MARÇO	843.147,00	81.000,00	3.222.196,00	505.922,00	820.000,00	281.000,00	2.090.291,00	7.843.556,00
ABRIL	843.147,00	81.000,00	3.100.227,00	505.922,00	820.000,00	281.000,00	1.708.670,00	7.339.966,00
MAIO	843.147,00	81.000,00	3.571.175,00	505.922,00	820.000,00	281.000,00	1.443.300,00	7.545.544,00
JUNHO	843.147,00	81.000,00	3.742.393,00	505.922,00	820.000,00	281.000,00	3.137.698,00	9.411.160,00
JULHO	843.147,00	81.000,00	2.454.893,00	505.922,00	820.000,00	281.000,00	2.220.501,00	7.206.463,00
AGOSTO	843.147,00	81.000,00	1.933.562,00	505.922,00	820.000,00	281.000,00	2.520.530,00	6.985.161,00
SETEMBRO	843.147,00	81.000,00	2.101.202,00	505.922,00	820.000,00	281.000,00	2.936.938,00	7.569.209,00
OUTUBRO	843.147,00	81.000,00	1.975.335,00	505.922,00	820.000,00	281.000,00	2.279.990,00	6.786.394,00
NOVEMBRO	843.147,00	81.000,00	2.256.994,00	505.922,00	820.000,00	281.000,00	1.907.923,00	6.695.986,00
DEZEMBRO	843.147,00	81.000,00	2.506.401,00	505.922,00	820.000,00	281.000,00	2.829.919,00	7.867.389,00
TOTAL	10.117.764,00	972.000,00	33.259.577,00	6.071.064,00	9.840.000,00	3.372.000,00	26.995.837,00	90.628.242,00

INFORMAÇÕES SOBRE OS DEVEDORES E SOBRE A CARTEIRA DO FUNDO

Os Mutuários, devedores dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, são na sua totalidade os Aposentados e Pensionistas civis e militares do INSS e/ou Servidores Públicos que tenham celebrado com o Banco Bonsucesso operação de empréstimo consignado. Dessa forma, todos os Mutuários estão sujeitos à política de concessão de crédito descritas neste Prospecto e no Anexo IV do Regulamento.

Adicionalmente, o Fundo deve observar os critérios de concentração e diversificação descritos em sua política de investimento, bem como os limites de concentração, os quais inviabilizam a concentração na Carteira em Direitos Creditórios por um mesmo Mutuário e/ou cujo pagamento será objeto de repasse pelo Banco Bonsucesso.

INFORMAÇÕES SOBRE PAGAMENTO ANTECIPADO E INADIMPLÊNCIA

Pré-pagamento ou pagamento antecipado é o evento em que o devedor liquida definitivamente seu contrato, com o desconto proporcional dos juros futuros. Nesse caso, a expectativa de geração de receita futura, oriunda do Direito de Crédito adquirido pelo Fundo, e liquidado antecipadamente, não se concretiza.

Os pré-pagamentos podem representar risco de descasamento de taxa de juros, que se verificará na relação entre a taxa média de juros dos Direitos Creditórios a serem ofertados e a taxa de cessão de crédito desses direitos ao Fundo, tal descasamento pode afetar a rentabilidade das Cotas Seniores.

Tal risco, entretanto, é minimizado:

- a) Pela capacidade de geração, pelo Banco Bonsucesso, de novas operações elegíveis, que recompõem a Relação Mínima das Cotas Seniores; e
- b) Por uma Taxa de Desconto que nunca será inferior a um dos seguintes parâmetros: (a) a taxa prefixada de 16% (dezesseis por cento) ao ano; ou (b) taxa de juros futura (considerada para o vértice de 1.008 (um mil e oito) dias, ou de menor prazo, no caso de sua inexistência) expressa na forma percentual ao ano ("ETTJ PRE") divulgada pela ANDIMA em seu website (www.andima.com.br/est_termo/CZ.asp), acrescida do percentual fixo de 2,8% (dois inteiros e oitenta centésimos por cento). Essa sobretaxa, segundo modelos estatísticos aplicados à carteira, é suficiente para cobrir eventuais descasamentos de juros futuros, despesas do Fundo, pré-pagamentos e eventuais inadimplências.

CARACTERÍSTICAS DOS EMPRÉSTIMOS

Nos últimos anos, os empréstimos com consignação em folha de pagamento para funcionários públicos, Aposentados e Pensionistas do INSS têm adquirido cada vez mais importância.

A carteira de depósitos do Banco Bonsucesso cresceu 560% (quinhentos e sessenta por cento) entre 31 de dezembro de 2005 e 31 de dezembro de 2010, passando de R\$267.700.000,00 (duzentos e sessenta e sete milhões e setecentos mil) para R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), enquanto a carteira de créditos consignados atingiu R\$ 3.300.000.000,00 (três bilhões e trezentos milhões de reais), em 31 de dezembro de 2010.

No período entre 01 de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2010, as principais características dos empréstimos consignados concedidos pelo Banco Bonsucesso foram: (i) prazo médio das operações de 60,2 meses, com ticket médio de R\$3.332,44 (três mil e trezentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos); e (ii) concentração por Entidade, sendo que, observados os limites de concentração estabelecidos no Anexo II do Regulamento, as 10 (dez) Entidades com maior nível de concentração de créditos consignados cedidos, representam no agregado quase 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

O Fundo, a Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, não se responsabilizam pelas estatísticas e demais dados técnicos fornecidos pela Agência Classificadora de Risco e utilizados na análise e determinação dos padrões de inadimplência na Carteira de Direitos Creditórios.

NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Tal percentual de concentração por devedor, foi obtido verificando-se a produção "por safra mensal" do Banco Bonsucesso e considerando (i) o valor médio mensal financiado de R\$ 92.800.000,00 (noventa e dois milhões e oitocentos mil reais) e (ii) o número médio mensal de contratos celebrados de 38.808 (trinta e oito mil, oitocentos e oito) no Período de Apuração.

O valor médio de cada Contrato de Mútuo celebrado no Período de Apuração foi de R\$ 2.030,90 (dois mil e trinta reais e noventa centavos), com um prazo médio por contrato de 66 (sessenta e seis) meses, gerando assim um valor médio por Direito Creditório (cada parcela devida pelo mutuário) de R\$ 30,77 (trinta reais e setenta e sete centavos), sem juros.

Tal valor é inferior aos limites máximos de concentração por contrato/devedor constante do Regulamento do Fundo, a saber: (i) o valor nominal de cada Direito Creditório INSS não deve ser superior a R\$ 1.000,00 (um mil reais); e (ii) o valor nominal de cada Direito Creditório Consignado não deve ser superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Assim, considerando os limites previstos no Regulamento do Fundo, os limites de concentração por sacado/devedor poderão ser superiores aqueles que foram praticados pelo Banco Bonsucesso no Período de Apuração.

Considerando os dados históricos da Carteira de Direitos Creditórios originados pelo Banco Bonsucesso no Período de Apuração, verificamos a seguinte concentração geográfica e por sacado/devedor:

MÊS PRODUÇÃO	TOTAL	ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL
2008.02	38.878.875	20.857.325	13.226.669	4.794.881
2008.03	41.711.358	18.486.030	18.439.815	4.785.513
2008.04	67.676.834	19.477.119	42.132.356	6.067.359
2008.05	65.214.665	18.082.978	42.071.971	5.059.716
2008.06	48.075.519	22.289.069	19.130.938	6.655.512
2008.07	69.729.263	23.065.498	41.191.981	5.471.784
2008.08	58.360.681	21.545.262	31.526.903	5.288.516
2008.09	54.553.360	17.623.782	30.134.789	6.794.788
2008.10	45.868.766	9.860.462	33.472.384	2.535.920
2008.11	34.755.499	6.311.192	26.184.127	2.260.180
2008.12	42.630.881	5.457.784	34.953.567	2.219.529
2009.01	53.582.647	8.847.175	42.269.451	2.466.021
2009.02	52.345.555	10.920.277	38.363.330	3.061.948
2009.03	88.488.446	13.053.835	70.504.267	4.930.344
2009.04	243.848.971	10.556.604	230.371.472	2.918.895
2009.05	185.737.670	12.221.477	170.536.970	2.979.222
2009.06	155.833.652	12.500.025	136.922.431	6.411.196
2009.07	149.680.628	16.526.103	126.936.074	6.218.451
2009.08	114.916.367	11.037.220	99.521.029	4.358.118

2009.09	110.793.410	14.819.793	91.972.105	4.001.512
2009.10	81.137.479	15.781.686	61.176.061	4.179.732
2009.11	116.284.873	13.409.562	99.243.715	3.631.596
2009.12	96.690.254	14.944.159	78.977.070	2.769.025
2010.01	115.480.225	12.999.717	100.066.494	2.414.014
2010.02	73.996.069	13.248.628	57.683.474	3.063.968
2010.03	129.490.397	18.412.304	106.848.464	4.229.629
2010.04	116.173.191	27.013.901	85.095.590	4.063.699
2010.05	125.386.588	36.112.320	85.948.436	3.325.832
2010.06	146.664.649	44.261.214	98.691.552	3.711.883
2010.07	139.374.701	33.034.210	101.864.998	4.475.494
2010.08	142.055.611	26.700.484	111.000.578	4.354.549
2010.09	140.177.381	22.862.314	113.374.748	3.940.320
2010.10	119.100.405	19.961.582	95.069.278	4.079.545
2010.11	141.318.929	20.157.453	116.767.438	4.394.038
2010.12	140.138.899	20.697.610	115.723.856	3.717.432
2011.01	133.844.883	9.890.373	120.708.526	3.245.984

Os dados utilizados para o cálculo foram fornecidos pelo Banco Bonsucesso, verificados e compilados pela PriceWaterHouseCoopers nos termos das premissas e procedimentos descritos no relatório por esta emitido, e que integra o presente Prospecto.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE PAGAMENTOS EM DIA, INADIMPLEMENTOS, PERDAS OU PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Considerando os dados históricos da Carteira de Direitos Creditórios originados pelo Banco Bonsucesso nas "safras" de outubro de 2004 a janeiro de 2011, verificamos a seguinte estatística sobre adimplemento, atrasos e perdas:

RATING	SITUAÇÃO CONTRATO DE MÚTuo	SALDO DO EMPRESTIMO	PERCENTUAL POR FAIXA
A (*)	TOTALMENTE ADIMPLENTE OU COM APENAS UMA PARCELA COM ATÉ 15 DIAS DE ATRASO	2.395.318.242,82	92,37%
B (*)	DIREITOS CREDITÓRIOS COM 15 A 30 DIAS DE ATRASO	53.653.375,94	2,07%
C (*)	DIREITOS CREDITÓRIOS COM 31 A 60 DIAS DE ATRASO	15.605.620,33	0,60%
D (*)	DIREITOS CREDITÓRIOS COM 61 A 90 DIAS DE ATRASO	10.565.969,08	0,41%
E (*)	DIREITOS CREDITÓRIOS COM 91 A 120 DIAS DE ATRASO	8.390.935,92	0,32%
F (*)	DIREITOS CREDITÓRIOS COM 121 A 150 DIAS DE ATRASO	8.168.303,47	0,31%
G (*)	DIREITOS CREDITÓRIOS COM 151 A 180 DIAS DE ATRASO	7.917.591,56	0,31%
H (*)	DIREITOS CREDITÓRIOS COM MAIS DE 180 DIAS DE ATRASO	61.273.924,17	2,36%
HH (*)	PERDA (*)	32.244.213,59	1,24%
	TOTAL GERAL	2.593.138.176,88	100,00%

Para o histórico de inadimplementos foram consideradas as faixas e metodologia adotados pelo BACEN.

Verificou-se, conforme obtido na tabela acima, que 92,37% (noventa e dois inteiros e trinta e sete por cento) dos contratos estavam classificados com *rating* "A" e, portanto, estavam totalmente adimplentes ou com apenas uma parcela com até 15 (quinze) dias de atraso.

Outrossim, verificou-se uma perda efetiva de 1,24% (um inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) e Direitos Creditórios classificados com o *rating* "H" (com mais de 180 dias de atraso) em 2,36% (dois inteiros trinta e seis por cento), gerando assim um montante total equivalente a 3,61% (três inteiros e sessenta e um centésimos por cento) sobre o valor total originado nas "safras" de fevereiro de 2008 a janeiro de 2011.

Quanto ao histórico estatístico de pré-pagamentos, verificou-se que do valor total originado nas "safras" de fevereiro de 2008 a janeiro de 2011 cerca de 31,75% (trinta e um inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) foram pagos de forma antecipada. No mesmo período os Direitos Creditórios INSS tiveram um desempenho histórico de pré-pagamentos de 29,9% (vinte e nove inteiros e noventa centésimos por cento).

Ressalte-se que parcela relevante de tais pré-pagamentos foram efetuados com intuito de refinanciamento do saldo devedor do respectivo Mutuário junto ao próprio Banco Bonsucesso. Nas "safras" de fevereiro de 2008 a janeiro de 2011 verificou-se que o total de refinanciamentos atingiu 35,93% (trinta e cinco inteiros e

noventa e três centésimos por cento) da produção/originação (R\$1.627.967.365,67 de refinanciamentos num total de R\$ 4.530.352.727,16 originados no período).

Para efeito do disposto neste item, entende-se por pré-pagamento com refinanciamento a contratação, por parte de Mutuários adimplentes, de nova operação de mútuo com a consequente quitação antecipada do saldo remanescente da anterior.

Conforme previsto no Regulamento do Fundo, haverá desenquadramento caso a Administradora verifique que o Índice de Pré-pagamento representa percentual superior a 40% (quarenta por cento).

Metodologia Adotada para verificação do Histórico da Carteira

1. Foram obtidos arquivos magnéticos relativos à carteira de recebíveis dos Convênios selecionados pela administração do Bonsucesso, para o período de 1º de fevereiro de 2008 até 31 de janeiro de 2011, considerando as faixas de atraso estipuladas na Resolução 2682, de 21 de dezembro de 1999 do BACEN. Em seguida, procedeu-se da seguinte forma:

- (i) Foram totalizados os saldos por faixa de atraso, aberto por convênio;
- (ii) Foram totalizadas as perdas acumuladas, aberto por convênio;
- (iii) Foram totalizados os valores de pagamentos antecipados, aberto por convênio.

2. Foram obtidos os arquivos magnéticos relativos ao histórico de pagamentos dos Convênios selecionados pela Administração do Bonsucesso, para o período de 1º de fevereiro de 2008 até 31 de janeiro de 2011. Em seguida, procedeu-se da seguinte forma:

- (i) Foram totalizados os valores pagos pelos clientes aberto por convênio;
- (ii) Foram calculados os índices de pré-pagamento aberto por convênio.

Os dados utilizados para o cálculo foram fornecidos pelo Banco Bonsucesso, verificados e compilados pela PriceWaterHouseCoopers nos termos das premissas e procedimentos descritos no relatório por esta emitido, e que integra o presente Prospecto.

A metodologia acima exposta foi adotada pela PriceWaterHouseCoopers para apuração das informações históricas da carteira analisada.

SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, a situação financeira do Banco Bonsucesso e o resultado de suas operações foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macro-econômico brasileiro, a taxa de desemprego, a disponibilidade de crédito e os níveis de média salarial.

O cenário macro-econômico brasileiro tem se caracterizado por variações significativas no crescimento econômico e nas taxas inflacionárias e cambiais.

O Real manteve sua tendência e teve apreciação frente ao Dólar de 20,7% (vinte inteiros e setenta centésimos por cento), em dezembro de 2007. A taxa média anual de desemprego diminuiu de 10% (dez por cento) em 31 de dezembro de 2006 para 9,3% (nove inteiros e trinta centésimos por cento) em 31 de dezembro de 2007 nas principais regiões metropolitanas do Brasil, de acordo com estimativas do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento – IED. Em 31 de dezembro de 2007, a taxa de inflação, medida pelo IPCA, foi de 4,5% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) e a média da taxa de juros TJLP foi de 6,3% (seis inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano. O PIB cresceu 5,7% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento) no mesmo ano.

O ano de 2008 foi marcado por um agravamento da crise financeira internacional originada no sistema financeiro norte-americano. O principal impacto dessa crise sobre a economia brasileira foi a deterioração das expectativas em relação à atividade econômica em 2009 e, com menor relevância, em 2010. Essa mudança nas expectativas provocou, principalmente a partir de outubro, elevação do custo de capital de terceiros, desvalorização cambial, queda da cotação das ações na BM&FBOVESPA e retração na produção industrial.

No ano de 2008 a taxa de inflação medida pelo IPCA foi 5,9% (cinco inteiros e noventa centésimos por cento). Esse percentual ficou dentro da meta estabelecida pelo BACEN, que compreende a faixa entre 2,5% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) e 6,5% (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento). A manutenção da inflação nesse patamar pode ser atribuída à política monetária que resultou na elevação da taxa Selic ao longo do ano, passando de 11,25% (onze inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano em 31 de dezembro de 2007 para 13,75% (treze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano em 31 de dezembro de 2008.

Adicionalmente, pôde-se observar alguns movimentos em relação à expectativa do consumidor. No primeiro semestre de 2008 o comércio varejista permaneceu aquecido. Segundo o IBGE, o setor contou com uma taxa de crescimento das vendas de 19,1% (dezenove inteiros e dez centésimos por cento) em relação ao mesmo período do ano anterior. No segundo semestre, a economia passou a sentir os efeitos da crise internacional, com a restrição de liquidez e menor oferta de crédito ao consumidor e, consequentemente, desaceleração de alguns segmentos, destacando-se o de veículos, que apresentou queda de 10,8% (dez inteiros e oitenta centésimos por cento) no volume de vendas no quarto trimestre de 2008 quando comparado ao mesmo período de 2007, segundo o IBGE. Por outro lado, a SERASA apontou um crescimento de 2,8% (dois inteiros e oitenta centésimos por cento) nas vendas de Natal quando comparadas ao ano anterior.

No ano de 2009, a economia brasileira demonstrou relativa resistência à crise. Os indicadores macroeconômicos melhoraram e, apesar da esperada desaceleração do crescimento do PIB para o ano de 2009, o relatório Focus do BACEN, divulgado em 8 de janeiro de 2010, indica somente uma ligeira queda do PIB (0,3% de variação) em 2009, já prevendo crescimento substancial de 5,2% (cinco inteiros e vinte centésimos por cento) para 2010.

Adicionalmente, fundamentos macroeconômicos sólidos e a maior estabilidade econômica permitiram ao BACEN voltar à trajetória de redução das taxas de juros, de maneira que a taxa SELIC atingiu seu nível mais baixo na história, equivalente a 8,7% (oito inteiros e setenta centésimos por cento), desde o final de julho de 2009. De forma semelhante, o Real apresentou apreciação com relação ao Dólar de 34,2% (trinta e quatro inteiros e vinte centésimos por cento) ao longo do ano de 2009.

As reservas internacionais, segundo o BACEN, se manteve em patamares acima de US\$200.000.000.000,00 (duzentos bilhões de dólares) (US\$239,05 bilhões em 31 de dezembro de 2009), esboçando aumento considerável, comparativamente ao final de 2008.

Em 2010, o grande destaque da economia brasileira foi a expansão do crédito, crescimento de 20,5% (vinte inteiros e cinquenta centésimos por cento), quando comparado a 2009, atingindo o volume de R\$1.7041 bilhões (incluindo operações com recursos livres e direcionados), segundo o BACEN. A relação “crédito total / PIB” alcançou 46,6% (quarenta e seis inteiros e sessenta centésimos por cento), em 2010, frente à 45,9% (quarenta e cinco inteiros e noventa centésimos por cento) em 2009. O saldo da carteira destinada às pessoas jurídicas atingiu cerca de R\$928 bilhões e à pessoas físicas R\$776 bilhões. Como consequência positiva, houve o crescimento do emprego formal, bem como aumento da renda das famílias, no Brasil. No acumulado do ano, foram criados 2,5 milhões de postos de trabalho, acréscimo de 114,7% (cento e quatorze inteiros e setenta centésimos por cento) em relação ao mesmo período de 2009.

Contudo, a forte expansão da economia doméstica gerou um certo descompasse da demanda e da oferta, pressionamentos dos preços e, por conseguinte, colocaram a inflação fora da meta. Em 2010, o IPCA, principal indicador de preços, acumulou alta de 5,9% (cinco inteiros e noventa centésimos por cento), variação acima da meta de 4,5% (quatro inteiros e cinquenta centésimos) estabelecida pelo BACEN. Portanto, para o ano de 2011, as atenções focalizam os índices da inflação doméstica, o aumento da taxa de juros e o fortalecimento do Real, que ao mesmo tempo que contribui para atenuar a inflação, também deprime as exportações brasileiras e o saldo da balança comercial.

No mercado externo, as economias desenvolvidas vêm apresentando desempenhos fracos, acentuando problemas em Portugal, Grécia, Espanha e Itália. Já os Estados Unidos estão mostrando sinais de recuperação, porém ainda dependem da estabilização do setor imobiliário e também da capacidade do país de seguir sua trajetória de crescimento depois da retirada dos estímulos fiscais e monetários. A China, por sua vez, exerceu sua liderança nas economias emergentes, ampliando sua importância global. E, como no Brasil a inflação também se faz presente no mundo todo, trazendo a ação de vários Bancos Centrais com aumento de juros e também aumento de compulsório, como no caso da China .

ANEXOS

ANEXO I

INSTRUMENTOS PARTICULARES DE PRIMEIRA, SEGUNDA, TERCEIRA, QUARTA, QUINTA, SEXTA E SÉTIMA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO



4º RTD - RJ
CAPITAL

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO
BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CRÉDITO CONSIGNADO**

4º RTD - CAPITAL - RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 16/03/2010
REGISTRADO EM MÍDIA DIGITAL Nº 811813

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e a gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Administradora**"), na qualidade de administradora e por conta e ordem do **BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO** ("**Fundo**"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.377.129/0001-30, constituído sob a forma de condomínio fechado, cujo regulamento foi devidamente registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro sob o nº 801487 ("**Regulamento**"), em 04 de dezembro de 2009;

CONSIDERANDO que:

1. Até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
2. A Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
3. Não havendo Cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, nem as disposições da alínea "b" do Artigo 128 do Regulamento;

RESOLVE a Administradora deliberar por inúmeras alterações no Regulamento do Fundo, que na forma consolidada em anexo, passa a vigorar a partir do registro do presente no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO

Sendo assim, assinou o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.
Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 801487 do Livro B.10.7
O QUE CERTIFICO. RJ, 16 MAR 2010

4º OFÍCIO REG. TÍT. DOCS. - RJ
EDIVALDO ALMAREGA PEREIRA
Escritor Autorizado
CTPS: 901308576-112-00

Rio de Janeiro, 16 de março de 2010.

4º Ofício de Registro de Títulos e Docs.
Av. Rio Branco, 109/1702
REGISTRADO SOB Nº 811813
RIO DE JANEIRO - RJ, 16/03/2010

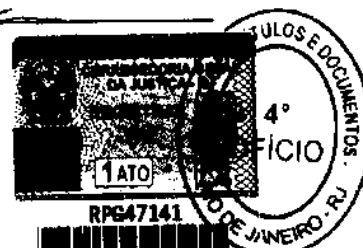
Edvaldo Almarega Pereira
Escritor
CTPS: 901308576-112-00

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

Por: Paulo Henrique Amaral Sá
Cargo: RQ: 20.788.384-4
CPF: 116.871.997-60

Por: Alan Russo Naiman
Cargo: 20419427-6 (Deiran)
CPF: 101.619.617-94



4ºRTD-RJ - 814332

Emol 321.93/Distrib 11.88/Le 111/06 16.89
Multa/ACOTERJ 9.07 / FETJ 86.76
Lei 4.854/05 16.89 / Tol.Emol (R\$) 443.02
PARA: Vias 2 / Nome(s) 1 / Págs 117
Proc. Etr. N / Averb. S / Dig.



4º RTD - RJ
CAPITAL

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 2ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO
BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CRÉDITO CONSIGNADO**

4º RTD - CAPITAL - RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 07/04/2010
REGISTRADO EM MÍDIA DIGITAL Nº 814332

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e a gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Administradora"), na qualidade de administradora e por conta e ordem do **BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO** ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.377.129/0001-30, constituído sob a forma de condomínio fechado, cujo regulamento foi devidamente registrado sob o nº 801487, em 04 de dezembro de 2009, e alterado pelo Instrumento Particular de 1ª Alteração ao Regulamento, o qual foi registrado em 16 de março de 2010, sob o número 811813, ambos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro ("Regulamento");

CONSIDERANDO que:

- 1.- Até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
- 2.- A Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
- 3.- Não havendo Cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, nem as disposições da alínea "b" do Artigo 128 do Regulamento;

RESOLVE a Administradora deliberar por inúmeras alterações no Regulamento do Fundo, que na forma consolidada em anexo, passa a vigorar a partir do registro do presente no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2010.

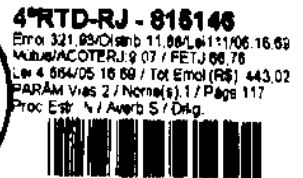
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

Por: *Paulo Henrique Amaral Sa*
Cargo: **RG: 20.783.384-4**
CPF: 119.871.897-80

Por: *Raphael Magalhães Morgado*
Cargo: **RG: 08990612-3 DICRJ**
CPF: 124.307.327-69

4º RTD - RJ
CAPITAL



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 3ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO
BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CRÉDITO CONSIGNADO**

4º RTD-CAPITAL - RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 14/04/2010
REGISTRADO EM MÍDIA DIGITAL Nº 815146

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e a gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Administradora**"), na qualidade de administradora e por conta e ordem do **BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO** ("**Fundo**"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.377.129/0001-30, constituído sob a forma de condomínio fechado, cujo regulamento foi devidamente registrado sob o nº 801487, em 04 de dezembro de 2009, e alterado pelo Instrumento Particular de 1ª Alteração ao Regulamento, o qual foi registrado em 16 de março de 2010, sob o número 811813, pelo Instrumento Particular de 2ª Alteração, o qual foi registrado em 07 de abril de 2010, sob o número 814332, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro ("**Regulamento**");

CONSIDERANDO que:

1. Até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
2. A Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
3. Não havendo Cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, nem as disposições da alínea "b" do Artigo 128 do Regulamento;

RESOLVE a Administradora deliberar pela alteração do "Anexo II" do Regulamento do Fundo, o qual, na forma consolidada em anexo, passa a vigorar a partir do registro do presente no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2010.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

S.A.

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

Por: **Paulo Henrique Amaral**
Cargo: **RG: 20.768.384-4**
CPF: 116.871.907-80

Por: **Victor Hugo MP de Sá Freire**
Cargo: **RG: 21162-63-6 OETRAN/RJ**
CPF: 140.887.087-86

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 4ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO
BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO**

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e a gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Administradora"), na qualidade de administradora e por conta e ordem do BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.377.129/0001-30, constituído sob a forma de condomínio fechado, cujo regulamento foi devidamente registrado sob o nº 801487, em 04 de dezembro de 2009, e alterado pelo Instrumento Particular de 1ª Alteração ao Regulamento, o qual foi registrado em 16 de março de 2010, sob o número 811813, pelo Instrumento Particular de 2ª Alteração, o qual foi registrado 07 de abril de 2010, sob o número 814332, e pelo Instrumento Particular de 3ª Alteração, sob o número 815146, em 14 de abril de 2010, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro ("Regulamento");

4º RTD - RJ
CAPITAL

4ºRTD-RJ - 816788
Emit: 321.63/Dig: 11.68/Lm: 11/05/2010
Matriz/ACOTERJ 8.07 / PETJ 88.76
L: 4.684/05 18.69 / Tot: Emt (R): 443.02
PARAM: Vias 2 / Nome(s) 1 / Pags: 117
Proc Estr: N / Averb S / Dig:



CONSIDERANDO que:

1. Até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
2. A Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
3. Não havendo Cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, nem as disposições da alínea "b" do Artigo 128 do Regulamento;

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações:

- a) Alterar o título do Capítulo VI;
- b) Excluir o artigo 44; e
- c) Alterar o Anexo IX.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 2010.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Alexandre Lodi de Oliveira S.A.
PROCURADOR

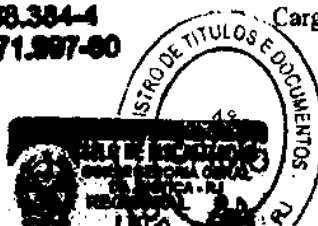
Por: Paulo Henrique A. Lodi
Cargo: **RG: 20.768.384-4**
CPF: 116.871.897-80

Por: Raphael Magalhães Morgado
Cargo: **RG: 09390612-3 DICIJ**
CPF: 124.307.327-89

4º RTD - RJ
CAPITAL

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO

Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 815146 do Livro B 109
03/05/2010



4º Ofício de Registro de Títulos e Doc.
Av. Rio Branco, 109/1702
REGISTRADO SOB Nº 816886
RIO DE JANEIRO - RJ, 03/05/2010.
Handwritten signature
Carimbo Oficial do Ofício

4º RTD-RJ - 817603
Emissão: 11/05/2010 11:00:18 99
Validade: 07/07/2010 08:16
Código: 18.00 / Td. Emissão: 443 02
Código: 18.00 / Td. Emissão: 443 02
Código: 18.00 / Td. Emissão: 443 02
Código: 18.00 / Td. Emissão: 443 02



4º RTD - RJ
CAPITAL

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 5ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e a gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Administradora"), na qualidade de administradora e por conta e ordem do BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.377.129/0001-30, constituído sob a forma de condomínio fechado, cujo regulamento foi devidamente registrado sob o nº 801487, em 04 de dezembro de 2009, e alterado pelo Instrumento Particular de 1ª Alteração ao Regulamento, o qual foi registrado em 16 de março de 2010, sob o número 811813, pelo Instrumento Particular de 2ª Alteração, o qual foi registrado 07 de abril de 2010, sob o número 814332, pelo Instrumento Particular de 3ª Alteração, sob o número 815146, em 14 de abril de 2010, e pelo Instrumento Particular de 4ª Alteração, sob o número 816996, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro ("Regulamento");

CONSIDERANDO que:

1. Até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
2. A Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
3. Não havendo Cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, nem as disposições da alínea "b" do Artigo 128 do Regulamento;

RESOLVE a Administradora deliberar pela alteração do parágrafo único do Artigo 156.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2010.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

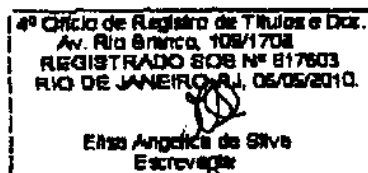
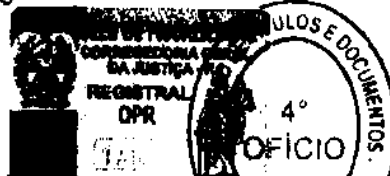
Silvia Cristina de Oliveira
Procuradora

Por: Paulo Henrique Amarel Sá
Cargo: RG: 20.788.384-4

Por: Raphael Magalhães Morgado
Cargo: RG: 09080512-3 DICARJ
CPF: 124.307.327-69

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO

Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 816.996 do Livro B-109
O QUE CERTIFICO. RJ 06 MAI 2010





4º RTD - RJ
CAPITAL

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 6ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO
BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CRÉDITO CONSIGNADO**

4º RTD-CAPITAL - RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 23/08/2010
REGISTRADO EM MÍDIA DIGITAL Nº 829/14

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e a gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Administradora"), na qualidade de administradora e por conta e ordem do BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.377.129/0001-30, constituído sob a forma de condomínio fechado, cujo regulamento foi devidamente registrado sob o nº 801487, em 04 de dezembro de 2009, e alterado pelos Instrumentos Particulares de 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Alteração, os quais foram registrados em 16 de março de 2010, 07 de abril de 2010, 14 de abril de 2010, 03 de maio de 2010 e 06 de maio de 2010, sob os números 811813, 814332, 815146, 816996 e 817603 respectivamente, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro ("Regulamento");

CONSIDERANDO que:

(i) o Regulamento do Fundo, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembléia geral, conforme previsto no parágrafo único do Artigo 26 da Instrução CVM nº 356/01;

(ii) se faz necessária alteração da razão social do prestador de serviços de escrituração das Cotas do Fundo, em função de reestruturação do contratado anteriormente, o qual pertence ao mesmo grupo/conglomerado econômico;

(iii) conforme Carta-Circular nº 3.419, de 01 de fevereiro de 2008 do BACEN, as operações de crédito negociadas entre as instituições mencionadas no art. 4º da Resolução nº 3.658, de 2008, ou seja, entre bancos múltiplos e fundos de investimento em direitos creditórios, em que os riscos e benefícios foram substancialmente retidos mediante a aquisição de cotas desses fundos, nos termos da alínea "a" do inciso I do art. 8º da Circular nº 3.445, de 2009, devem ser remetidas para registro no Sistema de Informações de Créditos ("SCR") pela instituição cedente.

RESOLVE a Instituição Administradora deliberar pelas seguintes alterações ao Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro deste instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

a) Excluir a alínea "b" do Artigo 11, de modo a excluir a responsabilidade do Administrador pelo registro no SCR de operações crédito negociadas entre o Fundo e o Cedente, com a consequente renumeração dos itens seguintes; e

b) Alterar o Artigo 35, para constar a nova razão social do prestador de serviços de escrituração das Cotas do Fundo, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Os serviços de escrituração das Cotas do Fundo serão prestados pela Itaú Corretora de Valores S.A ("ITAUCOR"), instituição financeira regularmente credenciada perante a CVM para prestação de serviços de escrituração de Cotas de fundos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, CEP 04310-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, nos termos do Contrato de Escrituração a ser firmado entre a Administradora e o ("Escriturador")."

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2010.

Maria Eunice M. de Farias Mello

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Maria Eunice M. M. de Farias Mello
Procuradora

Por: *Arthur Farnie D'Amood*
Cargo: RG: 21.543.653-7 DETRAN/RJ
CPF: 18.812.467-60

Por: *Aline de Araujo Hamond*
Cargo: Aline de Araujo Hamond
CPF: 116.575.577-05
RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4.º OFÍCIO
Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro N.º 817.603 do Livro B-111
O QUE CERTIFICO, R. 3. AGO. 2010.



4º Ofício de Registro de Títulos e Doc.
Av. Rio Branco, 109/1708
REGISTRADO SOB Nº 825714
RIO DE JANEIRO-RJ, 23/08/2010.
Manoel César de Silva
Escritário
CTPS: 93620 Série: 525-RJ

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 7ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO
BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CRÉDITO CONSIGNADO**

4º RTO-CAPITAL - RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 21/10/2010
REGISTRADO EM MÍDIA DIGITAL Nº 836260

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e a gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Administradora"), na qualidade de administradora e por conta e ordem do **BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO** ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.377.129/0001-30, constituído sob a forma de condomínio fechado, cujo regulamento foi devidamente registrado sob o nº 801487, em 04 de dezembro de 2009, e alterado pelo Instrumento Particular de 1ª Alteração ao Regulamento, o qual foi registrado em 16 de março de 2010, sob o número 811813, pelo Instrumento Particular de 2ª Alteração, o qual foi registrado 07 de abril de 2010, sob o número 814332, pelo Instrumento Particular de 3ª Alteração, o qual foi registrado 14 de abril de 2010, sob o número 815146, pelo Instrumento Particular de 4ª Alteração, o qual foi registrado 3 de maio de 2010, sob o número 816996, pelo Instrumento Particular de 5ª Alteração, o qual foi registrado sob o número 817603 em 6 de maio de 2010 e pelo Instrumento Particular de 6ª Alteração, o qual foi registrado sob o número 829714 em 23 de agosto de 2010, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro ("Regulamento");

CONSIDERANDO que em Assembléia Geral de Cotistas realizada em 27 de setembro de 2010, foi aprovada:

(i) a alteração dos percentuais limites para que não ocorra o desenquadramento do Índice de Atraso dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo;

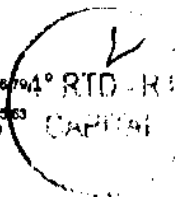
(ii) a alteração do percentual limite para que não ocorra o desenquadramento do Índice de Perda Acumulada dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo;

(iii) a alteração do percentual limite para que não ocorra o desenquadramento do Índice de Pré-pagamento dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo;

(iv) a definição do último dia útil de cada mês como data referencial de cálculo do Índice de Excesso de Spread.

4º RTO-RJ - 836260

Emp: 323 94/Dist: 11 08/LN: 11/08 18/79/1º
MUNIC: ACOTERJ 9.07 / FETJ 87 18
L: 4 884/05 18 79 / Tot: Emp (R): 443 63
PARAM Viss 2 / Nome(s): 1 / Págs: 118
Proc: Esc: N / Averb: S / Dig:



RÉOLVE a Instituição Administradora deliberar pelas seguintes alterações ao Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro deste instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- a) Alterar o Art. 154, Parágrafo Único, que passará a vigorar com a seguinte redação, *cuja alteração encontram-se sublinhadas:*

"Parágrafo Único Haverá desenquadramento do Índice de Atraso nos seguintes casos:

a) caso a Administradora verifique que o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30 representa percentual superior a 20% (vinte por cento);

b) caso a Administradora verifique que o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60 representa percentual superior a 15% (quinze por cento);

c) caso a Administradora verifique que o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90 representa percentual superior a 10% (dez por cento); e

caso a Instituição Administradora verifique que o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F120 representa percentual superior a 7,5% (sete vírgula cinquenta centésimos por cento)."

- b) Alterar o Art. 155, Parágrafo Único, que passará a vigorar com a seguinte redação, *cuja alteração encontra-se sublinhada:*

"Parágrafo Único Haverá desenquadramento caso a Administradora verifique que o Índice de Perda Acumulada representa percentual superior a 4% (quatro por cento)."

- c) Alterar o Art. 156, Parágrafo Único, que passará a vigorar com a seguinte redação, *cuja alteração encontra-se sublinhada:*

"Parágrafo Único Haverá desenquadramento caso a Administradora verifique que o Índice de Pré-pagamento representa percentual superior a 40% (quarenta por cento)."

- d) Alterar o Art. 158, de modo a incluir nas definições da fórmula de cálculo de Excesso de Spread o seguinte item:

"D: Data referencial de cálculo, correspondente ao último dia útil de cada mês."

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2010.

Maria Eunice M. M. de Farias Melo

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

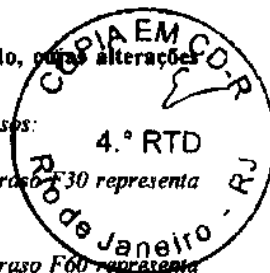
Maria Eunice M. M. de Farias Melo
Procuradora

Renata Monteiro da Cunha

Renata Monteiro da Cunha
RG: 10108848-2
CPF: 079284627-37

Raphaella Coutinho Cabral

Raphaella Renata Coutinho Cabral
CPF: 103.005347-28
RG: 20165960-4



ANEXO II

REGULAMENTO DO FUNDO CONSOLIDADO



INSTRUMENTO PARTICULAR DE 8ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Administradora"), na qualidade de administradora e por conta e ordem do **BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO** ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.377.129/0001-30, constituído sob a forma de condomínio fechado, cujo regulamento foi devidamente registrado sob o nº 801487, em dezembro de 2009, e alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta e Sétima alteração ao Regulamento, os quais foram registrados em 16 de março de 2010, 07 de abril de 2010, 14 de abril de 2010, 03 de maio de 2010, 06 de maio de 2010, 23 de agosto de 2010, e 21 de outubro de 2010, respectivamente, sob os números, 811813, 814332, 815146, 816996, 817603, 829714, e 836260, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro ("Regulamento");

4º RTD-CAPITAL-RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 11/06/2011
REGISTRO EM MÍDIA DIGITAL Nº 858875

CONSIDERANDO que:

- (i) Nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Instrução nº 356, da Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM"), de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores (a "ICVM 356"), bem como nos termos do artigo 11, alínea "a", item VIII, do Regulamento, o Administrador está autorizado a alterar o Regulamento, em atendimento a exigências formuladas pela CVM, podendo ser dispensada a realização de Assembleia Geral de Cotistas para tanto;
- (ii) Em OFÍCIO/CVM/SER/GER-1/Nº 107/2011, datado de 12 de maio de 2011, a CVM proferiu as seguintes exigências ao Prospecto do Fundo, as quais devem ser refletidas nos demais documentos e, conforme o caso, no Regulamento do Fundo:
 - a) "2.4. Características das Cotas do Fundo – (p.36) – Adequar a redação constante da alínea "e" referente à condição dos cotistas subordinados aprovarem "por meio de voto afirmativo tomado em separado dos demais Cotistas, no curso da Assembleia Geral convocada especialmente para este fim (i) ...; (ii) a substituição da Administradora e do Custodiante nos termos do Capítulo VII do Regulamento, ao disposto no § 1º, art. 29 da Instrução CVM Nº 356/01.
 - b) "2.8.1. Cessão dos Direitos Creditórios – (p.81) – Tendo em vista a afirmação de que "Os Contratos de Mútuo inadimplentes, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério...", solicitamos: (...) (iii) inserir a citada faculdade na seção Fatores de Risco, abordando que tal ação pode resultar em distorção no desempenho do patrimônio do Fundo citando,

ainda, o provável conflito de interesse, tendo em vista que o Banco Bonsucesso atuará como agente cobrador dos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo".



RESOLVE a Instituição Administradora, portanto, deliberar pela seguinte alteração ao Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro deste instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

a) Alterar a alínea "e" do Artigo 81, que passa a ter a seguinte redação:

"e) enquanto existirem Cotas Seniores em Circulação, terá o direito de aprovar, por meio de voto afirmativo tomado em separado dos demais Cotistas, no curso de Assembleia Geral convocada especialmente para este fim: (i) as matérias tratadas no artigo 109 do Capítulo XVI e nos artigos 82 e 91 dos Capítulos XIV e XV, respectivamente;

b) Incluir ao Artigo 72, alínea y, do Capítulo XIII "Fatores de Risco", conforme nova redação abaixo descrita:

"Possibilidade de Recompra dos Direitos Creditórios . O Banco Bonsucesso poderá adquirir, do Fundo, Direitos Creditórios relativos a Contratos de Mútuo inadimplentes, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, desde que, considerada pro forma a cessão pretendida, o Fundo atenda à Relação Mínima, ao Índice de Liquidez, à Alocação de Investimento Mínima e à Reserva de Caixa, e não estejam sendo implementados os procedimentos resultantes da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, nos termos do Contrato de Cessão e deste Regulamento. Deste modo, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido, bem como poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo.

Ademais, se a recompra dos Direitos Creditórios inadimplentes por um lado, pode manter a qualidade da carteira do Fundo e a taxa de inadimplência inalterada ou mitigada, também pode criar uma falsa sensação de estabilidade para os Cotistas, visto que, se o procedimento de recompra for interrompido, haverá uma súbita degradação da qualidade da carteira.

O Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios inadimplentes, para efeito do exercício da opção de compra acima referida, será equivalente ao valor de mercado, se houver ou ao valor contábil dos respectivos Direitos Creditórios, sendo que, em nenhuma hipótese este poderá ser inferior a 0 (zero).

O Banco Bonsucesso terá o direito de prioridade, caso a Administradora deseje alienar quaisquer dos Direitos Creditórios relativos a Contratos de Mútuo inadimplentes de titularidade do Fundo para qualquer terceiro. Neste caso, o preço de aquisição dos respectivos ativos pelo Banco Bonsucesso deverá ser igual ou superior ao preço de compra oferecido à Administradora, o qual, em nenhuma hipótese, poderá ser vil.

O Banco Bonsucesso, ainda, foi contratado, por meio do Contrato de Cobrança, para realizar a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos. Não há como garantir, assim, que o Banco Bonsucesso agirá de forma imparcial e eficiente, quando do exercício de suas funções como Agente Cobrador, haja vista a possibilidade de recompra dos Direitos Creditórios inadimplidos. Este fato amplia a exposição de risco dos Cotistas a situações que configurem potencial conflito de interesses."

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

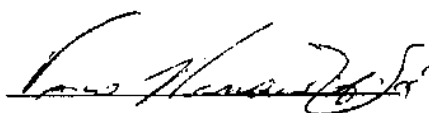
Rio de Janeiro, 17 de maio de 2011.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES

ALEXANDRE LOOI DE OLIVEIRA MOBILIÁRIOS S.A.

PROCURADOR

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor



Paulo Henrique Amaral S/A
RG: 20.783.384-4
CPF: 116.871.997-60

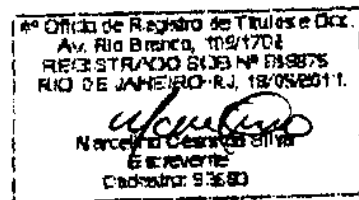
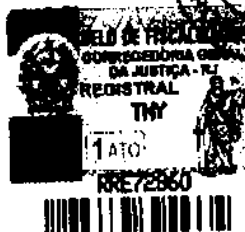


RÊILO DE SOUSA BEZERRA
RG: 10975312-9
CPF: 109117207-23

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4.º OFÍCIO

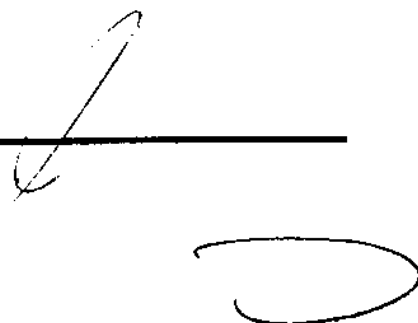
Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro N.º 736260 do Livro B-1K
O QUE CERTIFICO, RJ, 18 MAI 2011





REGULAMENTO DO
BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

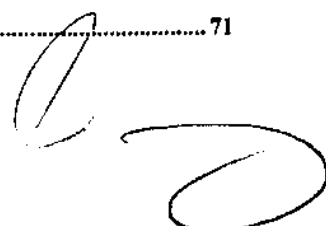
Datado de 17 de maio de 2011

A handwritten signature is written over a horizontal line. Below the line, there is a large, stylized circular mark or flourish.

REGULAMENTO DO
BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO
Registro de Títulos e Documentos
4.º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Aplicado

ÍNDICE

CAPÍTULO I – O FUNDO	2
CAPÍTULO II – PÚBLICO ALVO	2
CAPÍTULO III – PRAZO DE DURAÇÃO.....	3
CAPÍTULO IV – REGISTRO.....	3
CAPÍTULO V – ADMINISTRADORA	3
CAPÍTULO VI – REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA.....	10
CAPÍTULO VII – SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA.....	11
CAPÍTULO VIII – CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS.....	12
CAPÍTULO IX – SERVIÇOS DE CUSTÓDIA.....	13
CAPÍTULO X – OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO	16
CAPÍTULO XI – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	19
CAPÍTULO XII – DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	21
CAPÍTULO XIII – FATORES DE RISCO.....	22
CAPÍTULO XIV – COTAS.....	35
CAPÍTULO XV – EMISSÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS.....	38
CAPÍTULO XVI – VALORIZAÇÃO DAS COTAS.....	40
CAPÍTULO XVII – AMORTIZAÇÃO DE COTAS.....	44
CAPÍTULO XVIII – PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS COTISTAS.....	47
CAPÍTULO XIX – REGISTRO E NEGOCIAÇÃO DAS COTAS.....	47
CAPÍTULO XX – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	48
CAPÍTULO XXI – ASSEMBLEIA GERAL	49
CAPÍTULO XXII – EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA.....	51
CAPÍTULO XXIII – ÍNDICES DE PERFORMANCE E REENQUADRAMENTO DA RELAÇÃO MÍNIMA, ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTO MÍNIMA E ÍNDICE DE LIQUIDEZ	56
CAPÍTULO XXIV – AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA PARA FINS DE REENQUADRAMENTO DE ÍNDICES.....	62
CAPÍTULO XXV – PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO	63
CAPÍTULO XXVI – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	64
CAPÍTULO XXVII – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65
CAPÍTULO XXVIII – PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS.....	65
CAPÍTULO XXIX – DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO.....	67
CAPÍTULO XXX – ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS	68
CAPÍTULO XXXI – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	69
CAPÍTULO XXXII – CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS TITULARES DAS COTAS SENIORES.....	70
CAPÍTULO XXXIII – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	71
CAPÍTULO XXXIV – FORO	71



**REGULAMENTO DO
BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
CRÉDITO CONSIGNADO**

Registro de Títulos e Documentos
4.º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

O “**BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO**” (“**Fundo**”) é um fundo de investimento em direitos creditórios regido pelo presente regulamento (“**Regulamento**”), pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional (“**CMN**”), pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da Comissão de Valores Mobiliários, conforme alterada (“**CVM**” e “**Instrução CVM nº 356**”, respectivamente), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO I – O FUNDO

Artigo 1º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração, e tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos concedidos pelo Banco Bonsucesso a servidores públicos com consignação em folha de pagamento (“**Mutuários Consignados**”) e a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS com consignação em folha de benefícios (“**Mutuários INSS**”), de acordo com as disposições deste Regulamento.

Artigo 2º As Cotas Subordinadas somente serão resgatadas ao término do Prazo de Vigência, previsto no Capítulo III abaixo, ou em virtude de sua liquidação antecipada, observado que as Cotas Seniores serão resgatadas conforme os termos definidos nos respectivos Suplementos, de acordo com o artigo 6º *infra*, sendo também admitida a amortização das Cotas Seniores e Subordinadas do Fundo nos termos do presente Regulamento.

Artigo 3º Os termos e as expressões adotados neste Regulamento, grafados em letras maiúsculas, terão os significados a eles atribuídos no Anexo I deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

CAPÍTULO II – PÚBLICO ALVO

Artigo 4º Podem participar do Fundo, na qualidade de Cotistas, Pessoas que sejam: (i) investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada; ou (ii) fundos de investimentos habilitados nos termos da regulamentação vigente a adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (“**Investidores Qualificados**”).



CAPÍTULO III – PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 5º O prazo de vigência regular do Fundo será de 15 (quinze) anos contados a partir da primeira Data de Emissão, ou após a conclusão dos procedimentos definidos no artigo 164 do Capítulo XXV, o que ocorrer antes (“Prazo de Vigência”). Na hipótese do prazo acima estabelecido não se encerrar em Dia Útil, a liquidação do Fundo será efetuada no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por deliberação da assembleia geral de Cotistas (“Assembleia Geral”), observado o disposto no Capítulo XXI abaixo, nas hipóteses expressamente previstas nos Capítulos XXI e XXIII abaixo.

Artigo 6º O Fundo poderá apresentar Séries de Cotas Seniores com distintos prazos e regras de amortização, definidos nos respectivos Suplementos, desde que observado o prazo estabelecido no Artigo 5º acima.

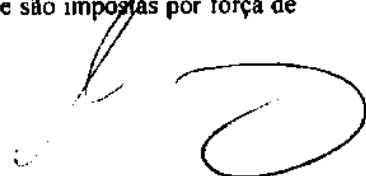
CAPÍTULO IV – REGISTRO

Artigo 7º O presente Regulamento e seus anexos, eventuais aditamentos e Suplementos serão levados a registro, pela Administradora, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na comarca de sua sede.

CAPÍTULO V – ADMINISTRADORA

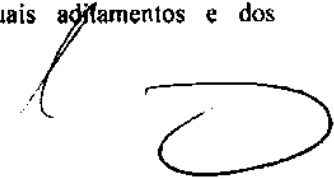
Artigo 8º O Fundo é administrado pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Administradora”).

Artigo 9º Para a plena realização dos objetivos do Fundo, a Administradora, no limite de suas respectivas atribuições definidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios, assumindo a obrigação de aplicar, em sua administração, os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos Cotistas, observados os direitos, as garantias e prerrogativas especiais dos titulares das Cotas Seniores definidos nos Documentos do Fundo, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.



Artigo 10 Observados os termos e as condições deste Regulamento, da Instrução CVM nº 356 e dos demais normativos aplicáveis, caberá à Administradora:


- a) adquirir, por conta e ordem do Fundo, Direitos Creditórios Elegíveis e Outros Ativos, observados os termos e condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
- b) celebrar, por conta e ordem do Fundo, os Documentos do Fundo e os demais documentos necessários à operacionalização do Programa de Securitização;
- c) iniciar ou fazer com que se inicie, quando for o caso, procedimentos, judiciais necessários à (i) cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, (ii) execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, (iii) salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas, observado o disposto no Capítulo XXXII;
- d) desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento e à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. O preço de alienação dos ativos de titularidade do Fundo não poderá, em nenhuma circunstância, sob pena de responsabilização da Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser vil ou inferior ao seu respectivo valor contábil, devidamente ajustado pelas regras do COSIF, devendo, ademais, refletir as condições de mercado na ocasião e o risco de crédito associado aos mesmos, exceto quando autorizado pelos Cotistas reunidos em Assembleia Geral;
- e) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável dos ativos integrantes da carteira do Fundo e dos direitos e prerrogativas vinculados aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo. Exceto quanto às procurações com poderes da cláusula *ad judicia* e àquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, e ao Banco Bonsucesso, nos termos do Contrato de Cobrança, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica. Em todas as demais procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, constará o respectivo prazo de validade, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses contado da data da outorga;
- f) providenciar o registro deste Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Capítulo IV; e



- g) praticar todos os atos de administração do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.

Artigo 11 Sem prejuízo do disposto no artigo 10 e de seus outros deveres legais, incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- a) manter em sua sede e colocar à disposição dos Cotistas, gratuitamente:
- i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - ii) o registro dos Cotistas;
 - iii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - iv) o livro de presença de Cotistas;
 - v) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 17 deste Regulamento;
 - vi) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - vii) cópias dos pareceres e relatórios preparados pela Empresa de Auditoria e dos demais documentos e relatórios enviados à CVM;
 - viii) exemplar deste Regulamento, registrando, em competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, posteriores alterações ao mesmo quando efetuadas em razão de deliberações de Assembleia Geral, bem como independentemente destas, para fins exclusivos de adequação à legislação em vigor e/ou cumprimento de determinações da CVM, devendo, nestes dois últimos casos, providenciar a divulgação das alterações aos Cotistas na forma do Capítulo XXVIII abaixo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de sua ocorrência; e
 - ix) exemplar do Prospecto, o qual deverá ser devidamente atualizado quando da realização de qualquer Distribuição;
- b) encaminhar ao BACEN, nos termos previstos pela legislação aplicável, as informações relativas à cessão dos Direitos Creditórios do Banco Bonsucesso ao Fundo;
- c) manter atualizados e em perfeita ordem, enquanto existirem Cotas Seniores em Circulação:
- i) os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer despesa ou encargo do Fundo, inclusive os relativos ao recolhimento de impostos, contribuições, taxas e emolumentos; e

- ii) os demonstrativos trimestrais preparados pelo Diretor Designado nos termos do artigo 17 deste Capítulo;
- d) informar aos Cotistas o nome do periódico utilizado pelo Fundo, bem como de sua alteração, para a prestação de informações, nos termos do artigo 173 do Capítulo XXVIII, e o valor da Taxa de Administração;
- e) disponibilizar aos Cotistas o Termo de Adesão a este Regulamento, conforme modelo previsto no Anexo XII, devendo o mesmo estar devidamente assinado na data de aquisição de Cotas do Fundo;
- f) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou por este Regulamento, na forma prevista pelos mesmos, em especial as informações discriminadas no Capítulo XXVIII abaixo;
- g) custear as despesas de propaganda do Fundo, se houver;
- h) fornecer anualmente aos Cotistas, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- i) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução CVM nº 356, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- j) providenciar, trimestralmente, às expensas do Fundo, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores pela Agência Classificadora de Risco;
- k) divulgar aos Cotistas, na forma prevista no Capítulo XXVIII, eventual rebaixamento da classificação de risco referida na alínea (j) acima, no prazo máximo de 3 (três) dias do recebimento de tal informação;
- l) convocar a Assembleia Geral conforme os Capítulos XXI e XXII deste Regulamento;
- m) no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial do Banco Bonsucesso ou do Custodiante, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo para outra conta de depósito, de titularidade do Fundo e convocar Assembleia para decidir pela contratação de novo custodiante, se for o caso ou pela liquidação do Fundo;
- n) preparar os demonstrativos financeiros mensais e anuais do Fundo e zelar para que os mesmos, conforme o caso, sejam auditados pela Empresa de Auditoria e enviados às autoridades competentes dentro dos prazos legais;
- o) submeter os demonstrativos referidos no artigo 17 deste Capítulo ao exame da Empresa de Auditoria quando da auditoria anual;
- 

- p) realizar os serviços de escrituração, abertura e manutenção das contas de depósito abertas em nome dos Cotistas ou contratar terceiros devidamente habilitados e autorizados para realizar tais serviços;
- q) manter registros analíticos e completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Cotistas, bem como manter em perfeita ordem os documentos necessários à comprovação da capacidade dos Cotistas em aplicar recursos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, exceto sobre os documentos referentes a Cotistas que adquirirem Cotas no mercado secundário, quando a guarda e verificação destes documentos será de responsabilidade exclusiva das instituições intermediárias que executarem a(s) ordem(ns) do(s) investidor(es);
- r) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas, nos termos da legislação aplicável;
- s) informar ao Custodiante a Taxa de Desconto a ser utilizada na determinação do Preço de Aquisição, observado o disposto neste Regulamento e no Contrato de Cessão;
- t) contratar, por conta e ordem, e às expensas do Fundo, os serviços (i) da Agência Classificadora de Risco, (ii) do Custodiante, e (iii) da Empresa de Auditoria, encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, bem como da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- u) monitorar o cumprimento integral, pelo Fundo, dos limites, índices e critérios definidos nos Anexos II e IV deste Regulamento, bem como do Índice de Liquidez, da Relação Mínima e da Alocação de Investimento Mínima;
- v) monitorar, a todo tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Banco Bonsucesso e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, do Contrato de Cobrança, do Contrato de Custódia e do Contrato de Custódia Física, respectivamente;
- w) permitir a subscrição, integralização e amortização de Cotas Seniores, observados os procedimentos definidos neste Regulamento, de forma que, considerado, *pro forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda, cumulativamente, aos limites de concentração definidos no Anexo II ao presente Regulamento e ao disposto no artigo 83 do Capítulo XIV;
- x) permitir a amortização de Cotas Subordinadas, observados os procedimentos definidos neste Regulamento, de forma que, considerado, *pro forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda, cumulativamente, aos limites de concentração definidos no Anexo II ao presente Regulamento, ao disposto no artigo 83 do Capítulo XIV, e à Reserva de Caixa;
- y) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
 - i) substituição da Empresa de Auditoria e/ou do Custodiante;
 - ii) ocorrência de qualquer Amortização Não Programada;



- iii) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada; e
- iv) celebração de qualquer aditamento aos Documentos do Fundo;
- z) entregar e/ou manter à disposição da Agência Classificadora de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Administradora, pelo Custodiante, pelo Banco Bonsucesso e pelos demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos do Fundo; e
- aa) requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra conta corrente de titularidade do Fundo no caso de pedido ou decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial do Agente Cobrador.

Artigo 12 É vedado à Administradora:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

Artigo 13 As vedações de que trata o artigo 12 (a) a (c) acima, abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Artigo 14 Excetuam-se do disposto no artigo acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do BACEN, os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e os títulos públicos estaduais e municipais integrantes da carteira do Fundo.

Artigo 15 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

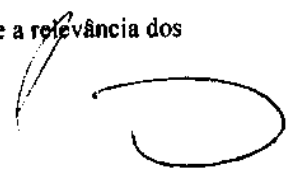
- a) emitir quaisquer classes ou Séries de Cotas Seniores não expressamente autorizadas neste Regulamento e na Instrução CVM nº 356;
- b) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- c) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;



- d) aplicar recursos diretamente no exterior;
- e) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- f) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- g) vender Cotas do Fundo a prestação;
- h) vender Cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos Creditórios, exceto quando se tratar de Cotas Subordinadas;
- i) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- j) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- k) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no artigo 32 (b) abaixo;
- l) obter ou conceder empréstimos; e
- m) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Artigo 16 A vedação de que trata o artigo 15 (h) acima, se aplica, também, à venda realizada a Pessoas controladoras, controladas (direta ou indiretamente) ou coligadas das instituições financeiras e/ou sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos Creditórios, bem como a outras sociedades sob controle comum, exceto quando se tratar de Cotas Subordinadas.

Artigo 17 O Diretor Designado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deverá elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando: (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Capítulo X abaixo e com os limites de composição e de diversificação a eles aplicáveis; (ii) que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado; (iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e (iv) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.



Artigo 18 Os demonstrativos referidos no artigo 17 acima devem ser enviados à CVM, por via do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos Cotistas, bem como ser examinados pela Empresa de Auditoria, por ocasião da realização de auditoria.

CAPÍTULO VI – REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

Artigo 19 Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definidas neste Regulamento e nos Documentos do Fundo, uma remuneração mensal correspondente a 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido até o montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), acrescido do valor correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder o montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), calculada na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, e provisionada todo Dia Útil com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior e paga mensalmente, à razão de 1/12 (um doze avos), devida a primeira no 2º (segundo) Dia Útil do mês subsequente da data da primeira integralização de Cotas e as demais no 2º (segundo) Dia Útil dos meses subsequentes ("Taxa de Administração").

Parágrafo Único A Taxa de Administração prevista no *caput* deste artigo 19 terá o valor mínimo mensal de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Artigo 20 Os valores em reais previstos no *caput* do artigo 19, em seu parágrafo único acima, e neste Artigo 20, serão atualizados pela Administradora e informados ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses contados a partir de setembro de 2009, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação acumulada do IGPM. Serão acrescidos mensalmente à Taxa de Administração: (i) Os tributos incidentes sobre as remunerações descritas acima (ISS, PIS, COFINS, CSLL e IRRF e outros que porventura venham a incidir) nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento; e (ii) parcela equivalente ao maior dos seguintes valores: (a) R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e; (b) o valor equivalente a aplicação do percentual de 0,03% ao ano, à razão de 1/12 (um doze avos), sobre o valor do Patrimônio Líquido.

Artigo 21 A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembleias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com os serviços de custódia e a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.

Artigo 22 A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo.



Artigo 23 O equivalente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, conforme o artigo 56, §2º da Instrução CVM nº 356, será paga diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20, na qualidade de prestadora de serviços para a Administradora, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem quaisquer custos adicionais para o Fundo. Tal valor será deduzido da Taxa de Administração devida à Administradora. A Oliveira Trust Servicer S.A. prestará a Administradora, serviços auxiliares à administração do Fundo, incluindo, mas não se limitando, aos serviços de (i) controle e cobrança da documentação necessária à administração do Fundo, inclusive elaboração dos relatórios gerenciais devidos à CVM que sejam de responsabilidade da Administradora; e (ii) elaboração e atualização do *website* onde serão disponibilizadas aos Cotistas, todas as informações pertinentes ao Fundo.

Artigo 24 Não serão cobradas dos Cotistas, quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou taxa de saída.

CAPÍTULO VII – SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

Artigo 25 Os Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão deliberar a substituição da Administradora.

Artigo 26 A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no Periódico e/ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou, a critério dos Cotistas, sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 356 e dos Capítulos XXI e XXVIII abaixo. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação ou de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, até a conclusão dos procedimentos referidos no Capítulo XXII.

Artigo 27 A Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data em que for deliberada sua substituição pela Assembleia Geral conforme artigo 25 acima, ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pela Assembleia Geral que decidir por sua substituição.

Artigo 28 Caso a Assembleia Geral, convocada nos termos do artigo 26 acima, não promova a eleição da instituição administradora substituta ou, caso a nova instituição administradora nomeada nos



termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no Regulamento. Assim, tal hipótese também será considerada um Evento de Amortização Antecipada.

Artigo 29 A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da respectiva Assembleia Geral ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido no artigo 27 acima, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

Artigo 30 A contratação de nova instituição administradora sujeitar-se-á à afirmação da classificação de risco das Cotas Seniores, pela Agência Classificadora de Risco.

Artigo 31 Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

CAPÍTULO VIII – CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

Artigo 32 A Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da responsabilidade do Diretor Designado, contratar serviços de:

- a) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de direitos creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- b) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução CVM nº 356;
- c) custódia, prestada por instituição credenciada na CVM para o desempenho dessa atividade; e
- d) escrituração, prestada por instituição credenciada na CVM para o desempenho dessa atividade.

Artigo 33 Os poderes de gestão referidos no artigo 32 “(b)” acima somente podem ser delegados a pessoas jurídicas domiciliadas ou com sede no Brasil, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional.



CAPÍTULO IX – SERVIÇOS DE CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO DE COTAS

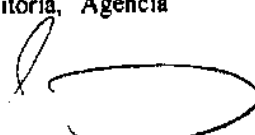
Artigo 34 Os serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos Creditórios e Outros Ativos do Fundo serão prestados pelo Itaú Unibanco S.A. instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo BACEN, bem como credenciada perante a CVM para a prestação de serviços de custódia qualificada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo E. de Souza Aranha nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Custodiante"), o qual será responsável pela prestação dos serviços conforme previstos no artigo 38 da Instrução CVM nº 356.

Parágrafo Único Os serviços de custódia e controladoria, conforme indicado no artigo 36 abaixo, serão prestados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia, a ser firmado entre a Administradora e o Custodiante, com interveniência do Banco Bonsucesso.

Artigo 35 Os serviços de escrituração das Cotas do Fundo serão prestados pela Itaú Corretora de Valores S.A. ("ITAUCOR"), instituição financeira regularmente credenciada perante a CVM para prestação de serviços de escrituração de Cotas de fundos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, CEP 04310-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, nos termos do Contrato de Escrituração a ser firmado entre a Administradora e o ("Escrutador").

Artigo 36 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- a) verificar e validar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Banco Bonsucesso ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos do Fundo que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- c) receber e analisar por amostragem, observado o artigo 38 deste Capítulo, a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, sendo que a metodologia e os resultados obtidos deverão ser colocados à disposição da Administradora e dos órgãos reguladores;
- d) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observados os termos e condições deste Regulamento e as instruções passadas pela Administradora;
- e) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e dos Outros Ativos, com metodologia preestabelecida e de livre acesso pela Empresa de Auditoria, Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores;

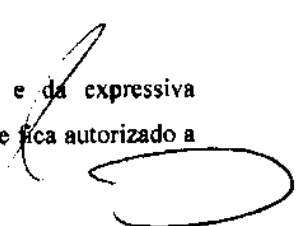


- f) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos de valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, transferidos, a qualquer título, pelo Banco Bonsucesso para a Conta Corrente do Fundo, nos termos dos respectivos Documentos do Fundo;
- g) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos e/ou quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as verbas recebidas deverão ser exclusivamente creditadas na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
- h) efetuar a liquidação física e financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e Documentos Comprobatórios da operação, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão;
- i) O Custodiante colocará à disposição, da Administradora, diariamente, as informações necessárias de forma que a esta seja possível calcular os limites, índices e parâmetros referidos no Anexo II e no Capítulo XXIII deste Regulamento, bem como a Relação Mínima, o Índice de Liquidez e a Alocação de Investimento Mínima; e
- j) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais.

Artigo 37 Enquanto no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta, ordem e mediante prévia autorização da Administradora, a:

- a) conforme o caso, abrir e movimentar, por conta e ordem do Fundo, as contas correntes abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC, (ii) na CETIP ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos; e
- c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo previstos no Capítulo XXIX.

Artigo 38 Em face da significativa quantidade de Direitos Creditórios e da expressiva diversificação de devedores dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, o Custodiante fica autorizado a



efetuar por amostragem a verificação do lastro dos Direitos Creditórios, a que se refere o artigo 36 (c) acima, na forma e segundo os parâmetros especificados no Anexo XIII a este Regulamento. Esta verificação por amostragem será realizada no mínimo trimestralmente, ou, caso inferior, na periodicidade exigida pela regulamentação pertinente. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Administradora, a qual repassará tais informações à Empresa de Auditoria.

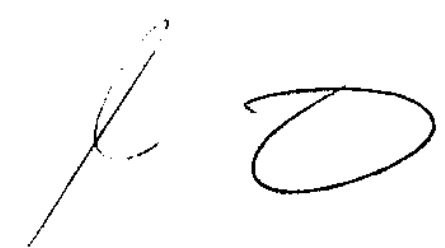
Parágrafo 1º No âmbito dos serviços a serem prestados pelo Custodiante em relação ao Fundo, o Custodiante não será responsável, sob qualquer hipótese, pela indicação de Direitos de Créditos Inadimplidos a protesto ou pela inserção de nome de Clientes devedores de Direitos de Crédito Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Agente de Cobrança e Conciliação e/ou Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos exercer referidas atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

Parágrafo 2º O Custodiante poderá contratar, por sua conta e ordem e sob sua total responsabilidade, terceiro para realizar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios referida no *caput* deste artigo.

Parágrafo 3º Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso IV, do artigo 8º da Instrução CVM nº 356, a Administradora considerará os resultados da verificação dos Documentos Comprobatórios, por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e os apontamentos relacionados aos Documentos Comprobatórios apresentados ou não pela respectiva auditoria.

Artigo 39 O Banco Bonsucesso S.A., com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Alvarenga Peixoto, nº 974, 7º e 8º andares, inscrito no CNPJ/MF sob nº 71.027866/0001-34 ("Banco Bonsucesso"), será contratado pelo Custodiante, para atuar: (i) como fiel depositário da documentação relativa aos Direitos Creditórios adimplidos adquiridos pelo Fundo, nos termos do Contrato de Custódia; e (ii) como agente cobrador de tais Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão.

Artigo 40 O Banco Bonsucesso poderá subcontratar outras empresas para (i) efetuar a guarda física da documentação relativa aos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo, sem prejuízo de sua responsabilidade como fiel depositário; e (ii) efetuar a cobrança judicial e/ou extrajudicial, em nome do Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo inadimplidos.

Handwritten signature and circular stamp.

Artigo 41 A contratação do Banco Bonsucesso, conforme descrita no artigo 39 acima, não exclui as responsabilidades do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356, e do artigo 16 da Instrução CVM nº 89, de 8 de novembro de 1988, conforme alterada.

Artigo 42 Desde que previamente aprovado pela Assembleia Geral, a Administradora poderá contratar outro custodiante. A contratação de novo custodiante estará sujeita à afirmação da classificação de risco das Cotas Seniores pela Agência Classificadora de Risco.

Artigo 43 Sem prejuízo do disposto no Artigo 42 acima, os Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão deliberar a substituição do Custodiante, devendo, na mesma oportunidade, autorizar a Administradora a contratar uma instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo BACEN e credenciadas pela CVM para exercício de serviços de custódia, indicada pelos Cotistas nessa mesma Assembleia Geral.

Artigo 44 Na hipótese de substituição do Custodiante, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo VII acima, referentes à substituição e renúncia da Administradora.

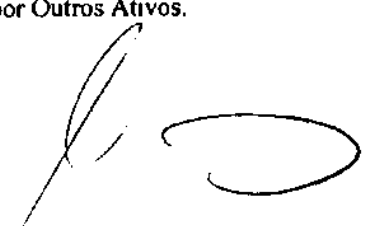
Artigo 45 O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos do Fundo. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar as suas atividades pelo período adicional estipulado no contrato de Custódia e Controladoria.

CAPÍTULO X – OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Artigo 46 O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios oriundos de empréstimos a Mutuários Consignados e a Mutuários INSS (designados em conjunto como "Mutuários"), que atendam aos Critérios de Elegibilidade previstos nos artigos 62 e 63 deste Regulamento.

Parágrafo Único Os Direitos Creditórios que comporão a carteira do Fundo são originados exclusivamente dos empréstimos concedidos pelo Banco Bonsucesso a Mutuários Consignados e a Mutuários INSS, a taxas pré-fixadas e com pagamento realizado por meio de desconto em folha de pagamento ou com consignação em folha de benefícios.

Artigo 47 Observado o disposto neste Regulamento e no Contrato de Cessão, o objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Cotistas a valorização de suas Cotas por meio da aplicação de recursos em carteira composta por Direitos Creditórios Elegíveis e, conforme o caso, por Outros Ativos.



Artigo 48 Em até 90 (noventa) dias contados a partir da primeira Data de Emissão de Cotas, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis ("Alocação de Investimento Mínima").

Parágrafo 1º O Fundo poderá manter em moeda corrente nacional ou aplicar, isolada ou cumulativamente, a totalidade (100%) do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido, não investido em Direitos Creditórios, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do BACEN;
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e
- d) cotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente nos títulos referidos nas alíneas (a) a (c) *supra*.

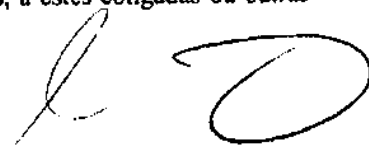
Parágrafo 2º Os títulos referidos nas alíneas (a) a (d) do Parágrafo 1º acima somente poderão ser adquiridos pelo Fundo caso possuam, na data da aplicação, liquidez no mercado de balcão.

Parágrafo 3º Ressalvado o disposto no artigo 58, o Fundo não poderá adquirir ativos diversos daqueles previstos no artigo 46 e nas alíneas (a) a (d) do Parágrafo 1º acima.

Artigo 49 A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será realizada sem co-obrigação ou direito de regresso contra o Banco Bonsucesso ou qualquer outra Pessoa. O Banco Bonsucesso, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência dos Mutuários. O Banco Bonsucesso é somente responsável pela existência, autenticidade e liquidez dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, deste Regulamento e das demais disposições aplicáveis.

Artigo 50 A Administradora, o Custodiante, e suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pela solvência dos Mutuários ou das Entidades, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez, autenticidade e correta formalização.

Artigo 51 Observada a responsabilidade do Custodiante, em relação à verificação (i) da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios; e (ii) do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade, nos termos dos artigos 36 (a) e 61 deste Regulamento, o Custodiante, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras



sociedades sob controle comum não respondem pela solvência dos Mutuários, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, autenticidade e liquidez.

Artigo 52 Considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, quando da aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios Elegíveis, o Fundo deverá observar, cumulativamente, os limites de concentração definidos no Anexo II ao presente Regulamento, ao disposto no artigo 83 do Capítulo XIV, bem como deverá atender os índices previstos nos Artigos 154, 158 e 159.

Artigo 53 O Fundo e o Banco Bonsucesso poderão celebrar cessões de 1 (um) ou mais Direitos Creditórios desde que referida cessão compreenda todos os Direitos Creditórios a vencer de um mesmo Contrato de Mútuo, sendo expressamente vedada a realização de cessões de fração do valor nominal de Direitos Creditórios pelo Banco Bonsucesso e pelo Fundo.

Parágrafo 1º Fica desde já entendido, para os fins do *caput* deste artigo 53, que (i) cada Direito Creditório corresponderá a uma parcela do Contrato de Mútuo; e (ii) não se admitirá, para fins de cessão ao Fundo, o fracionamento das parcelas dos Contratos de Mútuo.

Parágrafo 2º A cessão de Direitos Creditórios pelo Fundo para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento referida no Capítulo XXV, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou co-obrigação do Fundo.

Artigo 54 O Fundo não poderá realizar qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou aquelas compromissadas, em que o Banco Bonsucesso ou quaisquer Pessoas controladoras, controladas, direta ou indiretamente, coligadas ou sob controle comum da referida sociedade figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes. Observado o disposto nos artigos 35 e 36 da Instrução CVM nº 356, o Fundo pode realizar operações nas quais a Administradora atue na condição de contraparte do Fundo.

Artigo 55 Os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de registro e liquidação financeira de ativos administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Handwritten signature and a circular stamp, likely an official seal or signature of an authorized person.

Artigo 56 O Cedente manterá sob sua custódia, diretamente ou por meio da contratação de terceiros qualificados, às suas expensas, as vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos e para os efeitos dos Artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Custodiante e do Fundo durante o prazo de duração do Fundo, observado o disposto no Contrato de Promessa de Cessão.

Artigo 57 É vedado ao Fundo (i) realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e (ii) adquirir ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial.

Artigo 58 É vedado ao Fundo realizar operações em mercados de derivativos.

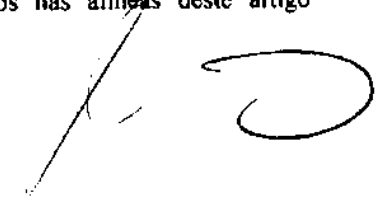
Artigo 59 Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente pela Administradora, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 60 As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, do Banco Bonsucesso, do Distribuidor, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, de qualquer mecanismo de seguro, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Além disso, o Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Essas aplicações poderão consistir, dentre outras, na aquisição de direitos creditórios ou Outros Ativos, que poderão ter rentabilidade inferior à esperada pelo gestor da carteira do Fundo. Tais riscos estão descritos no Capítulo XIII abaixo, que deve ser lido cuidadosamente pelo investidor antes da aquisição de Cotas.

CAPÍTULO XI – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO

Artigo 61 Na aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, caberá ao Custodiante a verificação do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos respectivos Critérios de Elegibilidade. Quando da aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo, a Administradora e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos neste Regulamento e nos demais Documentos do Fundo, cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.

Artigo 62 É considerado “Direito Creditório Elegível”, o Direito Creditório cujas informações sejam transmitidas ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e que atenda, cumulativamente, na Data de Oferta, assim verificados pelo Custodiante, aos critérios de elegibilidade previstos nas alíneas deste artigo (“Critérios de Elegibilidade”):



- a) os Direitos Creditórios Consignados e os Direitos Creditórios INSS não poderão ter prazo de vencimento superior a 60 (sessenta) meses contados da Data de Oferta;
- b) os Direitos Creditórios adquiridos deverão observar os limites de concentração descritos no Anexo II deste Regulamento;
- c) Caso o Direito Creditório seja um Direito Creditório INSS, o valor nominal de cada Direito Creditório INSS não deve ser superior a R\$ 1.000,00 (um mil reais); e
- d) Caso o Direito Creditório seja um Direito Creditório Consignado o valor nominal de cada Direito Creditório Consignado não deve ser superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais),

Artigo 63 Além dos Critérios de Elegibilidade descritos no artigo 62 acima, deverão ser atendidas, cumulativamente, na Data de Oferta, as seguintes Condições de Cessão, a serem verificadas, previamente à cada cessão ao Fundo, pelo Banco Bonsucesso:

- a) os Direitos Creditórios devem ser oriundos de Contratos de Mútuo celebrados entre o Banco Bonsucesso e os Mutuários, cujas Entidades estejam listadas nos Convênios previstos no Anexo IX deste Regulamento;
- b) os Direitos Creditórios devem ser decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco Bonsucesso, formalizados através de Contratos de Mútuo concedidos pelo Banco Bonsucesso, com amortizações mensais, consecutivas e taxas de juros prefixadas;
- c) o pagamento dos Direitos Creditórios Consignados e INSS, por parte dos Mutuários, deve ser efetuado por meio de consignação em folha de pagamento do servidor público ou através de folha de benefícios dos aposentados ou pensionistas do INSS, devidamente autorizada pelo respectivo Mutuário;
- d) os Direitos Creditórios Consignados e os Direitos Creditórios INSS deverão ser originários de Contratos de Mútuo que não possuam, na respectiva Data de Oferta, qualquer parcela ou pagamento em atraso;
- e) com base na respectiva legislação aplicável, inclusive na esfera de competência da Entidade, somente poderão ser adquiridos Direitos Creditórios Consignados e os Direitos Creditórios INSS cuja autorização para consignação em folha de pagamento somente possa ser cancelada pelo respectivo Mutuário com a aquiescência do consignatário;
- f) somente poderão ser adquiridos Direitos Creditórios referentes a Contratos de Mútuo cuja primeira parcela já tenha sido descontada da folha do respectivo Mutuário, e repassada ao Banco Bonsucesso, quando a averbação de tais Contratos de Mútuo na respectiva margem consignável do Mutuário não ocorrer por meio eletrônico ou de forma automática;

- g) a idade do Mutuário INSS ou do Mutuário Consignado, à época da celebração do Contrato de Mútuo, não deve ser superior a 75 (setenta e cinco) anos, inclusive;
- h) Somente poderão ser adquiridos pelo Fundo, Direitos Creditórios cujos respectivos Mutuários não estejam em atraso ou inadimplentes com relação a Direitos Creditórios cedidos ao Fundo previamente à respectiva Data da Oferta; e
- i) Somente poderão ser adquiridos pelo Fundo todos os Direitos Creditórios a vencer de um mesmo Contrato de Mútuo, sendo assim vedada a cessão de frações de Direitos Creditórios e de parte dos Direitos Creditórios oriundos de um mesmo Contrato de Mútuo.

Artigo 64 O valor referido no item “a” do artigo 62 acima será corrigido pelo mesmo índice empregado pelo INSS para reajuste dos benefícios de aposentadoria e pensão do regime geral da previdência social, cabendo à Administradora informar ao Custodiante, anualmente, o respectivo índice de atualização.

Parágrafo Único O valor referido no item “d” do artigo 62 acima será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

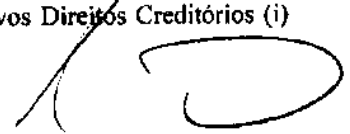
Artigo 65 Observados os termos e condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão, a cessão de Direitos Creditórios realizada após a verificação, pelo Custodiante, do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade previstos nos artigos 62 acima, será considerada como definitiva, perfeita e acabada.

Artigo 66 A aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, nos termos deste Regulamento e da Instrução CVM nº 356, será irrevogável e irretroatável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo de todos os direitos, principais e acessórios, a estes inerentes, inclusive seguros, garantias reais e fidejussórias, se houver.

Parágrafo Único A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao Fundo qualquer recurso ou direito de regresso contra o Custodiante, Banco Bonsucesso, suas Pessoas controladoras, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

CAPÍTULO XII – DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Artigo 67 A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis do Banco Bonsucesso, observados os procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios (i)



em moeda corrente nacional e/ou (ii) por meio da emissão de Cotas Subordinadas, o Fundo atenda, cumulativamente, aos limites de concentração definidos no Anexo II ao presente Regulamento, ao disposto no artigo 83 do Capítulo XIV, bem como aos índices previstos nos Artigos 154, 158 e 159, observados os prazos para regularização definidos neste Regulamento na hipótese de desenquadramento de quaisquer dos limites e parâmetros acima referidos.

Artigo 68 Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, as características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo estão descritas no Anexo III deste Regulamento. Tais características não consubstanciam Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios, estando sujeitas a alterações a qualquer tempo.

Artigo 69 A Política de Concessão de Crédito adotada pelo Banco Bonsucesso está descrita no Anexo IV ao presente Regulamento.

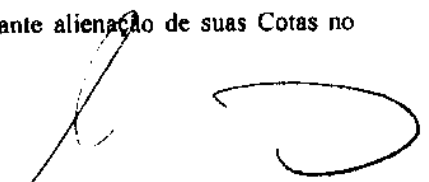
Artigo 70 Os mecanismos e procedimentos adotados pelo Banco Bonsucesso para cobrança dos Direitos Creditórios, inclusive inadimplentes, estão descritos no Anexo V ao presente Regulamento.

CAPÍTULO XIII – FATORES DE RISCO

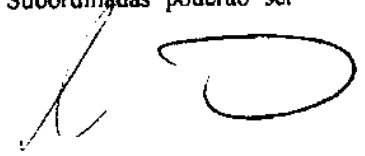
Artigo 71 Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito e/ou operacionais das contrapartes, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor ou qualquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos deste Regulamento.

Artigo 72 Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se:

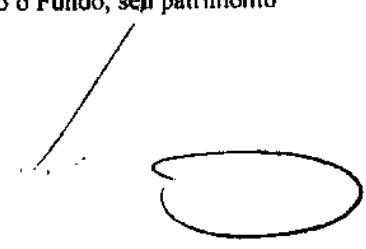
- a) **Liquidez das Cotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Cotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, sem admitir a possibilidade de resgate das Cotas a qualquer tempo, a critério dos Cotistas, estes podem ter dificuldade em realizar seu investimento mediante alienação de suas Cotas no mercado secundário.



- b) **Amortização Condicionada.** As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas Cotas decorrem da liquidação (i) dos Direitos Creditórios, conforme identificado na alínea "b" do artigo 73 deste Capítulo, ou (ii) dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. Assim, tendo em vista a inexistência de co-obrigação ou direito de regresso contra o Banco Bonsucesso, qualquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, com relação aos Direitos Creditórios e Outros Ativos, após o recebimento destes recursos e, se for o caso, em ocorrendo inadimplemento, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e/ou o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Cotas.
- c) **Amortização de Cotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo e da Inexistência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Cotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo sejam devidamente pagos, e que as verbas recebidas sejam depositadas na Conta Corrente do Fundo, tanto a Administradora quanto o Distribuidor encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização ou o resgate integral das Cotas. O valor de amortização das Cotas Seniores continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, inclusive o Banco Bonsucesso, a Administradora, o Custodiante e o Distribuidor, todavia, qualquer multa ou penalidade caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado.
- Ademais, o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos no Capítulo XXV. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Mutuários.
- d) **Amortização Não Programada de Cotas Seniores.** Observados os procedimentos definidos no Capítulo XXIV, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas poderão ser



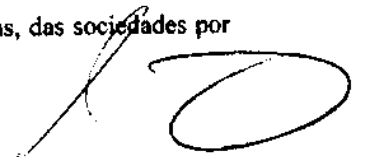
amortizadas antecipadamente pelo Fundo. Nesta hipótese, os titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas poderão vir a sofrer perdas caso, por exemplo, não consigam reinvestir os recursos pagos pelo Fundo, decorrentes da amortização antecipada de suas Cotas, nos mesmos termos e condições das respectivas Cotas. Ademais, a ocorrência do evento acima identificado, poderá afetar a programação de fluxo de caixa dos titulares de Cotas do Fundo.

- e) **Repasse do Banco Bonsucesso.** A cessão dos Direitos Creditórios do Banco Bonsucesso ao Fundo, formalizada na forma do Contrato de Cessão, implica na cessão automática pelo Banco Bonsucesso de todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas de sua titularidade. A liberação e/ou recuperação de recursos de titularidade do Fundo (i) que se encontrem na posse do Banco Bonsucesso ou que sejam a este transferidos quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária e/ou (ii) que venham, a qualquer título, ser bloqueados ou retidos pelo Banco Bonsucesso, poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos. Qualquer falha operacional e/ou descumprimento pelo Banco Bonsucesso de suas respectivas obrigações definidas no Contrato de Cessão ou a retenção indevida pelo Banco Bonsucesso de recursos de titularidade do Fundo poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e/ou prejudicar os procedimentos de amortização das Cotas.
- f) **Processamento da Folha de Benefícios** – O desconto em benefício das parcelas dos empréstimos (incluindo sua respectiva averbação), para posterior transferência ao Fundo, são processados pelo INSS por meio de sistema da DATAPREV, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Mutuários INSS. Portanto, nem o Banco Bonsucesso, nem o Custodiante ou a Administradora têm controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração no sistema da DATAPREV, bem como eventual corrupção da integridade de seu banco de dados poderia atrasar, suspender ou reduzir o desconto dos benefícios dos Mutuários INSS, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorrer, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo seriam afetados negativamente enquanto persistisse o problema no sistema, ou até que todos os valores fossem devidamente repassados. Ademais, poderia até, eventualmente, ser necessária adoção de medida judicial para fazer com que a DATAPREV corrigisse os procedimentos e/ou seu sistema, e enquanto não adotadas as correções e ressarcido o Fundo, seu patrimônio poderia ser prejudicado.
- 

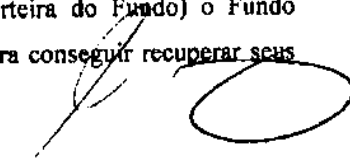
- g) **Impossibilidade da prestação de serviços de cobrança.** Caso ocorra a rescisão unilateral do Contrato de Cobrança e/ou do Contrato de Cessão, nas hipóteses previstas em tais contratos, os procedimentos relativos ao recebimento, à conciliação e ao repasse de valores para o Fundo poderão ser negativamente afetados até que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, promova (i) a nomeação de instituições substitutas capazes de executar os procedimentos que porventura tenham sido descontinuados e/ou (ii) a instauração de procedimentos alternativos de recebimento, conciliação e transferência de valores. A Administradora e o Distribuidor encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a escolha e contratação destes novos agentes e/ou a implementação dos referidos procedimentos.
- h) **Riscos Operacionais referentes aos Direitos Creditórios INSS.** Observados os termos e condições do Convênio INSS, cabe à DATAPREV, entre outras atribuições, processar as consignações de descontos e as exclusões referentes aos Direitos Creditórios INSS de acordo com o arquivo magnético enviado pelo Banco Bonsucesso, conforme previsto na alínea "b" do item III da Cláusula Terceira do Convênio INSS, não tendo o Banco Bonsucesso, após o envio do arquivo magnético supra referido, a Administradora, o Custodiante ou o Distribuidor controle sobre tal procedimento. Qualquer falha operacional e/ou descumprimento pela DATAPREV e/ou pelo Banco Bonsucesso de suas respectivas obrigações definidas no Convênio INSS poderá inviabilizar e/ou atrasar o repasse pelo INSS ao Banco Bonsucesso dos valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários INSS, relativos aos Direitos Creditórios INSS de titularidade do Fundo, poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo ou prejudicar os procedimentos de amortização das Cotas.
- i) **Riscos Operacionais referentes aos Direitos Creditórios Consignados.** O desconto em folha de pagamento das prestações devidas pelos Mutuários Consignados, em razão da celebração de Contratos de Mútuo Consignado e o repasse dos valores ao Banco Bonsucesso são processados por sistema interno de controle da Entidade ao qual o respectivo Mutuário Consignado encontra-se vinculado, não tendo o Banco Bonsucesso, a Administradora, o Custodiante ou o Distribuidor controle sobre tal procedimento. Qualquer falha ou alteração nas rotinas e nos sistemas internos de controle das Pessoas responsáveis pela consignação (desconto em folha de pagamento) poderá causar atraso (i) no desconto dos valores devidos pelos Mutuários Consignados, nos termos dos respectivos Contratos de Mútuo Consignados, e/ou (ii) no repasse das verbas de titularidade do Fundo. A ocorrência de tais hipóteses poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo.



- j) **Risco de Liquidação Antecipada pelos Mutuários dos Contratos de Mútuo.** Os Mutuários podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas no Contrato de Mútuo, inclusive por meio de portabilidade do crédito. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos definidos neste Regulamento e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.
- k) **Da Ausência de Notificação aos Mutuários.** A cessão de crédito objeto do Contrato de Cessão não foi objeto de notificação prévia aos Mutuários contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Na hipótese de extinção ou rescisão do Convênio INSS e/ou de qualquer dos Convênios, conforme o caso, e/ou descumprimento pelo INSS e/ou pelas Entidades de suas obrigações relativas ao repasse dos valores consignados, os Mutuários não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Nos termos do Contrato de Cessão, o Banco Bonsucesso encontra-se obrigado a notificar o Mutuário da cessão dos respectivos Direitos Creditórios ao Fundo, antes de o Fundo promover a cobrança judicial dos Direitos Creditórios (i) por solicitação da Administradora, e/ou (ii) na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada. O descumprimento, pelo Banco Bonsucesso, das obrigações acima referidas poderá implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.
- l) **Fatores Macroeconômicos Relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro da União Federal e, conseqüentemente, do INSS, dos Estados e Municípios, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, poderão resultar em perda, por parte dos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações.
- m) **Inexistência de Rendimento Predeterminado.** O preço de integralização das Cotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no artigo 106 do Capítulo XVI. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Banco Bonsucesso, da Administradora, do Custodiante, do Distribuidor, de suas respectivas Pessoas controladoras, das sociedades por

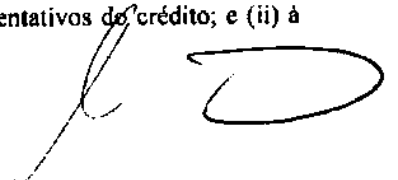


estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Cotas, devidamente atualizadas nos termos do artigo 106 do Capítulo XVI, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Cotas.

- n) **Descasamentos de Taxas.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras em (i) Direitos Creditórios remunerados a uma taxa pré-fixada; e (ii) em Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será definido na forma estabelecida no artigo 106 do Capítulo XVI, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Cotas Seniores. A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor, o Banco Bonsucesso e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado. A Administradora não se encontra obrigada a manter a carteira do Fundo protegida, total ou parcialmente, contra o risco de descasamento entre o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das Cotas Seniores, por meio da contratação de operações em mercado de derivativos.
- o) **Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer Série de Cotas Seniores específica. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, amortização e/ou de resgate de Cotas Seniores não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores.
- p) **Riscos Associados aos Outros Ativos.** O Fundo poderá, observada a Política de Investimento prevista neste Regulamento, alocar parcela de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a riscos que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Cotistas. Dentre tais riscos destacam-se: (i) os Outros Ativos sujeitam-se à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal; (ii) na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos (ou das contrapartes nas operações realizadas para composição da carteira do Fundo) o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus
- 

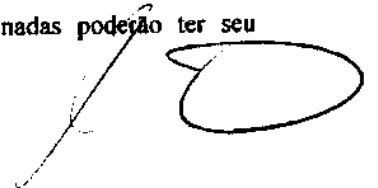
créditos; (iii) alterações nas condições financeiras dos emissores dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições podem acarretar impactos significativos de seus preços e liquidez no mercado secundário; e (iv) os preços e a liquidez dos Outros Ativos no mercado secundário também podem ser impactados por alterações do padrão de comportamento dos participantes do mercado, independentemente de alterações significativas das condições financeiras de seus emissores, em decorrência de mudanças, ou da expectativa de mudanças, do contexto econômico e/ou político nacional e/ou internacional. O Fundo, a Administradora, o Custodiante e o Distribuidor, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsabilizados por qualquer depreciação do valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Cotas.

- q) **Emissão de Novas Cotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Capítulo XV deste Regulamento, emitir novas Cotas, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Cotas em Circulação. Na hipótese de emissão de novas Cotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Cotistas do Fundo, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas da mesma classe que já estejam em Circulação na ocasião.
- r) **Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo.** O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto no presente Regulamento. Ocorrendo a liquidação, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento das parcelas dos Direitos Creditórios do Fundo ainda não ser exigível dos Mutuários. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelos Mutuários das parcelas relativas aos direitos creditórios do Fundo; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (iii) ao resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios, exclusivamente nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo. Nas três situações, os Cotistas poderiam sofrer prejuízos patrimoniais.
- s) **Risco de Liquidação Antecipada do Fundo.** Na hipótese de rescisão do Contrato de Cessão e demais hipóteses previstas neste Regulamento, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo. Nesse caso, os recursos do Fundo podem ser insuficientes no momento da liquidação do Fundo e os Cotistas poderão estar sujeitos aos riscos descritos no item (t) acima.
- t) **Risco de Questionamento Judicial.** Os Direitos Creditórios podem ser questionados judicialmente quanto (i) à formalização dos documentos representativos do crédito; e (ii) à



forma de cobrança dos empréstimos concedidos, inclusive em função de disposições do Código de Defesa do Consumidor. Nessas hipóteses, os Direitos Creditórios poderão ser modificados ou cancelados em virtude de decisão judicial, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e, conseqüentemente, afetar negativamente a rentabilidade de seu Patrimônio Líquido.

- u) **Intervenção ou Liquidação do Banco Bonsucesso.** O Custodiante contratou a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo com o Banco Bonsucesso, sendo que tal contrato prevê que os recursos serão depositados no Banco Bonsucesso e transferidos para o Fundo até 3 (três) Dias Úteis após o recebimento. Na hipótese de intervenção do Banco Bonsucesso, o repasse dos recursos provenientes dos créditos ao Fundo poderia ser interrompido, e permaneceria inexigível enquanto perdurasse a intervenção. Em caso de liquidação extrajudicial do Banco Bonsucesso, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição, ou mesmo por via judicial. Em ambos os casos, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser afetados.
- v) **Intervenção ou Liquidação do Custodiante.** O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.
- w) **Guarda da Documentação.** O Banco Bonsucesso é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda da documentação física representativa dos créditos cedidos ao Fundo. Embora o Banco Bonsucesso tenha a obrigação de permitir ao Custodiante e à Administradora, livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos pelo Banco Bonsucesso poderá representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.
- x) **Redução das Cotas Subordinadas.** O Fundo terá relação mínima admitida entre o seu (i) Patrimônio Líquido deduzido do valor do somatório dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cujo prazo de vencimento seja posterior ao prazo de vencimento da última Série em Circulação; e (ii) o valor das Cotas Seniores em Circulação de, no mínimo, 128,21% (cento e vinte e oito inteiros e vinte e um centésimos por cento). A diferença do patrimônio do Fundo é representada por Cotas Subordinadas que arcarão com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores. Por diversos motivos, tais como inadimplência dos Mutuários e problemas de repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas poderão ter seu



patrimônio reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores.

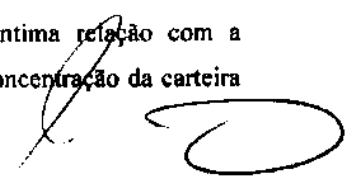
- y) **Possibilidade de Recompra dos Direitos Creditórios** . O Banco Bonsucesso poderá adquirir, do Fundo, Direitos Creditórios relativos a Contratos de Mútuo inadimplentes, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, desde que, considerada pro forma a cessão pretendida, o Fundo atenda à Relação Mínima, ao Índice de Liquidez, à Alocação de Investimento Mínima e à Reserva de Caixa, e não estejam sendo implementados os procedimentos resultantes da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, nos termos do Contrato de Cessão e deste Regulamento. Deste modo, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido, bem como poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo.

Ademais, se a recompra dos Direitos Creditórios inadimplentes por um lado, pode manter a qualidade da carteira do Fundo e a taxa de inadimplência inalterada ou mitigada, também pode criar uma falsa sensação de estabilidade para os Cotistas, visto que, se o procedimento de recompra for interrompido, haverá uma súbita degradação da qualidade da carteira.

O Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios inadimplentes, para efeito do exercício da opção de compra acima referida, será equivalente ao valor de mercado, se houver ou ao valor contábil dos respectivos Direitos Creditórios, sendo que, em nenhuma hipótese este poderá ser inferior a 0 (zero).

O Banco Bonsucesso terá o direito de prioridade, caso a Administradora deseje alienar quaisquer dos Direitos Creditórios relativos a Contratos de Mútuo inadimplentes de titularidade do Fundo para qualquer terceiro. Neste caso, o preço de aquisição dos respectivos ativos pelo Banco Bonsucesso deverá ser igual ou superior ao preço de compra oferecido à Administradora, o qual, em nenhuma hipótese, poderá ser vil.

O Banco Bonsucesso, ainda, foi contratado, por meio do Contrato de Cobrança, para realizar a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos. Não há como garantir, assim, que o Banco Bonsucesso agirá de forma imparcial e eficiente, quando do exercício de suas funções como Agente Cobrador, haja vista a possibilidade de recompra dos Direitos Creditórios inadimplidos. Este fato amplia a exposição de risco dos Cotistas a situações que configurem potencial conflito de interesses.

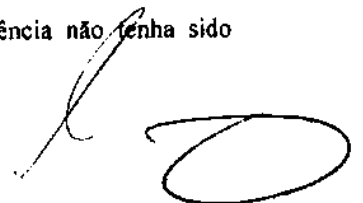
- z) **Risco de Concentração**. O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira do Fundo, sendo que, quanto maior for a concentração da carteira
- 

do Fundo, maior será a chance do Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

- aa) **Alteração do Regulamento.** O presente Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral, conforme o artigo 129 do Capítulo XXI abaixo. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.
- bb) **Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores.** Caso o Fundo não possua recursos disponíveis suficientes para a adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas Seniores, reunidos em Assembleia Geral, poderão aprovar aporte de recursos ao Fundo para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nesses casos, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral de tal adiantamento e da assunção pelos titulares das Cotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Na hipótese da maioria dos Cotistas Seniores não aprovarem referido aporte de recursos, consignado que a Administradora, o Custodiante, o Banco Bonsucesso, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo, nos termos do Capítulo XXXII deste Regulamento, o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

Artigo 73 Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se:

- a) **Riscos de Créditos Associados aos Direitos Creditórios INSS.** O desconto, mediante consignação na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários INSS em favor do Banco Bonsucesso, é realizado pelo INSS, nos termos do Convênio INSS. O Fundo poderá sofrer perdas, caso o INSS, por qualquer motivo, atrase ou não efetue o pagamento dos benefícios previdenciários devidos aos Mutuários INSS, em razão, por exemplo, de eventuais desequilíbrios em seu fluxo de caixa. O INSS e/ou a DATAPREV não se responsabilizam solidária e/ou subsidiariamente pelas operações contratadas com os Mutuários INSS ou sobre descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido



causada por falha de ato próprio do INSS e/ou da entidade responsável, não tem desconformidade com as obrigações ajustadas no Convênio INSS.

- b) **Riscos de Créditos Associados aos Direitos Creditórios Consignados.** O desconto em folha de pagamento das prestações devidas pelos Mutuários Consignados em razão da celebração de Contratos de Mútuo Consignados é realizado, conforme o caso, pelas Entidades quando do pagamento dos vencimentos dos respectivos Mutuários Consignados. As verbas de titularidade do Fundo serão transferidas para a Conta Corrente do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança. A consignação em folha de pagamento poderá ser interrompida, entre outros eventos, caso o Mutuário Consignado se desligue do cargo ou função, seja exonerado ou venha a falecer ou, ainda, caso o Convênio venha a ser rescindido. Igualmente, a capacidade de pagamento do Mutuário Consignado poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação ao Contrato de Mútuo Consignado, para fins de desconto em folha de pagamento. Nessas hipóteses, a capacidade de re-pagamento do financiamento contratado dependerá exclusivamente da solvência do Mutuário Consignado ou de seu espólio, conforme o caso. O Fundo poderá sofrer perdas caso a Entidade responsável pela consignação (desconto em folha de pagamento) (i) atrase ou não pague os vencimentos dos respectivos servidores públicos, mutuários dos Contratos de Mútuo Consignados, em razão, por exemplo, de eventuais desequilíbrios em seu fluxo de caixa, ou (ii) descontem da folha de pagamento dos respectivos servidores os valores devidos e, por qualquer motivo, não repassem ou atrasem a transferência das respectivas verbas, nos termos dos Convênios e da legislação aplicável. Enquanto as Pessoas integrantes da respectiva Entidade não voltarem a pagar adequadamente os vencimentos dos servidores públicos a esta vinculada, sua capacidade de saldar suas obrigações assumidas nos Contratos de Mútuo Consignados estará comprometida, o que poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo.
- c) **Ausência de Garantia de Pagamento ou de Co-obrigação dos Direitos Creditórios Consignados e dos Direitos Creditórios INSS.** O Banco Bonsucesso somente se responsabiliza pela existência e liquidez dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Mutuários, do INSS e das Entidades. A Administradora, o Custodiante e o Distribuidor, quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não se responsabilizam, conforme o caso, subsidiária ou solidariamente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios e pela solvência dos Mutuários, do INSS e das Entidades. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento, pelos Mutuários, dos financiamentos contratados (i) por meio dos procedimentos definidos no

Convênio INSS e nos Convênios, ou, conforme o caso, (ii) diretamente pelos Mutuários, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados. A responsabilidade do INSS em relação às operações referidas ao amparo do Convênio INSS restringe-se à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e licenciamentos autorizados pelos titulares de benefícios e repasse, nos prazos definidos no Convênio INSS, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e/ou subsidiária sobre as operações contratadas ou sobre descontos indevidos.

- d) **Aquisição Constante de Direitos Creditórios.** O Banco Bonsucesso não se encontra obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Banco Bonsucesso.
- e) **Cobrança Judicial dos Direitos Creditórios.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite de suas disponibilidades, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Cotistas reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXXII.
- f) **Verificação Posterior pelo Custodiante dos Documentos Comprobatórios que Evidenciam o Lastro dos Direitos Creditórios.** O Custodiante realizará análise periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Considerando-se que essa análise será realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá prejudicar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por ele adquiridos.
- g) **Desligamento do Mutuário.** Parcelas dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão descontadas pela Entidade, dos vencimentos dos Mutuários. O desconto não será possível caso o Mutuário se desligue de seu cargo ou função. Nessa hipótese, para a liquidação das obrigações decorrentes do empréstimo, o Banco Bonsucesso deverá incorrer em procedimentos de cobrança extrajudicial, que são mais onerosos e demorados se comparados aos da consignação em folha de pagamento. Referida dificuldade de cobrança dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, poderá afetar negativamente o patrimônio do Fundo.



- h) **Morte do Mutuário.** A morte do Mutuário interrompe a consignação em folha de pagamento automática, das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo, apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Nesse caso, pode haver inadimplência das obrigações decorrentes do empréstimo contraído, o que ocasionaria redução da rentabilidade do Fundo ou até perda patrimonial.
- i) **Condenação Judicial do Mutuário.** A capacidade de pagamento do Mutuário poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia ou qualquer outro encargo que tenha preferência em relação ao empréstimo para fins de consignação em folha de pagamento. Caso não haja margem para o re-parcelamento, é possível que o Fundo não consiga receber o montante devido, ou receba somente com atraso. Esse fato também pode afetar negativamente o patrimônio do Fundo.
- j) **Restrições à Consignação de Benefícios.** Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo contra os Mutuários INSS serão descontados pelo INSS da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou pensão de titularidade do respectivo Mutuário INSS. Assim, tal desconto não será possível caso o Mutuário INSS tenha seus benefícios cassados em razão de, por exemplo, (i) irregularidades constatadas pelo INSS, inclusive nos casos de irregularidades relativas à inscrição do beneficiário, às contribuições por ele prestadas ou ao cumprimento do prazo de carência; (ii) perda da condição de segurado; e (iii) perda da condição de dependente em razão de divórcio ou dissolução de união estável. Igualmente, os pagamentos dos direitos creditórios poderão ser afetados se (i) o Mutuário for obrigado a restituir ao INSS, valores pagos indevidamente pela Previdência Social; e (ii) por força de decisão judicial, o Mutuário for obrigado a pagar pensão alimentícia, uma vez que essas hipóteses têm preferência em relação ao empréstimo para fins de desconto em benefício. Também se interrompe o pagamento de benefícios, por exemplo, no caso do Mutuário titular de pensão por invalidez deixar de realizar o exame médico obrigatório. Na hipótese de impossibilidade de consignação dos benefícios dos Mutuários INSS, o Fundo poderá ter seus resultados afetados negativamente, incluindo a rentabilidade das Cotas.

Artigo 74 As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia do Banco Bonsucesso, da Administradora, do Custodiante, do Distribuidor, do INSS, das Entidades e de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.



CAPÍTULO XIV – COTAS

Registro de Títulos e Documentos
4.º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

Artigo 75 As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio, observadas as peculiaridades das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas, descritas nos artigos 80 e 81 abaixo, respectivamente, não serão resgatáveis, exceto na data prevista no respectivo Suplemento, ou por ocasião da liquidação ou término do Prazo de Vigência do Fundo, sendo também admitida a amortização das Cotas do Fundo nos termos do presente Regulamento e do respectivo Suplemento de Cotas Seniores.

Artigo 76 As Cotas do Fundo poderão ser Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas.

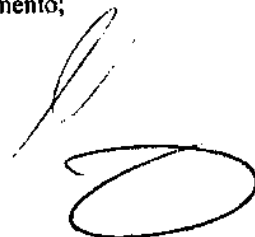
Artigo 77 As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ("Cotas Seniores"). Os critérios para distribuição dos rendimentos e a amortização das Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos Capítulos XVI e XVII abaixo.

Artigo 78 As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ("Cotas Subordinadas"). Observado o disposto no artigo 115 deste Regulamento, somente ocorrerá a amortização e/ou resgate das Cotas Subordinadas após a amortização e/ou resgate das Cotas Seniores. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas, respectivamente, nos Capítulos XVI e XVII abaixo.

Artigo 79 As Cotas serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos neste Regulamento.

Artigo 80 Cada Cota Sênior da Série "n" possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) tem prioridade em relação às Cotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão da respectiva Série;
- c) tem seu valor apurado na forma do artigo 106 do Capítulo XVI deste Regulamento;



- d) nos termos do Capítulo XXXII, os titulares das Cotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão de série de Cotas Seniores específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
- e) pode ser objeto de amortização antecipada, na hipótese de reenquadramento da Relação Mínima, da Alocação de Investimento Mínima e/ou de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, sendo que, neste caso, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Cotas Seniores em Circulação;
- f) os créditos dos titulares das Cotas Seniores contra o Patrimônio Líquido, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Cotas Seniores, nos termos deste Regulamento, são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Cotas Seniores em Circulação; e
- g) à exceção da deliberação concernente à emissão de nova Série de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas, as quais poderão ser emitidas por decisão da Administradora, observado o disposto no artigo 91 deste Regulamento, a qual poderá ser realizada independentemente de aprovação dos titulares de Cotas Seniores, tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que cada Cota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.

Artigo 81 Cada Cota Subordinada possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordina-se às Cotas Seniores para efeito de amortização ou resgate, observados os termos deste Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão de Cotas Subordinadas;
- c) tem seu valor apurado na forma do artigo 107 do Capítulo XVI deste Regulamento;
- d) pode ser objeto de amortização antecipada, na hipótese de reenquadramento da Relação Mínima, da Alocação de Investimento Mínima e/ou de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, desde que, *pro-forma* a amortização pretendida o Fundo atenda, cumulativamente,



aos limites de concentração definidos no Anexo II ao presente Regulamento, ao disposto no artigo 83 do Capítulo XIV, bem como aos índices previstos nos Artigos 154, 158 e 159;

- e) enquanto existirem Cotas Seniores em Circulação, terá o direito de aprovar, por meio de voto afirmativo tomado em separado dos demais Cotistas, no curso de Assembleia Geral convocada especialmente para este fim: (i) as matérias tratadas no artigo 109 do Capítulo XVI e nos artigos 82 e 91 dos Capítulos XIV e XV, respectivamente;
- f) enquanto existirem Cotas Seniores em Circulação, terá o direito de aprovar, em Assembleia Geral dos titulares de Cotas Subordinadas, convocada especialmente para este fim, a emissão de nova Série de Cotas Seniores, nos termos do artigo 91 do Capítulo XV abaixo.

Artigo 82 Nas hipóteses previstas nas alíneas “e” e “f” do artigo 81 acima, cada Cota Subordinada legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto, sendo expressamente excluído o direito de voto ou veto para as Cotas Subordinadas, com referência a qualquer outra matéria. Na hipótese de inexistirem Cotas Seniores em Circulação, as Cotas Subordinadas poderão votar qualquer matéria objeto de deliberação nas Assembleias Gerais.

Artigo 83 Enquanto existirem Cotas Seniores em Circulação, (i) a Relação Mínima deverá ser equivalente a, no mínimo, 128,21% (cento e vinte e oito inteiros e vinte e um centésimos por cento); (ii) a Alocação de Investimento Mínima deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento) sem prejuízo do disposto do Artigo 48; e (iii) o Índice de Liquidez referente a cada Série em Circulação deverá ser igual ou superior a 1 (um), todos apurados diariamente pelo Administrador.

Artigo 84 Após sua amortização integral, as Cotas não mais serão consideradas em Circulação para todos os efeitos legais.

Artigo 85 Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Cotas poderão ser resgatadas por meio da dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos no Capítulo XXV.

Artigo 86 O somatório do valor atualizado das Cotas Seniores em Circulação e das Cotas Subordinadas em Circulação será necessariamente equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.

Artigo 87 É expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os Cotistas titulares das Cotas de uma mesma classe, ressalvada, conforme o caso, a existência de condições de remuneração, prazos e valores para amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, distintos para cada Série, conforme definidos nos respectivos Suplementos.



CAPÍTULO XV – EMISSÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS

Artigo 88 O Fundo poderá emitir 01 (uma) classe de Cotas Seniores, em número indeterminado, as quais poderão ser divididas em Séries, observado o previsto no artigo 91 abaixo, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições, mantidas concomitantemente em Circulação, até R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) em Cotas Seniores. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e/ou das Amortizações Integrais e as condições de remuneração e resgate de cada Série de Cotas Seniores serão definidas no Suplemento da Série “n”, conforme modelo previsto no Anexo XI que, uma vez assinado pela Administradora, passa a ser parte integrante e regido pelas disposições do presente Regulamento.

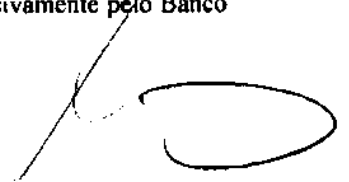
Artigo 89 O Fundo poderá emitir 01 (uma) classe de Cotas Subordinadas, em número indeterminado, em série única, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições, observado o disposto no artigo 92 abaixo, sem a necessidade de aprovação dos Cotistas titulares das Cotas Seniores em Circulação, devendo, para tanto, serem observados os termos e as condições deste Regulamento.

Artigo 90 As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma definida nos artigos 106 e 107 do Capítulo XVI, respectivamente, na data em que as respectivas contrapartidas (moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis) sejam colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos da legislação aplicável e do Contrato de Cessão.

Artigo 91 Desde que previamente aprovada, única e exclusivamente, pela maioria dos titulares de Cotas Subordinadas, em votação em separado proferida em Assembleia Geral convocada exclusivamente para este fim, fica a exclusivo critério da Administradora, a emissão, em qualquer Distribuição, de qualquer Série de Cotas Seniores, desde que, (i) computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, da respectiva Série e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o Fundo atenda, concomitantemente, ao disposto no artigo 83 acima, referente tanto à Série de Cotas Seniores em processo de subscrição e integralização quanto a todas as demais Séries em Circulação e (ii) o Suplemento referente à nova Série “n” tenha sido registrado nos termos do Capítulo IV deste Regulamento.

Artigo 92 Será admitida, a critério da Administradora, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Cotas.

Artigo 93 As Cotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Banco Bonsucesso.



Artigo 94 A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome.

Artigo 95 Não haverá quantidade mínima de Cotas a serem emitidas, observado o disposto na regulamentação em vigor.

Artigo 96 Quando de seu ingresso no Fundo, cada Cotista deverá assinar o Termo de Adesão e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (e-mail). Caberá a cada Cotista informar à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.

Artigo 97 Para cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora, quaisquer taxas ou despesas.

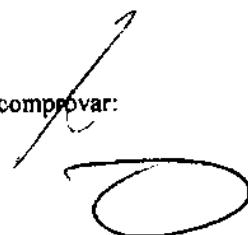
Artigo 98 Somente Investidores Qualificados, conforme definido no Artigo 4º deste Regulamento, poderão adquirir Cotas do Fundo.

Artigo 99 A subscrição de Cotas do Fundo será feita mediante a assinatura de boletim de subscrição, o qual deverá conter, obrigatoriamente, no mínimo: (i) previsão para identificação de sua numeração; (ii) espaço para a assinatura do subscritor ou adquirente; (iii) condições de integralização, subscrição ou aquisição de sobras, se for o caso; e (iv) declaração do subscritor ou adquirente de haver obtido exemplar do Prospecto.

Artigo 100 A integralização, a amortização e o resgate de Cotas Seniores do Fundo devem ser efetuados em moeda corrente nacional, na Conta Corrente do Fundo, por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou através do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP, observado que a amortização e o resgate das Cotas Seniores poderão ser efetuados, ainda, por meio de dação em pagamento de Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, nos termos do Capítulo XXV deste Regulamento.

Artigo 101 Observados os termos do Contrato de Cessão, a integralização das Cotas Subordinadas poderá ser efetuada pelo Banco Bonsucesso, em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, observados, conforme o caso, os dispositivos legais e regulamentares referentes a aplicações de Cotas em direitos creditórios.

Artigo 102 O extrato da conta de depósito emitido será o documento hábil para comprovar:



- a) a obrigação de a Administradora cumprir as disposições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e
- b) a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista.

Artigo 103 Os titulares das Cotas poderão oferecer suas Cotas em garantia de qualquer negócio jurídico e sobre elas instituir usufruto, devendo a Administradora ou o terceiro contratado para a prestação de serviço de escrituração de Cotas, em qualquer desses casos, mediante prévia comunicação escrita do respectivo Cotista, proceder ao registro do respectivo gravame, informando tal procedimento à Administradora.

Artigo 104 As Cotas deverão ter seu valor calculado pelo Custodiante, todo Dia Útil, observados os termos e as condições deste Regulamento.

Artigo 105 A Administradora não cobrará taxa de ingresso ou saída, podendo, todavia, recusar, a seu exclusivo critério, o ingresso de Cotistas ao Fundo.

CAPÍTULO XVI – VALORIZAÇÃO DAS COTAS

Artigo 106 A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado na abertura de todo Dia Útil pelo Custodiante, sendo este equivalente, conforme o caso, a um dos seguintes valores:

- (i) Na hipótese do Fundo ter Cotas Subordinadas em Circulação, ao valor apurado de acordo com a opção de remuneração da Série “n” definida no item “2” do respectivo Suplemento da Série “n”, observado o disposto no parágrafo único deste artigo 106 abaixo; ou
- (ii) exclusivamente na hipótese do valor das Cotas Subordinadas em Circulação ser igual a 0 (zero), com referência a todas as Séries de Cotas Seniores em Circulação, ao valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VCS_{nT} = \frac{(NCS_{nT} \times SVCS_{nT}) - VAI_n + PL_T \times Rat_{nT}}{NCS_{nT}}$$

VCS_{nT} valor de cada Cota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

$SVCS_{nT}$ Saldo não amortizado da Cota Sênior da Série “n”, calculado para a data

"T", sendo o valor de emissão das Cotas Sêniores da série "n" diminuído dos valores amortizados da série "n"

$$PL_T = \text{Patrimônio Líquido}_T - (\text{SSVCS}_{nT} \times \text{NCS}_{nT}),$$

sendo que, se PL_T menor que zero, então PL_T igual a zero (0)

onde: SSVCS_{nT} = somatório do saldo não amortizado das Cotas Sêniores

NCS_{nT} número de Cotas Sêniores da Série "n" em Circulação na data "T". Sendo NCS_{aT} o número de Cotas Sêniores da 1ª Série ou Série "a" em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pelo Custodiante na data de apuração do VCS_{nT} .

VAI_{nT} valor apurado para a Série "n" de Cotas Sêniores, calculado para a data "T", mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{VAI}_{nT} = \frac{[(\text{SSVCS}_{nT} \times \text{NCS}_{nT}) - \text{Patrimônio Líquido}_T] \times \text{NCS}_{nT}}{(\text{NCS}_m + \text{NCS}_b + \dots + \text{NCS}_n)}$$

sendo que se VAI_{nT} é menor ou igual a 0 (zero), então $\text{VAI}_{nT} = 0$ (zero).

Rat_{nT} significa o percentual de rateio apurado para a data "T", de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Rat}_{nT} = \frac{\text{VRE}_{nT} \times \text{NCS}_{nT}}{(\text{VRE}_{aT} \times \text{NCS}_{aT}) + (\text{VRE}_{bT} \times \text{NCS}_{bT}) + \dots + (\text{VRE}_{zT} \times \text{NCS}_{zT})},$$

onde

VRE_{nT} valor que excede ao valor nominal de cada Cota Sênior da Série "n", na data "T", apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$\text{VRE}_{nT} = \text{VCSDI}_{nT} - \text{SVCS}_{nT} \text{ sendo que:}$$

VCSDI_{nT} é o valor de cada Cota Sênior da Série "n", para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas neste Regulamento, calculado para a data "T", apurado na forma das alíneas "a", "b" ou "c" do parágrafo único abaixo, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "n".

Parágrafo Único Observado o disposto no item (i) deste artigo 106, cada Série de Cotas Seniores poderá ser remunerada por 1 (uma) das 3 (três) opções de remuneração previstas nas alíneas “a”, “b” ou “c” deste parágrafo único. Neste sentido, constará no item “2” do Suplemento da Série “n” o critério de remuneração aplicável a cada Série de Cotas Seniores. As opções de remuneração das Cotas Seniores, no curso do Programa de Securitização, são as seguintes:

Após a 1ª (primeira) Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo Dia Útil pelo Custodiante, de acordo com a seguinte expressão:

$$a) \quad VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{\text{Sobretaxa } n}{100} \right) + 1 \right\},$$

$$b) \quad VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{\text{Spread } n}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}, \text{ ou}$$

$$c) \quad VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left(\frac{\text{Taxa Pré}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}}, \text{ onde:}$$

$VCSn_T$ valor de cada Cota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.

$VCSn_{T-1}$ valor de cada Cota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T” de acordo com a respectiva opção prevista neste parágrafo único do artigo 106. No caso de o cálculo ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª (primeira) Data de Emissão, $VCSn_{T-1}$ é igual a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).



DI_{T-1} Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 Dias Úteis) ("Taxa DI"), referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se Taxa DI over do Dia Útil anterior for 16,50%, então $DI_{T-1} = 16,50$.

Sobretaxa_n percentual aplicado sobre a Taxa DI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Seniores da Série "n" ser apurado na forma da alínea "a" acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "n". Exemplo: Se a Sobretaxa definida no Suplemento for 110%, então $Sobretaxa_n = 110$.

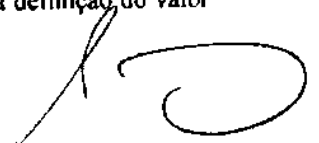
Spread_n *spread*, na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Seniores da Série "n" ser apurado na forma da alínea "b" acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "n". Exemplo: Se *spread* 3,50% ao ano, então $spread_n = 3,5$.

Taxa Pré_n percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Seniores da Série "n" ser apurado na forma da alínea "c" acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "n". Exemplo: Se a *Taxa Pré* definida no Suplemento for 20% ao ano, então $Taxa Pré_n = 20$.

Artigo 107 A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Cotas Subordinadas, o valor unitário de cada Cota Subordinada, apurado todo Dia Útil pelo Custodiante, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado de todas Cotas Seniores em Circulação, apurado na forma do artigo 106 acima, dividido pelo número de Cotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração.

Artigo 108 Quando da definição do valor das Cotas Seniores, nos termos deste Capítulo, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista neste Regulamento, será aplicada a última Taxa DI que estiver disponível naquela data. Nesse caso, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover os competentes ajustes no valor das Cotas na data de divulgação da Taxa DI que seria aplicável.

Artigo 109 Na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Na hipótese de inexistência do parâmetro acima referido, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que seja deliberado, pelos titulares das Cotas Seniores, o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor



das Cotas Seniores. Nos termos da alínea “e” do artigo 81 do Capítulo XIV acima, a maioria dos titulares de Cotas Subordinadas terá o direito de votar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembleia Geral, por meio de deliberação alcançada em votação em separado, podendo, nesta ocasião, apresentar um índice ou critério alternativo de precificação.

Artigo 110 Os critérios de determinação do valor das Cotas Seniores, definidos no artigo 106 acima, têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Banco Bonsucesso, do Custodiante, do Distribuidor, de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Cotas, atualizado de acordo com o parâmetro acima referido, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para a respectiva Série.

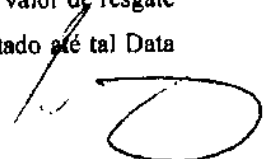
CAPÍTULO XVII – AMORTIZAÇÃO DE COTAS

Artigo 111 Cada Cota Sênior poderá ser objeto de 1 (uma) ou mais amortizações programadas, parciais ou totais (“Amortizações Programadas”), nas Datas de Amortização definidas no Suplemento da Série “n”. Caso não seja prevista no Suplemento da Série “n” a existência de Amortizações Programadas, as Cotas Seniores da Série “n” deverão ser integralmente amortizadas na Data de Amortização definida no Suplemento da Série “n” (“Amortização Integral”). O Fundo não poderá emitir Cotas Seniores com Data de Amortização posterior ao Prazo de Vigência.

Artigo 112 Administradora deverá manter Reserva de Amortização, por conta e ordem do Fundo, desde a 1ª Data de Emissão até a última Data de Amortização, onde deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo, Outros Ativos que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional. A Reserva de Amortização destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações e de resgate de cada Série de Cotas Seniores.

Parágrafo Primeiro - A Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Outros Ativos na Reserva de Amortização, observando que:

- a) até o 80º (octogésimo) dia anterior a cada Data de Amortização de cada Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data



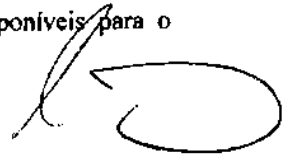
de Amortização, deverá ser equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do somatório do valor total da parcela das Cotas Seniores a serem amortizadas na respectiva Data de Amortização;

- b) até o 60º (sexagésimo) dia anterior a cada Data de Amortização de cada Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 60% (sessenta por cento) do somatório do valor total da parcela das Cotas Seniores a serem amortizadas na respectiva Data de Amortização; e
- c) até o 20º (vigésimo) dia anterior a cada Data de Amortização de cada Série, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até tal Data de Amortização, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do somatório do valor total da parcela das Cotas Seniores a serem amortizadas na respectiva Data de Amortização.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de a Reserva de Amortização deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no Parágrafo Primeiro acima, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Amortização. A Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao somatório do valor total da parcela das Cotas Seniores a serem amortizadas na respectiva Data de Amortização.

Parágrafo Terceiro – Sem prejuízo do disposto nos Parágrafos Primeiro e Segundo acima, a partir do 20º (vigésimo) Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização, a Administradora, deverá dar início aos seguintes procedimentos:

- a) interromper a aquisição de Direitos Creditórios do Banco Bonsucesso e de Outros Ativos e resgatar e/ou alienar os Outros Ativos, inclusive aqueles utilizados na formação da Reserva de Caixa, adotando as medidas prudenciais necessárias de forma que o resgate ou alienação destes ativos não afete sua rentabilidade, até que o somatório dos recursos arrecadados seja suficiente para o pagamento da próxima Amortização Programada; e
- b) caso o somatório dos valores arrecadados nos termos da alínea “a” acima não seja suficiente para o pagamento integral da próxima Amortização Programada e desde que os valores arrecadados sejam equivalentes a, no mínimo, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (“Montante Mínimo”), a Administradora deverá destinar os recursos disponíveis para o



pagamento parcial da respectiva Amortização Programada, em sua Data de Amortização, efetuando, nos dias subseqüentes e sem solução de continuidade, novos pagamentos a título de complemento da amortização parcial efetuada, até que o somatório dos valores pagos seja equivalente ao valor integral da respectiva Amortização Programada, devidamente atualizada.

Parágrafo Quarto Caso não haja recursos suficientes para pagamento integral aos Cotistas da respectiva Amortização Programada, os valores disponíveis, nos termos da alínea "b" deste artigo, deverão ser rateados entre os Cotistas na proporção dos valores a estes devidos.

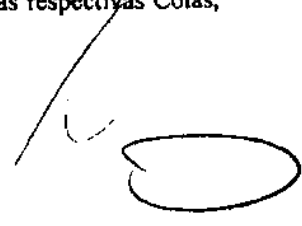
Artigo 113 A partir do 5º (quinto) Dia Útil seguinte a cada Data de Amortização das Cotas Seniores ("Data de Amortização de Cotas Subordinadas"), o Fundo deverá promover a amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Cota Subordinada em Circulação, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no artigo 112 acima, desde que considerada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, cumulativamente, aos limites de concentração definidos no Anexo II ao presente Regulamento, ao disposto no artigo 83 do Capítulo XIV, bem como aos índices previstos nos Artigos 154, 158 e 159 e à Reserva de Caixa ("Amortização Programada de Cotas Subordinadas"). A primeira Data de Amortização de Cotas Subordinadas deverá coincidir com a 3ª (terceira) Data de Verificação.

Artigo 114 Os titulares de Cotas Subordinadas em Circulação poderão outrossim solicitar à Administradora, por escrito, até o 2º (segundo) Dia Útil imediatamente anterior à cada Data de Amortização de Cotas Subordinadas, que o Fundo não realize a referida amortização. Neste caso, cada Cotista, quando do envio da comunicação acima referida, deverá indicar à Administradora o valor da Amortização Programada de Cotas Subordinadas que ele deseja receber.

Parágrafo Único Na hipótese do *caput* deste artigo 114, o Fundo somente poderá promover nova Amortização Programada de Cotas Subordinadas na próxima Data de Amortização de Cotas Subordinadas.

Artigo 115 A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente os procedimentos referidos no artigo 113 e seguintes deste Capítulo XVII, caso entenda que os mesmos possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares das Cotas Seniores.

Artigo 116 Os titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização antecipada ou do resgate de suas respectivas Cotas, em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.



Artigo 117 O Fundo poderá reiniciar os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis do Banco Bonsucesso quando este contar com a totalidade dos recursos, em moeda corrente nacional, necessários à efetivação da amortização de Cotas Seniores na respectiva Data de Amortização e quando, após o pagamento da respectiva amortização, o Fundo atender, cumulativamente, aos índices definidos no artigo 83 do Capítulo XIV e à Reserva de Caixa.

CAPÍTULO XVIII – PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS COTISTAS

Artigo 118 O Fundo efetuará o pagamento da amortização de Cotas por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizados pelo BACEN ou, conforme o caso, por meio dos procedimentos de dação referidos no Capítulo XXV.

Artigo 119 A Administradora efetuará o pagamento dos valores devidos aos Cotistas, observados os registros de titularidade de Cotas mantidos pela Administradora no Dia Útil imediatamente anterior à data da realização da amortização ou do resgate de Cotas.

Artigo 120 No curso ordinário do Programa de Securitização, inclusive na hipótese prevista no Capítulo XXII, as verbas pagas aos titulares das Cotas Seniores, a título de amortização ou resgate de suas Cotas, deverão ser imputadas, sem solução de continuidade, no pagamento dos rendimentos auferidos e/ou na amortização ou resgate de seu valor unitário na forma que for estipulada no Suplemento da respectiva Série.

Artigo 121 Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, as verbas pagas aos titulares das Cotas Seniores, a título de amortização ou resgate de suas Cotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, na amortização ou resgate de seu valor unitário definido para a 1ª (primeira) Data de Emissão da respectiva Série e, posteriormente, no pagamento dos rendimentos auferidos por cada Série. Os procedimentos aqui referidos somente serão descontinuados após o pagamento integral dos respectivos valores de amortização ou resgate das Cotas Seniores e, conforme o caso, das Cotas Subordinadas ou quando da exaustão do Patrimônio Líquido do Fundo.

CAPÍTULO XIX – REGISTRO E NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

Artigo 122 As Cotas Seniores deverão ser registradas para distribuição no mercado primário no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP, e para negociação no mercado secundário, no SF - Módulo de Fundos, também operacionalizado pela CETIP. Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Cotas.



Artigo 123 Caberá à Administradora, no caso de negociação primária, e aos eventuais intermediários, no caso de negociação das Cotas no mercado secundário, assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas, observado que os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas.

CAPÍTULO XX – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 124 Observado o disposto no artigo 126 abaixo, os ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados contabilmente e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, quando houver, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo BACEN e pela CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Artigo 125 Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Artigo 126 O Custodiante constituirá, a partir da data de aquisição dos Direitos de Crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme posteriormente alterada. Consiste o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa na reserva mensal de valores correspondentes a um percentual do Direito de Crédito conforme o nível de risco adotado, observado que referido nível de risco variará de acordo com critérios previstos na referida regulamentação.

Os níveis de risco, provisão e faixas de atraso observarão os seguintes critérios, de acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme posteriormente alterada, sendo que os Direitos de Crédito serão provisionados na data de aquisição pelo Fundo em valor correspondente a 0,5% (meio por cento).

Nível de risco	Dias de atraso	% de provisão
AA	0	0,5
A	Até 14	0,5
B	15 a 30	1,0
C	31 a 60	3,0
D	61 a 90	10,0
E	91 a 120	30,0
F	121 a 150	50,0
G	151 a 180	70,0
H	Acima de 180	100,0

Os Direitos de Crédito Inadimplidos classificados como de risco nível H serão transferidos para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos 6 (seis) meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior, permanecendo registrados em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e enquanto não esgotados os procedimentos de cobrança;

Artigo 127 É obrigatória ao Custodiante a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

CAPÍTULO XXI – ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 128 Observados os respectivos *quorums* de instalação e de deliberação definidos neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar qualquer dispositivo deste Regulamento;
- c) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo;
- d) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, em razão da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou qualquer Evento de Amortização Antecipada, incluindo a eventual liquidação antecipada do Fundo;
- e) deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições deste Regulamento;
- f) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco e/ou da Empresa de Auditoria;
- g) deliberar sobre a nomeação de representante dos Cotistas, se houver; e



h) deliberar sobre a alteração dos Documentos do Fundo.

Artigo 129 O Regulamento e os Documentos do Fundo poderão ser alterados, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer, exclusivamente, da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares. Tal fato deverá ser divulgado aos Cotistas e ao Custodiante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da data de realização da alteração, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.

Artigo 130 A primeira e a segunda convocação da Assembleia Geral far-se-á, concomitantemente, por meio de anúncio publicado no Periódico ou por meio de e-mail enviado ao Cotista ou seu representante, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar a disponibilidade das informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Cotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

Artigo 131 A Assembleia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou por Cotistas titulares de Cotas que representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de Cotas em Circulação. A Administradora ou Cotistas que representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas em Circulação de qualquer classe de Cotas poderão convocar, para participar de Assembleia Geral, representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.

Artigo 132 Salvo se outro prazo não for estabelecido neste Regulamento, a Assembleia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias e máximo de 12 (doze) dias, contado de sua convocação, e, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias e máximo de 8 (oito) dias contado da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação, tudo nos termos do artigo 131 anterior.

Parágrafo Único A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Cotistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Cotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de pelo menos 1 (um) Cotista.

Artigo 133 Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Artigo 134 A Assembleia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede, salvo motivo de força maior. Quando houver de ser realizada em outro local, os avisos de convocação



indicarão, com clareza, o lugar do conclave, que em nenhum caso poderá realizar-se ~~antes do conclave~~ da Administradora.

Artigo 135 Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Cotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Cotas presentes à Assembleia Geral que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação, salvo se outro quorum de deliberação for exigido por este Regulamento.

Artigo 136 Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Cotas Seniores de titularidade, direta ou indireta, do Banco Bonsucesso, assim como por seus funcionários e administradores.

Artigo 137 Os titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas, independentemente de possuírem direito de voto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das instituições responsáveis pela distribuição das Cotas, poderão comparecer a todas as Assembleias Gerais.

Artigo 138 Poderão comparecer à Assembleia Geral, além dos Cotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos a menos de um ano.

Artigo 139 As deliberações tomadas pelos Cotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembleia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido, devendo ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da realização da Assembleia Geral em que tenha sido deliberada a matéria.

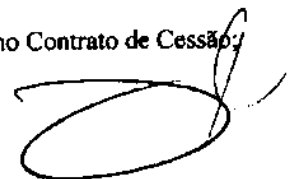
Artigo 140 A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356.

CAPÍTULO XXII – EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA

Artigo 141 São considerados eventos de avaliação ("Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:



- a) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das Amortizações Integrais e/ou Amortizações Programadas relativas a qualquer Série, nas respectivas Datas de Amortização;
- b) inobservância pelo Custodiante e/ou pelo Banco Bonsucesso, conforme o caso, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão ou em qualquer Convênio do qual façam parte, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que, notificado pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis, contado do recebimento da referida notificação;
- c) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série em 2 (dois) ou mais sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência Classificadora de Risco;
- d) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento, que possa causar o desenquadramento do Fundo ao disposto no artigo 83 do Capítulo XIV;
- e) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- f) caso o valor dos recursos segregados na Reserva de Caixa não atenda ao disposto no artigo 181 do Capítulo XXX em cada Data de Verificação e o Fundo não se encontre no curso dos procedimentos definidos no artigo 112 do Capítulo XVII, sendo que o Evento de Avaliação poderá ser declarado pela Administradora caso a Reserva de Caixa não esteja reenquadrada aos parâmetros definidos neste Regulamento até o 10º Dia Útil imediatamente posterior à próxima Data de Verificação;
- g) desenquadramento do Índice de Liquidez, do Índice de Atraso, do Índice de Perda Acumulada, do Índice de Pré-Pagamento, do Índice de Recompra ou do Índice de Excesso de *Spread*;
- h) caso qualquer Convênio seja, por qualquer motivo, modificado, rescindido, não renovado ou suspenso e tal fato possa, a critério dos titulares da maioria das Cotas Seniores em circulação, comprometer negativamente a boa ordem financeira, legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- i) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão;



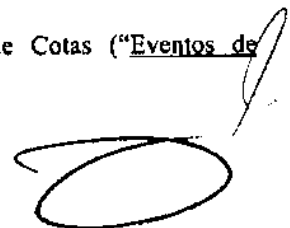
- j) caso o Fundo deixe de atender a Reserva de Amortização e tal evento não seja sanado em até 05 (cinco) Dias Úteis; ou
- k) caso o Fundo deixe de manter, no mínimo, 70% (setenta por cento) de sua carteira de Direitos Creditórios alocado em Direitos Creditórios INSS e/ou Direitos Creditórios Consignados referentes a Entidades perfiladas na Lista de Convênios Federais, por duas Datas de Verificação consecutivas ou 3 Datas de Verificação alternadas dentro de um período de 6 meses.

Artigo 142 Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento pela amortização de Cotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. No Dia Útil subsequente, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral, a se realizar no prazo de até 20 (vinte) dias de sua convocação, para que seja avaliado o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Caso os titulares da maioria das Cotas Seniores em Circulação, observado o disposto no artigo 136 do Capítulo XXI, decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 143 abaixo, excluindo a convocação de nova Assembleia Geral. Os titulares das Cotas Seniores, reunidos na Assembleia Geral, referida neste artigo, convocada para avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, deverão deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate integral das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

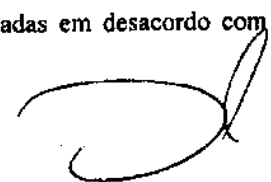
Artigo 143 Na hipótese de os Cotistas reunidos em Assembleia Geral, convocada na forma do artigo 142 anterior, deliberarem e aprovarem a liquidação do Fundo, observado o *quorum* de deliberação definido no artigo 135 do Capítulo XXI, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover a amortização antecipada das Cotas Seniores, proporcional, inteiro ou fracionado, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do artigo 106 do Capítulo XVI, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXX.

Artigo 144 Caso o Evento de Avaliação não dê causa à declaração de um Evento de Amortização Antecipada, após a conclusão de eventuais ajustes aos Documentos do Fundo, aprovados nos termos da alínea "h" do artigo 128 do Capítulo XXI, o Fundo deverá dar prosseguimento às rotinas ordinárias do Programa de Securitização, definidas nos Documentos do Fundo, incluindo a amortização de Cotas.

Artigo 145 São considerados eventos de amortização antecipada de Cotas ("Eventos de Amortização Antecipada"), quaisquer das seguintes ocorrências:



- a) resilição do Contrato de Cessão por qualquer das partes, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição;
- b) renúncia do Custodiante com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento;
- c) renúncia da Administradora com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento;
- d) caso os Cotistas não consigam, por 2 (duas) Assembleias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de precificação para as Cotas Seniores, nos termos do artigo 109 do Capítulo XVI;
- e) caso o Fundo deixe de atender à Relação Mínima e/ou à Alocação de Investimento Mínima e (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenham sido iniciados e concluídos os procedimentos de reenquadramento definidos no Capítulo XXIII deste Regulamento, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da data de envio pela Administradora ao Banco Bonsucesso do Aviso de Desenquadramento;
- f) caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez com referência a qualquer Série em Circulação em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data de apuração do Índice de Liquidez;
- g) caso o Fundo não conclua a Amortização Antecipada no prazo definido no artigo 164 do Capítulo XXV;
- h) caso o Banco Bonsucesso deixe de comunicar à Administradora e/ou ao Custodiante a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação que tenha tomado conhecimento e que se origine de fato decorrente de responsabilidade do Banco Bonsucesso;
- i) caso o Banco Bonsucesso deixe de responder o Aviso de Desenquadramento e/ou de enviar o *Layout* ao Custodiante, nos termos do artigo 153 do Capítulo XXIII abaixo;
- j) caso o Banco Bonsucesso decida interromper definitivamente os procedimentos de cessão de Direitos Creditórios, conforme previsto na alínea "c" do artigo 154 do Capítulo XXIII;
- k) caso seja efetuado pagamento aos titulares de Cotas Subordinadas em desacordo com as regras e com os limites definidos neste Regulamento;

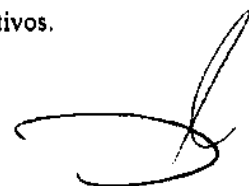


- l) caso os recursos necessários à realização dos procedimentos definidos no Capítulo XXXII não sejam tempestivamente colocados à disposição do Fundo, nos termos ali previstos;
- m) caso, no curso dos procedimentos previstos no Capítulo VII, não tenha sido escolhida pelos Cotistas uma nova instituição administradora para o Fundo;
- n) caso, no curso dos procedimentos previstos no artigo 42 do Capítulo IX, não tenha sido escolhido pelos Cotistas um novo custodiante para o Fundo;
- o) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada; ou
- p) a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento Contratual, conforme definidos no Contrato de Cessão.

Artigo 146 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) comunicar os Cotistas, (ii) suspender imediatamente o pagamento pela amortização de Cotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e (iii) dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Cotas Seniores do Fundo definidos no artigo 147 abaixo. A Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que os titulares das Cotas Seniores deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Artigo 147 Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora, a seu exclusivo critério, de forma a preservar os direitos, garantias e interesses dos titulares das Cotas Seniores, poderá, antes da realização da Assembleia Geral referida no artigo 146 acima, dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Cotas Seniores. No curso dos procedimentos de amortização antecipada aqui previstos, as Cotas Seniores deverão ser compulsoriamente amortizadas, total ou parcialmente, concomitantemente e em igualdade de condições, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no artigo 143 deste Capítulo e a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXX.

Artigo 148 Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá aplicar e manter as disponibilidades do Fundo em Outros Ativos.



**CAPÍTULO XXIII – ÍNDICES DE PERFORMANCE E REENQUADRAMENTO DA RELAÇÃO MÍNIMA,
ALOCÇÃO DE INVESTIMENTO MÍNIMA E ÍNDICE DE LIQUIDEZ**

Artigo 149 O Índice de Liquidez dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Liquidez} = \frac{\text{Outros Ativos} + \left(\frac{DC}{1,282}\right)}{VA}$$

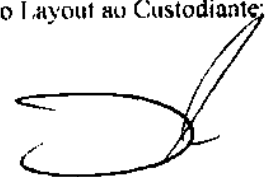
DC Corresponde ao valor atribuído ao somatório dos Direitos Creditórios referentes a Contratos de Mútuos Adimplentes integrantes da carteira do Fundo, devidamente atualizados, que tenham vencimento até o 2º (segundo) Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização de Cotas Seniores a que se refere o cálculo do Índice de Liquidez.

VA Corresponde ao somatório do valor de amortização de todas as Séries de Cotas Seniores em circulação, nas respectivas Datas de Amortização, cujas datas de vencimento ocorram, inclusive, até a Data de Amortização de Cotas Seniores a que se refere o cálculo do Índice de Liquidez.

Parágrafo Único Será sempre calculado o Índice de Liquidez para cada uma das Datas de Amortização Programadas.

Artigo 150 A Administradora deverá enviar ao Banco Bonsucesso, por meio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Alocção de Investimento Mínima prevista no artigo 48 do Capítulo X, à Relação Mínima e/ou se o número apurado do Índice de Liquidez for menor que 1 (um), observado o disposto no artigo 83 do Capítulo XIV, Aviso de Desenquadramento, o qual deverá ser respondido pelo Banco Bonsucesso à Administradora impreterivelmente até o 2º (segundo) Dia Útil subsequente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, o Banco Bonsucesso deverá, a seu exclusivo critério, informar à Administradora:

- a) se a competente integralização de Cotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis, observado o disposto no Contrato de Cessão, devendo, conforme o caso, enviar, concomitantemente, novo Layout ao Custodiante;



- b) sua intenção em reenquadrar o Fundo aos parâmetros definidos no Regulamento para a Relação Mínima e/ou a Alocação de Investimento Mínima, por meio da Amortização Não Programada de Cotas Seniores em Circulação, observados os procedimentos e limites definidos no Capítulo XXIV abaixo. Quando do envio de sua resposta ao Aviso de Desenquadramento, o Banco Bonsucesso deverá indicar o valor da Amortização Não Programada, a ser implementada pela Administradora no curso dos procedimentos definidos no Capítulo XXIV, e o novo valor do Patrimônio Líquido em que o Banco Bonsucesso reenquadrará o Fundo aos parâmetros definidos no artigo 83 do Capítulo XIV; ou
- c) sua intenção em interromper definitivamente os procedimentos de cessão previstos no Contrato de Cessão.

Artigo 151 Na hipótese da alínea “a” do artigo 150 acima, a integralização das Cotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, de forma que, considerada, *pro forma*, a integralização pretendida, o Fundo atenda, cumulativamente, aos limites de concentração definidos no Anexo II ao presente Regulamento, ao disposto no artigo 83 do Capítulo XIV, bem como aos índices previstos nos Artigos 154, 158 e 159.

Artigo 152 Na hipótese da alínea “b” do artigo 150 acima, a Administradora dará início aos procedimentos estabelecidos no Capítulo XXIV, com vista à Amortização Não Programada.

Artigo 153 Caso o Banco Bonsucesso deixe de responder o Aviso de Desenquadramento, não envie o Layout ao Custodiante nos termos da alínea “a” do artigo 150 supra, e/ou, na hipótese da alínea “c” do artigo 150, serão iniciados os procedimentos definidos nos artigos 146 e seguintes do Capítulo XXII acima.

Artigo 154 O Índice de Atraso utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Atraso}_{F,D} = \frac{PNP_{F,D}}{PT_D}$$

PT_D: Somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes do Fundo na data referencial de cálculo, sendo Direitos Creditórios a vencer e vencidos e não pagos por até 180 (cento e oitenta) dias, exclui-se o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos aos Contratos de Mútuo, integralmente provisionados, nos termos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, integrantes da carteira do Fundo.



PNP_{F,D}: Somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo, que contenham, na respectiva data referencial de cálculo, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior a D, vencido e não pago conforme a respectiva faixa de atraso F.

D: Data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro dia útil de cada mês.

F: Faixa de dias de atraso. As faixas de atraso F variam no seguinte conjunto:

F30: Faixa de atraso acima de 30 dias (Segundo a resolução Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, somatório dos Contratos de Mútuo provisionados nas faixas de atraso C, D, E, F, e G);

F60: Faixa de atraso acima de 60 dias (Segundo a Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, somatório dos Contratos de Mútuo provisionados nas faixas de atraso D, E, F e G);

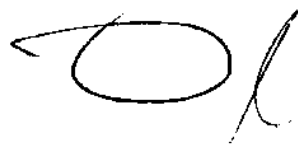
F90: Faixa de atraso acima de 90 dias (Segundo a Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, somatório dos Contratos de Mútuo provisionados nas faixas de atraso E, F e G);

F120: Faixa de atraso acima de 120 dias (Segundo a Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, somatório dos Contratos de Mútuo provisionados nas faixas de atraso F e G);

Atraso_{F,D}: Índice de Atraso calculado para a faixa de atraso F na data D.

Parágrafo Único Haverá desenquadramento do Índice de Atraso nos seguintes casos:

- a) caso a Administradora verifique que o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30 representa percentual superior a 20% (vinte por cento);
- b) caso a Administradora verifique que o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60 representa percentual superior a 15% (quinze por cento);
- c) caso a Administradora verifique que o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90 representa percentual superior a 10% (dez por cento); e



Definición de la Investigación

Artigo 155 O Índice de Perda Acumulada utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos

$$Perda_D = \frac{PA_D}{P_D}$$

P_D: Somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo.

PA_D: Somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo que contenham, na respectiva data referencial de cálculo, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior a D, vencido e não pago por prazo superior a 180 dias, incluindo aqueles Direitos Creditórios passíveis de baixa e os Contratos de Mutuo cedidos pelo Fundo a um 3º (terceiro), que possuíam um Direito Creditório em atraso acima de 180 dias.

D: Data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro dia útil de cada mês.


Perda p_t : Índice de Perda Acumulada calculado na data D.

P_D: Somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo.

PA_D: Somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo que contenham, na respectiva data referencial de cálculo, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior a D, vencido e não pago por prazo superior a 180 dias, incluindo aqueles Direitos Creditórios passíveis de baixa e os Contratos de Mutuo cedidos pelo Fundo a um 3º (terceiro), que possuíam um Direito Creditório em atraso acima de 180 dias.

D: Data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro dia útil de cada mês.

Perda_D: Índice de Perda Acumulada calculado na data *D*.



Parágrafo Único Haverá desenquadramento caso a Administradora verifique que a Perda Acumulada representa percentual superior a 4% (quatro por cento).

Artigo 156 O Índice de Pré-pagamento utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PPMT_D = \frac{PP_D}{P_D}$$

P_D : Somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo.

PP_D : Somatório do valor de recursos pagos pelos tomadores sobre os Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mutuo a título de liquidação antecipada da totalidade do respectivo Contrato de Mútuo, desde a primeira cessão realizada pelo Fundo e até a data referencial de cálculo.

D : Data referencial de cálculo, correspondente a cinco dias úteis antes da Data de Verificação.

$PPMT_D$: Índice de Pré-pagamento acumulado calculado na data D .


Parágrafo Único Haverá desenquadramento caso a Administradora verifique que o Índice de Pré-pagamento representa percentual superior a 40% (quarenta por cento).

Artigo 157 O Índice de Recompra, a ser utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$REcompra_D = \frac{CM_D}{P_D}$$

P_D : Somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo.

CM_D : Somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos



de Mútuo cedidos a um terceiro, desde o início do fundo, que continham, no momento da recompra, qualquer Direito Creditório vencido e não pago na faixa de atraso de 1(um) a 180 (cento e oitenta) dias.

D: Data referencial de cálculo, correspondente a cinco dias úteis antes da Data de Verificação.

REcompra_D: Índice de Recompra acumulada calculada na data D.

Parágrafo Único Haverá desenquadramento caso a Administradora verifique que o Índice de Recompra representa percentual superior a 5% (cinco por cento).

Artigo 158 O Índice de Excesso de *Spread* utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Es_D = \left\{ \left[1 + \frac{RDC_D + ROA_D - RQS_D - D_D}{DC_D + OA_D} \right]^{12} - 1 \right\} \times 100$$

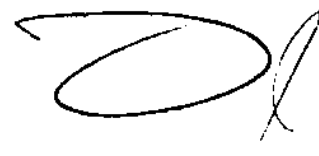
RDC_D: Somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Direitos Creditórios adimplentes pertencentes ao Fundo apropriados no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo.

ROA_D: Somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Outros Ativos pertencentes ao Fundo, apropriados no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo.

RQS_D: Somatório do valor contábil da remuneração das Cotas Seniores em circulação apropriada no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo.

D_D: Somatório do valor contábil das despesas incorridas pelo Fundo no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo, excluindo-se a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD).

DC_D: Somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios adimplentes pertencentes ao Fundo na data referencial de cálculo.



OA_D: Somatório do valor contábil dos Outros Ativos pertencentes ao Fundo na data referencial de cálculo.

D: Data referencial de cálculo, correspondente ao último dia útil de cada mês.

Parágrafo Único Haverá desenquadramento caso a Administradora verifique que o Índice de Excesso de *Spread* representa percentual inferior a 3% a.a. (três por cento ao ano).

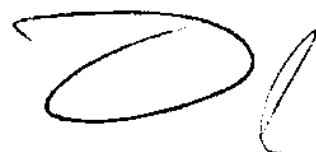
Artigo 159 O Índice de Liquidez, o Índice de Atrazo, o Índice de Perda Acumulada, o Índice de Pré-pagamento, o Índice de Recompra, e o Índice de Excesso de *Spread* deverão ser calculados pela Instituição Administradora no mesmo dia da Data de Verificação, com base nos parâmetros tempestivamente disponibilizados pelo Custodiante.

CAPÍTULO XXIV – AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA PARA FINS DE REENQUADRAMENTO DE ÍNDICES

Artigo 160 Para o reenquadramento da Relação Mínima e/ou da Alocação de Investimento Mínima, a Administradora procederá, a seu exclusivo critério, independentemente de realização de Assembleia Geral, à amortização antecipada, total ou parcial, de todas as Séries de Cotas Seniores em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições, por seu valor atualizado nos termos do artigo 106 do Capítulo XVI, de forma que, computada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, no prazo de 10 (dez) dias contado do recebimento, pelo Banco Bonsucesso, da Administradora, do Aviso de Desenquadramento, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no artigo 83 do Capítulo XIV (“Amortização Não Programada”).

Artigo 161 O Banco Bonsucesso poderá notificar a Administradora acerca de sua pretensão, temporária, de não mais ceder Direitos Creditórios ao Fundo até que esse reduza seu patrimônio líquido ao patamar indicado na respectiva notificação, hipótese em que deverão ser observados os procedimentos definidos no artigo 161 anterior.

Artigo 162 Quando da realização da amortização compulsória acima referida, deverão ser prioritariamente amortizadas Cotas Subordinadas e, caso a referida amortização não seja suficiente para reenquadrar o Fundo à Alocação de Investimento Mínima, a Administradora promoverá a Amortização Não Programada de todas as Séries Cotas Seniores em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições, sempre observados os limites definidos no artigo 163 abaixo.



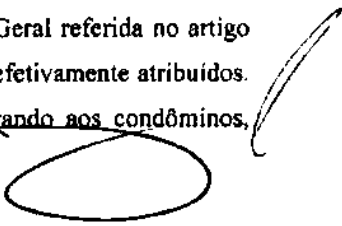
Artigo 163 Quando da realização de Amortização Não Programada e amortizações de Cotas Subordinadas ao amparo deste Capítulo, deverão ser observados pela Administradora, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no artigo 146 do Capítulo XXII acima. Neste caso, os titulares das Cotas Seniores farão jus ao pagamento de um prêmio incidente linearmente sobre o valor da respectiva amortização antecipada. O valor do prêmio será decrescente de 0,5% (cinco décimos por cento) a 0% (zero por cento), sendo calculado pelo Administrador observado o critério *pro rata temporis*, tendo como termo inicial a primeira Data de Emissão e como termo final a última Data de Amortização da respectiva Série. A Administradora deverá informar imediatamente aos representantes de cada um dos titulares das Cotas, indicados nos termos do artigo 96 do Capítulo XV, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ocorrência e a natureza do evento, o valor total da amortização e do prêmio a serem pagos a cada Cotista.

CAPÍTULO XXV – PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

Artigo 164 Para efeito do disposto no inciso VI, aliena “c” do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado antecipadamente caso existam Cotas em Circulação após a data de vencimento do Direito Creditório de titularidade do Fundo cuja data de vencimento seja mais distante, no prazo de até 1 (um) ano contado da deliberação dos Cotistas Seniores referida no artigo 143 do Capítulo XXII. Neste caso, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate das Séries de Cotas Seniores em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Cota Sênior apurado, *pro forma*, observado o disposto no artigo 106 do Capítulo XVI (“Valor Referencial”). Após a conclusão do resgate das Cotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate das Cotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver.

Artigo 165 Antes da realização dos procedimentos descritos no artigo 164 acima, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos titulares de Cotas, de um administrador para o condomínio civil referido no artigo 166 abaixo.

Artigo 166 Para fins do disposto no artigo 165 deste Capítulo, os Direitos Creditórios dados em dação em pagamento pelo Fundo aos titulares de Cotas Seniores e, conforme o caso, aos titulares das Cotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembleia Geral referida no artigo 165 acima. O quinhão de cada Cotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos,



originalmente titulares das Cotas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

Artigo 167 O Custodiante, por meio de seu Agente contratado para prestação de serviço de custódia física fará a guarda dos documentos comprobatórios, relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 15 (quinze) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado este prazo ou caso os titulares das Cotas Seniores, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido do artigo 166 acima e/ou a eleger o seu administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos documentos comprobatórios, na forma do Artigo 334 do Código Civil brasileiro.

Artigo 168 Antes da implementação dos procedimentos de dação referidos no artigo 164 acima, o Banco Bonsucesso terá a opção de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pelo Valor Referencial, conforme definido no artigo 164 acima, acrescido de todos os custos e despesas necessários à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades. O Banco Bonsucesso poderá exercer a opção de compra acima referida no prazo decadencial de 10 (dez) Dias Úteis, contado do recebimento de comunicação, enviada pela Administradora, informando o Banco Bonsucesso do respectivo evento. Na hipótese de o Banco Bonsucesso optar por não exercer a opção de compra aqui referida, a Administradora iniciará os procedimentos referidos no artigo 165 acima.

Artigo 169 Os pagamentos de valores aos antigos Cotistas nos termos deste Capítulo deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXX.

CAPÍTULO XXVI – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 170 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no COSIF.

Artigo 171 O Fundo será auditado anualmente pela Empresa de Auditoria. Deverá necessariamente constar de cada relatório de auditoria e das respectivas notas explicativas descrição pormenorizada:



- a) apresentando o comportamento e perfil de adimplência da carteira de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- b) referente ao cumprimento pela Administradora, no respectivo exercício social, dos termos e condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
- c) referente ao cumprimento pelo Banco Bonsucesso, dos procedimentos definidos nas Políticas de Concessão de Crédito, nas Políticas de Cobrança e das declarações prestadas pelo Banco Bonsucesso no Contrato de Cessão; e
- d) análise dos demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do artigo 17 do Capítulo V.

CAPÍTULO XXVII – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

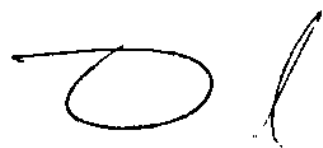
Artigo 172 O Patrimônio Líquido corresponderá à soma algébrica do disponível com o valor dos ativos integrantes da carteira mais os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas e encargos do Fundo e provisões.

Artigo 173 Devem ser considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido, os dispêndios efetivamente incorridos a título de pagamento de emolumentos de operações realizadas pelo Fundo.

CAPÍTULO XXVIII – PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 174 A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada, nos termos dos artigos 141 e 145, respectivamente, do Capítulo XXII deste Regulamento, de modo a garantir a todos os Cotistas, acesso a tais informações.

Artigo 175 Salvo quando outro meio de comunicação com os Cotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Cotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Valor Econômico” cientificado aos Cotistas nos termos da Instrução CVM nº 356 ou (b) de correspondência enviada ao representante do Cotista indicado na forma do artigo 96 do Capítulo XV deste Regulamento. As publicações referidas neste Capítulo deverão ser mantidas à disposição dos Cotistas na sede da Administradora.



Artigo 176 A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em seu *website*, sua sede e dependências, informações sobre:

- a) o número de Cotas de propriedade de cada um dos Cotistas e o seu respectivo valor;
- b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado, com base nos dados relativos ao último Dia Útil do mês imediatamente anterior, incluindo o Índice de Atraso, o Índice de Perda Acumulada e o Índice de Pré-Pagamento.

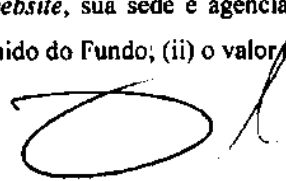
Artigo 177 A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer Cotista que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 178 Ainda, a Administradora disponibilizará diariamente em sua página na rede mundial de computadores, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo, as seguintes informações:

- a) o valor do Patrimônio Líquido;
- b) o valor das Cotas de cada classe do Fundo;
- c) a Relação Mínima;
- d) as rentabilidades acumuladas no respectivo mês e ano civil a que se referirem; e
- e) os relatórios da Agência Classificadora de Risco, se houver.

Parágrafo 1º A Instituição Administradora deverá divulgar, anualmente, no periódico referido no artigo 175 deste Regulamento, além de manter disponíveis em seu *website*, sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem cotas do Fundo: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor das Cotas



de cada classe; (iii) a Relação Mínima; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e referirem; e, se houver, (v) o(s) relatório(s) da Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo.

Parágrafo 2º A divulgação das informações previstas no Parágrafo 1º acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do Diretor Designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01, pela regularidade na prestação dessas informações.

CAPÍTULO XXIX – DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 179 Além da Taxa de Administração, constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- d) honorários e despesas da Empresa de Auditoria encarregada da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos;
- i) contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação;



- j) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma da alínea "g" do artigo 128 do Capítulo XXI.

Artigo 180 Quaisquer despesas não previstas na legislação e regulamentação pertinentes como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

Artigo 181 Sem prejuízo da responsabilidade da Administradora e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Cotistas ou da própria Administradora, ressaltando-se que tais órgãos serão remunerados pelas Pessoas que vierem a constituir-los.

CAPÍTULO XXX – ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 182 A partir da 1ª (primeira) data de integralização de Cotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- b) na constituição das reservas monetárias previstas neste Regulamento, observada a política de investimento descrita no Capítulo X;
- c) no provisionamento e na criação de reserva monetária no montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no mês calendário subsequente ao da realização do respectivo provisionamento, bem como na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa;
- d) na amortização das Cotas Seniores, emitidas ao amparo do artigo 188 do Capítulo XXXII, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Cotas Seniores com maior remuneração;
- e) na amortização das Cotas Seniores em Circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;



- f) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- g) na constituição de reserva de pagamento relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- h) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

Artigo 183 Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação e/ou de um Evento de Amortização Antecipada, o pagamento da remuneração da Agência Classificadora de Risco somente ocorrerá após a amortização ou resgate integral das Cotas Seniores.

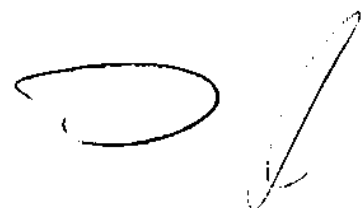
Artigo 184 No curso ordinário do Programa de Securitização, e observada a ordem de aplicação de recursos definida no artigo 179 acima e a política de investimento constante do Capítulo X deste Regulamento, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos parcela de seu Patrimônio Líquido, em montante equivalente a, no mínimo: (a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do somatório dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, apurado na última Data de Verificação; ou (b) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), o que for maior (a “Reserva de Caixa”).

Artigo 185 Os valores segregados na Reserva de Caixa deverão ser mantidos em qualquer das modalidades de investimento definidas no artigo 48 do Capítulo X e poderão ser utilizados pelo Fundo na amortização de Cotas Seniores nas condições previstas neste Regulamento.

CAPÍTULO XXXI – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 186 A Agência Classificadora de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco de cada Série de Cotas Seniores. A classificação de risco deverá ser atualizada trimestralmente e ficar à disposição dos Cotistas na sede da Administradora.

Artigo 187 Qualquer alteração na classificação de risco das Cotas Seniores constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Cotistas, devendo a Administradora providenciar a respectiva comunicação, nos termos deste Regulamento, em até 2 (dois) Dias Úteis.



CAPÍTULO XXXII – CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS TITULARES DAS COTAS SENIORES

Artigo 188 Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a maioria dos titulares das Cotas Seniores, reunidos em Assembleia Geral, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de Série de Cotas Seniores específica, a ser realizada por todos os titulares das Cotas Seniores, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

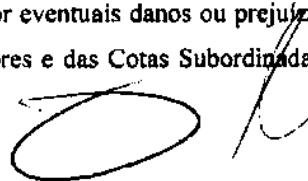
Artigo 189 Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Cotas Seniores em Circulação, não estando a Administradora, o Banco Bonsucesso, o Custodiante, o Distribuidor e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.

Artigo 190 A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Cotas Seniores reunidos na Assembleia Geral prevista no artigo 81 deste Regulamento. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Cotistas deverão definir na referida Assembleia Geral o cronograma de integralização da respectiva Série de Cotas Seniores, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Cotas Seniores, na proporção de seus créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembleia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

Artigo 191 O Fundo reembolsará os valores adiantados pelos Cotistas, se possível, quando do resgate das referidas Cotas, observado o disposto no Capítulo XXIX.

Artigo 192 Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção pelos titulares das Cotas Seniores, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

Artigo 193 A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor, o Banco Bonsucesso, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas, em



decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, na forma deste Capítulo.

Artigo 194 Todos os pagamentos devidos pelos Cotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXXIII – DISPOSIÇÕES FINAIS



Artigo 195 O valor mínimo inicial de aplicação de Cotas para cada investidor não poderá ser inferior a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Artigo 196 O exercício social do Fundo terminará em 30 de setembro de cada ano.

CAPÍTULO XXXIV – FORO

Artigo 197 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2011


OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.
 Administradora
 ALEXANDRE LODI DE OLIVEIRA
 PROCURADOR
 José Alexandre Costa de Frenas
 Diretor 

ANEXO I - DEFINIÇÕES

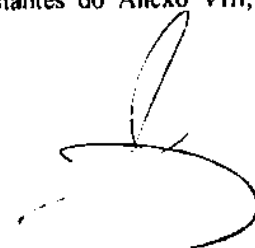
1. “Administradora” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 8º do Capítulo V;
2. “Agência Classificadora de Risco” significa a Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1.253, 10º andar, inscrita no CNPJ sob nº 02.295.585/0002-20, agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, responsável pela avaliação de risco das Cotas Sênior, ou sua sucessora, contratada nos termos deste Regulamento;
3. “Agente” significa quaisquer acionistas, administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos ou mandatários de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;
4. “Agente Cobrador” significa o Banco Bonsucesso ou seu sucessor, assim contratado nos termos do Instrumento Particular de Convenio de Cobrança celebrado entre o Fundo e o Banco Bonsucesso, com a Interveniência do Custodiante;
5. “Alocação de Investimento Mínima” significa fração cujo numerador é equivalente ao somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo (VADC), e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido (PLFUNDO), apurada diariamente pelo Custodiante, conforme previsto no artigo 48 do Capítulo X;
6. “Amortização Integral” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 111 do Capítulo XVII;
7. “Amortização Não Programada” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 158 do Capítulo XXIV;
8. “Amortização Programada” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 111 do Capítulo XVII;
9. “Amortização Programada de Cotas Subordinadas” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 113 do Capítulo XVII;



10. "Anexo" significa os anexos ao presente Regulamento, cujos termos são parte integrante e complementar deste instrumento, para todos os fins e efeitos de direito;
11. "Assembleia Geral" significa as Assembleias gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, de Cotistas do Fundo, realizadas nos termos deste Regulamento;
12. "Aviso de Desenquadramento" significa o documento preparado pela Administradora, na forma do Anexo VI, e por esta enviado ao Banco Bonsucesso, por meio do qual o Fundo solicita que o Banco Bonsucesso informe como pretende, se for o caso, proceder ao reenquadramento da Relação Mínima, da Alocação de Investimento Mínima e/ou do Índice de Liquidez, conforme o caso;
13. "BACEN" significa o Banco Central do Brasil;
14. "Base de Dados do Fundo" significa uma base de dados, atualizada diariamente pelo Custodiante, contendo certas informações relativas aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, identificadas nos modelos de relatórios definidos no Anexo VII;
15. "Banco Bonsucesso" significa o Banco Bonsucesso S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Alvarenga Peixoto, nº 974, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.027.866/0001-34;
16. "BMF&BOVESPA" significa BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
17. "Capítulo" significa cada um dos capítulos deste Regulamento;
18. "CETIP" significa a CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
19. "Circulação" significa o número de Cotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos deste Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Cotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
20. "CNPJ/MF" significa o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;



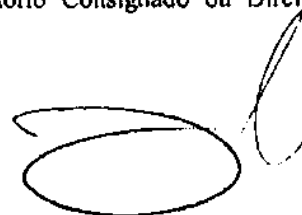
21. "Condições de Cessão" tem o significado que lhe é atribuído no artigo 63 do Capítulo XI;
22. "Conta Corrente do Banco Bonsucesso" significa a conta corrente nº 44-2 em nome do Banco Bonsucesso, mantida na agência 001 do Banco Bonsucesso (Banco 218);
23. "Conta Corrente do Fundo" significa conta corrente aberta em nome do Fundo no Custodiante;
24. "Contrato de Cessão" significa o "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo e o Banco Bonsucesso, com interveniência do Custodiante;
25. "Contrato de Cobrança" significa o "Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança", a ser celebrado entre o Administrador e o Banco Bonsucesso;
26. "Contrato de Custódia" significa o "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios", a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com a interveniência do Banco Bonsucesso;
27. "Contrato de Escrituração" significa o "Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Cotas de Fundos", a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Escriturador;
28. "Contrato de Mútuo" significa qualquer Contrato de Mútuo Consignado ou Contrato de Mútuo INSS;
29. "Contrato de Mútuo Consignado" significa qualquer das modalidades de cédula de crédito bancário, de contrato padrão e/ou de termo de adesão constantes do Anexo VIII, firmados entre o Banco Bonsucesso e os Mutuários Consignados;
30. "Contrato de Mútuo INSS" significa qualquer das modalidades de cédula de crédito bancário, de contrato padrão e/ou de termo de adesão constantes do Anexo VIII, firmados entre o Banco Bonsucesso e os Mutuários INSS;



31. "Contrato de Mútuo Provisionado" significa o Contrato de Mútuo cujos Direitos Creditórios tenham sido integralmente provisionados pelo Fundo, nos termos da Resolução nº 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores;
32. "Convênio" significa qualquer dos convênios estabelecidos entre o Banco Bonsucesso e qualquer das Entidades, os quais se encontram devidamente identificados no Anexo IX ou, ainda, conforme o caso, qualquer ato autorizativo permitindo a contratação de operações de financiamento pelo Banco Bonsucesso com os Mutuários vinculados à respectiva Entidade;
33. "COSIF" significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo BACEN;
34. "Cotas" significa, em conjunto ou isoladamente, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas emitidas em qualquer Distribuição;
35. "Cotas Seniores" tem o significado que lhe é atribuído no artigo 77 do Capítulo XIV;
36. "Cotas Subordinadas" tem o significado que lhe é atribuído no artigo 78 do Capítulo XIV;
37. "Cotista" significa o titular de Cotas;
38. "CPF/MF" significa o Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;
39. "Crêterios de Elegibilidade" tem o significado que lhe é atribuído no artigo 62 do Capítulo XI;
40. "Custodiante" significa o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo BACEN, bem como credenciada perante a CVM para a prestação de serviços de custódia qualificada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo E. de Souza Aranha, nº 100 - Torre Itáusa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, ou seu sucessor no exercício de suas funções nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
41. "CVM" significa a Comissão de Valores Mobiliários - CVM;



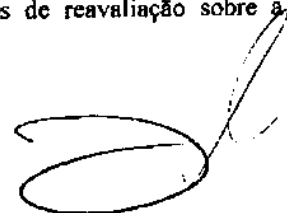
42. “Data de Amortização” significa a data em que o Fundo efetua a Amortização Integral e/ou a Amortização Programada de Cotas Seniores, observado o disposto no respectivo Suplemento da Série “n”;
43. “Data de Amortização de Cotas Subordinadas” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 113 do Capítulo XVII;
44. “Data de Aquisição” significa a data em que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na Conta Corrente do Banco Bonsucesso, de Cotas Subordinadas, em razão de sua integralização em contrapartida à cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, conforme o caso, nos termos do Contrato de Cessão;
45. “Data de Emissão” significa a data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas, em moeda corrente nacional, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, ou, observados os termos da legislação aplicável por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, a qual deverá ser, necessariamente, um “Dia Útil”;
46. “Data de Oferta” significa a data em que o Banco Bonsucesso enviar o Layout para o Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão;
47. “Data de Verificação” significa o 15º (décimo quinto) Dia Útil de cada mês calendário;
48. “DATAPREV” significa “Empresa de Tecnologia da Informação da Previdência Social”, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.422.253/0001-01, com sede no Setor de Autarquias Sul – Quadra 1 – Bloco E/F, Brasília-DF;
49. “Dia Útil” significa qualquer dia exceto sábados, domingos e feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário.
50. “Direito Creditório” significa qualquer Direito Creditório Consignado ou Direito Creditório INSS;



51. “Direito Creditório Consignado” significa cada parcela ou prestação devida pelo Mutuário Consignado ao Banco Bonsucesso ou a seu cessionário, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração/serviço, decorrente de contratação de operação de empréstimo entre o Banco Bonsucesso e o Mutuário Consignado, nos termos de qualquer Contrato de Mútuo Consignado, cujo pagamento será realizado, no curso ordinário do Programa de Securitização, por meio de desconto (consignação) dos valores devidos, pela respectiva Entidade, a qual o respectivo Mutuário Consignado encontra-se vinculado, observados os procedimentos estabelecidos no respectivo Convênio, quando do pagamento da remuneração devida ao respectivo Mutuário Consignado;
52. “Direito Creditório INSS” significa cada parcela ou prestação devida pelo Mutuário INSS ao Banco Bonsucesso ou a seu cessionário, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração/serviço ou tributos, decorrente de contratação de operação de empréstimo entre o Banco Bonsucesso e o Mutuário INSS, nos termos do Contrato de Mútuo INSS, cujo pagamento será realizado, no curso ordinário do Programa de Securitização, por meio de desconto (consignação) dos valores devidos, observados os procedimentos estabelecidos no Convênio INSS, quando do pagamento, pelo INSS, dos benefícios devidos ao respectivo Mutuário INSS;
53. “Direito Creditório Elegível” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 62 do Capítulo XI;
54. “Diretor Designado” significa o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas;
55. “Distribuição” significa cada distribuição de Cotas do Fundo, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM nº 356;
56. “Distribuidor” significa a instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, responsável pela distribuição pública de qualquer Série de Cotas Seniores;



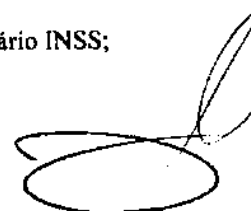
57. “Documentos Comprobatórios” significam os seguintes documentos referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo: (i) original do respectivo Contrato de Mútuo; (ii) cópia reprográfica da Cédula de Identidade e CPF/MF do Mutuário e, no caso dos Direitos Creditórios Consignados, (iii) comprovante de residência;
58. “Documentos do Fundo” significa, em conjunto ou isoladamente, o presente Regulamento, o Prospecto, o(s) Suplemento(s), o Contrato de Cessão, o Contrato de Cobrança, o Contrato de Custódia e o Contrato de Escrituração
59. “Empresa de Auditoria” significa a **PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES**, empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20, ou sua sucessora no exercício de suas funções;
60. “Entidade” significa qualquer Pessoa de direito público federal, estadual ou municipal, entidade aberta de previdência complementar e/ou sociedade seguradora que tenha celebrado Convênio com o Banco Bonsucesso ou, conforme o caso, cuja contratação de operações de financiamento com os Mutuários Consignados vinculados e/ou associados à respectiva Entidade tenha sido expressamente aprovada na forma da legislação aplicável, devidamente perfilada no Anexo IX deste Regulamento;
61. “Eventos de Amortização Antecipada” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 145 do Capítulo XXII;
62. “Eventos de Avaliação” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 141 do Capítulo XXII;
63. “Eventos de Inadimplemento Contratual” significa os eventos perfilados no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de amortização antecipada de Cotas do Fundo, nos termos da alínea “p” do artigo 145 e seguintes do Capítulo XXII;
64. “Eventos de Revisão” significa os eventos perfilados no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de reavaliação sobre a continuidade do Programa de Securitização;



65. “Fundo” significa o Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado;
66. “IGP-M” significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
67. “Índice de Atraso” significa o índice calculado de acordo com a fórmula do artigo 154, do Capítulo XXIII deste Regulamento;
68. “Índice de Excesso de Spread” significa o índice calculado de acordo com a fórmula do artigo 158, do Capítulo XXIII deste Regulamento;
69. “Índice de Liquidez” significa o índice calculado de acordo com a fórmula do artigo 149, do Capítulo XXIII deste Regulamento;
70. “Índice de Perda Acumulada” significa o índice calculado de acordo com a fórmula do artigo 155, do Capítulo XXIII deste Regulamento;
71. “Índice de Pré-pagamento” significa o índice calculado de acordo com a fórmula do artigo 156, do Capítulo XXIII deste Regulamento;
72. “Índice de Recompra” significa o índice calculado de acordo com a fórmula do artigo 157, do Capítulo XXIII deste Regulamento;
73. “INPC” significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (“IBGE”).
74. “INSS” significa o “Instituto Nacional do Seguro Social – INSS”, autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social – MPS, criado na forma da autorização legislativa contida no artigo 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, renumerada pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto 99.350, de 27 de junho de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 18, de 1º de fevereiro de 1991, e reestruturado conforme determinação contida no artigo 11, parágrafo único, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992, pelo Decreto nº 4.688, de 7 de maio de 2003, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco “O”, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 29.979.036/0001-40;



75. “Instituições Autorizadas” são as seguintes: (i) Banco Bradesco S.A.; (ii) Banco Itaú – Unibanco S.A.; (iii) Banco Santander S.A.; (iv) Banco Citibank S.A.; (v) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; (vi) Banco do Brasil S.A.; (vii) Caixa Econômica Federal (viii) outras instituições financeiras ou equiparadas controladas por qualquer dos bancos referidos nos itens “i” a “vii” acima; (ix) outras instituições de 1ª linha que sejam classificadas pela Agência Classificadora de Risco; ou (x) outras instituições de 1ª linha que sejam aprovadas pelos titulares da maioria das Cotas Sênior e das Cotas Subordinadas, em separado, reunidos em Assembleia Geral;
76. “Instrução CVM nº 356” significa a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;
77. “Instrução CVM nº 400” significa a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores;
78. “Investidor Qualificado” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 4º do Capítulo II deste Regulamento;
79. “IPCA” significa o Índice de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE.
80. “Layout” arquivo remessa enviado eletronicamente pelo Banco Bonsucesso ou seus Agentes ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, o qual contém os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo;
81. “Lista de Convênios” significa a Lista de Convênios Federais, a Lista de Convênios Estaduais e a Lista de Convênios Municipais, contidas no Anexo IX, quando consideradas em conjunto;
82. “Lista de Novos Convênios” significa a relação de novas Entidades contida no Anexo X;
83. “Montante Mínimo” tem o significado que lhe é atribuído na alínea “b” do artigo 112 do Capítulo XVII;
84. “Mutuário” significa qualquer Mutuário Consignado ou Mutuário INSS;



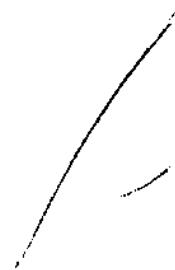
85. “Mutuário Consignado” significa o servidor público, pessoa natural, residente no Brasil contratante de mútuo com o Banco Bonsucesso, nos termos de qualquer Contrato de Mútuo Consignado, devidamente identificado por seu CPF/MF;
86. “Mutuário INSS” significa o aposentado ou pensionista da Previdência Social, pessoa natural, residente no Brasil, titular de benefícios de aposentadoria e pensão do regime geral de previdência social, devidos pelo INSS, contratante de mútuo com o Banco Bonsucesso, nos termos de qualquer Contrato de Mútuo INSS, devidamente identificado por seu CPF/MF;
87. “Novo Convênio” tem o significado que lhe é atribuído no item 3 do Anexo II deste Regulamento;
88. “Outros Ativos” significam os ativos definidos nas alíneas (a) a (d) do Parágrafo 1º do artigo 48 deste Regulamento.
89. “Patrimônio Líquido” ou “PL” significa o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo XXVII;
90. “Periódico” significa o periódico “Valor Econômico”, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do artigo 175 do Capítulo XXVIII;
91. “Pessoa” significa pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
92. “PIS” Programa de Integração Social;
93. “Política de Cobrança” significa a política de cobrança do Banco Bonsucesso definida no Anexo V deste Contrato, aplicável aos Direitos Creditórios Consignados e aos Direitos Creditórios INSS;
94. “Política de Concessão de Crédito” significa a Política de Concessão de Crédito – Consignado ou a Política de Concessão de Crédito – INSS, em conjunto ou separadamente, definida no Anexo IV deste Regulamento, aplicável aos Direitos Creditórios Consignados e aos Direitos Creditórios INSS;



95. “Potencial de Cessão” significa o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, apurado em cada Data de Oferta, não comprometidas com o pagamento de exigibilidades do Fundo, nos termos deste Regulamento, e disponível para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis;
96. “Prazo de Vigência” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 5º do Capítulo III;
97. “Preço de Aquisição” significa o preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis pago pelo Custodiante, por conta e ordem do Fundo, ao Banco Bonsucesso, em moeda corrente nacional, conforme definido no Contrato de Cessão, ou o valor presente dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo pelo Banco Bonsucesso, em contrapartida à integralização de Cotas Subordinadas, conforme definido no Contrato de Cessão;
98. “Programa de Securitização” significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos do Fundo, por meio dos quais o Banco Bonsucesso cede Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, captando recursos para suas atividades;
99. “Prospecto” significa o prospecto do Fundo, preparado nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400;
100. “Relação Mínima” significa a relação mínima entre (i) o Patrimônio Líquido do Fundo deduzido do valor do somatório dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cujo prazo de vencimento seja posterior ao prazo de vencimento da última Série em Circulação; e (ii) o valor das Cotas Seniores em Circulação, que, durante a vigência do Fundo, será equivalente a, no mínimo, 1,2821, ou 128,21%;
101. “Regulamento” o presente regulamento do Fundo;
102. “Reserva de Amortização” significa uma reserva pagamento, onde deverão ser segregados Outros Ativos, destinada exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações e ao resgate de cada Série de Cotas Seniores;
103. “Reserva de Caixa” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 182 do Capítulo XXX;
104. “SELIC” significa o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia;



105. “Série” significa qualquer série de Cotas Seniores emitida em qualquer Distribuição nos termos deste Regulamento;
106. “Suplemento” significa o documento preparado na forma do Anexo XI;
107. “Taxa de Administração” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 19 do Capítulo VI;
108. “Taxa de Desconto” significa a taxa de desconto expressa na forma percentual ao ano, utilizada na determinação do Preço de Aquisição, nos termos do Contrato de Cessão, e que nunca será inferior a um dos seguintes parâmetros: (a) a taxa prefixada de 15% (quinze por cento) ao ano; ou (b) taxa de juros futura (considerada para o vértice de 1.008 dias, ou de menor prazo, no caso de sua inexistência) expressa na forma percentual ao ano (“ETTJ PRE”) divulgada pela ANDIMA em seu *website* (www.andima.com.br/est_termo/CZ.asp), acrescida do percentual fixo de 2,8% (dois inteiros e oito décimos por cento);
109. “Taxa DI” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 106 do Capítulo XVI;
110. “Termo de Adesão” significa o documento preparado sob a forma do Anexo XII, firmado pelos Cotistas, evidenciando sua adesão aos termos do presente Regulamento;
111. “Valor Referencial” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 165 do Capítulo XXV.

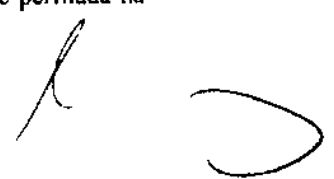


ANEXO II

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

1. Considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, quando da aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios Elegíveis, o Fundo deverá observar, cumulativamente, os seguintes limites de concentração, a serem verificados nas respectivas datas de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo:

- i) no mínimo 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido deverá ser alocado em Direitos Creditórios INSS e /ou lista de Convênios Federais;
- ii) no máximo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser alocado, em valor total agregado, em Direitos Creditórios Consignados vinculados a Entidades perfiladas na Lista de Convênios Estaduais;
- iii) no máximo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser alocado, em valor total agregado, em Direitos Creditórios Consignados vinculados a Entidades perfiladas na Lista de Convênios Municipais;
- iv) no máximo 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser alocado em Direitos Creditórios Consignados vinculados à uma mesma Entidade perfilada na Lista de Convênios Federais. Sem prejuízo da regra instituída neste inciso "v", poderá ser alocado um montante equivalente a até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Consignados vinculados à uma única e mesma Entidade perfilada na Lista de Convênios Federais, devendo esta Entidade ser identificada previamente pela Administradora ao Custodiante;
- v) no máximo 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser alocado em Direitos Creditórios Consignados vinculados à uma mesma Entidade perfilada na Lista de Convênios Estaduais. Sem prejuízo da regra instituída neste inciso "vi", poderá ser alocado um montante equivalente a até 11% (onze por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Consignados vinculados à uma única e mesma Entidade perfilada na Lista de Convênios Estaduais, devendo esta Entidade ser identificada previamente pela Administradora ao Custodiante ;
- vi) no máximo 4% (quatro por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser alocado em Direitos Creditórios Consignados vinculados à uma mesma Entidade perfilada na



Lista de Convênios Municipais. Sem prejuízo da regra instituída neste inciso, poderá ser alocado um montante equivalente a até 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Consignados vinculados à uma única e mesma Entidade perfilada na Lista de Convênios Municipais, devendo esta Entidade ser identificada previamente pela Administradora ao Custodiante;

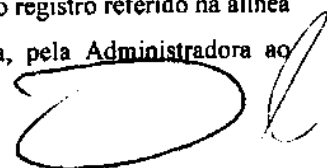
- vii) no máximo 4% (quatro por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser alocado em Direitos Creditórios Consignados vinculados a Entidades perfiladas na Lista de Novos Convênios;

2. A partir do 90º (nonagésimo) dia do início das atividades do Fundo, enquanto existirem Cotas Seniores em Circulação, e sem prejuízo do atendimento aos percentuais e limites previstos no item 1 acima, o Fundo deverá manter, no mínimo, 70% (setenta por cento) de sua carteira de Direitos Creditórios alocado em Direitos Creditórios INSS e/ou Direitos Creditórios Consignados referentes a Entidades perfiladas na Lista de Convênios Federais. A inobservância de tal limite pela Administradora mínimo pode acarretar, nos termos da alínea “j” do artigo 141 do Capítulo XXII do Regulamento, a configuração de um Evento de Avaliação..

3. A Administradora e o Banco Bonsucesso poderão deliberar, em conjunto e a seu exclusivo critério, a inclusão no Programa de Securitização de novos Convênios celebrados pelo Banco Bonsucesso (“Novo Convênio”), desde que sejam observados os seguintes procedimentos:

- a) o Banco Bonsucesso já esteja operando com tal Entidade por período no mínimo igual a 6 (seis) meses;
- b) tenha sido emitidos parecer pela Agência Classificação de Risco afirmando que a aquisição de Direitos Creditórios de tal Entidade não afetaria negativamente a classificação de risco das Cotas Seniores em Circulação; e
- c) o nome da respectiva Entidade seja incorporado, sem a necessidade de realização de Assembleia Geral de Cotistas, na Lista de Novos Convênios, e tal alteração ao Regulamento seja registrada nos termos do artigo 7º do Capítulo IV.

4. O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios vinculados ao Novo Convênio depois de transcorrido o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da realização do registro referido na alínea “c” acima, da comunicação do fato ao Custodiante e da entrega, pela Administradora ao



Custodiante, mediante protocolo, de cópia autenticada do respectivo aditamento ao Regulamento, devidamente registrado na forma do Capítulo IV;

5. Caso seja admitida a aquisição de Direitos Creditórios de Novo Convênio após a constituição do Fundo, o Fundo deverá observar o limite de 4% (quatro por cento) de concentração em tais Direitos Creditórios em relação ao Patrimônio Líquido. Essa limitação deverá ser observada exclusivamente nos 6 (seis) primeiros meses contados da primeira cessão ao Fundo de Direitos Creditórios relacionados a tal Entidade, sem prejuízo do atendimento aos limites de concentração definidos neste Anexo II e ao disposto no artigo 83 do Capítulo XIV do Regulamento.

6. O Administrador comunicará ao Custodiante, com 5 (cinco) dias de antecedência, a partir de qual data o Fundo observará o Limite de 4% (quatro por cento) de concentração em tais Direitos Creditórios em relação ao Patrimônio Líquido.



ANEXO III

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO ("Fundo") são oriundos de (i) Contratos de Mútuo firmados entre o Banco Bonsucesso e servidores públicos da União, Estados e Municípios, e (ii) aposentados e pensionistas do INSS ("Mutuários"), que sejam vinculados à Entidades que tenham firmado Convênios com o Banco Bonsucesso, com taxas de juros prefixadas e pagamentos mensais.

Os Contratos de Mútuo são formalizados por meio de contratos de adesão ou de cédulas de crédito bancário, acompanhados de autorização para desconto em folha de pagamento do servidor público ou através de folha de benefícios do aposentados ou pensionistas do INSS, devidamente autorizada pelo respectivo Mutuário.



ANEXO IV

**CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DE CRÉDITO DAS ENTIDADES E POLÍTICA DE
CONCESSÃO DE CRÉDITO ADOTADA PELO BANCO BONSUCCESSO**

1. **Natureza dos Direitos Creditórios**

1.1 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **BONSUCCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO** ("Fundo") são oriundos de (i) Contratos de Mútuo firmados entre o Banco Bonsucesso e servidores públicos da União, Estados e Municípios, e (ii) aposentados e pensionistas do INSS ("Mutuários"), que sejam vinculados à Entidades que tenham firmado Convênios com o Banco Bonsucesso, com taxas de juros prefixadas e pagamentos mensais.

1.2 Os Contratos de Mútuo são formalizados por meio de contratos de adesão ou de cédulas de crédito bancário, acompanhados de autorização para desconto em folha de pagamento do servidor público ou através de folha de benefícios do aposentados ou pensionistas do INSS, devidamente autorizada pelo respectivo Mutuário.

2. **Critérios para Análise de Crédito das Entidades**

2.1. Avaliação dos fundamentos econômicos e financeiros do ente consignante, observando especialmente o cumprimento das dotações orçamentárias e da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

2.2. Avaliação os aspectos legais e operacionais do convênio – diplomas legais que amparam a consignação facultativa;

2.3. Operar através de código próprio para desconto em folha;

2.4. Observar a escala mínima do convênio - mais de 1.000 servidores estáveis;

2.5. Operar preferencialmente com entes públicos – Federal, Estadual e Municipal; e

2.6. Operar preferencialmente com servidores que gozem de estabilidade funcional.

3. **Processo de Originação e Política de Concessão de Crédito**

3.1 A originação das operações de mútuo junto aos Mutuários se dá por meio da atuação de correspondentes bancários contratados pelo Banco Bonsucesso como



prestadores de serviço, bem como pela divulgação dos produtos oferecidos pelo Banco Bonsucesso nos meios de comunicação dos Estados em que atua.

3.2 A negociação conduzida pelos correspondentes bancários com os Mutuários deve observar as condições estabelecidas nos Convênios celebrados entre o Banco Bonsucesso e as Entidades, tais como:

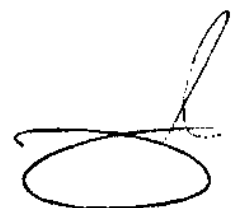
- a) percentual máximo de comprometimento de renda do Mutuário;
- b) prazo máximo da operação;
- c) valor das prestações;
- d) taxa máxima de financiamento (nos casos do INSS);
- e) idade máxima e mínima dos Mutuários;
- f) limite disponibilizado ao Mutuário, nos casos de operações de mútuo via emissão de cartão de crédito, calculado em função de sua margem consignada, da taxa praticada no cartão e do prazo máximo para pagamento das prestações; e
- g) pagamento mínimo mensal a ser pago pelo Mutuário, nos casos de mútuo via emissão de cartão de crédito.

3.3 Os correspondentes bancários dispõem de fichas cadastrais padronizadas para preenchimento com informações e referências pessoais, profissionais e comerciais relativas às pessoas físicas interessadas em contratar empréstimos consignados.

3.4 Previamente à contratação do empréstimo, o correspondente analisa a ficha cadastral do Mutuário aplicando os procedimentos internos de análise de crédito do Banco Bonsucesso que consistem em:

- a) verificação da existência de margem consignável disponível para pagamento das prestações do empréstimo;
- b) confirmação do vínculo do Mutuário junto à Entidade; e
- c) verificação da regularidade da autorização para desconto em folha de pagamento/benefício.

3.5 Sendo aprovada a ficha cadastral do Mutuário, de acordo com os procedimentos internos de análise de crédito do Banco Bonsucesso acima descritos, o correspondente bancário responsável pela operação recolhe a assinatura do Mutuário no Contrato de Mútuo ou na cédula de crédito bancário e na autorização de desconto em folha de pagamento/benefício que, juntamente com a ficha cadastral e os documentos pessoais do Mutuário, são enviados para o Banco Bonsucesso.



3.6 Após a conclusão dos procedimentos descritos acima, o Banco Bonsucesso autoriza (i) a liberação do pagamento do financiamento ao Mutuário, via crédito em sua conta corrente ou ordem bancária de pagamento, ou (ii) a emissão de cartão de crédito.



ANEXO V

MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELO BANCO BONSUCESO PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

O Banco Bonsucesso, na qualidade de Agente Cobrador, é responsável pela realização de todos os procedimentos de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplentes de titularidade do Fundo, inclusive por meio da contratação de serviços terceirizados de cobrança.

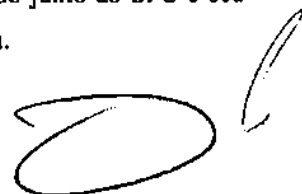
1. Morte (seguro prestamista)

- a) Procura a família (ou a empresa à qual pertencia o falecido) para solicitar a Certidão de Óbito, exceto no caso dos aposentados e pensionistas do INSS, cujo procedimento é consultar a base de óbitos do órgão, mediante troca de arquivos. Neste caso, o órgão retorna arquivo com as informações necessárias à confirmação do óbito. Esta confirmação é aceita pelas Seguradoras, para efeitos de regulação do sinistro.
- b) Providencia a cópia da documentação do falecido e a anexa a Certidão de Óbito.
- c) Prepara planilha (demonstrativo financeiro), para encaminhamento a seguradora, constando o valor correspondente ao banco e a família do falecido.
- d) Emite a documentação para a corretora.

- NOTA(S):
- 1) Caso o valor a ser reembolsado para o Banco Bonsucesso seja menor que o valor financeiro, solicitar aprovação da Diretoria Executiva do Banco Bonsucesso e do Controller, para contabilização do prejuízo.
 - 2) Para os Pontos de Vendas onde não haja cobertura de seguro, solicitar aprovação da Diretoria Executiva do Banco Bonsucesso e do Controller, para contabilização do valor total do saldo a receber, em prejuízo.

2. Exoneração/ Licença sem vencimento/Abandono de emprego.

- a) Seleciona os clientes enquadrados nesta condição.
- b) Se o cliente encontra-se atrasado com menos de 60 dias, envia carta esclarecendo a nova forma de pagamento, acompanhada do respectivo boleto bancário.
- c) Se decorridos 60 dias e a dívida não foi paga, o cliente é negativado junto ao SPC e seu contrato é enviado para cobrança através de uma empresa terceirizada.



- d) Se não conseguir contato telefônico com o cliente, a empresa de cobrança emite carta, solicitando o contato do mesmo para regularizar a situação do empréstimo.
- e) Providencia ainda, através de pesquisa em bancos de dados especializados, a higienização da base, atualizando os dados cadastrais do cliente.
- f) Aparecendo o cliente, propõe acordo, mediante renegociação das condições de pagamento do contrato, conforme política de cobrança acordada com o Bonsucesso.
- g) Se, passados 15 dias, não conseguir localizar o cliente na residência nem em outro endereço informado pela empresa na qual estava vinculado, comunica a da Diretoria Executiva do Banco Bonsucesso.
- h) Caso o cliente se apresente e seja feito um acordo, após o primeiro pagamento, providencia a imediata retirada do seu nome do SPC.

3. Pensão Alimentícia / Sem margem de Consignação

- a) Identifica os clientes enquadrados nesta condição.
- b) Busca identificar as razões da perda de margem e se existe alguma margem disponível.
- c) Havendo margem disponível e, se o convênio assim o permitir, é feito o parcelamento da dívida, adequando o fluxo de pagamento à margem disponível, observando os limites e condições prevista no contrato e no regulamento do convênio.
- d) Não havendo margem, disponível, o contrato é encaminhado para a empresa cobradora e negativado junto ao SPC.
- e) Aplica-se então, os procedimentos de cobrança descritos no item anterior.

4. Parcela não consignada por erro detectado pelo Banco ou pelo Consignador

- a) Identifica os clientes enquadrados nesta condição.
- b) Identifica a natureza do erro, através de análise do dossiê em poder do Banco Bonsucesso.
- c) Se para correção do erro for necessário confirmar informações e dados com o cliente (Mutuário), mantém contato com o cliente, através do *Call Center*.
- d) Se o erro detectado independe do procedimento do Banco Bonsucesso ou do Mutuário, efetua contato com a respectiva Entidade para verificar a natureza do erro e providenciar sua correção.
- e) Sanado o erro, consignação é efetivada junto à Entidade.



- f) Não sendo possível sanar o erro, o contrato é classificado como inadimplente, adotando-se os previstos nos itens anteriores.

5. Fechamento do Processo

- a) Depois de tomadas todas as providências para a recuperação das parcelas não pagas, o Gerente Administrativo-CDC, emitirá relatório com todas as pendências e o enviará para o Diretor Executivo e Controller.
- b) O Diretor Executivo e Controller, após analisar cada caso e, em função do valor a recuperar decidirá se tomarão outras providências ou se lança o valor na conta de prejuízo do Banco.



ANEXO VI

AVISO DE DESENQUADRAMENTO

Aviso de Desenquadramento nº [•]

Data: [•].

A OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de administradora do BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO ("Fundo") vem, por meio desta, solicitar ao Banco Bonsucesso S.A. que indique qual dos procedimentos definidos no artigo 149 do Capítulo XXIII do Regulamento do Fundo, serão adotados de forma a promover, conforme o caso, o reenquadramento da Relação Mínima, da Alocação de Investimento Mínima e/ou do Índice de Liquidez.

Na forma do artigo 149 do Capítulo XXIII do Regulamento do Fundo, o Banco Banco Bonsucesso S.A. vem, pela presente, informá-los que:

Opções definidas nas alíneas do artigo [•] do Capítulo [•]	SIM	NÃO
Alínea "a" (1)		
Alínea "b" (2)		
Alínea "c" (3)		

(Resposta afirmativa para evento 1)

A integralização de Cotas Subordinadas será realizada com as seguintes contraprestações:

- a) Moeda Corrente Nacional: R\$[•]; e/ou
- b) Direitos Creditórios: R\$[•].

(Resposta afirmativa para evento 2)



Novo valor do Patrimônio Líquido, decorrente da conclusão dos procedimentos de Amortização Não Programada, em que o Banco Bonsucesso S.A. re-enquadrará o Fundo aos parâmetros do artigo [•] do Capítulo [•] do Regulamento: R\$[•] ([•] valor por extenso); e

A integralização de Cotas Subordinadas para efeito do novo valor do Patrimônio Líquido do Fundo, acima indicado, se necessária, será realizada com as seguintes contraprestações:

- a) Moeda Corrente Nacional: R\$[•]; e/ou
- b) Direitos Creditórios: R\$[•].

Atenciosamente,

BANCO BONSUCESSO S.A.

Nome: _____

Cargo: _____

Nome: _____


Cargo: _____



ANEXO VII
BASE DE DADOS DO FUNDO

Registro de Títulos e Documentos
4.º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

Relatório de Demonstrativo de Caixa

 **Serviços para o
Mercado de Capitais**

Data Atual: 31/10/200 14:08:07
Data de Posição: 25/10/2003 a 30/10/2003

Última Atualização do Database: 31/10/2003 - 11:40:07

Carteira: FIDC

Data Liquid.	Descrição	Entrada	Saida	Saldo
27/10/2003	SALDO ANTERIOR			482.347,82
27/10/2003	Diferença de Caixa e Contabil		1.388,15	
27/10/2003	Resgate de Título RF (LFT O TESOURO) Op. 10291800 Nr. 256478	1.912.854,75		
27/10/2003	Resgate de Título RF (LFT O TESOURO) Op. 10291800 Nr. 256480	3.088.003,85		
27/10/2003	Resgate de Título RF (NSC O BC) Op. 10291908 Nr. 264481	1.981.084,06		
27/10/2003	Orcamentos Creditados - Bases Antecipada CF - Valor Presente	75,06		
27/10/2003	Orcamentos Creditados - Bases de FIDC e Provisões em 27/10/03		207.128,39	
27/10/2003	Orcamentos Creditados - Bases de Títulos e Receitas em 27/10/03	49.018,00		
27/10/2003	Orcamentos Creditados - Diferença de Rendimentos		3.727,84	
27/10/2003	Orcamentos Creditados - Movimentações de Títulos Vendidos e Não Pagos		240.382,38	
27/10/2003	Fatura de CPMF em 24/10/03		8,46	
27/10/2003	Resgate de Título RF (DIRCER SADA) Op. 10320891 Nr. 264482	10.000.062,03		
27/10/2003	Compra de Título RF (DIRCER SADA) Op. 10332438 Nr. 528287		84.551.288,20	
27/10/2003	Venda de Título RF (LFT O TESOURO) Op. 10297200 Nr. 528714	4.480.961,59		
27/10/2003	Venda de Título RF (LFT O TESOURO) Op. 07208866 Nr. 528715	2.725.253,61		
27/10/2003	SALDO			180.881,80
28/10/2003	Compra de Título RF (DIRCER SADA) Op. 10346433 Nr. 529352		88.881.043,98	
28/10/2003	Orcamentos Creditados - Adiantamentos		7.351,37	




** D7RX/A dd/mm/aa 14.25.27 **

D7 - FUNDOS DE RECEBIVEIS

** FL. 000001 **

RELATORIO DE CREDITOS ADQUIRIDOS VENCIDOS E A VENCER POSIÇÃO EM dd/mm/aa

AGENCIA/CONTA/DAC
9999/12345-6

NOME DO CEDENTE
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

VENCTO	N. DIAS	VL. TITULO
dd/mm/aa	-14	xxx,xx
dd/mm/aa	-12	xxx,xx
dd/mm/aa	-11	xxx,xx
dd/mm/aa	-10	xxx,xx
dd/mm/aa	-9	xxx,xx
dd/mm/aa	-8	xxx,xx
dd/mm/aa	-7	xxx,xx
dd/mm/aa	-6	xxx,xx
dd/mm/aa	-5	xxx,xx
dd/mm/aa	-4	xxx,xx
dd/mm/aa	-3	xxx,xx
dd/mm/aa	-2	xxx,xx
dd/mm/aa	-1	xxx,xx
dd/mm/aa	1	xxx,xx
dd/mm/aa	2	xxx,xx
dd/mm/aa	3	xxx,xx
dd/mm/aa	4	xxx,xx
dd/mm/aa	5	xxx,xx
dd/mm/aa	6	xxx,xx
dd/mm/aa	7	xxx,xx
dd/mm/aa	8	xxx,xx
dd/mm/aa	9	xxx,xx
dd/mm/aa	10	xxx,xx
dd/mm/aa	11	xxx,xx
dd/mm/aa	12	xxx,xx
dd/mm/aa	13	xxx,xx
dd/mm/aa	14	xxx,xx
dd/mm/aa	15	xxx,xx
dd/mm/aa	16	xxx,xx
dd/mm/aa	17	xxx,xx
dd/mm/aa	18	xxx,xx
dd/mm/aa	19	xxx,xx
dd/mm/aa	20	xxx,xx
dd/mm/aa	21	xxx,xx
	TOTAL	xxx.xxx,xx
	TOTAL GERAL	xxx.xxx,xx

ANEXO VIII

MODELOS DE CONTRATOS DE MÚTUO

A handwritten signature or mark, possibly a stylized 'S' or 'L', located in the bottom right corner of the page.



CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

Nº Contrato _____ Vís _____

Em conformidade com as cláusulas, termos e condições contidas nesta Cédula de Crédito Bancário ("Cédula"), na qualidade de Emitente do presente título de crédito ("Emitente"), abaixo qualificado, comprometo-me a pagar, na(s) Data(s) de Vencimento abaixo definida(s), ao BANCO BONSUCESSO S.A. ("Credor") ou à sua ordem, na praça de Belo Horizonte (MG), em moeda corrente nacional, a quantia líquida e certa de R\$ _____

oriunda da presente operação, conforme valor apurado, discriminado em Planilha de Cálculo, compreendendo: o valor do principal, subtraídas as amortizações eventualmente realizadas, atualizado monetariamente, acrescidos dos encargos convencionados, apurado nos termos da legislação aplicável à espécie.

A - PARTES

CONSIGNATÁRIO: Aqui denominado CREDOR

BANCO BONSUCESSO S/A, instituição financeira de direito privado, com sede em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na Rua Alvarenga Peixoto, 874, sétimo andar, inscrito no CNPJ sob o número 71.027.886/0001-34.

CONSIGNADO: Aqui denominado EMITENTE

* Nome:

* Endereço: (Rua, Av., Bairro e Complemento)

* CPF/CNPJ:

* Cidade:

* UF:

* CEP:

* Fone:

CONSIGNANTE: Aqui considerado O EMPREGADOR OU ENTIDADE PÚBLICA RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS E/OU PROVENTOS DO EMITENTE.

AVALISTA: GARANTIDOR DO EMPRÉSTIMO.

* Nome/R. Social:

* Endereço: (Rua, Av., Bairro e Complemento)

* CPF/CNPJ:

* Cidade:

* UF:

* CEP:

* Fone:

* Nome/R. Social:

* Endereço: (Rua, Av., Bairro e Complemento)

* CPF/CNPJ:

* Cidade:

* UF:

* CEP:

* Fone:

B - CARACTERÍSTICAS DO CRÉDITO

* B.1. Modalidade:

* B.2. Juros - Pré-fixados:

* B.3. Juros - Pós-fixados:

* B.4. Valor do Empréstimo:

* B.5. Val. das Parcelas:

* B.6. Val. do IOF:

* B.7. Val. de Seguro:

* B.8. Cadastro/Renovação:

* B.9. Sem. de Terceiras Recorr.

* B.10. Outras Desp. Recorríveis:

* B.11. Val. total desta Cédula:

* B.12. - Custo Efetivo Total:

C - FORMA DE LIBERAÇÃO DO EMPRÉSTIMO

☐ Transferência Eletrônica - TED / DOC / OP Banco:

☐ Cheque Administrativo Agência:

☐ Crédito em Conta Corrente:

D - FORMA DE PAGAMENTO

Desconto voluntário em folha de pagamento, em parcelas mensais e consecutivas, conforme abaixo:

* D.1. Qtd. de Parcelas:

* D.2. Valor das Parcelas:

* D.3. Valor Total das Parcelas:

* D.4. Data do 1.º Vcto:

* D.5. Data do Último Vcto:

E - FINANCIAR TRIBUTOS?

☒ SIM

☐ NÃO

F - FINANCIAR TARIFAS E DEMAIS DESPESAS?

☒ SIM

☐ NÃO

G - GARANTIA:

Além da garantia fidejussória, haverá ainda, conforme assinalado abaixo, a(s) garantia(s) constituída(s), através de termo próprio, aplicado a cada espécie, que integra(m) a presente, para todos os efeitos de direito:

☐ Cessão Fiduciária de Direito de Crédito

☐ Alienação Fiduciária de Bem(ns)

[Assinatura]

H - LOCAL DE PAGAMENTO:
Rua Alvarenga Peixoto, 974, 4º andar - Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte - Minas Gerais.
CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO
1 - Da operação - O CREDOR concede, em favor do(a) EMITENTE, um empréstimo mediante consignação voluntária em folha de pagamento mensal, cujo valor, prazo, vencimento, encargos financeiros e liberação dos recursos estão mencionados e caracterizados no item "B" e "C" do quadro preambular. Parágrafo Único: O CREDOR somente liberará o valor do empréstimo, ora contratado, mediante a entrega da competente autorização firmada pelo(a) EMITENTE, em caráter irrevogável e irretratável, dirigida ao seu EMPREGADOR ou ENTIDADE PÚBLICA pagadora, para fazer os descontos correspondentes aos valores das prestações desta operação de crédito em sua folha de pagamento, transferindo-os ao CREDOR para o fiel cumprimento desta avença (Cf. Parágrafo 1º, da Cláusula 4).
2 - Dos encargos financeiros - Sobre o valor do empréstimo incidirão encargos financeiros, previstos no item "B", calculados sobre o valor do saldo devedor, em aberto, desde a data da emissão da presente Cédula de Crédito até a data de vencimento de cada prestação. Os juros serão calculados, sempre e invariavelmente, de forma mensalmente capitalizada, como previsto em lei.
3 - Do Custo Efetivo Total - O tomador(a)/emitente da operação ora proposta declara-se ciente e informado que o Custo Efetivo Total - CET corresponde ao custo dos juros, seguros, tributos, comissão de intermediação e das demais tarifas e despesas, inclusive as reembolsáveis, e os serviços de terceiros, expresso na forma de taxa mensal e anual, tudo conforme explicitado no item "B" acima.
4 - Dos encargos tributários - Correrão por conta do(a) EMITENTE, todos os encargos tributários, notadamente, o Imposto sobre Operações de Crédito (IOF).
5 - Da forma de pagamento - Todos os pagamentos devidos pelo(a) EMITENTE, na forma e vencimento mencionados no item "D", do intróito da presente Cédula, serão realizados mediante descontos mensais em sua folha de pagamento, no valor necessário à quitação de cada parcela do empréstimo, até liquidação final do saldo devedor, dentro dos critérios definidos, de comum acordo, pelas partes. Parágrafo Primeiro: fica devidamente esclarecido que para a realização do empréstimo nos moldes e condições aqui convenionados, o(a) EMITENTE se compromete a entregar ao CREDOR uma autorização formal e por escrito, dirigida ao seu EMPREGADOR ou ENTIDADE PÚBLICA pagadora, para que o(a) mesmo(a) possa realizar os descontos, correspondentes aos valores das parcelas mensais, em sua folha de pagamento de salário ou de remuneração, e, consequentemente, transferi-los ao CREDOR, para o fiel e cabal cumprimento das obrigações oriundas desta Cédula de Crédito, até total liquidação do débito, ora contratado.
Parágrafo Segundo: Fica, desde já, certo e convenionado entre as partes que o percentual de comprometimento salarial do(a) EMITENTE, em relação ao dispêndio mensal com o pagamento das parcelas, não poderá ser superior àquele fixado na legislação que dispõe sobre as respectivas consignações em folha de pagamento.
Parágrafo Terceiro: Fica assegurado o direito à liquidação antecipada do débito ou amortização, mediante redução proporcional dos juros. Nesta hipótese, o valor presente dos pagamentos previstos para fins de amortização ou de liquidação antecipada, devem ser calculados da seguinte forma: (i) no caso de operações de crédito com prazo a decorrer de até 12 (doze) meses, com a utilização da taxa de juros pactuada; (ii) no caso de operações de crédito com prazo a decorrer superior a 12 (doze) meses: a) com a utilização de taxa equivalente à soma do spread na data da contratação original com taxa Selic apurada na data do pedido de amortização ou de liquidação antecipada; b) com a utilização da taxa de juros pactuada se a solicitação de amortização ou de a liquidação antecipada ocorrer no prazo de até sete dias da celebração do empréstimo.
6 - Da Garantia - Para garantir o pagamento do principal e acessório do débito, bem como de eventuais penalidades moratórias, despesas de cobrança, custas, honorários advocatícios e tudo mais que fique a dever, por força desta Cédula de Crédito, é constituída em favor do Banco CREDOR, o(s) garantia(s) constante(s) na alínea "H", do preâmbulo desta Cédula.
7 - Do inadimplemento - Considera-se inadimplemento o descumprimento de qualquer obrigação aqui estabelecida e/ou prática de ato ou a superveniência de qualquer fato que, embora não expressamente relacionado, impossibilite ao(a) EMITENTE o pleno pagamento deste empréstimo. Assim, na hipótese de se tornar impossível ou inviável o desconto mensal na folha de pagamento, dos valores correspondentes às parcelas devidas, em decorrência desta Cédula de Crédito Bancário, como o comprometimento da margem de consignação, facultativa e compulsória, sobre o salário ou a remuneração, fica o(a) EMITENTE obrigado(a), alternativamente a: (i) pagar as aludidas parcelas diretamente ao CREDOR, contra recibo a ser concedido por este; ou (ii) pagar as parcelas inadimplidas mediante débito na conta-corrente de sua titularidade, mantida junto ao Banco Bonsucesso S/A, obrigando-se a nela manter quantia capaz e disponível para acolher o débito respectivo, ficando o referido CREDOR autorizado desde já, de maneira irrevogável e irretratável a proceder ao lançamento de tal débito; ou, ainda, (iii) prorrogar o vencimento final do empréstimo, e, via de consequência, rescalonar o pagamento do débito, em aberto, através de parcelas mensais, no valor não excedente ao percentual do salário ou remuneração definido em lei, pelo que, as partes, desde já, assim convencionam, de comum acordo. Parágrafo Primeiro: Na ocorrência de o fundo disponível não bastar para o acolhimento total do débito, poderá o CREDOR, se assim lhe convier, utilizar o fundo existente, na amortização parcial do seu crédito e considerar o restante da dívida do(a) EMITENTE, antecipadamente vencida.

COB-VI-10009

PA 08

Parágrafo Segundo: Tratando-se de empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e, por qualquer fato ou motivo, o mesmo afastar-se voluntariamente ou ser demitido de suas funções, o desconto em folha de pagamento aqui mencionado, para pagamento do empréstimo incidirá sobre as verbas rescisórias devidas pelo empregador, até o limite fixado em lei, correspondente a trinta por cento.

8 - Dos encargos moratórios - Qualquer quantia devida pelo(a) EMITENTE, por força deste empréstimo, vencida e não paga, será considerada automaticamente em mora, ficando o débito sujeito, do vencimento ao efetivo pagamento, à atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos e que reflitam a desvalorização da moeda, aos juros de mora de 1,00% a.m. (um por cento ao mês), aos juros remuneratórios às taxas dos encargos aqui cobrados - ambos aplicáveis pro rata die (proporcional ao número de dias), sobre o capital corrigido - além da multa irredutível de 2% (dois por cento) sobre o total apurado e, também, as custas e honorários advocatícios.

9 - Do vencimento antecipado de dívida - Fica convencionado, expressamente, que a falta de pagamento das parcelas nos seus respectivos vencimentos, ou o descumprimento de qualquer outra obrigação aqui prevista e em todas as demais hipóteses previstas em lei faculta ao CREDOR o direito de considerar vencida e imediatamente exigível a totalidade da dívida, independentemente de aviso ou notificação.

10 - Da restrição cadastral - Nas hipóteses de mora o CREDOR fica, desde já, autorizado, pelo(a) EMITENTE a enviar, para inscrição, o seu nome no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), e qualquer outro órgão, bem como na Central de Riscos do Banco Central do Brasil, e, ainda, a encaminhar o afluído título, para o devido protesto, nos termos das Leis 9.492/97 e 10.931/04.

11 - Das obrigações do CREDOR: Sempre que necessário, o CREDOR obriga-se a emitir extratos ou planilhas de cálculo da dívida, que integrarão a presente Cédula, obedecendo aos critérios aqui estabelecidos, demonstrando o valor da obrigação ou de seu saldo devedor.

Parágrafo Único: O(A) EMITENTE terá o prazo de 15 (quinze) dias, da data de cada lançamento, para deles reclamar, e o mesmo prazo para notificar o não recebimento dos extratos, importando o seu silêncio no reconhecimento da regular recepção e de sua inteira conformidade.

12 - Do arrependimento - Fica, ainda, convencionado que, o(a) EMITENTE poderá desistir do empréstimo, no prazo de sete dias a contar da emissão da presente Cédula, mediante comunicação, por escrito, ao CREDOR. Exercitando o(a) EMITENTE o direito de arrependimento, aqui previsto, os valores eventualmente recebidos serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados, através de crédito em conta-corrente, acrescida dos encargos e despesas convencionados no empréstimo, aplicáveis pro rata die (proporcional ao número de dias).

13 - Da cessão de crédito - O (A) EMITENTE, desde já, autoriza o Banco credor a ceder os direitos decorrentes desta Cédula a terceiros, que ficarão sub-rogados em todas as ações, privilégios e garantias decorrentes dos direitos cedidos.

14 - Das Despesas - Os serviços de terceiros e as demais despesas reembolsáveis, previstas nos itens 8.9 e 8.10, correrão por conta do(a) EMITENTE, como é de seu pleno conhecimento, ficando assim, desde já, o CREDOR autorizado pelo(a) EMITENTE a contratar com terceiros os referidos serviços.

15 - Da declaração - O(A) EMITENTE e AVALISTA(S) declaram, para os devidos fins, que, ao assinarem a presente Cédula de Crédito Bancário, compreenderam o sentido e o alcance de suas disposições, após terem lido e discutido, sob todos os aspectos e consequências, as condições que regem a presente operação de crédito, obrigando-se a cumpri-las, em todos os seus termos.

As partes, aceitando as condições, ora estipuladas, firmam a presente em tantas vias, quanto o número de partes aqui envolvidas - credor, devedor e avalista(s), sendo a do CREDOR a única "negociável".

Local e Data de Emissão

Emitente

Avalista

Avalista

ASSINATURA A ROGO

• Testemunhas:

Nome:
CPF:Nome:
CPF:Nome:
CPF:

(esta folha foi intencionalmente deixada em branco)

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a large, circular flourish.



**FICHA CADASTRAL E PROPOSTA DE ADESAO À
CONSIGNAÇÃO DE DESCONTOS PARA PAGAMENTO
DE EMPRÉSTIMOS E CARTÃO DE CRÉDITO INSS**

☐ Empréstimo Consignado ☐ Cartão Bonsucesso Visa

Correspondente Não-Bancário: _____

Número da Proposta de Adesão: _____

Local e Data de Emissão: _____

Nº Atendimento: _____

I - DADOS DO(A) ADERENTE

Nome Completo: _____ CPF/MF: _____

Data de Nascimento: _____ Número do Benefício: _____ Espécie do Benefício: _____ Convênio: _____
INSS

Identidade: _____ Data de Emissão: _____ Órgão: _____ UF: _____ Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Sexo: ☐ M ☐ F Estado Civil: ☐ Solteiro ☐ Casado ☐ Viúva ☐ Divorciado/Separado ☐ Outros

Felicitosa: _____

Nome da Mãe: _____ Nome do Pai: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Correio Eletrônico (E-mail): _____

Dados Bancários (recebimento dos precatos):

Banco Pagador: _____ Nº Banco: _____ Agência: _____ Nº Conta: _____

Tipo de Conta: ☐ Conta Corrente ☐ Poupança

II - CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Valor Solicitado: _____ Cotação/renovação: _____ Vt. IOF: _____ Vt. Juros: _____ Serv. Forçados: _____

Outros Desp. Reconhecíveis: _____ Vt. Seguro: _____ Vt. Total Empréstimo: _____ Taxa de Juros: _____
% ao mês / % ao ano

1 - FORMA DE PAGAMENTO - Desconto voluntário no benefício previdenciário, da seguinte forma:

Ordem Parcelas: _____ Valor das Parcelas: _____ Valor Total das Parcelas: _____ Data da 1ª Venc.: _____ Data da Última Venc.: _____

Financia Tributos: ☒ SIM ☐ NÃO Financia Tarifas e Demais Despesas: ☒ SIM ☐ NÃO Custo Efetivo Total: _____ % ao ano

2 - FORMA DE LIBERAÇÃO DO EMPRÉSTIMO

☐ Transferência Eletrônica - TED / BOC / OP ☐ Cheque Administrativo ☐ Crédito em Conta

☐ Conta Indicação Ativa ☐ Outra Conta

Banco: _____ Nº Banco: _____ Agência: _____ Nº Conta: _____

Tipo de Conta: ☐ Conta Corrente ☐ Poupança

III - CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO - CARTÃO CONSIGNADO BONSUCESSO VISA

1. SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE PERDA E ROUBO: autorizo a cobrança do serviço de proteção de Perda e Roubo do Cartão Bonsucesso VISA: Sim ☐ Não ☐

2. SOLICITAÇÃO DO CARTÃO E ADESAO: através da presente, solicito a emissão e envio do Cartão de Crédito do Banco Bonsucesso S/A, em meu nome, com base nas informações desta Proposta de Adesão e Ficha Cadastral, para ser utilizada em conformidade com a legislação pertinente à espécie, aderindo, via de consequência, às cláusulas e condições estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviços de Emissão, Utilização e Administração do cartão consignado nominado: **CARTÃO BONSUCESSO - VISA**, registrado no Cartório de Registros de Títulos e Documentos da Comarca de Belo Horizonte (MG). Declaro, ainda, que somente desbloquearei o Cartão de Crédito após ler e entender os termos e disposições contidos nas Normas Reguladoras. Responsabilizo-me pelo uso e guarda deste Cartão de Crédito e pela disponibilidade de margem consignável para o desconto do valor mínimo para pagamento da fatura mensal.

3. FORMA DE PAGAMENTO: os pagamentos serão feitos mediante descontos nos benefícios previdenciários, no valor mensal correspondente ao percentual para desconto, conforme legislação vigente. O saldo restante poderá ser

FORM-INSS-VISACOD

Pag. 01

[Handwritten signature]

pago até a data do seu vencimento, em qualquer agência bancária integrante do Sistema Nacional de Compensação ou onde o titular possuir conta. Após o vencimento, o pagamento deverá ser feito no banco indicado no boleto.

4. INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

- O valor de pagamento mínimo da sua fatura será descontado diretamente do seu benefício previdenciário. A fatura com o restante do saldo para quitação total poderá ser paga até a data de vencimento em qualquer agência da rede bancária.
- Se o valor mínimo para pagamento da fatura mensal não for descontado de seu benefício previdenciário, independentemente do motivo, você deverá se dirigir, até a data de vencimento, a qualquer agência da rede bancária para efetuar o pagamento mínimo, parcial ou total de sua fatura mensal. Após a data de vencimento o pagamento só poderá ser efetuado no Banco Bonsucesso S/A.

IV - CONDIÇÕES COMUNS: EMPRÉSTIMO E CARTÃO CONSIGNADO

1. O(A) ADERENTE ESTÁ CIENTE E DEVIDAMENTE INFORMADO DE QUE:

- (a) O CET - Custo Efetivo Total da operação ora proposta corresponde ao custo dos juros, seguros, tributos, comissão de intermediação e demais tarifas e despesas, inclusive as reembolsáveis e os serviços de terceiros, expresso na forma de taxa anual;
- (b) que o valor a ser averbado, está em conformidade com o pactuado;
- (c) Os produtos do Banco Bonsucesso S.A. não estão sujeitos ao pagamento de qualquer comissão a funcionários ou terceiros pelo aderente. Todos os valores porventura cobrados estão afixados em local visível e dispostos nos pontos de venda do Banco Bonsucesso S.A. e também disponíveis na página do Banco na Internet;
- (d) esta Proposta de Adesão está sujeita a análise pelo Banco Bonsucesso S.A.; e,
- (e) responderá civil e criminalmente pelas informações falsas e incorretas que tenha prestado ao Banco Bonsucesso S/A, neste instrumento.

2. O Banco Bonsucesso S.A. está por mim autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, a incluir os serviços de terceiros e demais despesas reembolsáveis no total da operação ora solicitada, conforme constante no Campo II.

3. Neste ato, o(a) Aderente declara: (i) ter lido e entendido o Regulamento do Empréstimo Consignado, bem como as normas reguladoras de Emissão, Utilização e Administração do CARTÃO BONSUCESSO - VISA, aceitando-os; (ii) ter aderido integralmente ambos os documentos, supramencionados, sobre os quais não tem nenhuma dúvida; (iii) que teve conhecimento do CET - Custo Efetivo Total, previamente a contratação; e, (iv) tanto o empréstimo, quanto a solicitação do cartão consignado, é feito por livre e espontânea vontade, sem qualquer vinculação com o outro produto e/ou operação, disponibilizados pelo Banco Bonsucesso S/A aos seus clientes.

4. No caso de arrependimento, o(a) Aderente deverá manifestar essa intenção através de comunicação escrita, dirigida ao Banco Bonsucesso, e, concomitantemente, a devolução total da quantia recebida, através de crédito em conta corrente, acrescida dos encargos e despesas, às mesmas taxas e valores convencionadas nas respectivas operações bancárias, aplicáveis pro rata die (proporcional ao número de dias), sobre o capital devidamente corrigido.

5. O(A) Aderente autoriza, neste ato, bem como concorda que o Banco Bonsucesso S/A troque informações creditícias, cadastrais e financeiras a seu respeito, como também a utilizar seu endereço, inclusive eletrônico, para o envio de males diretas, venda de produtos e serviços, outras correspondências promocionais e, ainda, a fornecer à Central de Risco do Banco Central do Brasil, informações sobre o montante dos seus débitos e a acessar as referidas informações junto àquela Central, prestadas por outras instituições financeiras.

6. **AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO NO MEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO:** através da presente, autorizo o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, de forma irrevogável e irretratável, a realizar o desconto mensal em meu benefício previdenciário, em favor do Banco Bonsucesso S/A, Instituição Financeira Consignatária, para o pagamento das parcelas especificadas no Campo II, item 1 acima do preâmbulo, referente ao EMPRÉSTIMO CONSIGNADO bem como o pagamento correspondente ao mínimo da fatura mensal do meu CARTÃO BONSUCESSO - VISA. Ocorrendo a impossibilidade de desconto em folha de pagamento, por qualquer que seja o motivo, o Banco Bonsucesso S.A., desde já fica autorizado, em caráter irrevogável e irretratável, a debitar na conta corrente de minha titularidade, indicada no Campo I, o valor vencido e não pago, destinando os recursos, única e exclusivamente para amortizar o saldo devedor do empréstimo contratado.

7. **AUTORIZAÇÃO DE SEGURO PRESTAMISTA:** fica, desde já, o Banco Bonsucesso S.A. autorizado, caso seja de seu interesse, a contratar um seguro de vida, tipo prestamista, objetivando a quitação do saldo devedor do meu empréstimo consignado, apurado à época da ocorrência do sinistro, em caso de morte do devedor/ mutuário, desde que, tal contratação, não implique em custos ou despesas para mim.

8. **TERMO DE ADESÃO:** ao assinar esta Proposta de Adesão e uma vez aprovado o meu crédito, declaro-me vinculado e adiro, em caráter irrevogável, irretratável e de forma incondicional, às condições previstas no

FORM INSS-VIT008

10
Pag

Regulamento, registrado sob o número 1191361, no 1º Serviço de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, bem como, declaro-me vinculado e adiro, em caráter irrevogável, irretratável e de forma incondicional, às condições previstas no Regulamento de Emissão, Utilização e Administração do CARTÃO BONSUCESSO - VISA, registrado sob o número 1204824, no 1º Serviço de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

• Assinatura do Cliente:

• Testemunhas:

CPF:

CPF:

SOMENTE NO CASO ESPECÍFICO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO
(Declaração se analfabeto ou impedido de assinar)

Declaro que li atentamente a leitura deste documento, na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo e estou ciente de todas as condições e obrigações que assumi.

<p>ASSINATURA A ROGO</p> <p>_____ Nome: CPF:</p>	<p>• Testemunhas:</p> <p>_____ Nome: CPF:</p> <p>_____ Nome: CPF:</p>
--	---



FCPA-1985-V-61008

Page 03



ANEXO IX
CONVÊNIOS

Registro de Títulos e Documentos
4.º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

Lista de Convênios Federais

<u>ENTIDADE / DESCRIÇÃO</u>	<u>CÓDIGO</u>
INSS	11398

Lista de Convênios Estaduais

<u>ENTIDADE / DESCRIÇÃO</u>	<u>CÓDIGO</u>
CAMPREV-CAMPINAS	12106
EST AMAZONAS	11991
EST BAHIA	10618
EST DA BAHIA - GAP	12327
EST DE GOIAS	7005
EST DO MARANHÃO	10944
EST DO PARANÁ	11096
EST DO TOCANTINS	11754
EST PERNAMBUCO	11576
EST RIO DE JANEIRO	10235
EST RONDONIA	12467
IPSEMG	11495
PMMG	11461



Lista de Convênios Municipais

<u>ENTIDADE / DESCRIÇÃO</u>	<u>CÓDIGO</u>
PREF BELO HORIZONTE	11789
PREF CAMPINA GRANDE	11568
PREF CIDADE OCIDENTAL	39735
PREF GOIANIA	10111
PREF GUARUJA	11711
PREF ITAGUAI	12271
PREF JOAO PESSOA	11592
PREF SALVADOR	10502
PREF SAO LUIS	11703
PREF SAO PAULO	10421
PREF TERESOPOLIS	10677
PREF UBERLANDIA	11061
PREF VALINHOS	12785
PREF VALPARAISO DE GOIAS	12661
PREFEITURA DE MONTES CLAROS	13412

Handwritten signature and a large circular mark.

ANEXO X
LISTA DE NOVOS CONVÊNIOS

Data: [●]/[●]/[●]

CÓDIGO	ENTIDADE / DESCRIÇÃO



ANEXO XI
MODELO DE SUPLEMENTO

Registro de Títulos e Documentos
4.º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

Suplemento da Série "n"

1. Suplemento nº [•] ("Suplemento") referente à [•]ª Série de Cotas Seniores ("[•]ª Série") emitida nos termos do regulamento do **BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO**, registrado sob o nº [•] no [•]º Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº [•] e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Administradora").
2. O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate de cada Cota Sênior da [•]ª Série, será calculado de acordo com o critério de atualização definido no item (i) do artigo 106 do Capítulo XVI do Regulamento, bem como a expressão prevista na alínea [•] do parágrafo único do mesmo artigo, observado o disposto na seguinte Tabela:

<i>Sobretaxa_n</i>	[•]
Data de Amortização, na hipótese de Amortização Integral	[dia]/[mês]/[ano]

<i>Spread_n</i>	[•]
Data de Amortização, na hipótese de Amortização Integral	[dia]/[mês]/[ano]

<i>Taxa Pré_n</i>	[•]
Data de Amortização, na hipótese de Amortização Integral	[dia]/[mês]/[ano]

- 2.1. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida em cada dia [•] de [•] e [•] de [•] de cada exercício social ("Data de Amortização") a amortização de parcela do valor de cada Cota Sênior da [•]ª Série ("Amortização Programada"), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia [•] de [•] de [•], quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Cota:



$$VAPn = VQSnT - VAEn + (PA \times VQSA n),$$

onde:

VAPn valor da Amortização Programada referente a cada Cota Sênior da [•]ª Série na Data de Amortização “n”.

VQSnT valor unitário de cada Cota Sênior da [•]ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, de cada Cota Sênior da [•]ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea [•], alínea [•] e alínea [•] do artigo [•] da Cláusula [•] do Regulamento, na data de apuração de VAPn.

VQSA n valor unitário de cada Cota Sênior da [•]ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, de cada Cota Sênior da [•]ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea [•], alínea [•] e alínea [•] do artigo [•] da Cláusula [•] do Regulamento, em [•].

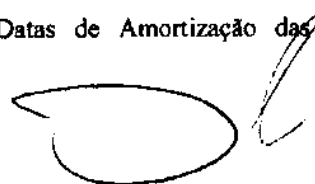
VAEn somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização de cada Cota Sênior da [•]ª Série, anteriormente à Data de Amortização “n” apurado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VAE = VQSA n \times (1 - SPA),$$

Sendo que:

SPA é o somatório dos percentuais de amortização (*PA*) das Cotas Seniores da [•]ª Série efetivamente ocorridas até o Dia Útil anterior à data de apuração de VAPn.

PA percentual de amortização do valor nominal de cada Cota Sênior da [•]ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das



Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

Data de Amortização (*)	PA
[•]	[•]
[•]	[•]
[•] (**)	[•] (***)

(*) Deve ser coincidente com as Datas de Amortização definidas no artigo "2" acima.

(**) Deve ser equivalente à última Data de Amortização definida no artigo "2" acima.

(***) Manter caso aplicável.

3. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no inciso viii da alínea (a) do artigo 11 do Regulamento.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•].

FUNDO/ADMINISTRADORA:

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.,
*(na qualidade de administradora do Bonsucesso Fundo de Investimento em
Direitos Creditórios – Crédito Consignado)*

Testemunhas:

Nome:
RG:
CPF/MF:

Nome:
RG:
CPF/MF:



ANEXO XII

TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO

Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco do
**BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO**

À

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.**

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro – RJ

At: Sr. Alexandre Lodi

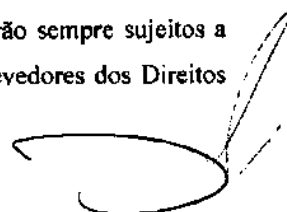
Eu, [•] [nome completo], [com sede] [residente] na [•] inscrito(a) no [CNPJ/MF] [CPF/MF] sob o nº [•], na qualidade de investidor do **BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO** (“Fundo”), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Administradora”), tendo como Diretor Designado, o Sr. José Alexandre Costa de Freitas, declaro:

I. Ter recebido, lido e compreendido os termos do Regulamento do Fundo consolidado, datado de [•], e de seu Prospecto, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido.

II. Estar de acordo e ciente de que:

a) os investimentos do Fundo não representam depósitos bancários, não possuem garantia da Administradora, do Custodiante, do Distribuidor, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;

b) não obstante a adoção por parte da Administradora de padrões criteriosos no que se refere à administração técnica da carteira do Fundo e do cumprimento de sua política de investimentos, por sua própria natureza, os investimentos do Fundo estarão sempre sujeitos a riscos provenientes das flutuações de mercado, a riscos de crédito dos devedores dos Direitos



Creditórios cedidos ao Fundo, entre outros, sendo que poderá haver, portanto, perda do aporte total, e atraso no reembolso do capital investido;

c) a existência de rentabilidade/performance do Fundo no passado não constitui garantia de rentabilidade/performance futura;

d) os recursos a serem investidos no Fundo deverão ser depositados/creditados diretamente na Conta Corrente do Fundo nº [•], na agência [•] do Banco [•];

e) o Periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo será o jornal "Valor Econômico", observado o disposto no artigo 175 do Capítulo XXVIII do Regulamento; e

f) as Cotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por Investidores Qualificados, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

III. Ademais, nos termos do artigo 96 do Capítulo XV do Regulamento informamos que comunicações a mim enviadas pela Administradora e/ou pelo Custodiante deverão ser encaminhadas para o seguinte e-mail, aos cuidados do Sr. [•] [qualificar].

(Local e data)

Nome:

Cargo:



ANEXO XIII

DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS POR AMOSTRAGEM

A verificação do lastro por amostragem será realizada pelo Custodiante, que deverá observar os seguintes parâmetros:

(a) em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade nº 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Comprobatórios do Fundo, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;

(b) para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (*software* ACL), que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:

(i) Grau de Confiança: 95%;

(ii) Limite de Erro Tolerável: 5%.

Grau de Confiança: é o percentual que o auditor confia de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável.

Limite de Erro Tolerável: é o erro máximo na população que o auditor está disposto a aceitar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da auditoria. O Limite de Erro Tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos. Quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra;

(c) se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.

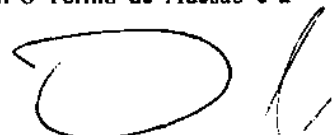


Na análise física do contrato celebrado por escrito entre o Banco Bonsucesso e o respectivo Aposentado e Pensionista relativo à contratação do Empréstimo, a análise dos documentos comprobatórios será feita nos seguintes itens;


1. Número do Contrato confere entre o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
2. Número do CPF do Sacado confere entre o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
3. Nome do Sacado confere entre o Termo de Adesão e a Planilha de amostra;
4. Dia de Vencimento de Contrato confere entre o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
5. Número de Parcelas Cedidas ao Fundo confere ou é inferior com o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
6. O Valor Total Cedido ao Fundo confere ou é inferior com o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
7. Possui assinatura do Sacado no Termo de Adesão;
8. Possui assinatura do representante do Banco no Termo de Adesão;
9. Possui assinatura de 2 testemunhas identificadas com Nome e CPF no Termo de Adesão;
10. Local e data estão preenchidos no Termo de Adesão;
11. Existe Autorização de Desconto em Conta Corrente do Sacado;
12. Se existir Autorização de Desconto em Conta Corrente, esta possui assinatura do Sacado;
13. Se existir Autorização de Desconto em Conta Corrente, todos os campos estão preenchidos;
14. Existem cópias de documentos de identidade anexas

Na análise física do contrato celebrado por escrito entre o Banco Bonsucesso e o respectivo Servidor Público a análise dos documentos comprobatórios será feita nos seguintes itens;

1. Número do Contrato confere entre o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
2. Número do CPF do Servidor Público confere entre o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
3. Nome do Servidor Público confere entre o Termo de Adesão e a Planilha de amostra;
4. Dia de Vencimento de Contrato confere entre o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
5. Número de Parcelas Cedidas ao Fundo confere ou é inferior com o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
6. O Valor Total Cedido ao Fundo confere ou é inferior com o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;



7. Possui assinatura do Servidor Público no Termo de Adesão;
8. Possui assinatura do representante do Banco no Termo de Adesão;
9. Possui assinatura de 2 testemunhas identificadas com Nome e CPF no Termo de Adesão;
10. Local e data estão preenchidos no Termo de Adesão;
11. Existe Autorização de Desconto em Folha de Pagamento do Servidor Público;
12. Se houver Autorização para Desconto em Folha, este possui a assinatura do Servidor Público;
13. Se houver Autorização de Desconto em Folha de Pagamento, todos os campos estão preenchidos;
14. Existe Termo de Averbação do Órgão Público;
15. Se houver Termo de Averbação, este possui assinatura do representante do Órgão Público;
16. Se houver Termo de Averbação, todos os campos estão preenchidos;
17. Existem cópias de documentos de identidade anexas.



ANEXO III

SUPLEMENTO DA 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES DE EMISSÃO DO FUNDO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO SUPLEMENTO DA 2ª SÉRIE DE
COTAS SENIORES DO BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora ("Administradora") do **BONSUCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO**, cujo regulamento foi registrado em 04 de dezembro de 2010 sob o nº 801487, e cujos instrumentos particulares de 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª alteração foram registrados em 16 de março de 2010, 07 de abril de 2010, 14 de abril de 2010, 03 de maio de 2010, 06 de maio de 2010, 23 de agosto de 2010 e 19 de outubro de 2010, respectivamente sob os números, 811813, 814332, 815146, 816996, 817603, 829714, e 836260, respectivamente, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.377.129/0001-30 (o "Fundo");

CONSIDERANDO QUE:

- (i) O Suplemento da 2ª Série de Cotas Seniores do Fundo (o "Suplemento") foi celebrado pela Administradora em 21 de março de 2011, e registrado em 25 de março de 2011 sob o nº 853252, perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro;
- (ii) A Administradora pretende realizar alterações no Suplemento;
- (iii) Até a presente data não foi iniciada a oferta pública de distribuição das Cotas Seniores 2ª Série do Fundo.

RESOLVE a Administradora aditar o Suplemento, de modo a incluir a taxa de Spread (2,5% ao ano) na tabela constante do item 2, o qual passará a vigorar, a partir da data de registro do presente em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, na forma do Anexo I.

4ºRTD-RJ - 858645

Enviado 10/5/2011 12:50:11 (11/05/2011)
VALUACAO: R\$ 9.113,45 / FET: 23,45
Linha 4: 914/05 \$ 88 / 10x Emcl (R\$) 111,54
PARA: 1 via(s) 2 / Nome(s) 1 / Page 1
Proc. Eletr. n.º 4000053 / Dig.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2011.




OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Instituição Administradora
Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor


Maria Graciele Vellozo
Procuradora

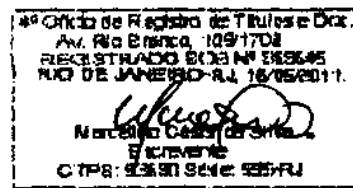
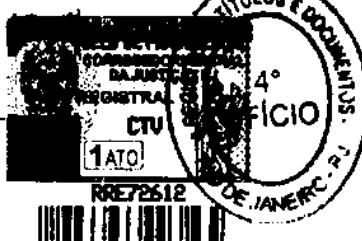
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4.º OFÍCIO

Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do

Registro N.º 836.260 do Livro 5-115

O QUE CERTIFICO, RJ, 16 MAI 2011





ANEXO I

Registro de Títulos e Documentos

4.º Ofício - RJ

Anexo ao Documento Arquivado

**SUPLEMENTO DA 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES DO BONSUCESSO FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO**

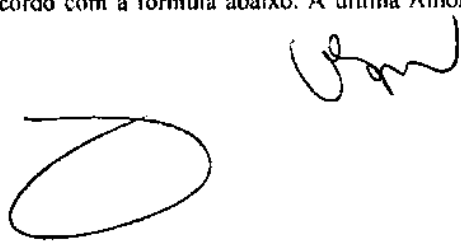
A large, stylized handwritten signature, possibly reading 'O' or 'D', in black ink.A smaller, cursive handwritten signature in black ink.

SUPLEMENTO DA 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES DO BONSUCCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO*Suplemento da 2ª Série de Cotas Seniores*

1. Suplemento nº 02 ("Suplemento") referente à 2ª Série de Cotas Seniores ("2ª Série") emitida nos termos do regulamento do **BONSUCCESSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO**, registrado em 04 de dezembro de 2010 sob o nº 801487, tendo sido alterado pelos Instrumentos Particulares de 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª alteração ao Regulamento, os quais foram registrados em 16 de março de 2010, 07 de abril de 2010, 14 de abril de 2010, 03 de maio de 2010, 06 de maio de 2010, 23 de agosto de 2010 e 19 de outubro de 2010, respectivamente sob os números, 811813, 814332, 815146, 816996, 817603, 829714, e 836260, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº.11.377.129/0001-30 e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Administradora").
2. O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate de cada Cota Sênior da 2ª Série, será calculado de acordo com o critério de atualização definido no item (i) do artigo 106 do Capítulo XVI do Regulamento, bem como a expressão prevista na alínea "b" do parágrafo único do mesmo artigo, observado o disposto na seguinte Tabela:

Spread	2,5% ao ano
Numero de Cotas Seniores da 2ª Série emitidas	Até 8.000
Data da última Amortização (resgate integral)	5 de outubro de 2016
Valor de cada Cota Sênior da 2ª Série na Data 1ª Subscrição de Cotas	R\$ 25.000,00

- 2.1. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida, a partir do dia 5 de janeiro de 2012, inclusive, em cada dia 5 de janeiro, 5 de abril, 5 de outubro e 5 de novembro de cada exercício social ("Data de Amortização") a amortização de parcela do valor de cada Cota Sênior da 2ª Série ("Amortização Programada"), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com a fórmula abaixo. A última Amortização



Programada deverá ocorrer no dia 5 de outubro de 2016, quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Cota:

$$VAP_n = VQS_nT - VAE_n + (PA \times VQSAn),$$

onde:

VAP_n valor da Amortização Programada referente a cada Cota Sênior da 2ª Série na Data de Amortização "n".

VQS_{nT} valor unitário de cada Cota Sênior da 2ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, de cada Cota Sênior da 2ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea "b" do artigo 106 do Capítulo XVI do Regulamento, na data de apuração de VAP_n.

VQSAn valor unitário de cada Cota Sênior da 2ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, de cada Cota Sênior da 2ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido no artigo 106 do Capítulo XVI do Regulamento, em 05 de dezembro de 2011.

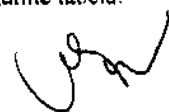
VAE_n somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização de cada Cota Sênior da 2ª Série, anteriormente à Data de Amortização "n" apurado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VAE = VQSAn \times (1 - SPA),$$

Sendo que:

SPA é o somatório dos percentuais de amortização (PA) das Cotas Seniores da 2ª Série efetivamente ocorridas até o Dia Útil anterior à data de apuração de VAP_n.

PA percentual de amortização do valor nominal de cada Cota Sênior da 2ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização, conforme a seguinte tabela:




DATAS DE AMORTIZAÇÃO	PA
5-janeiro-2012	5%
5-abril-2012	5%
5-julho-2012	5%
5-outubro-2012	5%
5-janeiro-2013	5%
5-abril-2013	5%
5-julho-2013	5%
5-outubro-2013	5%
5-janeiro-2014	5%
5-abril-2014	5%
5-julho-2014	5%
5-outubro-2014	5%
5-janeiro-2015	5%
5-abril-2015	5%
5-julho-2015	5%
5-outubro-2015	5%
5-janeiro-2016	5%
5-abril-2016	5%
5-julho-2016	5%
5-outubro-2016	5%

Registro de Títulos e Documentos

4.º Ofício - RJ

Anexo ao Documento Arquivado

3. A quantidade de Cotas Seniores de 2ª Série objeto da Oferta poderá ser, a critério do Distribuidor Líder e sem a necessidade de novo pedido de registro ou de modificação dos termos da Oferta, de acordo com o estabelecido pelo artigo 14, § 2º, da Instrução CVM nº 400, ser aumentada, em até 20% (vinte por cento) das Cotas Seniores da 2ª Série inicialmente ofertadas (as "Cotas do Lote Adicional"), isto é, em até 1.600 (mil e seiscentas) Cotas Seniores, sem prejuízo da emissão das Cotas de Lote Suplementar.
4. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03, a quantidade total de Cotas Seniores da 2ª Série também poderá ser acrescida de um lote suplementar, correspondente a até 15% (quinze por cento) das Cotas Seniores da 2ª Série inicialmente ofertadas, isto é, a até 1.200 (mil e duzentas) Cotas Seniores (as "Cotas do Lote Suplementar").
5. As Cotas do Lote Adicional e as Cotas do Lote Suplementar serão destinadas exclusivamente a atender a eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta.
6. As opções do lote adicional e do lote suplementar acima referidas poderão ser exercidas, total ou parcialmente, durante o período de distribuição, nas mesmas condições e preço de emissão das Cotas Seniores de 2ª Série inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta.



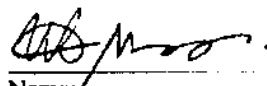

7. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2011.

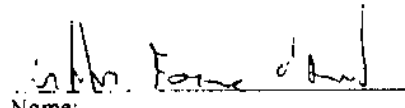


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(na qualidade de administradora do Bonsucesso Fundo de Investimento em
Direitos Creditórios Crédito Consignado)
Alexandre Costa de Freitas
Diretor
Maria Eunice M. M. de Farias Medin
Diretora

Testemunhas:



Nome:
RG:
CPF/MF:



Nome:
RG:
CPF/MF:

ANEXO IV

RELATÓRIO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS COTAS SENIORES

Data de Publicação: 12 de Abril de 2011

Relatório de Rating Preliminar**Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios -
Crédito Consignado**

Este relatório de rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 12 de abril de 2011 e não constitui uma recomendação para compra, retenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final da transação, com seus respectivos suplementos e anexos, ainda não está disponível, e a distribuição das cotas ainda não se encerrou. A atribuição de um rating final se condiciona ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating final diferente do preliminar.

Rating Preliminar em 12 de Abril de 2011

Instrumento	Rating Preliminar	Subordinação Mínima	Montante Preliminar (em Milhões de R\$)	Vencimento Legal Final
Cotas Seniores – 2ª série	'brAAA (sf)'	22%	Até 200	Outubro de 2018
Cotas Subordinadas	Não Classificadas	Não Aplicável	110,34	Maio de 2025

Perfil**FIDC:** Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Consignado (Bonsucesso FIDC)**Data prevista para o início da distribuição:** Abril de 2011**Ativos subjacentes:** Empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento a servidores públicos ou em folha de benefícios de aposentados e pensionistas.**Originador dos direitos creditórios:** Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso)**Administradora:** Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Oliveira Trust)**Custodiante:** Itaú Unibanco S.A.**Proteção de crédito:** Subordinação de cotas e *spread* excedente.**Fundamentos**

O rating atribuído à segunda série de cotas seniores do Bonsucesso FIDC reflete:

- A análise do desempenho histórico dos empréstimos consignados originados pelo Banco Bonsucesso nos últimos cinco anos e das políticas de crédito e cobrança mantidas pelo originador (Banco Bonsucesso);
- O nível mínimo de subordinação disponível às cotas seniores, definido em 22%, e o volume de *spread* excedente disponível, atualmente equivalente a 5,1% ao ano;
- A estrutura legal da operação, que possui dispositivos adequados à salvaguarda jurídica dos cotistas (constituição do FIDC e venda perfeita e acabada dos direitos creditórios elegíveis);
- A reserva de amortização e liquidez que ajudam a mitigar os riscos de fungibilidade;
- Os critérios de diversificação por fontes pagadoras, que amenizam os potenciais riscos operacionais, políticos e de crédito aos quais estas entidades podem estar sujeitas.

Em 12 de abril de 2011, a Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAAF', em sua Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, à segunda série de cotas seniores do Bonsucesso

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Consignado (Bonsucesso FIDC). A carteira de direitos creditórios do FIDC será composta por empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento a servidores públicos ou em folha de benefícios de aposentados e pensionistas. Os recursos captados pela emissão serão utilizados para financiar a originação de novos empréstimos.

O rating preliminar 'brAAA (sf)' atribuído à segunda série de cotas seniores do Bonsucesso FIDC expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas. O rating preliminar atribuído às cotas seniores do FIDC indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que deverão compor a carteira do FIDC fornecem proteção **EXTREMAMENTE FORTE** contra perdas advindas de inadimplência em comparação com outros títulos emitidos no Brasil, com base na análise de diversos cenários de estresse.

Os mecanismos de reforço de qualidade de crédito incluídos no Bonsucesso FIDC incluem a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas (22%), e o *spread* excedente mínimo, estimado inicialmente em 5,1% ao ano, que será proporcionado pela aplicação de uma taxa mínima de desconto na aquisição dos direitos creditórios (equivalente ao maior entre 16% a.a. e a taxa DI futura acrescida de um *spread* de 2,8% a.a.).

A rentabilidade-alvo da segunda série de cotas seniores do FIDC será definida em processo de *bookbuilding* e terá um teto equivalente à taxa DI Over, acrescida de um *spread* de 2,5% ao ano. As cotas subordinadas — não classificadas pela Standard & Poor's — não apresentam rentabilidade-alvo, porém deverão se beneficiar de qualquer rentabilidade excedente disponível após pagamento de despesas, recomposição de reservas e cumprimento da rentabilidade-alvo das cotas seniores.

Colateral

Os empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento ou de benefícios possuem características especiais que, geralmente, se refletem em taxas de inadimplência relativamente baixas quando comparadas às taxas de inadimplência observadas em outras modalidades de crédito pessoal. Os fatores que contribuem para o bom desempenho dos créditos consignados são o fato de os pagamentos dos empréstimos serem deduzidos diretamente do salário ou do benefício do tomador, e a maior estabilidade de emprego dos servidores públicos pelo fato de os entes públicos estarem relativamente menos expostos a condições adversas de mercado.

Critérios de Elegibilidade, Condições de Cessão e Limites de Diversificação da Carteira

O custodiante é responsável pela verificação e validação da aderência dos direitos creditórios aos critérios de elegibilidade e aos limites de diversificação da carteira em cada operação de aquisição de recebíveis pelo FIDC. Os principais critérios de elegibilidade que os recebíveis precisarão satisfazer são:

- Prazo de vencimento máximo de 60 meses contados a partir da data de aquisição;
- Valor nominal máximo de R\$ 1.000,00 para devedores do INSS e R\$ 5.000,00 para os demais devedores;
- Os entes federais, em conjunto com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), devem representar, no mínimo, 70% do Patrimônio Líquido (PL) do FIDC.
- A aquisição deverá respeitar os seguintes limites de concentração por fonte pagadora (ente consignante):

Categoria do Ente Consignante	Percentual Máximo Individual Em Relação Ao Patrimônio Líquido (PL)
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-
Entes Federais, com exceção do INSS	15%*
Entes Estaduais	7%**
Entes Municipais	4%***

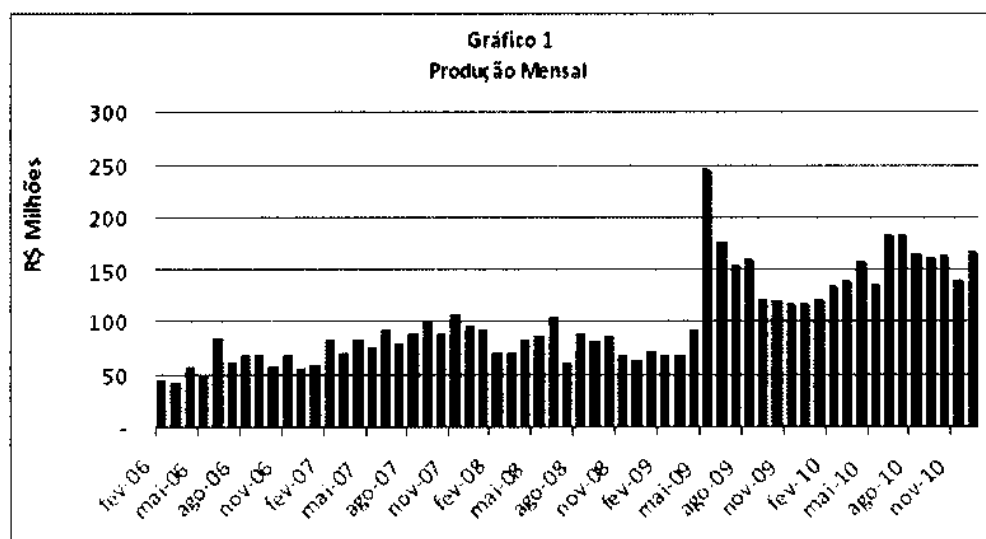
* Uma única entidade federal poderá atingir 20% do PL;
 ** Uma única entidade estadual poderá atingir 11% do PL;
 *** Uma entidade municipal poderá atingir 7% do PL.

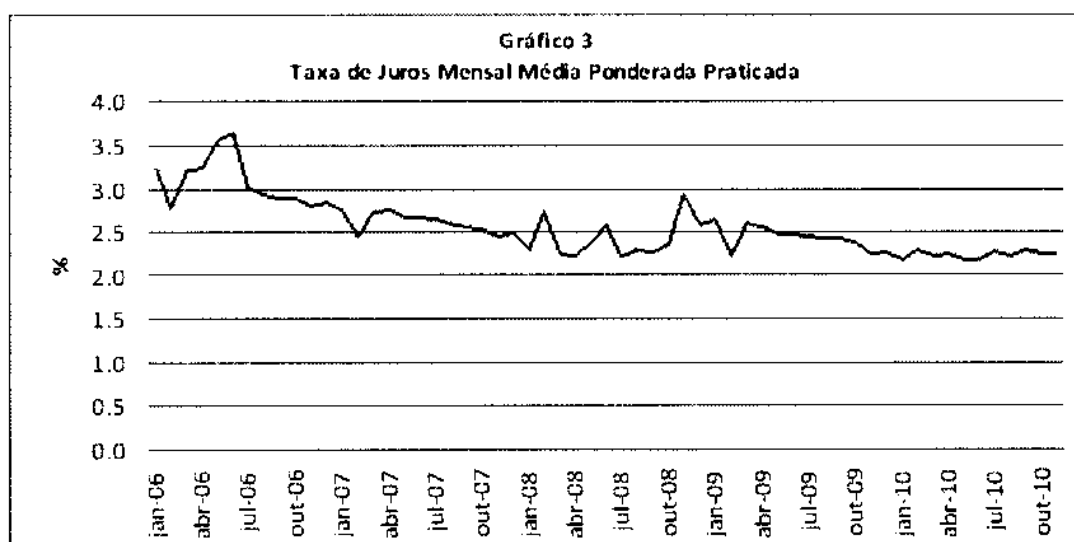
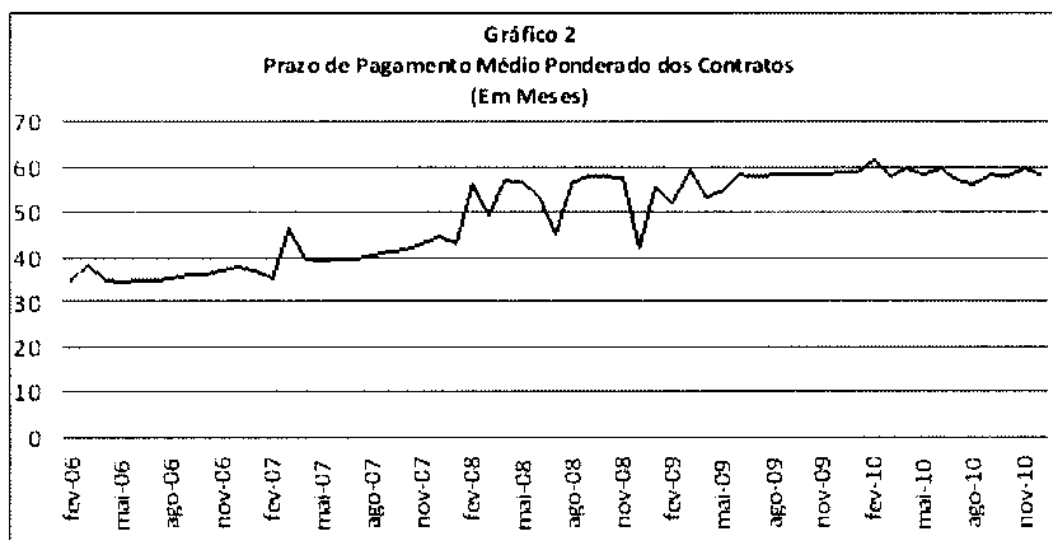
Além disso, para serem cedidos ao FIDC, os direitos creditórios terão de seguir as seguintes condições de cessão, que serão verificadas pelo Banco Bonsucesso:

- Os direitos creditórios deverão ser decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco Bonsucesso com amortizações mensais, consecutivas e taxas de juros prefixadas;
- Os direitos creditórios não poderão estar relacionados a contratos que possuam, na data de aquisição, parcelas em atraso;
- Os direitos creditórios vinculados a entes que não possuam averbação eletrônica deverão ter a primeira parcela do contrato já descontada;
- O devedor deverá ter idade inferior ou igual a 75 anos à época da celebração do contrato;
- Os devedores não deverão possuir nenhum direito creditório vencido e não pago ao FIDC.

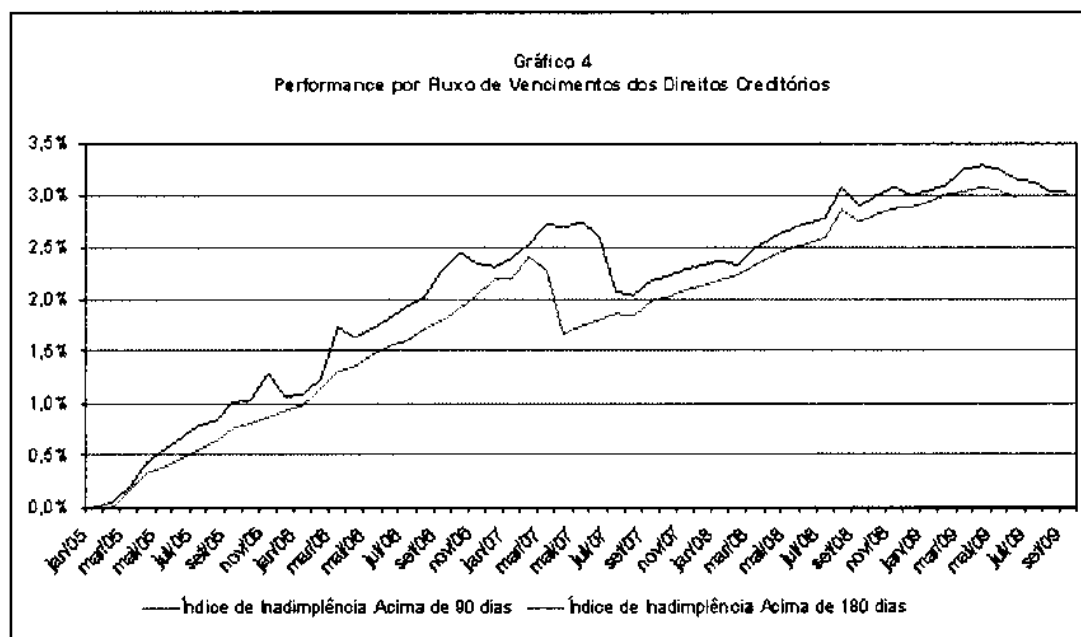
Desempenho Histórico

Os gráficos 1, 2 e 3 demonstram algumas características da carteira total de empréstimos consignados originada pelo Banco Bonsucesso de 2006 a 2010. Historicamente, a originação de empréstimos do banco tem sido bastante focada em entidades federais, com estados e municípios representando uma proporção relativamente menor da carteira (30% a 35%). Em dezembro de 2010, a carteira do Banco Bonsucesso era formada por 65% de créditos ligados ao INSS. O aumento no volume de originação do banco em abril de 2009 refletiu a liberação, pelo Governo Federal, de 10% da margem consignável do INSS, anteriormente reservada para a modalidade de cartão de crédito. Consequentemente, diversos devedores refinanciaram seus empréstimos, dada a maior margem disponível.





A Standard & Poor's utiliza o índice de inadimplência acima de 180 dias como proxy para determinar o índice de perda no cenário base de análise. A documentação do FIDC estabelece limites de diversificação da carteira compatíveis com o perfil da carteira histórica observada pela Standard & Poor's. O pico da média móvel de três meses do índice de perda foi de 3,1% em maio de 2009. Considerando-se o crescimento recente da carteira do Banco Bonsucesso e a comparação com os índices de perda de outros participantes no mercado de crédito consignado, assumimos um índice de perda no cenário base de análise equivalente a 3,4%.



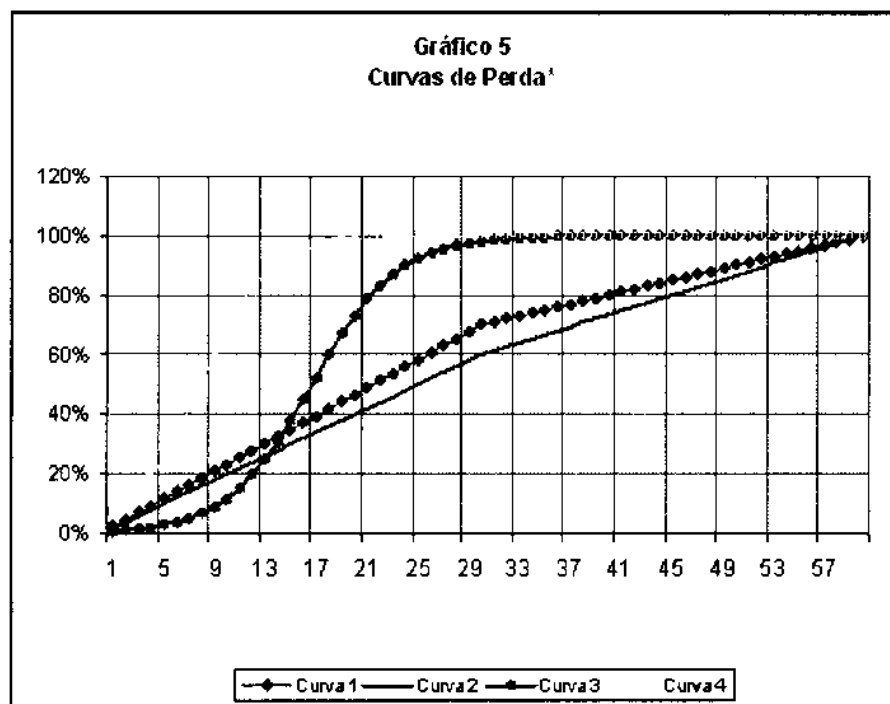
Análise de Crédito

A Standard & Poor's realizou uma análise do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas no prazo estipulado. Para se determinar o rating atribuído, submetemos nossa análise de fluxo de caixa a vários cenários de estresse, considerando-se no caso base o índice de perda determinado pela análise do desempenho histórico da carteira selecionada (conforme descrito na seção 'Desempenho Histórico' acima). O índice de perda foi multiplicado por um fator de estresse de crédito, que é determinado de acordo com o nível de rating considerado, e com base na análise de informações qualitativas, como os critérios de elegibilidade do FIDC e as práticas de originação e cobrança do cedente. Para se determinar a força e a resistência dos fluxos e estruturas de caixa, o reforço de qualidade de crédito foi então submetido a outros testes de estresse, utilizando-se diferentes variáveis, com o objetivo de avaliar a viabilidade do pagamento das cotas.

O índice de perda adotado (3,4%) foi submetido a um fator de estresse de perdas de crédito, de maneira a refletir o cenário de rating 'brAAA (sf)' e as condições da estrutura. Utilizamos um múltiplo de estresse de 5,0x, que é o fator geralmente utilizado pela Standard & Poor's para operações lastreadas em empréstimos consignados na categoria 'brAAA (sf)'. Este fator de estresse também reflete uma adequada regra de diversificação por entes consignantes e, portanto, por fonte pagadora dos vencimentos/benefícios aos devedores dos empréstimos, o que ameniza os potenciais riscos operacionais, políticos e de crédito aos quais estas entidades podem estar sujeitas. Os riscos operacionais incluem o processo de formalização da margem consignável, e os sistemas disponíveis para monitoramento e processamento das informações de cobrança e dedução em folha de pagamento/benefício, entre outros. Os riscos políticos estão normalmente atrelados ao processo natural de sucessão política, sobretudo em entidades estaduais e municipais, e as potenciais implicações negativas sobre a folha de salários (atrasos, revisões, congelamentos), como já demonstrado em eventos passados. Já os riscos de crédito têm relação com a capacidade financeira do ente consignante de manter o pagamento pontual de sua folha de funcionários.

Portanto, o fluxo de caixa resultante foi testado aplicando-se um índice de severidade de perda de crédito total igual a 17% ($3,4\% \times 5,0$), de acordo com diversos cenários de distribuição de perdas. Abaixo listamos três principais cenários:

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
Perdas de crédito	20,67%	21,07%	18,04%	18,00%	3,4%	13,6%
Taxa de Pré-Pagamentos	-	-	-	-	100%	40%
Período de concentração das perdas de crédito	Curva de Perda 1	Curva de Perda 2	Curva de Perda 3	Curva de Perda 4	Linear	Linear



* Perdas aplicadas sobre o fluxo de vencimentos projetados de cada mês, até o vencimento das cotas seniores.

Reforço da Qualidade de Crédito

O FIDC apresenta um reforço da qualidade de crédito que fornece suporte de crédito às cotas seniores do FIDC na forma de subordinação estrutural mínima de 22% e de *spread* excedente, calculado pela diferença entre a taxa mínima de desconto aplicada na aquisição dos direitos creditórios (16% ao ano) e a rentabilidade-alvo média das cotas seniores (que deverão representar inicialmente 78% do PL do FIDC). O *spread* excedente estimado inicialmente, considerando-se o teto da rentabilidade-alvo a ser definida em processo de *bookbuilding*, equivale a aproximadamente 5,1% ao ano $\{16\% - [(11,75\% + 2,25\%) * 78\%]\}$.

Riscos de Pré-Pagamento

Eventos de pré-pagamento dos ativos que dão lastro ao Bonsucesso FIDC podem prejudicar o fluxo de caixa da operação ao reduzirem a margem excedente proporcionada pelas taxas de juros dos contratos, quando comparadas à taxa de cessão utilizada na definição do preço de aquisição dos direitos creditórios.

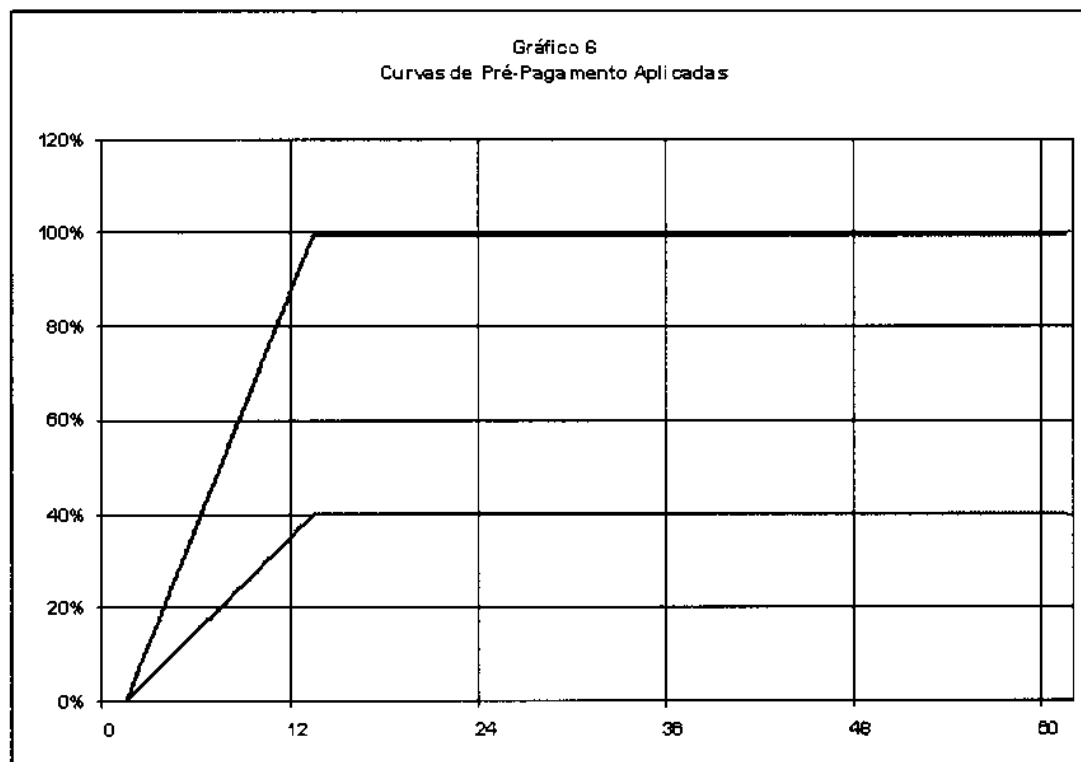
Entre os principais fatores que estimulam o pré-pagamento ou a renegociação de empréstimos consignados está a capacidade do mutuário de restabelecer sua linha de crédito no limite máximo da margem consignável em um certo período após a concessão do empréstimo. Bancos que originam créditos consignados possuem interesse particular em realizar esse tipo de renegociação de forma a reter o cliente por um período maior. Um ambiente econômico favorável à redução de taxa de juros, e de competição intensa entre os bancos, também pode contribuir para um aumento nas taxas de pré-pagamento. Em um cenário no qual o Banco Bonsucesso não tivesse condições de oferecer opções de refinanciamento e alongamento das linhas de crédito consignado a seus

clientes, provavelmente o nível de pré-pagamentos aumentaria como resultado da decisão de certo número de clientes de tomar crédito consignado em uma outra instituição financeira. Além das situações de refinanciamento, as taxas de pré-pagamento também podem refletir recompras de empréstimos problemáticos pelo banco originador.

Entendemos, ainda, que uma aceleração nos pré-pagamentos, tanto no caso de amortização antecipada do empréstimo como por refinanciamento em outra instituição, não deve estar normalmente alinhada a um cenário em que as perdas de crédito estejam em níveis compatíveis com nossos cenários de estresse mais severos. Nossa opinião tem como base o menor incentivo ao pré-pagamento do empréstimo pelo mutuário e ao refinanciamento por parte dos bancos financiadores num cenário mais severo de estresse econômico.

Construímos dois cenários de estresse para pré-pagamentos. No primeiro, assumimos que 100% dos empréstimos adquiridos pelo FIDC seriam pré-pagos em um horizonte de 12 meses, e com uma perda de crédito igual a 3,4% (cenário base) na carteira remanescente (vencimentos antes do pré-pagamento total). O objetivo desse exercício é refletir um cenário no qual o Banco Bonsucesso estivesse sob intervenção do Banco Central, ou em processo de liquidação, e os concorrentes oferecessem novos empréstimos para os devedores por meio do pré-pagamento dos seus contratos de empréstimos vigentes. No segundo cenário, modelamos um pré-pagamento de 40% da carteira adquirida pelo FIDC também em um horizonte de 12 meses, concomitantemente com a aplicação de um índice de perda igual a 13,6% (equivalente a 4,0x a perda assumida no cenário base).

Os resultados da análise do risco de pré-pagamento estão apresentados na Tabela 1 acima. Quando avaliamos a suficiência de caixa do Bonsucesso FIDC, analisamos o reforço de qualidade de crédito disponível para atender cenários de taxas mais altas de pré-pagamento, e os resultados alinham-se com o nível de estresse consistente com a categoria de rating 'brAAA (sf)'. As curvas de pré-pagamento utilizadas na análise da Standard & Poor's estão refletidas no gráfico 6 abaixo.



Análise de Sensibilidade

O reforço de qualidade de crédito incorporado pelo FIDC, na forma de subordinação e *spread* excedente, fornece uma proteção de crédito adequada ao rating atribuído. Ainda assim, o rating atribuído poderá ser revisto caso a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes se altere substancialmente durante a vida do FIDC, ou na eventual necessidade de revisão das premissas utilizadas pela Standard & Poor's na análise inicial da operação.

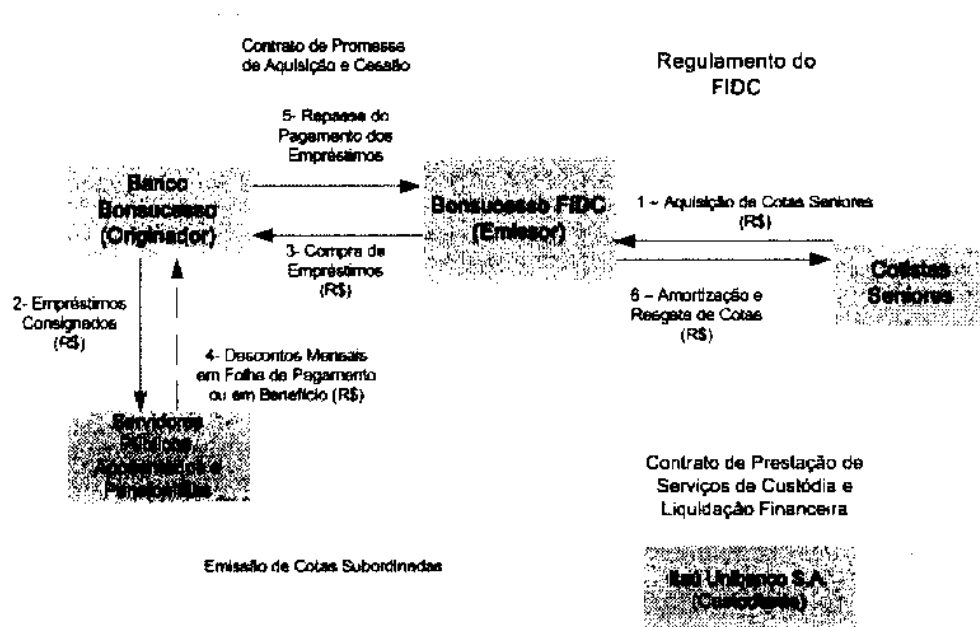
Que índice de perda o Bonsucesso FIDC pode suportar no cenário econômico atual?

Considerando-se o nível mínimo de subordinação e os outros mecanismos de reforço de crédito disponíveis, bem como os cenários de estresse adotados pela Standard & Poor's, estimamos que a estrutura de fluxo de caixa poderia suportar uma perda acumulada próxima a 18,0% e, ainda assim, o FIDC teria condições de honrar o pagamento integral do resgate de suas cotas seniores. Nossa análise de cenários considera variações nas taxas de juros, cenários distintos de distribuição de perdas, bem como cenários de aumento nas taxas de pré-pagamento. O rating atribuído às cotas seniores do FIDC poderá sofrer pressão de rebaixamento, caso os índices de desempenho da carteira se deterioresem de forma expressiva, sem que seja feito um ajuste compatível nos elementos de reforço de crédito do FIDC de forma a atender os parâmetros da Standard & Poor's para os ratings atribuídos.

Descrição da Estrutura – Estrutura de Pagamento e Mecanismos de Fluxo de Caixa

O Bonsucesso FIDC é um condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. A segunda série de cotas seniores deverá vencer em outubro de 2016. O FIDC pode realizar compras rotativas de direitos creditórios elegíveis. O FIDC também pode manter aplicações em outros instrumentos aprovados de renda fixa e com riscos de crédito e liquidez adequados, além de caixa. Os instrumentos elegíveis estão relacionados na política de investimento do FIDC.

Figura 1 – Diagrama da Estrutura



Fluxo dos Recursos

1. O FIDC capta recursos de investidores e, em contrapartida, emite cotas seniores.

2. O Banco Bonsucesso concede empréstimos consignados com desconto em folha de pagamento ou de benefícios para servidores públicos, aposentados ou pensionistas.

3. De maneira revolvante, o FIDC pode adquirir empréstimos consignados originados pelo Banco Bonsucesso, mediante a Cessão de Direitos Creditórios;

4. Mensalmente, o montante correspondente ao valor das parcelas dos empréstimos é descontado dos vencimentos dos servidores públicos, aposentados ou pensionistas, e redirecionados pelos Entes Consignantes ao Banco Bonsucesso;

5. O Banco Bonsucesso tem o prazo de até três dias úteis para conciliar e transferir o montante associado aos direitos creditórios cedidos para a conta do FIDC.

6- O rendimento e o valor de face das cotas seniores e das cotas subordinadas são pagos com o fluxo de caixa dos direitos creditórios e outros investimentos.

A segunda série de cotas seniores será amortizada em 20 pagamentos trimestrais, iniciando-se em janeiro de 2012. Já as cotas subordinadas poderão ser amortizadas após a amortização das cotas seniores, caso as seguintes condições sejam cumpridas:

- O índice de subordinação mínimo seja mantido;
- O índice de liquidez esteja enquadrado;
- Os índices de atraso, o índice de *spread* excedente e o índice de subordinação ajustada, calculados pela administradora do FIDC, atendam aos limites estabelecidos no Regulamento;
- Os limites de concentração estejam enquadrados.

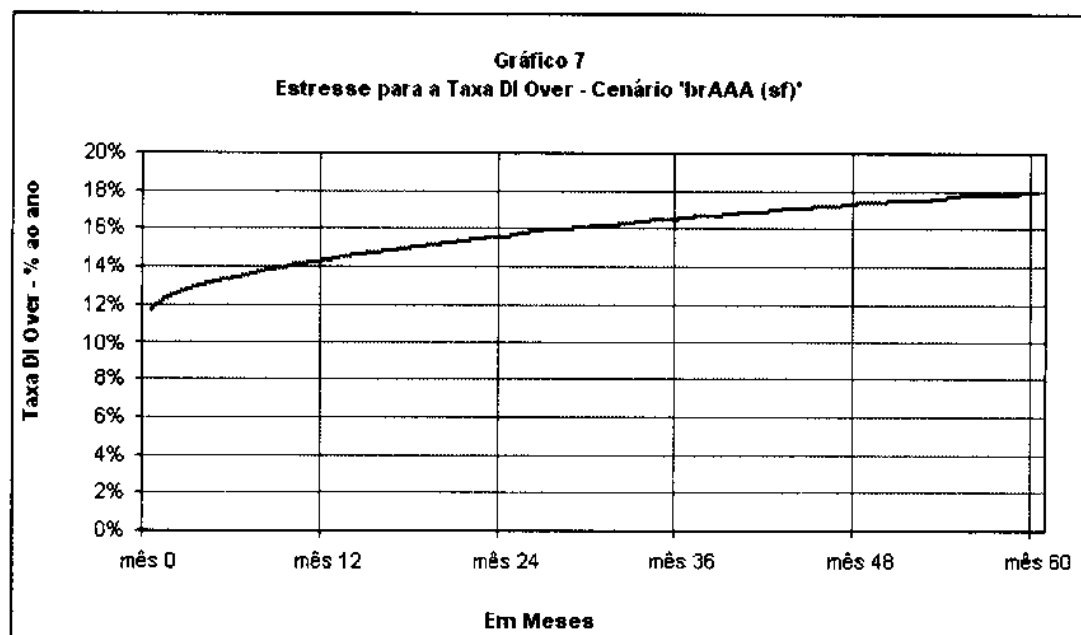
Ordem de Alocação dos Recursos

Diariamente, o administrador do FIDC alocará o caixa disponível de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

1. Pagamento dos encargos e despesas do FIDC;
2. Provisão dos encargos e despesas a serem incorridos no próximo mês, bem como a constituição ou re-enquadramento da Reserva de Amortização e de Liquidez;
3. Amortização das cotas seniores em circulação;
4. Pagamento do preço de aquisição dos direitos creditórios elegíveis;
5. Amortização de cotas subordinadas, observados os limites definidos nos documentos que governam a operação.

Risco de Descasamento de Taxa de Juros

O FIDC está exposto ao risco de descasamento de taxa de juros, uma vez que os direitos creditórios serão adquiridos pelo Bonsucesso FIDC a uma taxa de desconto pré-fixada, ao passo que a rentabilidade-alvo das cotas seniores será flutuante e indexada à Taxa DI Over. Este risco será primariamente mitigado pelo *spread* excedente, e também pela subordinação de cotas (disponível às cotas seniores). A Standard & Poor's utilizou uma premissa conservadora de cenário de variação da Taxa DI Over, consistente com a categoria de rating 'brAAA (sf)', ao longo da vida do FIDC. Apresentamos a curva de juros utilizada no gráfico 7.



O *spread* excedente é definido pela diferença entre a taxa de desconto aplicada na compra dos direitos creditórios e a remuneração-alvo das cotas seniores. Seu objetivo é proteger os cotistas contra o risco de descasamento de taxa de juros, além de criar uma reserva para o pagamento de despesas e taxas, e de servir como proteção contra perdas, antes de que a subordinação seja consumida.

Reservas de Liquidez e de Pagamento

O Bonsucesso FIDC manterá uma Reserva de Amortização que deverá ser equivalente a 25% do valor previsto para a próxima amortização com 80 dias de antecedência, 60% com 60 dias de antecedência e 100% com 20 dias de antecedência. Caso a reserva não seja constituída, o administrador do FIDC deverá interromper a aquisição de novos direitos creditórios até que a reserva seja devidamente preenchida.

O Bonsucesso FIDC também deverá constituir uma reserva de liquidez equivalente a 0,5% do PL do FIDC. Adicionalmente, será mantido um índice de liquidez que estabelece que 78% do valor dos direitos creditórios vincendos com dois dias de antecedência a cada data de amortização programada, somado ao montante investido em outros ativos, deverá, no mínimo, corresponder ao valor de cada amortização programada.

Riscos de Contraparte

Risco de Fungibilidade

Em seu curso normal, a coleta do fluxo de caixa proveniente dos direitos creditórios deverá transitar por contas mantidas no Banco Bonsucesso, que deverá transferir os recursos para a conta do FIDC em até três dias úteis. Esta situação cria um risco de fungibilidade, ou seja, o risco de que os fluxos de caixa provenientes dos direitos creditórios adquiridos pelo FIDC sejam desviados ou retidos em certos cenários como, por exemplo, no caso de falência do Banco Bonsucesso. Embora as reservas de liquidez e de amortização não eliminem completamente este risco, elas contribuem para amenizá-lo. Em um cenário de intervenção, liquidação extrajudicial ou de administração especial temporária do Banco Bonsucesso por determinação do Banco Central do Brasil, a Standard & Poor's assume que o termo de cessão dos direitos creditórios será respeitado, uma vez que este determina a cessão definitiva dos direitos creditórios por meio de uma venda perfeita e acabada.

Riscos Operacionais

O rating atribuído pela Standard & Poor's às cotas seniores do Bonsucesso FIDC reflete, entre outros fatores, a capacidade do Banco Bonsucesso como responsável pela originação dos créditos, por ajustes na política de crédito, e formalização das operações e cobrança dos créditos em atraso. A deterioração da capacidade do Banco Bonsucesso em prestar seus serviços, originar adequadamente novos empréstimos, e administrar a carteira de recebíveis poderia afetar o desempenho dos direitos creditórios, bem como as premissas adotadas.

O Banco Bonsucesso é um banco de médio porte, com foco de atuação no mercado de empréstimos consignados e de empréstimos lastreados por ativos a empresas de pequeno e médio porte. Sua escala de produção e seu histórico de atuação fornecem ao Banco Bonsucesso uma posição competitiva em operações de empréstimos consignados (atuante no segmento de empréstimos consignados desde 1999), o que tem proporcionado ao banco vantagens comerciais e operacionais ao longo do tempo.

Em um potencial cenário de intervenção, liquidação extrajudicial ou de administração especial temporária do Banco Bonsucesso por determinação do Banco Central do Brasil, a Standard & Poor's espera que o Banco Bonsucesso seja capaz de manter de forma adequada sua função de agente de recebimento e de repasse de parte dos recursos de titularidade do FIDC.

Análise Legal

O Banco Bonsucesso cederá de forma definitiva ao FIDC a titularidade, os direitos e interesses sobre os direitos creditórios cedidos. O Bonsucesso FIDC é um veículo de investimento que atende os critérios da Standard & Poor's em relação à segregação de riscos entre ativos cedidos e as empresas cedentes. Antes de atribuir um rating final à transação, a Standard & Poor's espera receber uma opinião legal de um escritório de advocacia conceituado confirmando que o contrato de cessão do Bonsucesso FIDC determinará a venda perfeita e acabada dos direitos creditórios elegíveis ao FIDC.

Publicações Relacionadas (disponíveis em www.standardandpoors.com.br):

- *"Índice de Operações Estruturadas Lastreadas em Empréstimos Pessoais no Brasil: Desaceleração Econômica Coloca em Teste Operações Estruturadas Lastreadas em Empréstimos Consignados"*.
- *"Metodologia baseada em princípios fundamentais para análise de ratings de operações estruturadas globais"*

Analistas principais: Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com e Marcio Rocha, São Paulo, 55 (11) 3039-9754, marcio_rocha@standardandpoors.com

Diretor Analítico: Juan Pablo De Molleín, *Emerging Market Structured Finance*, Nova York, (1) 212-438-2536, juan.pablo.de.mollein@standardandpoors.com

Analista de monitoramento: Maria Renata Lotfi, São Paulo, 55 (11) 3039-9724, renata_lotfi@standardandpoors.com

Copyright© 2011 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer

uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.ar / www.standardandpoors.com.br, www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

ANEXO V

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

**Bonsucesso Fundo de
Investimento em Direitos
Creditórios – Crédito Consignado**

(CNPJ: 11.377.129/0001-30)

**(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A.)**

Demonstrações financeiras em

30 de setembro de 2010

e parecer dos auditores independentes



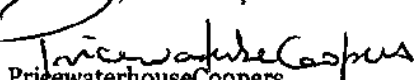
Parecer dos auditores independentes

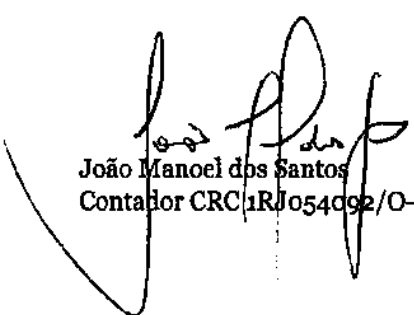
Ao Administrador e aos Cotistas

Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Consignado
(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

- 1 Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Consignado em 30 de setembro de 2010 e a demonstração da evolução do patrimônio líquido do período de 26 de maio a 30 de setembro de 2010, elaboradas sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essa demonstração financeira.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Consignado em 30 de setembro de 2010 e o resultado das operações e a evolução do patrimônio líquido do período de 26 de maio a 30 de setembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 11 de março de 2011


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


João Manoel dos Santos
Contador CRC 1RJ054092/O-0 "S" SP

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-81)

Demonstração da Composição e Diversificação das Aplicações em 30 de setembro de 2010.

Aplicações / Especificação	Espécie / Forma	Quantidade	Cotação (em R\$)	Valor Atual (R\$ Mil)	% sobre o Ativo
1. TÍTULOS PÚBLICOS				1.096	0,41
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				1.096	0,41
2. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO				12.569	4,65
Itaú Sob Ref DI LP FI		620.805,196		12.569	4,65
3. DIREITOS CREDITÓRIOS				257.747	95,32
3.1 a vencer				257.546	95,25
Empréstimos				257.546	95,25
3.2 vencidos				201	0,07
Empréstimos				201	0,07
4. PROVISÃO P/CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA				(1.655)	(0,61)
Empréstimos				(1.655)	(0,61)
5. OUTROS VALORES				616	0,23
Depósitos Bancários				616	0,23
6. TOTAL DO ATIVO (1+...+5)				270.373	100,00
7. OUTROS				59	0,02
8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (7-6)				270.314	99,98
9. TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (7+8)				270.373	100,00

As notas explicativas do administrador são parte integrante das demonstrações financeiras.

DC610_CP_30092010.doc

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.128/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido

Período de 26 de maio a 30 de setembro 2009

(Valores em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

					setembro 2010
1. Patrimônio líquido no início do período					198.450
	Cotas seniores	7.936,000	cotas a R\$	25.000,000	198.400
	Cotas subordinadas	2,000	cotas a R\$	25.000,000	50
2. Cotas emitidas					61.702
	Cotas seniores	64,000	cotas		1.602
	Cotas subordinadas	5.900,272	cotas		60.100
3. Patrimônio líquido antes do resultado do período					260.152
Resultado do período					
4. Receitas					13.197
4.1 Rendas com direitos creditórios					12.687
4.2 Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez					352
4.3 Rendas de títulos e valores mobiliários					158
5. Despesas					3.035
5.1 Descontos por Liquid. Antec. Dir. Cred. Empréstimos					1.059
5.2 Despesas administrativas					321
5.3 Provisões e ajustes patrimoniais					1.655
6. Resultado do período					10.162
7. Patrimônio líquido do final do período					270.314
	Cotas seniores	8.000,000	cotas a R\$	26.064,093	208.513
	Cotas subordinadas	5.902,272	cotas a R\$	10.470,699	61.801

As notas explicativas do administrador são parte integrante das demonstrações financeiras.

DC610_PL_30092010.doc

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.676/0001-91)

Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras

em 30 de setembro de 2010.

Em milhares de reais

1. Contexto operacional

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração e iniciou suas atividades em 26 de maio de 2010. O prazo de duração será de 15 (quinze) anos, contados a partir da data de subscrição inicial de Cotas. As Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração ou antecipadamente por deliberação da assembleia geral de cotistas.

O objetivo do Fundo é captar recursos para aquisição de direitos creditórios oriundos de empréstimos concedidos pelo Banco Bonsucesso a servidores públicos com consignação em folha de pagamento ("mutuários consignados") e aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS com consignação em folha de benefícios ("mutuários INSS"), de acordo com as disposições do regulamento.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia das Cedentes, da Administradora, do Custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos papéis que o compõem, os quais sujeitam-no às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerentes a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

2. Elaboração das demonstrações financeiras

Foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preço para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros derivativos integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferente dos estimados.

3. Avaliação e classificação das aplicações

3.1 - Títulos de renda fixa - São avaliados ao valor de realização, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação, se existente, ou a melhor estimativa da Administradora deste valor. A principal fonte de precificação é a Anbima.

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

**Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.**

Em milhares de reais

3.2 - Direitos creditórios a vencer - São avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno, pelo critério *pro rata-temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

3.3 - Direitos creditórios vencidos e não pagos - Estão integralmente registrados, limitados ao seu respectivo valor de face, acrescidos dos rendimentos até a data do seu vencimento, ou, até atingir 60 dias de atraso.

3.4 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa - As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os direitos de crédito são registradas no resultado do exercício, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682/99, quais sejam a classificação dos direitos de crédito nos níveis de risco estabelecidos no Artigo 1º da referida Resolução, considerando o pior nível de risco do cliente, bem como a transferência e permanência de direitos creditórios inadimplidos em conta de compensação, conforme descrito no regulamento.

3.5 - Cotas de fundo de investimento - as aplicações em cotas de fundo de investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota, informado pela Administradora do fundos investidos.

4. Títulos e valores mobiliários

4.1. Composição por: tipo de título, montante, natureza e faixas de vencimento

Os títulos de renda fixa estão assim classificados:

a) Títulos para negociação

Faixa de vencimento/título	Títulos Públicos		Total contábil
	Custo (*)	Valor mercado	
Letras Financeiras do Tesouro	1.096	1.096	1.096

(*) é o valor de aquisição acrescido dos rendimentos apropriados

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-01)

**Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.
Em milhares de reais**

(**) prazo a decorrer da data de balanço até o vencimento

5. Rating

O Fundo é avaliado por empresa de rating especializada, conforme detalhado no prospecto. A avaliação foi feita pela Standard & Poor's, que atribuiu em 15 de abril de 2010 o rating preliminar "brAAA" na sua escala nacional às Cotas Seniores, avaliação esta mantida no relatório de 20 de outubro de 2010.

6. Direitos Creditórios e Critérios de elegibilidade

Na aquisição dos direitos creditórios pelo Fundo, caberá ao custodiante a verificação do atendimento, pelos direitos creditórios, aos respectivos critérios de elegibilidade. Quando da aquisição de direitos creditórios Elegíveis pelo Fundo, a Administradora e o custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos no regulamento e nos demais documentos do Fundo, cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.

É considerado "direito creditório elegível", o direito creditório cujas informações sejam transmitidas ao custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no regulamento e no contrato de custódia, e que atenda, cumulativamente, na data de oferta, assim verificados pelo custodiante, aos critérios de elegibilidade previstos no regulamento:

- a) os direitos creditórios Consignados e os direitos creditórios INSS não poderão ter prazo de vencimento superior a 60 (sessenta) meses contados da data de oferta;
- b) os direitos creditórios adquiridos deverão observar os limites de concentração descritos no Anexo II do regulamento;
- c) caso o direito creditório (cada "parcela" ou "prestação") seja um direito creditório INSS, o valor nominal de cada direito creditório INSS não deve ser superior a R\$ 1; e
- d) Caso o direito creditório (cada "parcela" ou "prestação") seja um direito creditório consignado o valor nominal de cada direito creditório consignado não deve ser superior a R\$ 5.

Além dos critérios de elegibilidade descritos acima, deverão ser atendidas, cumulativamente, na data de oferta, as seguintes condições de cessão, a serem verificadas, previamente à cada cessão ao Fundo, pelo Banco Bonsucesso:

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

**Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.**

Em milhares de reais

- a) os direitos creditórios devem ser oriundos de contratos de mútuo celebrados entre o Banco Bonsucesso e os mutuários, cujas entidades estejam listadas nos convênios previstos no regulamento;
- b) os direitos creditórios devem ser decorrentes de empréstimos concedidos pelo banco Bonsucesso, formalizados através de contratos de mútuo concedidos pelo banco Bonsucesso, com amortizações mensais, consecutivas e taxas de juros prefixadas;
- c) o pagamento dos direitos creditórios consignados e INSS, por parte dos mutuários, deve ser efetuado por meio de consignação em folha de pagamento do servidor público ou através de folha de benefícios dos aposentados ou pensionistas do INSS, devidamente autorizada pelo respectivo mutuário;
- d) os direitos creditórios consignados e os direitos creditórios INSS deverão ser originários de contratos de mútuo que não possuam, na respectiva data de oferta, qualquer parcela ou pagamento em atraso;
- e) com base na respectiva legislação aplicável, inclusive na esfera de competência da entidade, somente poderão ser adquiridos direitos creditórios consignados e os direitos creditórios INSS cuja autorização para consignação em folha de pagamento somente possa ser cancelada pelo respectivo mutuário com a aquiescência do consignatário;
- f) somente poderão ser adquiridos direitos creditórios referentes a contratos de mútuo cuja primeira parcela já tenha sido descontada da folha do respectivo mutuário, e repassada ao Banco Bonsucesso, quando a averbação de tais contratos de mútuo na respectiva margem consignável do mutuário não ocorrer por meio eletrônico ou de forma automática;
- g) a idade do mutuário INSS ou do mutuário consignado, à época da celebração do contrato de mútuo, não deve ser superior a 75 (setenta e cinco) anos, inclusive;
- h) somente poderão ser adquiridos pelo fundo, direitos creditórios cujos respectivos mutuários não estejam em atraso ou inadimplentes com relação a direitos creditórios cedidos ao fundo previamente à respectiva data da oferta; e
- i) somente poderão ser adquiridos pelo fundo todos os direitos creditórios a vencer de um mesmo contrato de mútuo, sendo assim vedada a cessão de frações de direitos creditórios e de parte dos direitos creditórios oriundos de um mesmo contrato de mútuo.

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.

Em milhares de reais

Composição dos direitos creditórios

Em 30 de setembro de 2010 a carteira de direitos creditórios estava assim composta:

Direitos creditórios parcelas a vencer

Período em dias	Valor presente	Quantidade de parcelas
De 0 a 180	37.784	433.481
De 181 a 360	34.932	431.958
De 361 a 540	32.478	432.301
De 541 a 750	34.932	503.597
Acima de 750	<u>117.420</u>	<u>102.942</u>
Total	<u>257.546</u>	<u>1.904.279</u>

Direitos creditórios parcelas vencidas

Período em dias	Valor presente	Quantidade de parcelas
De 0 a 120	201	1.815
Total	<u>201</u>	<u>1.815</u>

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.

Em milhares de reais

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A carteira de crédito estava assim avaliada quanto ao risco de crédito e a correspondente provisão:

	Valor Presente dos Contratos (*)	% de Provisão	Valor da Provisão
Títulos a vencer			
Nível A	253.083	0,50	1.265
Vencidos			
Nível A	134	0,50	1
Nível B	1.548	1,00	15
Nível C	859	3,00	26
Nível D	757	10,00	76
Nível E	<u>908</u>	30,00	<u>272</u>
Total	<u><u>257.289</u></u>		<u><u>1.655</u></u>

(*) Para cálculo do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi considerado o valor presente total do contrato, tendo-se por base a data de vencimento da primeira parcela não liquidada. Todos os contratos de um mesmo Cadastro de Pessoa Física (CPF) foram classificados na faixa de vencimento em que foi verificado o maior atraso. A base de direitos creditórios utilizada para cálculo da provisão, contempla o critério de congelamento dos títulos vencidos a mais de 60 dias, conforme dispõe a Resolução BACEN nº 2.682/99, critério de provisionamento de perdas utilizado pelo Fundo, e já está impactada pelas baixas (pagamentos) dos créditos realizadas no último dia útil do mês, face ser processada somente no 1º dia útil do mês subsequente à data-base, no valor de R\$ 458.

No período, não houve recompra de recebíveis pelo cedente.

Movimentação da provisão para liquidação duvidosa

Saldo no início do período	0
Reversão	(853)
Constituição	<u>2.508</u>
Saldo no final do período	<u>1.655</u>

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

**Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.**

Em milhares de reais

7. Emissões, resgates e amortizações das Cotas

As Cotas do Fundo estão segregadas em sênior e subordinadas.

Emissões - O Fundo emitiu 01 (uma) única classe de Cotas Seniores, as quais poderão ser divididas em Séries, observado o previsto no regulamento. No período de distribuição encerrado em 31/05/2010 foi emitida e totalmente integralizada uma única série de Cotas Seniores no montante de R\$ 200.000, considerando o valor da cota na data de emissão. As datas de amortização, o valor das amortizações programadas e/ou das amortizações integrais e as condições de remuneração e resgate de cada série de Cotas Seniores estão definidas no regulamento.

O Fundo poderá emitir 01 (uma) classe de Cotas Subordinadas, em número indeterminado, em série única, a serem distribuídas em uma ou mais distribuições, observado o disposto no regulamento, sem a necessidade de aprovação dos cotistas titulares das Cotas Seniores em Circulação, devendo, para tanto, serem observados os termos e as condições deste regulamento. No período foram emitidas 5.902,272 Cotas Subordinadas no montante de R\$ 60.150, ao valor unitário de subscrição de R\$ 25.000,00 cada, considerando o valor da cota na data de emissão.

Será admitida, a critério da Administradora, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das cotas.

As Cotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Banco Bonsucesso.

O fundo, a qualquer tempo, deve manter uma relação mínima de 128,21% entre o Patrimônio Líquido do Fundo deduzido do valor do somatório dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cujo prazo de vencimento seja posterior ao prazo de vencimento da última Série em Circulação e o valor das Cotas Seniores em Circulação. No caso dessa relação percentual ficar inferior ao limite mínimo, a Administradora enviará ao Cedente Aviso de Desenquadramento, no mesmo dia em que seja verificado o desenquadramento, para que o mesmo faça a integralização de novas Cotas Subordinadas suficiente para restabelecer o percentual mínimo. Será considerado Evento de Amortização Antecipada, caso o Fundo deixe de atender à Relação Mínima e (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenham sido iniciados e concluídos os procedimentos de reenquadramento definidos no Capítulo XXIII do Regulamento, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da data de envio pela Administradora ao Banco Bonsucesso do Aviso de Desenquadramento.

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras

em 30 de setembro de 2010.

Em milhares de reais

Resgates – Não haverá resgate de cotas ao longo de vigência do fundo.

Amortizações - O cronograma de amortizações programadas da Cota Senior ("Amortizações Programadas"), previsto no Suplemento da 1ª. Série definiu amortizações, em bases trimestrais de 5% do valor da cota, sendo a primeira em 05 de dezembro de 2010 e a última em 05 de setembro de 2015.

A partir do 5º (quinto) dia útil seguinte a cada data de amortização das Cotas Seniores ("Data de Amortização de Cotas Subordinadas"), o Fundo deverá promover a amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Cota Subordinada em Circulação, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no regulamento, desde que considerada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, cumulativamente, aos limites de concentração definidos no regulamento e à Reserva de Caixa ("Amortização Programada de Cotas Subordinadas"). A primeira Data de Amortização de Cotas Subordinadas deverá coincidir com a 3ª (terceira) Data de Verificação – 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês calendário.

8. Custódia e tesouraria

Os títulos de renda fixa estão registrados e custodiados, em conta própria do Fundo, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil.

Os registros eletrônicos e os documentos comprobatórios referentes aos direitos creditórios, estão sob responsabilidade do Banco Itaú-Unibanco S.A.

9. Encargos do fundo

Taxa de administração - Será devida à administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definidas no regulamento e nos documentos do Fundo, uma remuneração mensal correspondente a 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido até o montante de R\$ 200.000, acrescido do valor correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder o montante de R\$ 200.000, calculada e paga mensalmente, à razão de 1/12 (um doze avos), devida a primeira no 2º (segundo) dia útil do mês subsequente da data da primeira integralização de cotas e as demais no 2º (segundo) dia útil dos meses subsequentes.

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-01)

**Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.**
Em milhares de reais

Serão acrescidos mensalmente à taxa de administração o valor equivalente a aplicação de 0,003% (três centésimos por cento) ao ano, à razão de 1/12 (um doze avos) sobre o valor do Patrimônio Líquido ou R\$ 2, o que for maior.

A Taxa de Administração terá o valor mínimo mensal de R\$ 12. A despesa correspondente no montante de R\$ 206 foi registrada na rubrica "Despesas Administrativas".

9. Contrato de prestação de serviço de controladoria e custódia - A administradora contratou o Banco Itaú-Unibanco S.A. para prestar serviços de tesouraria, controle de ativos e passivos relativos a este Fundo e verificação de lastros dos direitos creditórios, de acordo com as normas legais e regulamentares. Os serviços de escrituração de cotas são prestados pela Itaú Corretora de Valores S.A..

10. Evolução do valor da Cota e rentabilidade

Data	COTAS SENIORES		COTAS SUBORDINADAS	
	Valor da Cota	Rentabilidade Mensal %(*)	Valor da Cota	Rentabilidade Mensal %
26/5/2010	25.000,00	-	25.000,00	-
31/5/2010	25.032,59	0,13%	10.181,70	-59,27%(**)
30/6/2010	25.271,54	0,95%	10.045,84	-1,33%(**)
30/7/2010	25.532,31	1,03%	10.155,62	1,09%
31/8/2010	25.803,17	1,06%	10.331,57	1,73%
30/9/2010	26.064,09	1,01%	10.470,70	1,35%

A Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

(*) A rentabilidade alvo da Cota Senior é equivalente a Taxa DI Over + 2% ao ano.

(**) A queda no valor das Cotas Subordinadas ocorreu pois, no período de início das atividades do Fundo, devido a problemas operacionais no processamento do arquivo de cessão no sistema do Custodiante, foram rejeitados todos os créditos que seriam cedidos ao Fundo, bem como utilizados pelo Cedente como forma de pagamento de subscrição de Cotas Subordinadas.

Desta forma, o Cedente subscreveu Cotas Subordinadas em volume suficiente para remunerar as Cotas Seniores já subscritas, com base em seu benchmark, bem como para suprir as despesas provisionadas na carteira do Fundo.

A Administradora informou que o problema operacional supracitado foi sanado em 31/05/2010, tendo sido o arquivo de cessão processado integralmente, fazendo com que as Cotas Subordinadas do Fundo voltassem a ter rentabilidade positiva.

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

**Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.**

Em milhares de reais

11. Fatores de risco

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito e/ou operacionais das contrapartes, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, o Cedente, o Distribuidor Líder ou qualquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos do Regulamento.

Adicionalmente, os direitos creditórios e as operações do Fundo encontram-se expostos aos riscos relacionados a seguir, que estão detalhados na seção "Fatores de Risco do Regulamento do Fundo, cuja leitura é recomendada para análise do Fundo:

- Liquidez das Cotas
- Amortização Condicionada
- Amortização de Cotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo e da Inexistência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios
- Amortização Não Programada de Cotas Seniores
- Repasse do Banco Bonsucesso
- Processamento da Folha de Benefícios
- Impossibilidade da prestação de serviços de cobrança
- Riscos Operacionais referentes aos Direitos Creditórios INSS
- Riscos Operacionais referentes aos Direitos Creditórios Consignados
- Risco de Liquidação Antecipada pelos Mutuários dos Contratos de Mútuo
- Da Ausência de Notificação aos Mutuários
- Fatores Macroeconômicos Relevantes
- Inexistência de Rendimento Predeterminado
- Descasamentos de Taxas
- Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

**Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.**

Em milhares de reais

- Riscos Associados aos Outros Ativos
- Emissão de Novas Cotas
- Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo
- Risco de Liquidação Antecipada do Fundo
- Risco de Questionamento Judicial
- Intervenção ou Liquidação do Banco Bonsucesso
- Intervenção ou Liquidação do Custodiante
- Guarda da Documentação
- Redução das Cotas Subordinadas
- Risco de Concentração
- Alteração do Regulamento
- Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores
- Riscos de Créditos Associados aos Direitos Creditórios INSS
- Riscos de Créditos Associados aos Direitos Creditórios Consignados
- Ausência de Garantia de Pagamento ou de Co-obrigação dos Direitos Creditórios Consignados e dos Direitos Creditórios INSS
- Aquisição Constante de Direitos Creditórios
- Cobrança Judicial dos Direitos Creditórios
- Verificação Posterior pelo Custodiante dos Documentos Comprobatórios que Evidenciam o Lastro dos Direitos Creditórios
- Desligamento do Mutuário
- Morte do Mutuário
- Condenação Judicial do Mutuário
- Restrições à Consignação de Benefícios

12. Política de divulgação de informações

As informações obrigatórias relativas ao fundo são divulgadas no jornal "Valor Econômico".

13. Legislação tributária

Imposto de renda - em conformidade com a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, os rendimentos produzidos a partir de 1º de janeiro de 2005 são tributados, por ocasião do resgate das Cotas, será aplicada alíquota complementar, variável em razão do prazo da aplicação, conforme segue: 22,5% em aplicações com prazo até 180 dias; 20% em aplicações

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

**Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.
Em milhares de reais**

com prazo de 181 dias até 360 dias; 17,5% em aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias; 15% em aplicações com prazo acima de 720 dias. Os Cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do imposto de renda na fonte.

IOF - não há incidência.

14. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos Cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

16. Outros serviços prestados pelos auditores Independentes

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que a Administradora, no exercício, não contratou nem teve serviços prestados pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes relacionados aos fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa referentes a esses fundos. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

José Rubens Bachiega
CRC 1SP158626

Nilvio Ventura Facchio
Diretor responsável

ANEXO VI

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO BONSUCESSO COM DATA-BASE DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E
31 DE DEZEMBRO DE 2009**

BONSUCESSO

Banco de crédito

Banco Bonsucesso S.A. - CNPJ nº 71.027.866/0001-34

www.bancobonsucesso.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Bonsucesso S/A. dos exercícios findos em 2.008 e 2.009.

Em 2.009 a crise financeira mundial ofereceu uma trégua. As medidas adotadas pelos governos de todo o mundo foram eficazes para a estabilização do sistema financeiro e o início da recuperação econômica mundial.

No Brasil as condições de mercado melhoraram substancialmente com a queda dos juros e o retorno da liquidez. No nosso principal negócio, o crédito consignado, atingimos um volume recorde de produção de R\$1,55bi ao longo do ano, ao compreendidos os convênios do INSS e demais, além do nosso cartão de crédito consignado.

Em nosso segundo meio de atuação – o Middle Market, optamos por uma

situação mais parcimoniosa, até que o cenário esteja mais favorável para crescermos e platformar. Neste contexto, performamos um volume de operações no montante de R\$ 501mm e encerramos o ano com carteira de R\$241mm.

A carteira de crédito total incluindo os créditos cedidos com cobrigação, atingiu R\$2,3bi, com crescimento de 62% em relação a dez/08. O volume de créditos cedidos foi de R\$1,38bi ao longo do ano de 2.009, sendo R\$390mm cedidos sem cobrigação.

Desempenho

O ambiente favorável aliado ao expertise em nosso mercado, fez com que o Banco alcançasse o melhor resultado de sua história. Encerramos o ano com lucro líquido de R\$84,1mm e mesmo provisionando um dividendo de 25%, o Patrimônio Líquido atingiu o patamar de R\$218,4mm.

Na Captação de Recursos ganhamos com a criação do DPGE, que restabeleceu a confiança e a volta da liquidez para os Bancos médios. Nossa

captação em depósitos a prazo cresceu 162% em relação ao final de 2.008. Fechamos o ano com um volume total captado de ordem de R\$1,20bi, ao compreendidos depósitos de todas as modalidades.

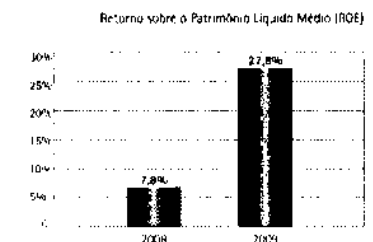
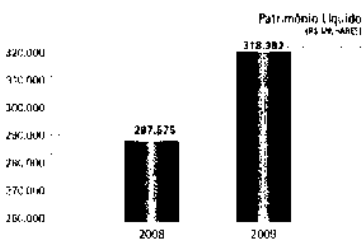
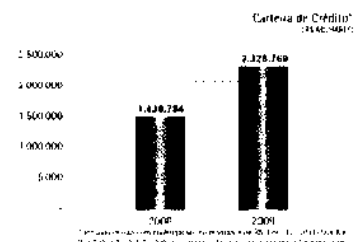
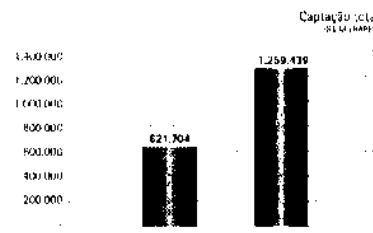
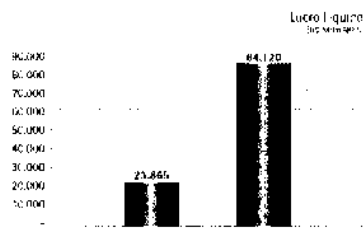
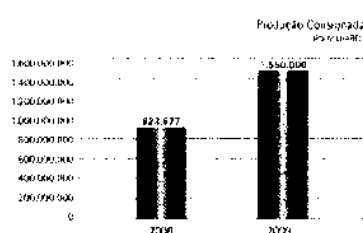
Serviços de Auditoria Externa:

Em atendimento ao artigo 2º da Instrução CVM 381/03 esclarecemos que os serviços prestados ao Banco Bonsucesso S/A pelos Auditores Independentes, referem-se, exclusivamente, à auditoria das demonstrações financeiras.

Agradecimentos,

Agradecemos aos nossos clientes pela sua confiança, bem como aos nossos colaboradores e parceiros pela dedicação na execução de suas funções.

A DIRETORIA



Ratings



Índice 10,55

FitchRatings

Nota BBB+(bra)



Nota A -

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2008	2008
ATIVO		
CIRCULANTE	871.454	614.110
DISPONIBILIDADES	474	1.405
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 3)	212.544	115.067
Operações comprometidas	209.861	110.854
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.863	4.413
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 4)	71.501	106.300
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	971	1.003
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 5)	621.148	358.831
Sector privado	572.024	394.241
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(50.878)	(25.410)
OUTROS CRÉDITOS	43.473	25.620
Rendas a receber		10
Créditos tributários (Nota 12a)	28.707	12.904
Diversos (Nota 6a)	14.766	12.706
OUTROS VALORES E BENS (Nota 6b)	21.345	5.884
NÃO CIRCULANTE	799.432	370.941
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 4)	90.978	65.253
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 5)	524.730	212.595
Sector privado	546.438	225.207
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.708)	(12.612)
OUTROS CRÉDITOS	27.402	6.747
Devedores por compra de valores e bens	369	
Devedores por depósitos em garantia (Nota 10)	7.339	6.729
Créditos tributários (Nota 12a)	5.283	
Diversos (Nota 6a)	14.391	18
OUTROS VALORES E BENS (Nota 6b)	39.107	5.647
INVESTIMENTOS	102.138	64.834
Participação em controladas e coligadas (Nota 7)	101.740	64.449
Outros investimentos	398	385
IMOBILIZADO DE USO	12.092	3.591
Outros imobilizações de uso	4.286	5.555
Depreciação acumulada	(2.196)	(1.964)
DIFERIDO	2.750	4.273
Gastos de organização e expansão	8.356	8.356
Amortização acumulada	(5.606)	(4.083)
INTANGÍVEL	237	1
TOTAL DO ATIVO	1.670.886	985.051

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2009	2008
CIRCULANTE	704.293	504.161
DEPÓSITOS	588.593	405.496
Depósitos à vista	9.725	11.763
Depósitos interfinanceiros (Nota 8)	33.031	117.834
Depósitos a prazo (Nota 8)	545.782	275.596
Depósitos para investimentos	55	303
INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	30.006	15.007
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO		2.175
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS		
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (Nota 9)	8.847	12.388
Repasses no país - Instituições oficiais	8.847	12.388
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 10)	76.755	68.095
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes	916	994
Sociais e estatutárias	6.480	16.889
Fiscais e previdenciárias	4.316	3.439
Diversas	65.043	47.773
NÃO CIRCULANTE	648.301	193.315
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	637.884	192.615
DEPÓSITOS	624.142	170.261
Depósitos interfinanceiros (Nota 8)	1.655	
Depósitos a prazo (Nota 8)	622.487	170.061
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (Nota 9)	7.849	16.577
Repasses no país - Instituições oficiais	7.849	16.577
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 10)	5.893	5.977
Fiscais e previdenciárias	5.532	5.720
Diversas	361	257
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	10.417	700
Rendas antecipadas	10.417	700
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)	218.382	207.575
Capital social - de domiciliação no país	193.200	193.200
Reservas de lucros	125.393	94.095
Ajuste a valor de mercado - TVM	(171)	280
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.670.886	985.051

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Segundo Semestre 2009	2009	Exercícios 2009
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	274.559	559.424	414.638
Operações de crédito	250.433	525.590	359.724
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	15.112	33.489	54.742
Resultado de operações de câmbio	14	45	170
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(75.204)	(165.206)	(149.745)
Operações de captação no mercado	(52.819)	(86.743)	(104.933)
Operações de empréstimos e repasses	(706)	(1.647)	(1.485)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.779)	(78.916)	(43.325)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	199.255	394.118	264.893
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(170.664)	(303.584)	(230.485)
Receitas de prestação de serviços	2.893	4.814	7.512
Despesas de pessoal (Nota 13)	(5.844)	(10.064)	(11.404)
Outras despesas administrativas (Nota 14)	(183.969)	(330.196)	(208.723)
Despesas tributárias (Nota 15)	(12.569)	(28.031)	(15.858)
Outras receitas operacionais (Nota 16)	14.861	31.528	7.111
Outras despesas operacionais	(5.765)	(18.615)	(28.210)
Resultado de participação em controladas (Nota 7)	19.829	42.962	14.108
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	28.591	90.524	28.429
IMPOSTO DE RENDA (Nota 12)	2.969	(3.758)	(3.429)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12)	1.352	(2.848)	(139)
DESPESAS DE PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO			(995)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	32.812	84.120	23.865
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	546,87	1.402,00	387,75

As notas explicativas de administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas de administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUPER CRÉDITO BONSUCESSO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS



Maior, mais rápido e pronto para resolver seus problemas.

www.bancobonsucesso.com.br

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Reservas de lucros			Ajuste a valor de mercado - TVM	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Estatutária			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	193.200	11.725	118.505	89	323.519	
Ajuste valor de mercado - TVM				191		191
Lucro líquido do exercício					23.886	23.886
Destinação do lucro:						
Constituição de reservas		1.192	3.973	(5.185)		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 311,66 por lote de mil ações)				(18.700)		(18.700)
Dividendos pagos (R\$ 686,33 por lote de mil ações)			(41.300)			(41.300)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	193.200	12.917	81.178	280	287.575	
Ajuste valor de mercado - TVM				(451)		(451)
Lucro líquido do exercício					84.120	84.120
Destinação do lucro:						
Constituição de reservas		4.207	57.551	(61.758)		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 265 por lote de mil ações)				(15.882)		(15.882)
Dividendos pagos (R\$ 108 por lote de mil ações)			(30.500)			(30.500)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	193.200	17.124	108.229	(171)	318.382	
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2009	193.200	12.917	50.676	511	306.614	
Ajuste valor de mercado - TVM				(882)		(882)
Lucro líquido do semestre					32.812	32.812
Destinação do lucro:						
Constituição de reservas		4.207	57.551	(61.758)		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 265 por lote de mil ações)				(15.882)		(15.882)
Dividendos pagos (R\$ 108 por lote de mil ações)				(6.480)		(6.480)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	193.200	17.124	108.229	(171)	318.382	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Preparada pelo método indireto

	Segundo Semestre 2009	2009	Exercício 2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido antes do imposto de Renda e Contribuição Social	28.591	90.824	28.428
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos	2.130	38.674	49.751
Provisão para débitos de juros	21.650	74.906	41.692
Depreciação e amortização	1.156	2.390	2.867
Provisão para contingências			257
Resultado de participação em controladas	(18.929)	(42.062)	(14.108)
Ganho (perda) na alienação de imobilizado			(18)
Provisão para perdas em títulos e valores mobiliários			17.428
Provisão para perdas de outros créditos	(747)	4.340	1.633
Lucro Líquido Ajustado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	30.721	120.194	78.179
Redução (aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.061	1.730	12.704
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários	(90.260)	14.222	21.731
Redução (aumento) de operações de crédito	(286.618)	(548.357)	153.914
Redução (aumento) de outros créditos	(3.382)	(41.352)	(3.166)
Redução (aumento) de outros valores e bens	(19.920)	(45.693)	17.644
Aumento (redução) de débitos	368.876	637.180	(358.239)
Aumento (redução) de recursos de ativos e emissões de títulos	29.958	15.000	5.002
Aumento (redução) de obrigações por empréstimos e captações	(1.534)	(2.175)	2.175
Redução (aumento) de aplicações interfinanceiras e interdependências	(5.672)	(12.270)	15.561
Aumento (redução) de instrumentos financeiros derivativos	420	32	(17)
Aumento (redução) de outras obrigações	(750)	(803)	(1.155)
Aumento (redução) de resultados de exercícios futuros	5.215	7.576	24.131
Imposto de renda e contribuição social	6.084	9.717	583
Provisão para despesas administrativas no lucro	4.221	(6.404)	(19.638)
Caixa Líquido Proveniente(Aplicado) em Atividades Operacionais	68.222	156.701	(42.586)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de investimento	5	7	
Alienação de mobilização de uso	33	349	34
Aquisição de imobilizado de uso	(9.161)	(9.694)	(1.293)
Aquisição de investimentos		(19)	(11.521)
Aquisição de intangíveis	(250)	(258)	
Aquisições no período			(3.376)
Dividendos recebidos	5.655	5.655	23.232
Caixa Líquido Proveniente(Aplicado) em Atividades de Investimento	(3.718)	(3.981)	7.076
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(22.362)	(52.892)	(50.000)
Caixa Líquido Proveniente(Aplicado) em Atividades de Financiamento	(22.362)	(52.892)	(49.500)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	42.142	99.878	(95.510)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do semestre/exercício	170.486	112.730	208.240
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do semestre/exercício	212.608	212.608	112.730
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	42.142	99.878	(95.510)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

As operações do Banco Bonsucesso S.A. são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a intermediação de empresa controlada, Banco de Investimentos de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. O Banco Bonsucesso S.A. é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas áreas comercial e de crédito, financiamento e investimento, sendo que parcela significativa de suas operações de crédito está direcionada a empréstimos de crédito pessoal, repassa e para capital de giro, tendo como principal fonte de recursos o fomento de certificados de depósitos bancários no mercado.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e descrição das principais práticas contábeis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 8.404/78, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável. Assim, as informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 foram elaboradas de acordo com instruções específicas do BACEN e em conformidade com o Plano

Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercício, sendo ajustado pela parcela tributável de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social, ditando, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente convertíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limite, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pelo Banco para atendimento de seus compromissos de curto prazo. O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

Descrição	2009	2008
Disponibilidades	474	563
Aplicações interfinanceiras de liquidez	209.961	110.654
Títulos e valores mobiliários - totais	2.273	1.493
Total	212.608	112.710

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstrações ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata", ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, a regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

(ii) Títulos disponíveis para venda - incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte de estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários", líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício, mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declines no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(e) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (hedge).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge são classificadas como Hedge de Mercado ou Hedge de Fluxo de Caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/02. Nesses casos, também os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de hedge) (i) a adequação de receita ou despesa no resultado do período, no caso de Hedge de Mercado e (ii) conta destacada do patrimônio líquido para a parcela relativa do Hedge de Fluxo de Caixa, deduzida dos efeitos tributários.

(f) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referentes às comissões pagas aos correspondentes bancários são controladas por contrato e contabilizadas na rubrica "Outros valores e bens - despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos respectivos contratos na rubrica "Outras despesas administrativas".

(g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata", deduzidos dos correspondentes rendimentos a apropriar. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução BACEN nº 2.582/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

(h) Investimentos e imobilização de uso

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, sendo os demais demonstrados ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para instalações e móveis e equipamentos de uso e 20% para os sistemas de processamento de dados e de transporte.

(i) Valor de recuperação dos ativos

Com base em análise de Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável é reconhecida uma perda por "impairment" no resultado do exercício.

(j) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata", deduzidos dos correspondentes despesas a apropriar.

(k) Resultados de exercícios futuros

Referem-se principalmente às comissões pagas aos correspondentes bancários sobre clientes conforme contratos de operações de crédito. São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica "Rendimentos antecipados". A apropriação dessa receita ao resultado é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos respectivos contratos na rubrica "Recuperação de comissões pagas".

(l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido do adicional de 10%. Foi constituída provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado à alíquota de 9% até 30 de abril de 2006 e, 15% após 1º de maio de 2006.

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos diferidos atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda - 25%, e para a contribuição social - 15%. De acordo com a Medida Provisória nº 449/06, convertida na Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelas emendas 36 e 37 de referência Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optaram pelo Regime Tributário de Transição - RIT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

(m) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e a provisão para contingências. A aquisição das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco reverte as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

Onde tem Super Crédito,
tem Sossego por perto.



ESPECIAL PARA SERVIDORES
PÚBLICOS CIVIS E MILITARES

www.bancobonfunesco.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 489/2005 e a Resolução CMN 3.535/09 da seguinte forma:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por reembolso ou compensação com outro exigível.

- Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, instituições e órgãos públicos, em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Esses contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidação das obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em que sejam prováveis, e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo a valor.

- Obrigações legais - fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(o) Alterações na lei das sociedades por ações

O Banco vem adotando, no que aplicável, as Leis nº 11.838/07 e 11.941/09 em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009. Destacamos que a adoção das referidas Leis, não apresentou impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco e de suas controladas, com exceção da demonstração do fluxo de caixa em substituição à demonstração de origem e aplicação de recursos, considerando que as principais alterações introduzidas pelas Leis nº 11.838/07 e 11.941/09 que afetam as operações do Banco, já vinham sendo adotadas por este em função das normas contábeis já existentes emanadas do BACEN.

(a) Classificação dos títulos e valores mobiliários

(i) Títulos para negociação

O valor de mercado para fins de divulgação pode ser assim apresentado:

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela		Ganhos
			curva	mercado	
Cotas de Fundos de Investimento		3.092.345	11.039	11.039	
Total			11.039	11.039	

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela		Ganhos
			curva	mercado	
Ações - Nova Caixa		100.000	4.084	6.812	2.728
Cotas de Fundos de Investimento		123.297	255	255	
Certificados Depósitos Bancários	11/02/2009	1.002.484	987	987	
Total			5.326	8.054	2.728

As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais referem a mercado das cotas dos fundos, conforme regras do BACEN e de CVM. As ações de instituições abertas foram marcadas a mercado com base no valor médio negociado no último dia útil do mês.

(ii) Títulos disponíveis para venda

O valor de mercado para fins de divulgação pode ser assim apresentado:

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela		Ganhos
			curva	mercado	
Certificados de Depósitos Bancários	18/01/2010	883.130	859	859	(*)
Certificados de Depósitos Bancários	26/01/2010	1.361.896	1.362	1.362	(*)
Certificados de Depósitos Bancários	08/02/2010	449	1	1	(*)
Certificados de Depósitos Bancários	02/03/2010	31.448	31	31	(*)
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2010	200	371	385	14
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2012	19.987	37.681	37.666	(15)
Notas do Tesouro Nacional	01/01/2013	40.000	39.770	39.619	(151)
Notas do Tesouro Nacional	01/01/2010	40.000	39.880	39.987	7
Total			120.975	119.830	(145)

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela		Ganhos
			curva	mercado	
Letras do Tesouro Nacional	01/01/2009	4.400	4.398	4.398	
Letras do Tesouro Nacional	01/01/2010	40.000	35.208	35.664	456
Notas do Tesouro Nacional		200	342	355	13
Total			39.948	40.417	479

(*) O valor de mercado dos títulos não diverge do valor pela curva, devido ao fato dos mesmos serem pós-fixados e não terem negociação no mercado secundário.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento

O valor de mercado para fins de divulgação pode ser assim apresentado:

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor	Ganhos
Cédulas de Produto Rural		38.448.561	16.589	
Cotas Subordinadas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)		18.452	28.134	
Warrants		3.984.804	5.731	
Total			50.451	
Provisão para perdas e desvalorização de títulos			(19.743)	
Total			30.707	

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor	Ganhos
Cédulas de Produto Rural		91.330.437	57.869	
Cotas Subordinadas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)		22.989.844	81.186	
Certificados Depósitos Bancários		507.514	506	
Warrants		4.020.312	4.944	
Total			144.305	
Provisão para perdas			(12.428)	
Total			131.877	

Descrição	Custódia	Faixa de Vencimento	Valor	Ganhos
Swap IPCA x CDI	BMF	361 a 1800 dias	30.000	60
Swap Pré x CDI	CETIP	Até 90 dias	2.858	34
		91 a 360 dias	7.398	87
		361 a 1800 dias	19.702	218
		Acima de 1800 dias	327	4
Total			60.383	403

3 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2009	2008
Operações comprometidas		
Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	49.811	94.148
Letras do Tesouro Nacional		15.007
Notas do Tesouro Nacional	130.042	1.501
Posição financiada		
Letras Financeiras do Tesouro	30.008	
Depósitos Interfinanceiros		1.173
CDI Banco do Brasil S.A.		3.240
CDI Bancob	2.683	
Total - Circulante	212.544	115.967

4 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	2009	2008
Livres		
Certificados de Depósitos Bancários	2.273	1.493
Cotas de Fundos de Investimentos	39.173	81.441
Letras do Tesouro Nacional	39.887	24.949
Notas do Tesouro Nacional	74.937	356
Cédulas de Produto Rural	16.586	57.869
Ações de Empresas Abertas		6.812
Warrants	5.731	4.944
Vinculados a operações comprometidas		
Letras do Tesouro Nacional		15.113
Instrumentos Financeiros Derivativos		
Operações de Swap (Nota 18)	803	
Vinculados a Prestação de Garantias		
Notas do Tesouro Nacional	2.733	
Total	192.423	192.851
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(19.743)	(17.428)
Total	172.679	175.423
Circulante	71.501	106.306
Não circulante	90.978	69.253

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela		Ganhos
			curva	mercado	
Cotas de Fundos de Investimento		3.092.345	11.039	11.039	
Total			11.039	11.039	

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela		Ganhos
			curva	mercado	
Ações - Nova Caixa		100.000	4.084	6.812	2.728
Cotas de Fundos de Investimento		123.297	255	255	
Certificados Depósitos Bancários	11/02/2009	1.002.484	987	987	
Total			5.326	8.054	2.728

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela		Ganhos
			curva	mercado	
Certificados de Depósitos Bancários	18/01/2010	883.130	859	859	(*)
Certificados de Depósitos Bancários	26/01/2010	1.361.896	1.362	1.362	(*)
Certificados de Depósitos Bancários	08/02/2010	449	1	1	(*)
Certificados de Depósitos Bancários	02/03/2010	31.448	31	31	(*)
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2010	200	371	385	14
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2012	19.987	37.681	37.666	(15)
Notas do Tesouro Nacional	01/01/2013	40.000	39.770	39.619	(151)
Notas do Tesouro Nacional	01/01/2010	40.000	39.880	39.987	7
Total			120.975	119.830	(145)

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela		Ganhos
			curva	mercado	
Letras do Tesouro Nacional	01/01/2009	4.400	4.398	4.398	
Letras do Tesouro Nacional	01/01/2010	40.000	35.208	35.664	456
Notas do Tesouro Nacional		200	342	355	13
Total			39.948	40.417	479

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor pela		Ganhos
			curva	mercado	
Letras do Tesouro Nacional	01/01/2009	4.400	4.398	4.398	
Letras do Tesouro Nacional	01/01/2010	40.000	35.208	35.664	456
Notas do Tesouro Nacional		200	342	355	13
Total			39.948	40.417	479

(*) O valor de mercado dos títulos não diverge do valor pela curva, devido ao fato dos mesmos serem pós-fixados e não terem negociação no mercado secundário.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento

O valor de mercado para fins de divulgação pode ser assim apresentado:

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor	Ganhos
Cédulas de Produto Rural		38.448.561	16.589	
Cotas Subordinadas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)		18.452	28.134	
Warrants		3.984.804	5.731	
Total			50.451	
Provisão para perdas e desvalorização de títulos			(19.743)	
Total			30.707	

Descrição	Vencimento	Quantidade	Valor	Ganhos
Cédulas de Produto Rural		91.330.437	57.869	
Cotas Subordinadas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)		22.989.844	81.186	
Certificados Depósitos Bancários		507.514	506	
Warrants		4.020.312	4.944	
Total			144.305	
Provisão para perdas			(12.428)	
Total			131.877	

Descrição	Custódia	Faixa de Vencimento	Valor	Ganhos
Swap IPCA x CDI	BMF	361 a 1800 dias	30.000	60
Swap Pré x CDI	CETIP	Até 90 dias	2.858	34
		91 a 360 dias	7.398	87
		361 a 1800 dias	19.702	218
		Acima de 1800 dias	327	4
Total			60.383	403

Descrição	Custódia	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos apropriados
Ajuste a Receber				
Swap IPCA	BMF	30.585	30.585	
Swap Pré	CETIP	33.260	33.540	340
Ativo		63.845	64.226	380
Ajuste a Pagar				
Swap CDI	BMF	30.526	30.526	
Swap CDI	CETIP	32.896	32.896	
Passivo		63.422	63.422	
Total - 2009		423	802	380

O valor de referência das operações com Swap está registrado em contas de compensação.

O swap IPCA x CDI foi efetuado de modo a mitigar em parte as exposições ao índice de preços IPCA provenientes das captações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE's com remuneração atrelada a esse índice.

O swap Pré x CDI foi realizado a pedido de instituição cedente, de modo a não assumir o risco de variação da taxa de juros préfixada. O risco de mercado para o Banco Bonafunesco permaneceu o mesmo que já havia antes da cessão das operações de crédito.

Nenhum dos swaps se destina a "hedge" nos termos da Circular BACEN 3.082. O Banco Bonafunesco vinculou 1.450 NTN-B's, equivalentes a R\$ 2.733, como garantia de margem do swap IPCA x CDI, na Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F.

O swap Pré x CDI foi marcado a mercado pelas cotações de Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F.

5 Operações de crédito

(a) Classificação por produto

	2009	2008
Sector Privado		
Crédito pessoal	758.237	279.649
Capital de giro	223.425	213.367
Hol-money	89	5.860
Finame	16.753	29.156
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	14.404	5.488
Desconto de títulos	181	17
Adiantamentos a depositantes	4	638
Conta garantida	243	6.282
Operações com cartões de crédito	104.763	71.012
Outros	283	213
Total	1.116.482	609.448
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(72.588)	(138.022)
Total	1.043.894	471.426
Circulante	521.448	358.831
Não circulante	522.446	112.595

Os créditos cedidos pelo Banco Bonafunesco durante os exercícios são demonstrados conforme abaixo:

	Valor de Cessão	Valor Presente	Resultado
Crédito Pessoal Consignado			
Com consignação	974.193	708.448	265.745
Sem consignação	390.080	289.458	100.624
Total 2009	1.364.273	997.906	366.369

	Valor de Cessão	Valor Presente	Resultado
Crédito Pessoal Consignado			
Com consignação	605.063	500.327	104.736
Sem consignação	542.678	478.488	64.190
Total 2008	1.147.741	978.815	168.926

BONSUCESSO

1200 0000 00

VISA

CARTÃO BONSUCESSO VISA
QUEM TEM UM, TEM MAIS CRÉDITO!

www.bancobonsucesso.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nível	%	Carteira	2009		2008	
			Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos saldos	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos saldos	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
AA		8.059		5.923		5.923
A	0,5	928.665	4.643	10.454	2.246	8.292
B	1	116.177	1.182	1.229	1.072	1.120
C	3	12.905	387	516	504	586
D	10	6.053	605	1.005	511	658
E	30	10.837	3.191	4.060	2.180	2.690
F	50	5.167	2.583	4.102	1.478	2.334
G	70	6.137	4.296	6.301	2.024	2.955
H	100	24.502	24.502	44.809	12.950	21.259
Total		1.113.462	41.452	73.559	22.948	38.922

Os excresos de provisão em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 referem-se à provisão para perdas de contratos cedidos com coparticipação.

(a) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2009	2008
Saldo no início do exercício	38.022	24.358
Constituição de provisão	74.906	41.692
Basas de créditos para prejuízo	(40.342)	(28.928)
Saldo no fim do exercício	72.586	36.922

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi recuperado o montante de R\$ 2.485 referente a créditos anteriormente baixados para prejuízo (2008 - R\$ 6.788).

6 Outras Créditos e Outros Valores e Bens

(a) Outras Créditos - Diversos

Os saldos representados referem-se a valores retidos na cessão de crédito para o Centro Econômico Federal e título de cobertura das liquidações futuras, no montante de R\$ 14.372 (2008 - R\$ 4.659), valores baseados da carteira de créditos e pendentes de repasses pelos órgãos conveniados, no montante de R\$5.106 (2008 - R\$ 3.260). Impostos e contribuições a compensar R\$ 4.322 (2008 - R\$271).

(b) Outros Valores e Bens

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o saldo refere-se, basicamente, ao diferimento das despesas de comissões sobre operações de crédito, conforme descrito na Nota 2(f).

7 Investimentos em controladas

(a) Participações em controladas diretas e indiretas:

	Bonsucesso		Bonsucesso		BPV		Bonsucesso		Bonsucesso		Bonsucesso		2009
	Distribuidora	Previmax	Promotora	Promotora	Bonsucesso	Bonsucesso	Bonsucesso	Bonsucesso	Bonsucesso	Bonsucesso	Bonsucesso	Bonsucesso	
	de Títulos	Previdência	de Vendas	de Vendas	Bonsucesso	Bonsucesso	Bonsucesso	Bonsucesso	Bonsucesso	Bonsucesso	Bonsucesso	Bonsucesso	
	e Valores	Privada e	e Serviços	e Cobrança	Informática	Controladoria	Administração	Crédito e	Risco Ltda.	Risco Ltda.	Risco Ltda.	Risco Ltda.	Total
	Mobiliário	Seguradora S.A.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	
Quantidade de quotas ou ações possuídas	1.999.800	8.183.800	465.000	9.999.270	10.000	2.000							
% de participação	99,99	99,9	93	47,78	1	1							
Patrimônio líquido	53.329	12.844	20.546	34.270	7.423	2.286							
Lucro líquido do exercício	17.843	1.175	18.458	14.006	5.272	1.886							
Valor do investimento	53.324	12.817	19.109	18.374	74	23							
Resultado de equivalência patrimonial	17.841	1.172	17.175	6.691	53	19							

	2008								
	Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários		Bonsucesso Promotora de Vendas e Serviços		BPV Promotora de Vendas e Cobrança e Informática		Bonsucesso Administração Crédito e Risco		Total
	<u>Ltda.</u>	<u>Seguradora S.A.</u>	<u>Ltda.</u>	<u>Ltda.</u>	<u>Ltda.</u>	<u>Ltda.</u>	<u>Ltda.</u>	<u>Ltda.</u>	
Quantidade de quotas ou ações possuídas	1.999.800	8.183.800	465.000	9.999.270	10.000	2.000	5.000		
% de participação	99,99	99,9	93	47,78	1	1	1		
Patrimônio líquido	35.487	11.583	8.060	20.265	8.151	2.415	2.290		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.237	1.086	7.580	(2.028)	3.029	2.206	1.742		
Valor do investimento	35.483	11.580	7.514	9.683	62	24	23		64.449
Resultado da equivalência patrimonial	6.236	1.084	7.049	(330)	30	22	17		14.108

(b) Movimentação dos investimentos - controladas diretas e indiretas:

	Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	Bonsucesso Promotora de Vendas e Serviços	BPV Promotora de Vendas e Cobrança e Informática	Bonsucesso Informática	Bonsucesso Controladoria	Bonsucesso Administração Crédito e Risco	Total
	<u>Idida</u>	<u>Seguradora S.A.</u>	<u>Idida</u>	<u>Idida</u>	<u>Idida</u>	<u>Idida</u>	<u>Idida</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2007	52.246	9.590		323	43	20	19	62.222
Equivalência patrimonial	6.236	1.084	7.049	(330)	30	22	17	14.108
Aquisição de quotas			460					460
Dividendos recebidos	(22.999)			(200)	(11)	(18)	(4)	(23.232)
Aumento do valor do investimento			5					5
Suscrição de quotas		996		9.890				10.886
Em 31 de dezembro de 2008	35.483	11.680	7.514	9.683	62	24	23	64.449
Equivalência patrimonial	17.841	1.172	17.175	6.691	53	19	11	42.862
Ajuste a valor de mercado		(15)						(15)
Dividendos recebidos			(5.580)		(41)	(20)	(15)	(5.656)
Em 31 de dezembro de 2009	53.324	12.817	19.109	18.374	74	23	19	101.740

Em 31 de dezembro de 2009, os ativos totais da Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. totalizavam R\$ 20.516 sendo composto, sobretudo por aplicações em Títulos Públicos Federais, no montante de R\$ 7.327 e aplicações em CDB e de outras instituições financeiras, no montante de R\$ 12.553. As informações financeiras das controladas foram revisadas por nossos auditores independentes em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, na extensão julgada necessária, em conjunto com os trabalhos de auditoria do Banco.

8 Depósitos Interfinanceiros e a prazo

	2009		2008	
	Interfinanceiros	A prazo	Interfinanceiros	A prazo
Pre-fixados	48.716		33.006	
Futuros	34.686	1.118.553	117.804	412.852
Total	83.402	1.167.269	150.810	445.652
Circulante	33.021	845.783	117.804	275.899
Não circulante	1.655	822.487		170.048

9 Obrigações por empréstimos e repasses

Repasses no país - Instituições oficiais

As principais características dessas operações podem ser resumidas da seguinte forma:

	Encargos		Amortização		2009		2008	
	T.J.P. + 1,0 % a.a.	Mensais						
FINAME					18.680		28.365	
Circulante					8.847		12.388	
Não circulante					7.849		16.577	

10 Outras obrigações

(a) FISCAL e Previdenciárias

	2009		2008	
	Provisão para impostos e contribuições		Provisão para impostos e contribuições	
Impostos a contribuições a receber	1.017	748	3.290	2.690
Provisão para impostos devidos	9	188		
Provisão para riscos fiscais (i)	5.532	5.532		
Total	8.548	9.169		
Circulante	4.318	3.429		
Não circulante	5.532	5.720		

(i) A administração da instituição revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas com as mesmas, ajustando a provisão para riscos fiscais, conforme aplicável. As principais contingências provisionadas, registradas na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" do balanço patrimonial, estão relacionadas com a dedutibilidade das despesas de contribuição social na apuração do lucro real. Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 o Banco apresentava os seguintes passivos, que incluem também as saldos registrados na conta de "Outras obrigações - Passivos contingentes" e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2009	2008	2009	2008
Contingências tributárias	5.715	5.714	5.532	5.532
Contingências trabalhistas e previdenciárias	525	143		
Outras	1.069	872	361	257
	7.309	6.729	5.893	5.789

Em 31 de dezembro de 2009, as contingências avaliadas, trabalhistas e civis, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizavam R\$ 2.251 e R\$ 11.454 (2008 - R\$ 2.078 e R\$ 7.673) respectivamente. Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os depósitos judiciais são registrados no ativo realizável a longo prazo na rubrica "Outros créditos - Devedores por depósitos em garantia".

(b) Diversas

	2009		2008	
	Valores a pagar a sociedades ligadas		Valores a pagar a sociedades ligadas	
Provisão para fornecedores e prestadores de serviços	81	50	12.127	3.477
Passivos contingentes		361		257
Parcelas de cessões de crédito a pagar		24.111		18.840
Prestações recebíveis e pendentes de baixa		14.906		12.808
Ordens de pagamento		8.124		3.133
Cartões de Crédito a pagar Visa		4.821		4.239
Outros		2.873		4.226
Total		65.404		48.030
Circulante		15.043		47.771
Não circulante		361		257

11 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o capital subscrito e integralizado está representado por 50.000 mil ações, sendo 45.000 mil ações ordinárias nominativas e 5.000 mil ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.
Estatutária: É constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos, limitada a 80% do capital social. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos a Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.
Em setembro e dezembro de 2009 foram pagos Juros sobre capital próprio nos montantes de R\$ 7.512 e R\$ 8.370 respectivamente, totalizando R\$ 15.882 no exercício. O cálculo leva como limite a Taxa de Juros de Longo Prazo - T.J.P. sobre o Patrimônio Líquido, conforme facultado pela Lei nº 9.249/95. Adicionalmente, a administração propôs dividendos no montante de R\$ 6.480 como complemento ao dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto.

Em janeiro de 2009 foram pagos R\$ 30.500 referente a dividendos extraordinários, mediante a utilização de parte da reserva estatutária, conforme formalizado em Ata de Reunião de Diretoria do dia 9 de janeiro de 2009.

O SEU NEGÓCIO PRECISA DE CAPITAL DE GIRO



Crédito com garantia imobiliária

www.bancobonsucesso.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Em novembro de 2008 foram creditados R\$ 18.700 a título de juros sobre capital próprio e pagos em janeiro de 2009. O cálculo leva como limite a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP sobre o Patrimônio Líquido, conforme facultado pela Lei nº 9.249/95.

Em setembro de 2008, foram pagos R\$ 41.300 referente a dividendos extraordinários, mediante a utilização de parte da reserva estatutária, conforme formalizado em ata de reunião de diretoria.

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	84.120	23.855
(-) Reserva legal	(4.207)	(1.193)
Base de cálculo	79.913	22.662
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	19.978	5.665
Juros sobre capital próprio (líquido do imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF)	13.500	15.895
Dividendos adicionais propostos	6.480	-
Total	19.980	15.895
Percentual sobre a base de cálculo	25	70

Para atendimento à legislação de imposto de renda, o montante dos juros sobre o capital próprio foi contabilizado em contrapartida da conta "Despesas financeiras", e, para fins de divulgação das demonstrações financeiras reclassificado para a conta de "Lucros acumulados".

12 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos diferidos apresentam-se como segue:

	Diferido ativo	2009	2008
Provisão para perdas em ativos		85.414	34.780
Outras		(389)	(2.458)
Base de cálculo		85.024	32.321
Imposto de Renda - 15%		12.753	4.848
Adicional do Imposto de Renda - 10%		6.479	3.208
Contribuição Social - 15%		12.755	4.848
Total		31.987	12.904
Circulante		28.787	12.904
Não circulante		3.200	-

(b) Período estimado de realização

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

Ano	Valor contábil	Valor presente
2010	28.707	25.685
2011	3.283	4.114
Total	31.990	29.799

Não há prejuízo fiscal ou base negativa de contribuição social acumulados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

O saldo dos créditos fiscais diferidos registrados possui as seguintes características:

	2009	2008
Adições temporárias	34.142	13.906
Ajuste valor de mercado	(152)	(1.092)
Total	33.990	12.814

A instituição adota a prática de constituir créditos fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 esses créditos estão relacionados principalmente à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa, que pelo perfil da grande maioria das operações da instituição, dar-se-á num prazo médio de um ano. A constituição desses ativos considera a sua provável realização a partir de projeções de resultados futuros, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2009	2008
Imposto de Renda	90.524	28.428
Contribuição Social	90.524	28.428

Adições (exclusões) líquidas:

Juros sobre o capital próprio	(15.882)	(15.882)	(18.700)	(18.700)
Equivalência patrimonial	(42.962)	(42.962)	(14.108)	(14.108)
Provisão para outros créditos	2.011	2.011	-	-
Provisão perda em TVM	(17.428)	(17.428)	17.428	17.428
Outras líquidas	389	1.389	1.280	1.280

Base de cálculo

Alíquota Efetiva	2.648	2.648	2.149	1.290
Alíquota Adicional	1.741	1.741	1.409	(1.151)
Incentivo Fiscal	(633)	-	(129)	-

Despesa de imposto de renda e contribuição social	3.756	2.948	3.429	139
---	-------	-------	-------	-----

13 Despesa de pessoal

	2009	2008
Honorários	2.823	3.785
Benefícios	491	562
Encargos Sociais	2.311	2.370
Proventos	4.276	4.311
Treinamento	309	335
Estatuários	54	51
Total	10.064	11.404

14 Outras despesas administrativas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a rubrica "Outras despesas administrativas" estava assim composta:

	2009	2008
Comissão e correspondente	166.996	104.213
Prestação de serviços	102.613	61.200
Processamento de dados	21.644	15.355
Comunicação	10.763	9.217
Aluguel	2.827	2.857
Propaganda e publicidade	10.645	3.526
Outros	14.699	12.555
Total	330.188	208.723

15 Despesa tributária

	2009	2008
Desp. Tributárias	225	387
ISSQN	241	382
Cofins	21.991	12.981
PIS	3.574	2.109
Total	26.031	15.859

16 Outras receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de "Outras receitas operacionais" refere-se, basicamente, à recuperação de despesas comerciais.

17 Cobertura de seguros

A administração possui cobertura de seguros no montante de R\$ 20.450 em 31 de dezembro de 2009 e (2008 - R\$ 20.300), para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

18 Instrumentos financeiros

A instituição avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e realização por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Consequentemente, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

19 Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e operações mantidas com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Bonsucesso	Previmax	Bonsucesso	BPV	Bonsucesso	Bonsucesso	Bonsucesso	2009
	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Previxim Previdência Privada e Seguradora S.A.	Promotora de Vendas e Serviços Ltda.	Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Bonsucesso Informática Ltda.	Bonsucesso Controladoria Ltda.	Bonsucesso Administ. Crédito e Risco Ltda.	Total
Em 31/12/2009								
Ativos (Passivos):								
Outros créditos				23				23
Depósito à vista	(287)	(56)	(77)	(639)	(32)	(6)	(8)	(1.105)
Depósito interfinanceiro	(21.782)							(21.782)
Depósito a prazo			(15.664)	(16.867)	(6.745)	(2.924)	(2.021)	(44.221)
Outras obrigações	(81)							(81)
Despesas								
Operações de captação no mercado	(1.462)		(680)	(1.080)	(589)	(306)	(250)	(4,367)
Outras despesas administrativas	(862)		(21.933)	(42.734)	(12.328)	(6.506)	(2.949)	(87.112)
Em 31/12/2008								
Ativos (Passivos):								
Outros créditos				45				45
Depósito à vista	(1.082)	(4)	(7)	(255)	(30)	(13)	(9)	(1,406)
Depósito interfinanceiro	(13,344)							(13,344)
Depósito a prazo			(8,360)	(4,576)	(4,692)	(2,769)	(2,406)	(22,803)
Outras obrigações	(50)							(50)
Despesas								
Operações de captação no mercado	(1,465)		(336)	(527)	(319)	(202)	(202)	(1,651)
Outras despesas administrativas	(600)		(9,265)	(24,934)	(9,723)	(5,702)	(2,808)	(32,872)



CRÉDITO E CREDIBILIDADE EM UM SÓ LUGAR

www.bancobonsucesso.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(i) Os depósitos a prazo e interfinanceiros são pós-datados a sua remuneração tem como base, em média, a variação do CDI.

(ii) As despesas administrativas com a BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda, referem-se principalmente ao pagamento de comissões de 5% sobre as operações de créditos consignados geradas pelo Banco. As despesas com as demais controladas referem-se principalmente ao pagamento pela prestação de serviços de natureza administrativa (informática, contabilidade, etc.).

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	2009	2008
Honorários	7.623	3.785
Encargos sociais	675	947
Total	8.298	4.732

O Banco Bonsucesso não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego ou de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos aos seus acionistas controladores, empresas controladas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

20 Adequação ao novo acordo de capitais (BASILEIA II) - Resolução nº 3.490/07

Com a entrada em vigor do Novo Acordo de Capital, proposto pelo Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária, foi editada pelo Conselho Monetário Nacional a Resolução 3.464/2007, que versa sobre a estrutura de gerenciamento de risco de mercado.

Para compatibilização dos novos requerimentos, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 3.444/2007, que define o Patrimônio de Referência (PR) e a Resolução nº 3.490/2007, que trata da apuração do Patrimônio de Referência Exigido (Basileia II), cuja vigência deu-se a partir de 1º de junho de 2008.

Oportunamente, o BACEN editou a normalização das metodologias de apuração das parcelas de capital para a cobertura de Riscos Financeiros (Riscos de Crédito, Mercado e Operacional), cuja abordagem foi usada para evidenciar os impactos desta adequação no Banco Bonsucesso S.A., conforme descrito no quadro abaixo:

Descrição	2009	2008
(*) Patrimônio de Referência - Nível I (I) *	317.158	279.681
(*) Patrimônio Líquido	318.386	267.578
(*) Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR		12.904
(*) Ativo Permanente Diferido	1.230	4.273
(*) Ajustes a Valor de Mercado		280
(*) Patrimônio de Referência - Nível II (II) *		(280)
(*) Deduções do Patrimônio de Referência (III)		6.820
(*) Patrimônio de Referência Total (I+II-III) (a)	317.158	283.561

Alocação de Capital - Res. nº 3.490/07

(a partir de Jul/2008)

(*) Risco de Crédito (Pcr)	220.691	164.525
(*) Risco de Mercado (Pmr + Pcom + Ppas + Pcom)	30.282	1.09*
(*) Risco Operacional (Popr)	17.449	7.765
(*) Patrimônio de Referência Exigido (PRE) (b)	268.620	173.381
Posições fora da carteira de negociação - RBAN (c)	6.657	12.747
Margem (a - b - c)	41.880	77.453
Índice de Basileia II	12,96%	16,72%

(*) Refere-se ao Conglomerado Financeiro.

Para apuração do Índice de Basileia II, adotou-se a seguinte fórmula:

$$\text{Basileia II} = \left[\frac{\text{PR}}{\text{PRE} + \text{F}} \right] \cdot 100$$

Onde:

Variação	Descrição
PR	Patrimônio de Referência (Resolução nº 3.444/2007)
PRE	Patrimônio de Referência Exigido (Resolução nº 3.490/2007)
F	Fator de ponderação 11%

O Patrimônio de Referência Total apurado no período foi de R\$ 317.158 (2009 - R\$ 283.581) contra um Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 268.620 (2008 - R\$ 173.381) e parcela RBAN de R\$ 6.657 (2008 - R\$ 12.747), o que implica em uma margem em relação à alocação do capital, de R\$ 41.880 (2009 - R\$ 77.453).

Desta forma, a exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento do Banco Bonsucesso S.A., encontra-se em conformidade com a regulamentação do BACEN e com as melhores práticas de mercado. Considerando os valores apurados em 31/12/2009, registrou-se um coeficiente de Basileia II (adequação ao Patrimônio de Referência Exigido) de 12,96% (2008 - 16,72%), portanto em conformidade com o preconizado pelo BACEN, na medida em que o mínimo requerido é de 11%. A parcela de patrimônio de referência exigido para cobertura do risco de mercado surgiu em 2009 o montante de R\$ 30.282 (2008 - R\$ 1.091). Dessa total, R\$ 29.841 decorrem de operações sujeitas a variação cambial (dólar) realizadas nos últimos dias de dezembro/2009 sem cobertura de instrumentos financeiros derivativos, os quais foram contratados em janeiro/2010.

21 Gerenciamento de risco

A gestão de riscos financeiros do Conglomerado Bonsucesso reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A área de gestão de riscos financeiros está subordinada a um Diretor Estatutário.

I - Risco de Mercado - É o risco associado à probabilidade de variação no valor de ativos e passivos, causada pelas incertezas acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado, gerando perdas para a instituição. Gerenciado em sintonia com as recomendações e normalização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (Value at Risk) são definidos pela alta administração e monitorados com periodicidade diária.

II - Risco de Crédito - É o risco de um devedor ou tomador deixar de cumprir com as obrigações financeiras de qualquer contrato com a organização, ou de outra forma, deixar de cumprir o que foi acordado. As ações que norteiam as políticas de risco de crédito baseiam-se em fatores internos, com critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, níveis de inadimplência e taxas de rotatividade. Adota-se a prática de constituição de provisões para perdas de crédito para cada operação considerando a classificação do cliente e condição de atraso de operação.

III - Risco de Liquidez - É o risco da instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de decréscimo de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em condições normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis decréscimos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

Governança de Risco Operacional

Em consonância com a Resolução CMN nº 3.380/06, o Bonsucesso definiu sua política de gerenciamento do risco operacional, na qual as responsabilidades, os procedimentos e a estrutura estão descritos. A estrutura de gerenciamento de risco operacional está disponibilizada no site do Banco.

O Banco Bonsucesso considera a atividade de gestão do Risco Operacional de grande relevância como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio tem permitido que a gestão do risco operacional continue para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital.

A partir de dezembro de 2009 o Bonsucesso adotou a abordagem padronizada alternativa simplificada para efeito de apuração da parcela de patrimônio de referência exigido para risco operacional (Popr).

Gerenciamento da Continuidade de Negócios - GCN

O Banco Bonsucesso conta com um Datacenter alternativo para atender a recuperação e continuidade de seus processos de negócio visando minimizar perdas financeiras para os acionistas e clientes.

A metodologia da gestão da Continuidade de Negócios permite ao Banco Bonsucesso planejar ou responder a incidentes e interrupções de negócios para fazer a continuidade de suas operações em níveis pré-definidos e aceitáveis.

Estrutura de Risco de Mercado

Em consonância com a Resolução CMN nº 3.464/07 o Bonsucesso definiu

sua estrutura de gerenciamento do risco de mercado compatível com a natureza da operação e complexidade dos produtos, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração.

Nesse contexto, foi definido o diretor responsável pela coordenação das atividades da Área de Risco de Mercado perante ao Banco Central do Brasil e definida a estrutura de gerenciamento de risco de mercado composta pelas áreas de "processo de marcação a mercado", "monitoramento e controle da carteira de negociação" e "monitoramento e controle dos riscos de mercado", bem como as responsabilidades da área.

DIRETORIA

Paulo Henrique Pentagna Guimarães
Diretor Presidente

Gabriel Pentagna Guimarães
Diretor Primeiro Vice-Presidente

Frediano Pinheiro de Alencar
Diretor Vice-Presidente Comercial

Jorge Luiz Valente Lipiani
Diretor Executivo

Fábio Drumond Formiga
Diretor Executivo

CONTROLADORIA

Ives Alexandre Nunes
Controlador - CRC-MG 65.493/O-7

João Luiz de Souza Leite
Controlador - CRC-MG 46.029/O-0

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Banco Bonsucesso S.A.

1 Examinamos os balanços patrimoniais do Banco Bonsucesso S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas e do semestre findo em 31 de dezembro de 2009, elaborados sob a responsabilidade da Administração do Banco. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreendem, entre outros procedimentos, (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos dados, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportem os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bonsucesso S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas e no semestre findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 8 de fevereiro de 2010.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP001600-5 Fº MG

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Carlos Augusto da Silva
Controlador CRC 1SP197007/O-2 Fº MG

68%

Crescimento do
Emprego da Carteira

27,8%

Retorno sobre o
Patrimônio Líquido 2 anos

62%

Crescimento da
Carteira de Crédito

252,5%

Crescimento do
Lucro Líquido

BONSUCESSO
Banco de Crédito

ANEXO VII

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO BONSUCESSO COM DATA-BASE DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E
31 DE DEZEMBRO DE 2010**

ANEXO VIII

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO COM DATA-BASE DE 31 DE SETEMBRO DE 2010

**Bonsucesso Fundo de
Investimento em Direitos
Creditórios – Crédito Consignado**
(CNPJ: 11.377.129/0001-30)
(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
**Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2010
e parecer dos auditores independentes**



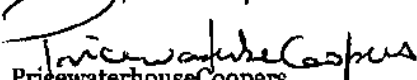
Parecer dos auditores independentes

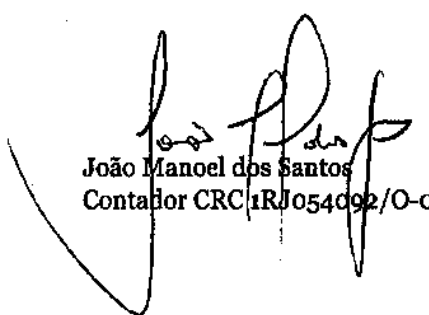
Ao Administrador e aos Cotistas

Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Consignado
(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

- 1 Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Consignado em 30 de setembro de 2010 e a demonstração da evolução do patrimônio líquido do período de 26 de maio a 30 de setembro de 2010, elaboradas sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essa demonstração financeira.
- 2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Bonsucesso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Consignado em 30 de setembro de 2010 e o resultado das operações e a evolução do patrimônio líquido do período de 26 de maio a 30 de setembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 11 de março de 2011


Tricewalbe Caspary
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


João Manoel dos Santos
Contador CRC RJ054092/O-0 "S" SP

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

Demonstração da Composição e Diversificação das Aplicações em 30 de setembro de 2010.

Aplicações / Especificação	Espécie / Forma	Quantidade	Cotação (em R\$)	Valor Atual (R\$ Mil)	% sobre o Ativo
1. TÍTULOS PÚBLICOS				1.096	0,41
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				1.096	0,41
2. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO				12.569	4,65
Itaú Sob Ref DI LP FI		620.805,196		12.569	4,65
3. DIREITOS CREDITÓRIOS				257.747	95,32
3.1 a vencer				257.546	95,25
Empréstimos				257.546	95,25
3.2 vencidos				201	0,07
Empréstimos				201	0,07
4. PROVISÃO P/CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA				(1.655)	(0,61)
Empréstimos				(1.655)	(0,61)
5. OUTROS VALORES				616	0,23
Depósitos Bancários				616	0,23
6. TOTAL DO ATIVO (1+...+5)				270.373	100,00
7. OUTROS				59	0,02
8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (7-6)				270.314	99,98
9. TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (7+8)				270.373	100,00

As notas explicativas do administrador são parte integrante das demonstrações financeiras.

DC610_CP_30092010.doc

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 38.113.878/0001-91)

Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido

Período de 26 de maio a 30 de setembro 2009

(Valores em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

				setembro 2010
1. Patrimônio líquido no início do período				198.450
Cotas seniores	7.936,000	cotas a R\$	25.000,000	198.400
Cotas subordinadas	2,000	cotas a R\$	25.000,000	50
2.Cotas emitidas				61.702
Cotas seniores	64,000	cotas		1.602
Cotas subordinadas	5.900,272	cotas		60.100
3. Patrimônio líquido antes do resultado do período				260.152
Resultado do período				
4. Receitas				13.197
4.1 Rendas com direitos creditórios				12.687
4.2 Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez				352
4.3 Rendas de títulos e valores mobiliários				158
5. Despesas				3.035
5.1 Descontos por Liquid. Antec. Dir. Cred. Empréstimos				1.059
5.2 Despesas administrativas				321
5.3 Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais				1.655
6. Resultado do período				10.162
7. Patrimônio líquido do final do período				270.314
Cotas seniores	8.000,000	cotas a R\$	26.064,093	208.513
Cotas subordinadas	5.902,272	cotas a R\$	10.470,699	61.801

As notas explicativas do administrador são parte integrante das demonstrações financeiras.

DC610_PL_30092010.doc

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.128/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.
Em milhares de reais

1. Contexto operacional

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração e iniciou suas atividades em 26 de maio de 2010. O prazo de duração será de 15 (quinze) anos, contados a partir da data de subscrição inicial de Cotas. As Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração ou antecipadamente por deliberação da assembléia geral de cotistas.

O objetivo do Fundo é captar recursos para aquisição de direitos creditórios oriundos de empréstimos concedidos pelo Banco Bonsucesso a servidores públicos com consignação em folha de pagamento ("mutuários consignados") e aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS com consignação em folha de benefícios ("mutuários INSS"), de acordo com as disposições do regulamento.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia das Cedentes, da Administradora, do Custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos papéis que o compõem, os quais sujeitam-no às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerentes a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

2. Elaboração das demonstrações financeiras

Foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preço para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros derivativos integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferente dos estimados.

3. Avaliação e classificação das aplicações

3.1 - Títulos de renda fixa - São avaliados ao valor de realização, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação, se existente, ou a melhor estimativa da Administradora deste valor. A principal fonte de precificação é a Anbima.

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.
Em milhares de reais

3.2 - Direitos creditórios a vencer - São avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno, pelo critério *pro rata-temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

3.3 - Direitos creditórios vencidos e não pagos - Estão integralmente registrados, limitados ao seu respectivo valor de face, acrescidos dos rendimentos até a data do seu vencimento, ou, até atingir 60 dias de atraso.

3.4 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa - As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os direitos de crédito são registradas no resultado do exercício, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682/99, quais sejam a classificação dos direitos de crédito nos níveis de risco estabelecidos no Artigo 1º da referida Resolução, considerando o pior nível de risco do cliente, bem como a transferência e permanência de direitos creditórios inadimplidos em conta de compensação, conforme descrito no regulamento.

3.5 - Cotas de fundo de investimento - as aplicações em cotas de fundo de investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota, informado pela Administradora do fundos investidos.

4. Títulos e valores mobiliários

4.1. Composição por: tipo de título, montante, natureza e faixas de vencimento

Os títulos de renda fixa estão assim classificados:

a) Títulos para negociação

Faixa de vencimento/título	Títulos Públicos		Total contábil
	Custo (*)	Valor mercado	
Letras Financeiras do Tesouro	1.096	1.096	1.096

(*) é o valor de aquisição acrescido dos rendimentos apropriados

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.
Em milhares de reais

(**) prazo a decorrer da data de balanço até o vencimento

5. Rating

O Fundo é avaliado por empresa de rating especializada, conforme detalhado no prospecto. A avaliação foi feita pela Standard & Poor's, que atribuiu em 15 de abril de 2010 o rating preliminar "brAAA" na sua escala nacional às Cotas Seniores, avaliação esta mantida no relatório de 20 de outubro de 2010.

6. Direitos Creditórios e Critérios de elegibilidade

Na aquisição dos direitos creditórios pelo Fundo, caberá ao custodiante a verificação do atendimento, pelos direitos creditórios, aos respectivos critérios de elegibilidade. Quando da aquisição de direitos creditórios Elegíveis pelo Fundo, a Administradora e o custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos no regulamento e nos demais documentos do Fundo, cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.

É considerado "direito creditório elegível", o direito creditório cujas informações sejam transmitidas ao custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no regulamento e no contrato de custódia, e que atenda, cumulativamente, na data de oferta, assim verificados pelo custodiante, aos critérios de elegibilidade previstos no regulamento:

- a) os direitos creditórios Consignados e os direitos creditórios INSS não poderão ter prazo de vencimento superior a 60 (sessenta) meses contados da data de oferta;
- b) os direitos creditórios adquiridos deverão observar os limites de concentração descritos no Anexo II do regulamento;
- c) caso o direito creditório (cada "parcela" ou "prestação") seja um direito creditório INSS, o valor nominal de cada direito creditório INSS não deve ser superior a R\$ 1; e
- d) Caso o direito creditório (cada "parcela" ou "prestação") seja um direito creditório consignado o valor nominal de cada direito creditório consignado não deve ser superior a R\$ 5.

Além dos critérios de elegibilidade descritos acima, deverão ser atendidas, cumulativamente, na data de oferta, as seguintes condições de cessão, a serem verificadas, previamente à cada cessão ao Fundo, pelo Banco Bonsucesso:

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras

em 30 de setembro de 2010.

Em milhares de reais

- a) os direitos creditórios devem ser oriundos de contratos de mútuo celebrados entre o Banco Bonsucesso e os mutuários, cujas entidades estejam listadas nos convênios previstos no regulamento;
- b) os direitos creditórios devem ser decorrentes de empréstimos concedidos pelo banco Bonsucesso, formalizados através de contratos de mútuo concedidos pelo banco Bonsucesso, com amortizações mensais, consecutivas e taxas de juros prefixadas;
- c) o pagamento dos direitos creditórios consignados e INSS, por parte dos mutuários, deve ser efetuado por meio de consignação em folha de pagamento do servidor público ou através de folha de benefícios dos aposentados ou pensionistas do INSS, devidamente autorizada pelo respectivo mutuário;
- d) os direitos creditórios consignados e os direitos creditórios INSS deverão ser originários de contratos de mútuo que não possuam, na respectiva data de oferta, qualquer parcela ou pagamento em atraso;
- e) com base na respectiva legislação aplicável, inclusive na esfera de competência da entidade, somente poderão ser adquiridos direitos creditórios consignados e os direitos creditórios INSS cuja autorização para consignação em folha de pagamento somente possa ser cancelada pelo respectivo mutuário com a aquiescência do consignatário;
- f) somente poderão ser adquiridos direitos creditórios referentes a contratos de mútuo cuja primeira parcela já tenha sido descontada da folha do respectivo mutuário, e repassada ao Banco Bonsucesso, quando a averbação de tais contratos de mútuo na respectiva margem consignável do mutuário não ocorrer por meio eletrônico ou de forma automática;
- g) a idade do mutuário INSS ou do mutuário consignado, à época da celebração do contrato de mútuo, não deve ser superior a 75 (setenta e cinco) anos, inclusive;
- h) somente poderão ser adquiridos pelo fundo, direitos creditórios cujos respectivos mutuários não estejam em atraso ou inadimplentes com relação a direitos creditórios cedidos ao fundo previamente à respectiva data da oferta; e
- i) somente poderão ser adquiridos pelo fundo todos os direitos creditórios a vencer de um mesmo contrato de mútuo, sendo assim vedada a cessão de frações de direitos creditórios e de parte dos direitos creditórios oriundos de um mesmo contrato de mútuo.

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Olivelra Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.

Em milhares de reais

Composição dos direitos creditórios

Em 30 de setembro de 2010 a carteira de direitos creditórios estava assim composta:

Direitos creditórios parcelas a vencer

Período em dias	Valor presente	Quantidade de parcelas
De 0 a 180	37.784	433.481
De 181 a 360	34.932	431.958
De 361 a 540	32.478	432.301
De 541 a 750	34.932	503.597
Acima de 750	<u>117.420</u>	<u>102.942</u>
Total	<u>257.546</u>	<u>1.904.279</u>

Direitos creditórios parcelas vencidas

Período em dias	Valor presente	Quantidade de parcelas
De 0 a 120	201	1.815
Total	<u>201</u>	<u>1.815</u>

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.976/0001-91)

Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras

em 30 de setembro de 2010.

Em milhares de reais

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A carteira de crédito estava assim avaliada quanto ao risco de crédito e a correspondente provisão:

	Valor Presente dos Contratos (*)	% de Provisão	Valor da Provisão
Títulos a vencer			
Nível A	253.083	0,50	1.265
Vencidos			
Nível A	134	0,50	1
Nível B	1.548	1,00	15
Nível C	859	3,00	26
Nível D	757	10,00	76
Nível E	<u>908</u>	30,00	<u>272</u>
Total	<u>257.289</u>		<u>1.655</u>

(*) Para cálculo do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi considerado o valor presente total do contrato, tendo-se por base a data de vencimento da primeira parcela não liquidada. Todos os contratos de um mesmo Cadastro de Pessoa Física (CPF) foram classificados na faixa de vencimento em que foi verificado o maior atraso. A base de direitos creditórios utilizada para cálculo da provisão, contempla o critério de congelamento dos títulos vencidos a mais de 60 dias, conforme dispõe a Resolução BACEN nº 2.682/99, critério de provisionamento de perdas utilizado pelo Fundo, e já está impactada pelas baixas (pagamentos) dos créditos realizadas no último dia útil do mês, face ser processada somente no 1º dia útil do mês subsequente à data-base, no valor de R\$ 458.

No período, não houve recompra de recebíveis pelo cedente.

Movimentação da provisão para liquidação duvidosa

Saldo no início do período	0
Reversão	(853)
Constituição	<u>2.508</u>
Saldo no final do período	<u>1.655</u>

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

**Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.**

Em milhares de reais

7. Emissões, resgates e amortizações das Cotas

As Cotas do Fundo estão segregadas em sênior e subordinadas.

Emissões - O Fundo emitiu 01 (uma) única classe de Cotas Seniores, as quais poderão ser divididas em Séries, observado o previsto no regulamento. No período de distribuição encerrado em 31/05/2010 foi emitida e totalmente integralizada uma única série de Cotas Seniores no montante de R\$ 200.000, considerando o valor da cota na data de emissão. As datas de amortização, o valor das amortizações programadas e/ou das amortizações integrais e as condições de remuneração e resgate de cada série de Cotas Seniores estão definidas no regulamento.

O Fundo poderá emitir 01 (uma) classe de Cotas Subordinadas, em número indeterminado, em série única, a serem distribuídas em uma ou mais distribuições, observado o disposto no regulamento, sem a necessidade de aprovação dos cotistas titulares das Cotas Seniores em Circulação, devendo, para tanto, serem observados os termos e as condições deste regulamento. No período foram emitidas 5.902,272 Cotas Subordinadas no montante de R\$ 60.150, ao valor unitário de subscrição de R\$ 25.000,00 cada, considerando o valor da cota na data de emissão.

Será admitida, a critério da Administradora, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das cotas.

As Cotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Banco Bonsucesso.

O fundo, a qualquer tempo, deve manter uma relação mínima de 128,21% entre o Patrimônio Líquido do Fundo deduzido do valor do somatório dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cujo prazo de vencimento seja posterior ao prazo de vencimento da última Série em Circulação e o valor das Cotas Seniores em Circulação. No caso dessa relação percentual ficar inferior ao limite mínimo, a Administradora enviará ao Cedente Aviso de Desenquadramento, no mesmo dia em que seja verificado o desenquadramento, para que o mesmo faça a integralização de novas Cotas Subordinadas suficiente para restabelecer o percentual mínimo. Será considerado Evento de Amortização Antecipada, caso o Fundo deixe de atender à Relação Mínima e (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenham sido iniciados e concluídos os procedimentos de reenquadramento definidos no Capítulo XXIII do Regulamento, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da data de envio pela Administradora ao Banco Bonsucesso do Aviso de Desenquadramento.

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

**Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.
Em milhares de reais**

Resgates – Não haverá resgate de cotas ao longo de vigência do fundo.

Amortizações - O cronograma de amortizações programadas da Cota Senior ("Amortizações Programadas"), previsto no Suplemento da 1ª. Série definiu amortizações, em bases trimestrais de 5% do valor da cota, sendo a primeira em 05 de dezembro de 2010 e a última em 05 de setembro de 2015.

A partir do 5º (quinto) dia útil seguinte a cada data de amortização das Cotas Seniores ("Data de Amortização de Cotas Subordinadas"), o Fundo deverá promover a amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Cota Subordinada em Circulação, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no regulamento, desde que considerada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, cumulativamente, aos limites de concentração definidos no regulamento e à Reserva de Caixa ("Amortização Programada de Cotas Subordinadas"). A primeira Data de Amortização de Cotas Subordinadas deverá coincidir com a 3ª (terceira) Data de Verificação – 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês calendário.

8. Custódia e tesouraria

Os títulos de renda fixa estão registrados e custodiados, em conta própria do Fundo, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil.

Os registros eletrônicos e os documentos comprobatórios referentes aos direitos creditórios, estão sob responsabilidade do Banco Itaú-Unibanco S.A.

9. Encargos do fundo

Taxa de administração - Será devida à administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definidas no regulamento e nos documentos do Fundo, uma remuneração mensal correspondente a 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido até o montante de R\$ 200.000, acrescido do valor correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo que exceder o montante de R\$ 200.000, calculada e paga mensalmente, à razão de 1/12 (um doze avos), devida a primeira no 2º (segundo) dia útil do mês subsequente da data da primeira integralização de cotas e as demais no 2º (segundo) dia útil dos meses subsequentes.

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras

em 30 de setembro de 2010.

Em milhares de reais

Serão acrescidos mensalmente à taxa de administração o valor equivalente a aplicação de 0,003% (três centésimos por cento) ao ano, à razão de 1/12 (um doze avos) sobre o valor do Patrimônio Líquido ou R\$ 2, o que for maior.

A Taxa de Administração terá o valor mínimo mensal de R\$ 12. A despesa correspondente no montante de R\$ 206 foi registrada na rubrica "Despesas Administrativas".

9. Contrato de prestação de serviço de controladoria e custódia - A administradora contratou o Banco Itaú-Unibanco S.A. para prestar serviços de tesouraria, controle de ativos e passivos relativos a este Fundo e verificação de lastros dos direitos creditórios, de acordo com as normas legais e regulamentares. Os serviços de escrituração de cotas são prestados pela Itaú Corretora de Valores S.A..

10. Evolução do valor da Cota e rentabilidade

Data	COTAS SENIORES		COTAS SUBORDINADAS	
	Valor da Cota	Rentabilidade Mensal %(*)	Valor da Cota	Rentabilidade Mensal %
26/5/2010	25.000,00	-	25.000,00	-
31/5/2010	25.032,59	0,13%	10.181,70	-59,27%(**)
30/6/2010	25.271,54	0,95%	10.045,84	-1,33%(**)
30/7/2010	25.532,31	1,03%	10.155,62	1,09%
31/8/2010	25.803,17	1,06%	10.331,57	1,73%
30/9/2010	26.064,09	1,01%	10.470,70	1,35%

A Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

(*) A rentabilidade alvo da Cota Senior é equivalente a Taxa DI Over + 2% ao ano.

(**) A queda no valor das Cotas Subordinadas ocorreu pois, no período de início das atividades do Fundo, devido a problemas operacionais no processamento do arquivo de cessão no sistema do Custodiante, foram rejeitados todos os créditos que seriam cedidos ao Fundo, bem como utilizados pelo Cedente como forma de pagamento de subscrição de Cotas Subordinadas.

Desta forma, o Cedente subscreveu Cotas Subordinadas em volume suficiente para remunerar as Cotas Seniores já subscritas, com base em seu benchmark, bem como para suprir as despesas provisionadas na carteira do Fundo.

A Administradora informou que o problema operacional supracitado foi sanado em 31/05/2010, tendo sido o arquivo de cessão processado integralmente, fazendo com que as Cotas Subordinadas do Fundo voltassem a ter rentabilidade positiva.

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.976/0001-91)

Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras

em 30 de setembro de 2010.

Em milhares de reais

11. Fatores de risco

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito e/ou operacionais das contrapartes, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, o Cedente, o Distribuidor Líder ou qualquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos do Regulamento.

Adicionalmente, os direitos creditórios e as operações do Fundo encontram-se expostos aos riscos relacionados a seguir, que estão detalhados na seção "Fatores de Risco do Regulamento do Fundo, cuja leitura é recomendada para análise do Fundo:

- Liquidez das Cotas
- Amortização Condicionada
- Amortização de Cotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo e da Inexistência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios
- Amortização Não Programada de Cotas Seniores
- Repasse do Banco Bonsucesso
- Processamento da Folha de Benefícios
- Impossibilidade da prestação de serviços de cobrança
- Riscos Operacionais referentes aos Direitos Creditórios INSS
- Riscos Operacionais referentes aos Direitos Creditórios Consignados
- Risco de Liquidação Antecipada pelos Mutuários dos Contratos de Mútuo
- Da Ausência de Notificação aos Mutuários
- Fatores Macroeconômicos Relevantes
- Inexistência de Rendimento Predeterminado
- Descasamentos de Taxas
- Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.128/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

**Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.**

Em milhares de reais

- Riscos Associados aos Outros Ativos
- Emissão de Novas Cotas
- Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo
- Risco de Liquidação Antecipada do Fundo
- Risco de Questionamento Judicial
- Intervenção ou Liquidação do Banco Bonsucesso
- Intervenção ou Liquidação do Custodiante
- Guarda da Documentação
- Redução das Cotas Subordinadas
- Risco de Concentração
- Alteração do Regulamento
- Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores
- Riscos de Créditos Associados aos Direitos Creditórios INSS
- Riscos de Créditos Associados aos Direitos Creditórios Consignados
- Ausência de Garantia de Pagamento ou de Co-obrigação dos Direitos Creditórios Consignados e dos Direitos Creditórios INSS
- Aquisição Constante de Direitos Creditórios
- Cobrança Judicial dos Direitos Creditórios
- Verificação Posterior pelo Custodiante dos Documentos Comprobatórios que Evidenciam o Lastro dos Direitos Creditórios
- Desligamento do Mutuário
- Morte do Mutuário
- Condenação Judicial do Mutuário
- Restrições à Consignação de Benefícios

12. Política de divulgação de informações

As informações obrigatórias relativas ao fundo são divulgadas no jornal "Valor Econômico".

13. Legislação tributária

Imposto de renda - em conformidade com a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, os rendimentos produzidos a partir de 1º de janeiro de 2005 são tributados, por ocasião do resgate das Cotas, será aplicada alíquota complementar, variável em razão do prazo da aplicação, conforme segue: 22,5% em aplicações com prazo até 180 dias; 20% em aplicações

BONSUCESSO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CRÉDITO CONSIGNADO

(CNPJ : 11.377.129/0001-30)

(Administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

(CNPJ : 36.113.876/0001-91)

**Notas explicativas do administrador às demonstrações financeiras
em 30 de setembro de 2010.**

Em milhares de reais

com prazo de 181 dias até 360 dias; 17,5% em aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias; 15% em aplicações com prazo acima de 720 dias. Os Cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do imposto de renda na fonte.

IOF - não há incidência.

14. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos Cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

16. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que a Administradora, no exercício, não contratou nem teve serviços prestados pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes relacionados aos fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa referentes a esses fundos. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

José Rubens Bachlega
CRC 1SP158626

Nilvio Ventura Facchio
Diretor responsável